

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

JULIA CURTO ULIANA

**PATRIMÔNIO TERRITORIAL COMO FUNDAMENTO DO PLANEJAMENTO:
PROJETO REPRESENTACIONAL E ESTATUTO DOS LUGARES**

VITÓRIA, ES

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

JULIA CURTO ULIANA

**PATRIMÔNIO TERRITORIAL COMO FUNDAMENTO DO PLANEJAMENTO:
PROJETO REPRESENTACIONAL E ESTATUTO DOS LUGARES**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Cidade e Impactos no Território, na linha de pesquisa Patrimônio, Sustentabilidade e Tecnologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Hermanny de Almeida

VITÓRIA, ES

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

U39p Uliana, Julia Curto, 1996-
PATRIMÔNIO TERRITORIAL COMO FUNDAMENTO DO PLANEJAMENTO: : PROJETO REPRESENTACIONAL E ESTATUTO DOS LUGARES / Julia Curto Uliana. - 2022.
217 f. : il.

Orientadora: Renata Hermann de Almeida.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Patrimônio. 2. Abordagem territorialista. 3. Estatuto dos lugares. 4. Planejamento autodeterminado. 5. Aracruz/ES. I. Almeida, Renata Hermann de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

JULIA CURTO ULIANA

“PATRIMÔNIO TERRITORIAL COMO FUNDAMENTO DO PLANEJAMENTO:
PROJETO REPRESENTACIONAL E ESTATUTO DOS LUGARES”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 29 de setembro de 2022.

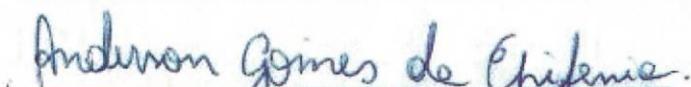
Comissão Examinadora

Profa. Dra. Renata Hermanny de Almeida
(orientadora – PPGAU/UFES)

Profa. Dra. Daniella do Amaral Mello Bonatto
(membro interno – PPGAU/UFES)



Profa. Dra. Latussa Bianca Laranja Monteiro
(membro externo – IJSN)



Prof. Dr. Anderson Gomes da Epifania
(membro externo – IFBAIANO)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo

Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
DANIELLA DO AMARAL MELLO BONATTO - SIAPE 1292466
Departamento de Arquitetura e Urbanismo -
DAU/CAr Em 24/11/2022 às 18:29

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/610498?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo

Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por

RENATA HERMANNY DE ALMEIDA - SIAPE 1172746

Departamento de Arquitetura e Urbanismo -

DAU/CAr Em 27/11/2022 às 16:57

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:

<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/611531?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por guiar meu caminho, sem Ele nada disso seria possível.

De maneira especial, agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de auxílio disponibilizada para a pesquisa. Agradeço à Professora Renata Hermanny de Almeida, por todo apoio, cuidado, dedicação e compreensão ao longo desses anos. Além de orientadora acadêmica, aprendi muito sobre postura, confiança e calma nos nossos encontros, sempre me estimulando a fazer e ser cada dia melhor, dentro de nossas possibilidades. Ao Professor Antônio Miguel Vieira Monteiro, pelo acolhimento no INPE, a todas as orientações e auxílio com o desenvolvimento do meu trabalho.

Agradeço com todo meu amor à minha família, que sempre me apoiou durante esses anos de muita dedicação, obrigada pela compreensão, paciência e incentivo. Começo por meus pais, Dulcemar e Paulo, pelo amor incondicional, proteção, confiança e suporte sobre as decisões da minha vida. Às minhas irmãs, Bruna e Clara, por todo amor, cooperação, paciência, coração, conselhos, risadas, saídas e convivência durante esses anos, eu não sei o que seria de mim sem vocês. Aos meus avós, por todo amor, zelo, abrigo, cuidado e confiança durante toda minha vida, mas, em especial, nesse período.

Já ouvi que não seria possível concluir uma graduação sem amigos, eu completo dizendo que nenhuma etapa é plenamente aproveitada e vivida sem amigos. À Lívia, que, além de ser minha parceira de laboratório diariamente, se mostrou uma grande amiga, compartilhando a felicidade e dividindo as pedras no caminho, sempre acolhedora e com fé. Compartilhamos o mesmo trajeto e estamos concluindo essa etapa juntas. Seu apoio acadêmico e emocional, durante esses anos, foi essencial. À Thaís, minha dupla de faculdade, mas que está sempre presente e acompanhou de perto todo o processo do mestrado, celebrando comigo todas as etapas e conquistas, sendo ouvido quando eu precisava, trazendo risadas para alegrar o dia, ocasiões para aliviar a tensão e o *stress*, além de estender as mãos e o ombro sempre que eu precisei. À Renata, a eterna amizade desde a escola, com quem eu compartilho a vida há tantos anos, já passamos por diversas fases e etapas, e permaneceremos assim nas próximas, com nossos encontros sempre doces. Agradeço a todos que estiveram presentes durante toda a minha trajetória acadêmica e de vida, é impossível citar cada um, mas saibam que todos possuem meu amor e carinho, saibam que a presença de vocês sempre será lembrada.

RESUMO

Considerando a intensificação da urbanização dispersa, fragmentada e difusa do território, expressa, entre outros, na adoção de estratégias competitivas isoladas de desenvolvimento, a pesquisa enfrenta teórica e metodologicamente a elaboração de uma dupla narrativa - histórico-estrutural e morfotipológica - pautada na interpretação e na representação do patrimônio territorial com vistas à elaboração de diretrizes estatutárias para o planejamento territorial autodeterminado. Essa proposição se vincula a investigações articuladoras da tríade temática patrimônio, território e planejamento, e desenvolve-se por intermédio de um pensamento sistêmico socio-espço-temporal. Tem como recorte espacial o município de Aracruz/ES. Pois, constituiu, ao longo do processo de ocupação e transformação, identidade territorial pautada em sedimentos de valor patrimonial estruturados na longa duração. A pesquisa se justifica na defesa do patrimônio como instrumento capaz de mediar processos integrados e orientados ao desenvolvimento autossustentável, operados pelo saber técnico e pela consciência social. A herança patrimonial – invariância estrutural geradora de uso, manutenção e valor patrimonial – se tomada de acordo com as diferentes trajetórias culturais, simbólicas e econômicas inerentes ao contexto territorial, contribui na proposição de cenários estratégicos. Face ao exposto, o objetivo geral do trabalho é discutir o papel do patrimônio territorial como mediador de referenciais de planejamento para o autogoverno territorial local (MAGNAGHI, 2017), a partir da estruturação de regras estatutárias em duas perspectivas: uma cognitiva, por meio de produção de conhecimento territorial; e uma normativa, por meio da indicação de parâmetros técnico-científicos para revisão e/ou produção de normativa. Especificamente, objetiva-se (i) gerar banco de dados – elementos estruturantes do território; (ii) estabelecer narrativa histórico-estrutural do município; (iii) elaborar metodologia para a leitura e mapeamento de morfotipos territoriais; (iv) gerar mapas dos morfotipos territoriais e (v) estabelecer conhecimento cognitivo e parâmetros normativos referenciais para a elaboração do Estatuto dos lugares. Para tanto, procede-se à metodologia de caráter qualitativo-descritivo e empírico, pois busca descrever o objeto para compreendê-lo profundamente, realizada em duas etapas desenvolvidas a partir da proposta projetual da Escola Territorialista Italiana (ETI). A primeira etapa é pautada na descrição e análise do objeto a partir da elaboração do Ciclo T-D-R, no qual serão pesquisados seus dados históricos, como sua formação, a evolução e seu desempenho territorial, aproximando-se de sua construção histórico-estrutural e morfotipológica; a segunda refere-se à elaboração do Atlas do Patrimônio Territorial, onde são representados os componentes espaciais singulares do território a partir dos morfotipos territoriais. Como resultado, a pesquisa propõe a elaboração de um Quadro do Patrimônio Territorial a fim de estabelecer diretrizes e normativas projetuais, contendo a descrição, interpretação e representação da identidade territorial e suas relativas invariantes municipais, com vistas à composição de um Estatuto dos Territórios para um desenvolvimento autossustentável e autodeterminado.

Palavras-chave: Patrimônio, Abordagem territorialista, Estatuto dos lugares, Planejamento autodeterminado, Aracruz/ES.

ABSTRACT

Considering the intensification of the dispersed, fragmented and diffuse urbanization of the territory, expressed, among others, in the adoption of isolated competitive development strategies, the research faces theoretically and methodologically the elaboration of a double narrative - historical-structural and morphotypological - based on the interpretation and in the representation of territorial patrimony with sights to the elaboration of statutory guidelines for self-determined territorial planning. This proposition is linked to articulating investigations of the thematic triad heritage, territory and planning, and is developed through a socio-space-time systemic thinking. Its spatial clipping is the municipality of Aracruz/ES. For, throughout the process of occupation and transformation, it constituted a territorial identity based on long-term structured heritage value sediments. The research is justified in the defense of heritage as an instrument capable of mediating integrated processes oriented towards self-sustainable development, operated by technical knowledge and social conscience. The patrimonial inheritance – structural invariance that generates use, maintenance and heritage value – if taken in accordance with the different cultural, symbolic and economic trajectories inherent to the territorial context, contributes to the proposition of strategic scenarios. In that regard, the general objective of the work is to discuss the role of territorial heritage as a mediator of planning references for local territorial self-government (MAGNAGHI, 2017), from the structuring of statutory rules in two perspectives: a cognitive one, through production of territorial knowledge; and a normative one, through the indication of technical-scientific parameters for revision and/or normative production. Specifically, it aims to (i) generate a database – structuring elements of the territory; (ii) establish the historical-structural narrative of the municipality; (iii) develop a methodology for reading and mapping territorial morphotypes; (iv) generate maps of territorial morphotypes and (v) establish cognitive knowledge and referential normative parameters for the elaboration of the Statute of places. For this purpose, a qualitative-descriptive and empirical methodology is used, as it seeks to describe the object to understand it deeply, carried out in two stages developed from the project proposal of the Italian Territorialist School. The first stage is based on the description and analysis of the object from the elaboration of the T-D-R Cycle, whereupon its historical data will be researched, such as its formation, evolution and territorial performance, approaching its historical-structural and morphotypological construction; the second refers to the elaboration of the Territorial Heritage Atlas, where the unique spatial components of the territory are represented from the territorial morphotypes. As a result, the research proposes the elaboration of a Territorial Heritage Framework in order to establish guidelines and design regulations, containing the description, interpretation and representation of territorial identity and its relative municipal invariants, with sights to composing a Territories Statute for a self-sustaining and self-determined development.

Keywords: Heritage, Territorial approach, Statute of territories, Self-determined planning, Aracruz/ES.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETO-CONCRETO	18
1.2 PROBLEMÁTICA	20
1.3 JUSTIFICATIVA	21
1.4 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	26
1.5 METODOLOGIA.....	27
1.6 RESULTADOS ESPERADOS	30
2. ABORDAGEM CONCEITUAL: TERRITÓRIO-PATRIMÔNIO, ESTATUTO DOS LUGARES – UM PROJETO PARA O AUTOGOVERNO TERRITORIAL	31
2.1 TERRITÓRIO-PATRIMÔNIO E A IDENTIDADE DO LUGAR	34
2.2 ESTATUTO DOS LUGARES.....	49
2.3 AUTOGOVERNO TERRITORIAL.....	51
2.3.1 Desenvolvimento local autossustentável	53
3. O MÉTODO PARA A REPRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL	58
3.1 A REPRESENTAÇÃO TERRITORIAL.....	60
3.1.1 Uma narrativa histórico-estrutural	61
3.1.1.1 <i>Método de análise histórico-estrutural do território</i>	65
3.1.1.2 <i>Ciclos de Territorialização de Aracruz – narrativa histórico-conceitual</i>	70
3.1.2 Uma narrativa morfotipológica	83
3.2 ESTUDO DA MORFOLOGIA TERRITORIAL REGIONAL.....	108
3.2.1 O Atlas Patrimonial Territorial	109
3.2.1.1 <i>Uso de tecnologia SIG para a compreensão do território</i>	109
3.2.1.2 <i>O Atlas patrimonial territorial</i>	111
3.2.2 Morfotipologia rural	117
3.2.3 Morfotipologia ambiental	135
3.2.4 Morfotipologia de assentamento	152
3.2.5 Morfotipologia urbana	157
3.3 SÍNTESE IDENTITÁRIA DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL DE ARACRUZ	174
4. ESTATUTO DOS TERRITORIOS E AUTOGOVERNO DAS COMUNIDADES	183
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
6. REFERÊNCIAS	210

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Microrregião de Planejamento 7 - Rio Doce (IJSN, 2020).....	16
Figura 2: Mapa de localização da área de estudo.....	18
Figura 3: PIB do município de Aracruz - valor adicionado bruto a preços correntes (unidade: R\$ x 1.000)	23
Figura 4: PIB do município de Aracruz - valor adicionado bruto a preços correntes (unidade: R\$ x 1.000)- referente atividade da agropecuária.....	23
Figura 5: PIB do município de Aracruz - valor adicionado bruto a preços correntes (unidade: R\$ x 1.000) – referente à atividade industrial	24
Figura 6: PIB do município de Aracruz - valor adicionado bruto a preços correntes (unidade: R\$ x 1.000) – referente à serviços (exceto administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)	24
Figura 7: PIB do município de Aracruz - valor adicionado bruto a preços correntes (unidade: R\$ x 1.000) – referente à administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.....	25
Figura 8: Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Aracruz /ES: valor	25
Figura 9: Esquema analítico-processual para o desenvolvimento local autossustentável	50
Figura 10: Esquema metodológico – 1ª Etapa	59
Figura 11: Esquema metodológico - 2ª Etapa.....	59
Figura 12: Espaço e território: os atos territorializantes.....	62
Figura 13: Esquema do Ciclo T-D-R	68
Figura 14: Aracruz Celulose S.A, 19--.....	72
Figura 15: Porto de Barra do Riacho – Portocel, 19--.....	73
Figura 16: Barra do Sahy, 1985	74
Figura 17: Vista panorâmica da cidade 19--.....	74
Figura 18: Aracruz, 19--	75
Figura 19: Praça Monsenhor Guilherme Schimitz 19--.....	75
Figura 20: Fórum municipal 19--	76
Figura 21: Prefeitura Municipal 19--	76
Figura 22: Igreja Matriz de São João Batista 19--	77
Figura 23: Limites administrativos - Aracruz	79
Figura 24: Mapa “Demonstração da capitania do Espírito Santo (1626)”	86
Figura 25: Mapa "Capitania de Porto Seguro (1631)"	87
Figura 26: Mapa “Do Porto do Espírito Santo à Ponta do Rio Doce (1640)”.....	88

Figura 27: Mapa "Demonstração do Espírito Santo (1666)"	89
Figura 28: Aracruz Celulose S.A. 19--.....	96
Figura 29: Vista aérea do Bairro Coqueiral, 19--	96
Figura 30: Mapa de Uso e Cobertura da Terra, 2015.....	98
Figura 31: Uso e Cobertura da Terra - 2012/2014/2016.....	100
Figura 32: Quadro - Principais comunidades tradicionais do município de Aracruz/ES, 2020	104
Figura 33: Quadro - Composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS	106
Figura 34: Mapa Etno-Histórico do Brasil e regiões adjacentes, com indicação de recorte territorial para o Espírito Santo	107
Figura 35: Mapa Etno-Histórico do Brasil e regiões adjacentes – aproximação recorte do estado do Espírito Santo.....	108
Figura 36: Esquema dos elementos constituintes do Atlas do Circondario Empolese-Valdesa.....	114
Figura 37: Tabela INCAPER - Número e área dos estabelecimentos agropecuários por tipologia, Aracruz/ES, 2017.....	142
Figura 38: Gráfico - Número de estabelecimentos em regime de Agricultura familiar e agricultura não familiar no município de Aracruz/ES	143
Figura 39: Igreja Católica de Santa Cruz, Santa Cruz.....	155
Figura 40: Igreja Católica de Santa Cruz, Santa Cruz - fachada lateral esquerda.....	155
Figura 41: Casa de Câmara e Cadeia, Santa Cruz	156
Figura 42: Aerofotografia – Complexo industrial, Aracruz Sede: (a) 1971 e (b) 2020	159
Figura 43: Morfologia urbana de Aracruz – Cidade, Sede.....	159
Figura 44: Aerofotografia – Complexo industrial, Barra do Riacho: (a) 1971 e (b) 2020	160
Figura 45: Morfologia urbana de Aracruz - Complexo industrial, Barra do Riacho	161
Figura 46: Aerofotografia – Balneários (Barra do Sahy, Mar Azul e Praia dos Padres): (a) 1971 e (b) 2020	162
Figura 47: Morfologia urbana de Aracruz – Balneários (Barra do Sahy, Mar Azul e Praia dos Padres)	162
Figura 48: Aerofotografia – Vilas (Coqueiral): (a) 1971 e (b) 2020	163
Figura 49: Morfologia urbana de Aracruz – Vilas (Coqueiral)	164
Figura 50: Aerofotografia – Vilas (Santa Cruz): (a) 1971 e (b) 2020.....	165
Figura 51: Morfologia urbana de Aracruz – Vilas (Santa Cruz)	166
Figura 52: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Vilas (Caieiras Velha)	167

Figura 53: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Vilas (Jacupemba)	168
Figura 54: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Vilas (Vila do Riacho)	168
Figura 55: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Vilas (Guaraná).	169
Figura 56: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Comunidades (Santa Rosa)	170
Figura 57: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Comunidades (Irajá)	170
Figura 58: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Comunidades (Ribeirão do Meio)	171
Figura 59: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Comunidades (Córrego D'água)	172
Figura 60: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Comunidades: Grapoana	172
Figura 61: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Comunidades (Nova Esperança)	173
Figura 62: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Comunidades (Biriricas)	173
Figura 63: Mapa Estatutário	193
Figura 64: Mapa Estatutário: Área proposta para o Parque Fluvial - Patrimônio 1 (Rio Piraquê-Açu) e 2 (Mangue)	194
Figura 65: Mapa Estatutário: Localização lagoas - Patrimônio 3 (Rede Hidrográfica, massas d'água)	195
Figura 66: Mapa Estatutário: Patrimônio 4 (Mata Nativa)	196
Figura 67: Mapa Estatutário: Patrimônio 5 (Agricultura)	197
Figura 68: Mapa Estatutário: Área proposta para o Parque Socioambiental - Patrimônio 6 (Reserva de Comboios)	198
Figura 69: Mapa Estatutário: Área proposta para o Corredor Verde - Patrimônio 7 (Reserva do Aricanga)	199
Figura 70: Mapa Estatutário: Área proposta para a investigação - Patrimônio 8 (Santa Cruz)	200
Figura 71: Mapa Estatutário: Área proposta para a revisão - Patrimônio 9 (Núcleos urbanos litorâneos – Balneários)	201
Figura 72: Mapa Estatutário: Indicação território indígena - Patrimônio 10	202
Figura 73: Mapa Estatutário: Indicação locais de pesca artesanal - Patrimônio 11	203

Figura 74: Mapa Estatutário: Indicação de área de articulação entre os núcleos urbanos	204
Figura 75: Esquema síntese metodológico	206
Figura 76: Esquema da composição patrimonial de Aracruz.....	207
Figura 77: Síntese das indicações estatutárias	208

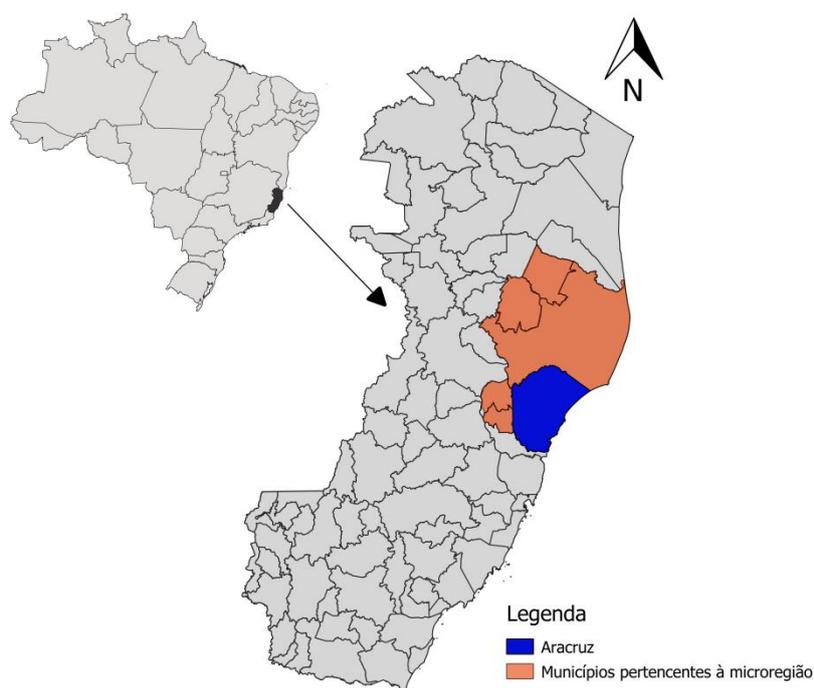
LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Fonte de dados	29
Tabela 2: População residente município de Aracruz	102
Quadro 3: Fontes de dados cartográficos	111
Tabela 4: Número de estabelecimentos agropecuários por tipologia	132
Tabela 5: Número de estabelecimentos agropecuários com produtos da silvicultura	133
Tabela 6: Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por tipologia.....	133
Tabela 7: Número de estabelecimentos agropecuários com efetivo da pecuária (Unidades)	134
Tabela 8: Densidade demográfica de Aracruz	174
Tabela 9: Quadro do Patrimônio Territorial – Estatuto dos Lugares	187

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se insere na tríade de pesquisa Patrimônio-Território-Planejamento e apresenta uma abordagem conceitual e metodológica proposta pela Escola Territorialista Italiana (ETI), aplicada em escala municipal no Espírito Santo, abrangendo a porção sul da microrregião de Planejamento 7 - Rio Doce (IJSN, 2020) (Figura 1), a qual contempla o município de Aracruz, destacados no mapa. Desta forma, será discutido o patrimônio, seu conceito e relevância para um planejamento territorial direcionado ao alcance de um desenvolvimento autossustentável/autodeterminado.

Figura 1: Microrregião de Planejamento 7 - Rio Doce (IJSN, 2020)



Fonte: Produzido da autora, 2022

O desenvolvimento do referencial teórico da pesquisa será fundamentado nos autores da ETI, como Alberto Magnaghi (2000, 2001, 2005, 2017) e Daniela Poli (2017), em autores, geógrafos, que abordam a temática do território e planejamento, como Rogério Haesbaert (2009, 2014), Claude Raffestin (2010), Milton Santos (1988) e Marcos Aurélio Saquet (2009, 2010), e em autores que apresentam o patrimônio, sua expansão e seu papel no desenvolvimento territorial, como Françoise Choay (2000, 2011).

A ETI desenvolve uma abordagem teórico-metodológica apresentando o patrimônio como mediador do processo de planejamento e desenvolvimento local autossustentável. Assim sendo, a abordagem territorialista cria um *corpus* teórico sobre o patrimônio nas três camadas formadoras do território: a ambiental, a construída e a

antrópica; bem como analisa os problemas enfrentados para o desenvolvimento no âmbito social, econômico, ambiental e político.

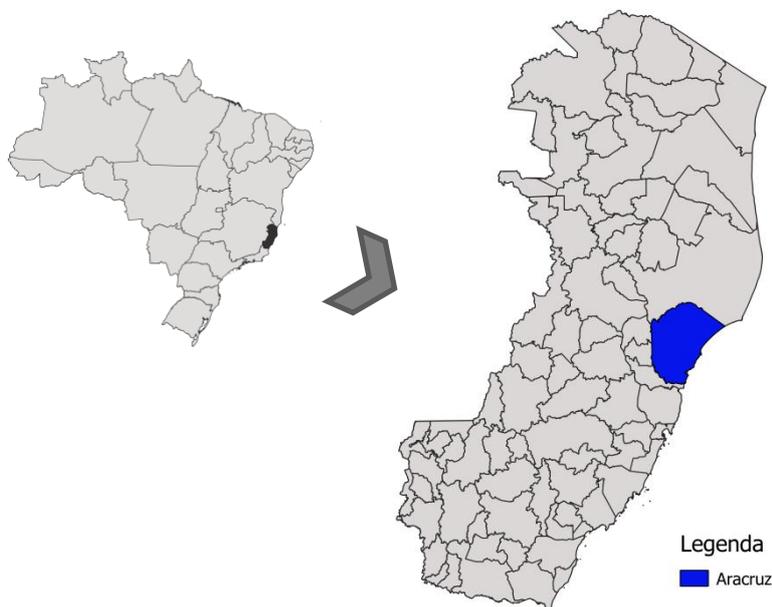
Um dos instrumentos de planejamento para o desenvolvimento autossustentável, proposto por Magnaghi, é o “Estatuto dos lugares”. Esse documento possui como finalidade a identificação das regras de transformação territorial e os invariantes estruturais, considerando as potencialidades e características locais do sistema territorial, para desenvolver uma sequência de cenários estratégicos que representem o patrimônio territorial, com o objetivo de promover uma inovação duradoura e sustentável.

Vale ressaltar que esta pesquisa foi elaborada durante a Pandemia da COVID-19, entre os anos de 2020 e 2022. Devido à diretrizes da Organização Mundial da Saúde, foi um momento de isolamento social, portanto, não foi realizada a pesquisa de campo em contato com a comunidade local, por questões de segurança sanitária. A pesquisa foi realizada com os dados obtidos online e por manipulação de camadas e dados por tecnologia SIG.

1.1 OBJETO-CONCRETO

A definição da unidade espacial de estudo ocorreu, inicialmente, devido à ocupação

Figura 2: Mapa de localização da área de estudo



Fonte: Produzido da autora, 2022

ocorrida no século XIX no Espírito Santo. Localizado ao norte da atual capital estadual, Vitória, este trabalho possui como objeto concreto de análise o município de Aracruz, destacado no mapa de localização da Figura 2. A porção sul da microrregião do Rio Doce, ao final do século XIX, possuía um dos portos de entrada para o território capixaba, possibilitando a introdução dos portugueses e imigrantes às colônias de diversos municípios, entre eles, o de Aracruz.

Para introduzir o objeto concreto escolhido, faz-se um breve histórico da região. Maria Isabel Muniz (1997), ao dissertar sobre o Espírito Santo, frisa que a partir de 1810, após o estado se tornar independente da Bahia, foram abertos caminhos para povoamento. Castiglioni (1998, p. 234) justifica que devido à proximidade com os rios, e, este ser o modo de adentrar ao território, os lotes planejados foram demarcados juntos aos cursos d'água, formando núcleos habitacionais, sejam eles espontâneos ou planejados. Sem seguir um plano, desenhando a paisagem de acordo com os diferentes modos e meios de vida dos que ali habitavam, o traçado urbano era configurado de acordo com a demanda de novas vias, porém, eram procurados locais com edificações já existentes, topografia adequada e proximidade com os cursos d'água.

O recorte territorial proposto (Figura 2) é uma região de relevância histórica para o povoamento do Espírito Santo, pois o município de Aracruz possui extensa área territorial litorânea, seu núcleo administrativo está localizado no interior do município, possui importante habitação indígena até os tempos atuais e, posteriormente, foi um

dos municípios com porto de chegada de imigrantes europeus. Neste território, a hidrografia possui muita relevância, pois o território tem como característica a presença do mar (que comporta importantes portos a nível municipal, estadual, nacional e internacional), rios – como os rios Piraquê-Açu e Comboios, importantes elementos da hidrografia estadual, pois, segundo Luiz Serafim Derenzi (1974), em seu livro “Os italianos no Estado do Espírito Santo”, os primeiros imigrantes desembarcaram em Santa Cruz (no município de Aracruz), em fevereiro de 1874 e adentraram ao território pelo Rios Piraquê-Açu -, presença de massas d’água (lagoas) e mangue. Pode-se afirmar, nesse município se formaram núcleos habitacionais de ocupação colonial importantes para o desenvolvimento espíritossantense.

Vale ressaltar que o território capixaba foi primeiramente habitado pelos indígenas Tupiniquim (SOUZA, 2020), seguido pelos luso-brasileiros e africanos escravizados, após, ocorreu a imigração dos europeus de matrizes nacionais diversas, “o fenômeno socioeconômico mais importante do século XIX, sob o aspecto demográfico” (DERENZI, 1974, p. 15). A fusão de todos os costumes dos diferentes grupos que habitavam o território influenciou na constituição da diversidade identitária dos habitantes atuais.

Acerca da imigração italiana no Espírito Santo, Derenzi (1974) relata que o processo se iniciou nos primeiros anos da década de 1870 e que, ao final dessa década, a população da ainda província havia aumentado em quase 50%. Vale salientar, ainda segundo Derenzi, que o município de Santa Cruz era o 4º (quarto) mais ocupado do estado (DERENZI, 1974, p. 79).

O objeto-concreto em estudo possui diferenças topográficas. A formação geológica do município é caracterizada por ser plana ao litoral, e, ao adentrar o território, existem duas áreas de relevo acidentado, com a presença de um dos morros de maior altitude estadual, o morro do Aricanga. Esse morro é uma das unidades de conservação municipais¹, nele está localizado o Parque Natural Municipal do Aricanga, um local de preservação da fauna e da flora locais, de incentivo à pesquisa e também atrativo turístico.

¹ “Art. 464. O Município, obedecendo as diretrizes e objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e do Código Municipal de Meio Ambiente, lei Nº 2.436, de 26 de dezembro de 2001, poderá criar unidades em seu território, visando a proteção integral ou, quando for o caso, o desenvolvimento e uso sustentado dos recursos naturais e estabelecendo um Sistema Municipal de Unidades de Conservação - SMUC.” (ARACRUZ, 2020, p. 146). O Parque Natural Municipal do Aricanga está inserido como Unidade de Proteção Integral, cujo objetivo é preservar a natureza, utilizando apenas indiretamente seus recursos naturais (com exceção dos casos previstos em leis e regulamentos).

A princesa alemã Teresa da Baviera, em carta escrita datada de 1888, ao relatar o percurso realizado por via marítima, ao norte de Vitória, relatou sobre a paisagem que visualizava: topografia plana, com a costa fechada pela mata, presença de banhados e lagos, e ausência de habitantes. Ainda, após adentrar o território, a princesa destaca o perfil montanhoso do horizonte e, nas proximidades de Santa Cruz, a existência de uma aldeia missionária cujos habitantes eram majoritariamente indígenas (BAVIERA, 2013, p. 129).

Por meio da pesquisa, propõe-se que este objeto concreto alcance um desenvolvimento autossustentável, no qual a comunidade reconheça sua identidade, seu patrimônio (sedimentos materiais e cognitivos), preservando-os para as gerações futuras. Pretende-se, portanto, a partir da elaboração de um estatuto dos lugares, que o município conquiste um planejamento territorial para um desenvolvimento na longa duração, sólido e autêntico, a partir do patrimônio local, de modo que suas singularidades sejam exaltadas.

1.2 PROBLEMÁTICA

Considerando a intensificação da urbanização dispersa, fragmentada e difusa do território, expressa, entre outros aspectos, na adoção de estratégias competitivas isoladas de desenvolvimento, a pesquisa enfrenta teórica e metodologicamente a elaboração de uma narrativa histórico-estrutural pautada na interpretação e na representação do patrimônio territorial com vistas ao estabelecimento de regras estatutárias para o planejamento do território. Essa proposição se origina do interesse em fomentar o retorno à terra e às potencialidades locais, estabelecendo diretrizes para um desenvolvimento autodeterminado, limitando o poder econômico como orientador do desenvolvimento municipal.

Na contemporaneidade, esse município possui uma gestão com um plano de desenvolvimento com insuficiente valorização de seus potenciais patrimoniais, carecendo de apropriação da comunidade de seu patrimônio e seu valor, identificado por meio de análise dos documentos regulamentadores e planos governamentais elaborados que contemplem Aracruz. Por intermédio de uma análise territorial, obtida por um Atlas do patrimônio territorial, identificando os morfotipos territoriais e os potenciais patrimoniais da região, é possível desvelar os sedimentos cognitivos e materiais que devem ser integrados e incentivados para um planejamento territorial, a partir do reconhecimento e valorização da comunidade a eles. A identificação dos

potenciais e produção de um atlas patrimonial territorial municipal são instrumentos que contribuem na elaboração e proposição de um cenário estratégico de desenvolvimento autossustentável, impulsionando o desenvolvimento municipal a partir de seus valores e potenciais de longa duração. Assim sendo, haverá uma continuidade dos valores locais, obras e identidade territorial da comunidade para as gerações futuras.

1.3 JUSTIFICATIVA

Esse enfrentamento justifica-se na identificação dos elementos estruturais territoriais caracterizantes contínuos no tempo, associados à configuração espacial e morfológica local, pois esse município tem sua identidade territorial estruturada em sedimentos dotados de valor patrimonial.

O morfotipo territorial possui quatro categorias (de assentamento, urbano, rural ou ambiental) e é definido por uma morfologia particular do sistema de relações entre assentamento e ambiente, onde são identificados elementos que se destacam, os invariantes estruturais. Dessa forma, a representação morfotipológica permite o reconhecimento do território por duas esferas: a cognitiva e por meio de revisão de normativas.

Daniela Poli (2018) distingue os quatro esquemas morfotipológicos, elaborados pela ETI como constituintes do patrimônio territorial: (1) o morfotipo urbano, onde são representadas as relações entre os edifícios, ruas, praças, etc.; (2) o morfotipo de assentamento, caracterizado pelas relações morfotipológicas entre os núcleos urbanos, infraestrutura e contexto geofísico; (3) o morfotipo ambiental, onde são retratadas as relações hidrogeomorfológicas e as redes ecológicas; e (4) o morfotipo rural, correspondente às relações hidrogeomorfológicas, tramas agrofloretais, construções e infraestruturas rurais.

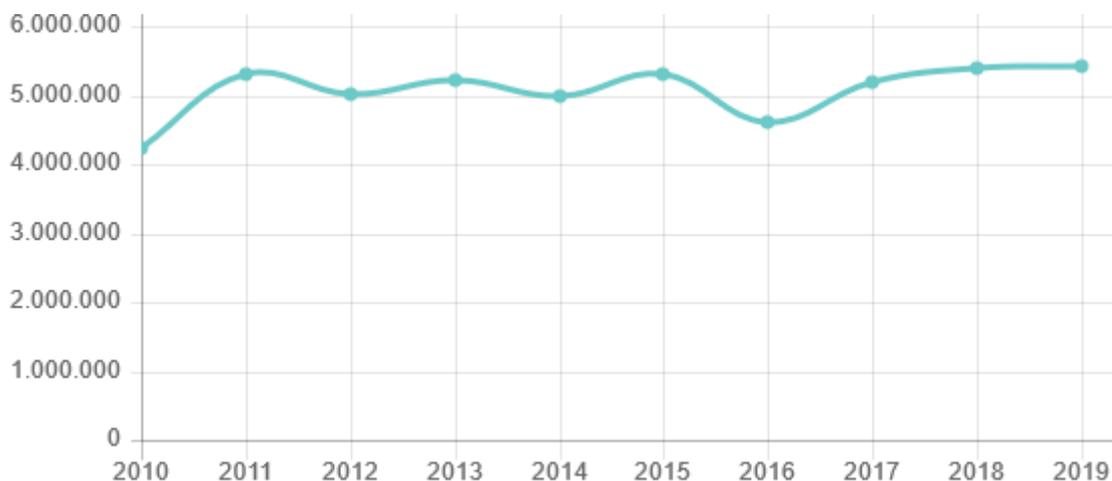
Condensados ao longo do processo de ocupação, originalmente conduzido por povos indígenas, luso-brasileiros e africanos escravizados, em sequência por imigrantes europeus, os sedimentos, materiais e cognitivos, permitem o reconhecimento dos elementos estruturais de longa duração – os permanentes e os persistentes – e as regras de transformação do território. Reconhecer os valores patrimoniais, de existência e de recurso, é importante no enfrentamento da desvalorização e degradação territorial, ao produzir saber e orientar narrativas estratégicas para a revisão e a formulação de normativas vinculadas ao projeto e ao planejamento.

Além disso, o município possui relevância histórica para o povoamento do Espírito Santo, pois foi território de instalação jesuíta, no século XVI, importante habitação indígena persistente na longa duração histórica até os tempos atuais, além disso, devido sua extensa área litorânea, abrigou um dos portos do processo imigratório do estado, o Porto de Santa Cruz, local de chegada de imigrantes europeus ao final do século XIX e início do século XX; ademais, seu núcleo administrativo é centralizado no território do município, estratégia utilizada pelo governo local para desenvolver melhor e mais facilitada comunicação entre todos os distritos. Dessa forma, foram estabelecidos importantes núcleos para o desenvolvimento territorial e econômico do estado desde a Província do Espírito Santo, constituindo-se um núcleo de importância histórico-econômica-ocupacional para o estado.

Atualmente, o município possui sua ocupação pautada principalmente no desenvolvimento econômico industrial, movido pelas empresas privadas presentes em seu território fazendo o uso de sua terra para o reflorestamento fundamentado no plantio do eucalipto - matéria-prima da celulose, utilizada para a fabricação de papel - e de seu litoral com a implementação de dois portos marítimos para a exportação de matéria-prima proveniente da eucaliptocultura, e serviços de apoio à navegação.

Aracruz possui seu Produto Interno Bruto (PIB) (Figura 3) *per capita* com valor de cinquenta e três mil, quinhentos e treze e setenta e dois centavos (R\$ 53.513,72), classificando-o como o sexto maior PIB estadual – encontrando-se atrás somente dos municípios de Serra, Vitória, Vila Velha, Cariacica e Linhares (ESPÍRITO SANTO, 2021). Esses valores possuem 59% de sua receita oriunda de fontes externas e derivam principalmente das atividades de: (i) indústria, (ii) serviços, (iii) administração, defesa, educação e saúde e seguridade social e (iv) agropecuária, ficando estabelecidos os valores arrecadados em cada atividade nas Figuras 4 a 7.

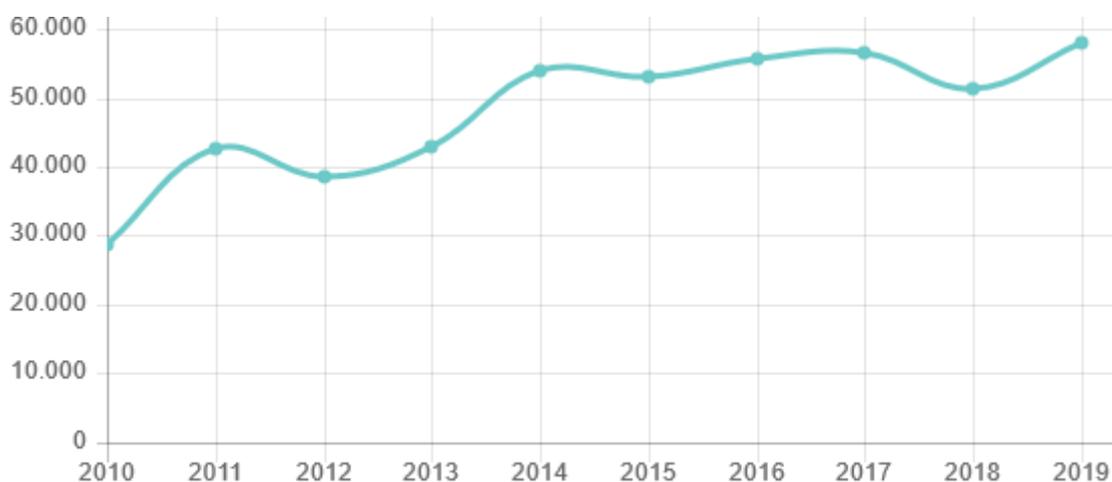
Figura 3: PIB do município de Aracruz - valor adicionado bruto a preços correntes (unidade: R\$ x 1.000)



Fonte: IBGE [2010 A 2019], 2022

A Figura 4 expõe graficamente o aumento gradual do valor do PIB referente à agropecuária desde a década de 2010, estabelecida no último ano o valor R\$ 53.513,72, o menor valor arrecadado entre as principais atividades estabelecidas como de maior projeção monetária.

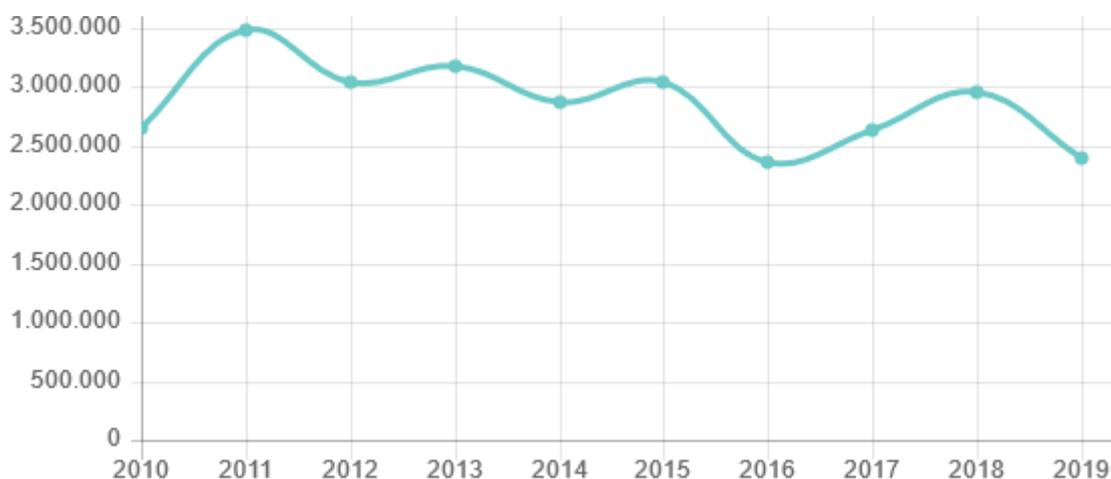
Figura 4: PIB do município de Aracruz - valor adicionado bruto a preços correntes (unidade: R\$ x 1.000)- referente atividade da agropecuária



Fonte: IBGE [2010 A 2019], 2022

A Figura 5 demonstra que o PIB municipal da atividade industrial é sinuoso, com tendência a redução ao longo dos anos, estando no ano de 2019 correspondente à R\$ 2.396.160,15, o maior valor entre as atividades inseridas como principais fontes de arrecadação.

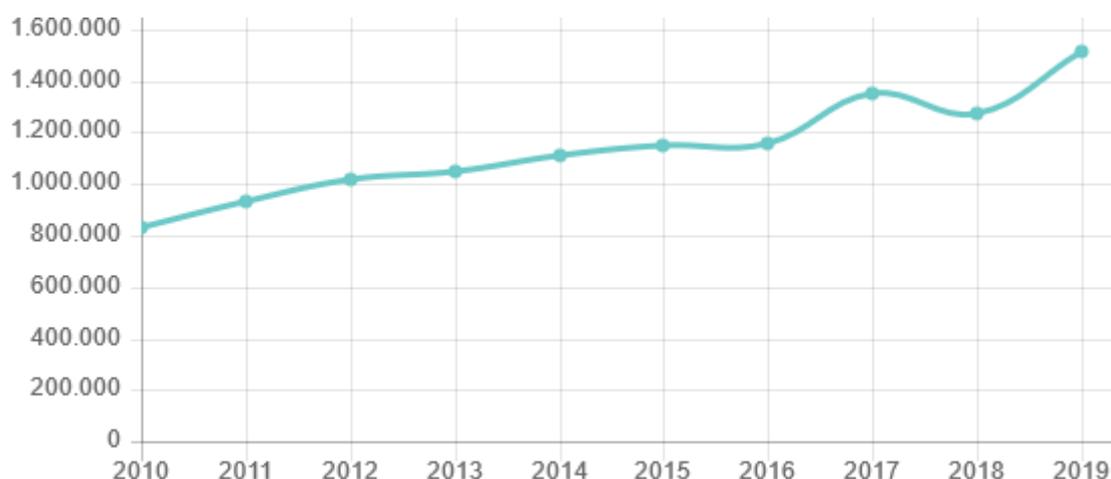
Figura 5: PIB do município de Aracruz - valor adicionado bruto a preços correntes (unidade: R\$ x 1.000) – referente à atividade industrial



Fonte: IBGE [2010 A 2019], 2022

No que se refere aos serviços, houve uma crescente quase linear dos anos de 2010 a 2015, com sinuosidade entre 2016 e 2018, e um expoente entre os anos de 2018 e 2019. Nesses anos, a partir de 2010, o valor foi quase duplicado, iniciando pouco acima de oitocentos mil reais (R\$ 800.000,00) para o valor de R\$ 1.512.019,16, no ano de 2019 (Figura 6), estabelecendo-se como a segunda maior fonte de arrecadação.

Figura 6: PIB do município de Aracruz - valor adicionado bruto a preços correntes (unidade: R\$ x 1.000) – referente à serviços (exceto administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social)

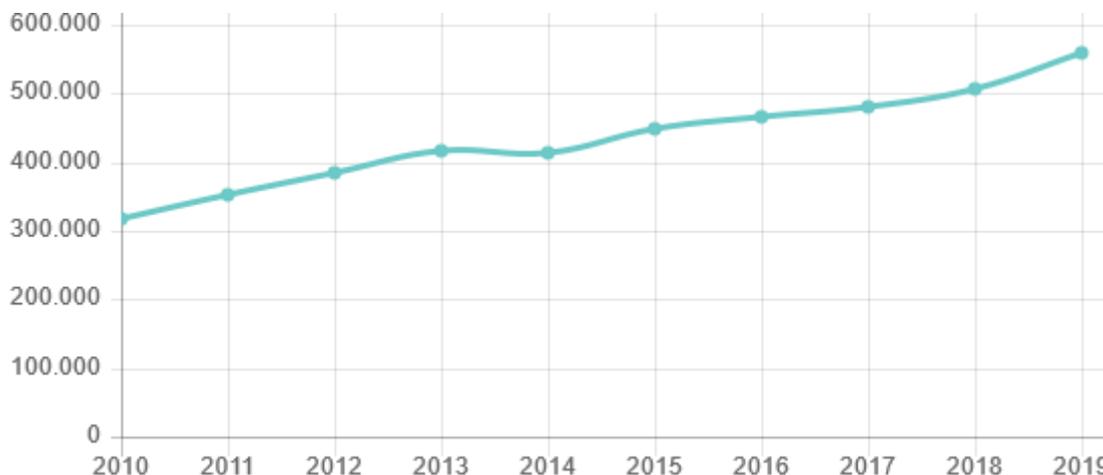


Fonte: IBGE [2010 A 2019], 2022

No que corresponde aos valores estabelecidos para a administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, o gráfico também apresenta uma linearidade crescente com o passar dos anos, porém, com menor grau. Em 2010 o valor era pouco

acima de trezentos mil reais (R\$ 300.000,00) e no ano de 2019, ainda não havia superado os seiscentos mil reais, chegando ao número de R\$ 560.051,16 (Figura 7).

Figura 7: PIB do município de Aracruz - valor adicionado bruto a preços correntes (unidade: R\$ x 1.000) – referente à administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social



Fonte: IBGE [2010 A 2019], 2022

Portanto, os percentuais contribuintes de cada atividade ficaram estabelecidos na tabela elaborada pelo INCAPER (2020, p. 10), disponibilizado pela Figura 8. Por essa composição, é evidenciado que a principal atividade desenvolvida no município e que predomina a arrecadação monetária é a indústria, seguida dos serviços realizados no município, com discrepância do valor relativo às atividades desenvolvidas para a administração, segurança e saúde pública, e com o menor índice percentual, a agropecuária compõe a menor participação no PIB municipal.

Figura 8: Composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Município de Aracruz /ES: valor

ATIVIDADE ECONÔMICA	PORCENTAGEM
Agropecuária	1,25%
Indústria	58,24%
Serviços – exclusive Administração, Defesa, Educação e Saúde Pública e Seguridade Social	29,87%
Administração, Defesa, Educação e Saúde Públicas e Seguridade Social	10,64%

Fonte: INCAPER, 2020, p. 10

Esta dissertação busca encontrar forças históricas e patrimoniais para um desenvolvimento contemporâneo, elaborado para o futuro. Pressupõe-se que os menores núcleos de assentamento, as menores propriedades e comunidades com capital de investimento mais limitado são os agrupamentos humanos que subsidiarão o

desenvolvimento autossustentável, pois esses são os que cuidam, conhecem e reconhecem sua terra, seus costumes e sua comunidade.

Esse trabalho também se qualifica como uma revisão normativa acerca do planejamento territorial, onde, com base na ETI, o desenvolvimento é planejado junto à comunidade local, para que se apropriem de sua identidade e patrimônio, tendo em vista a manutenção do território e suas particularidades, bem como sua preservação para as futuras gerações. Além disso, esse estudo pode propiciar uma nova metodologia de investigação do conceito e de como ponderar e qualificar o território, contribuindo para o conhecimento acerca do planejamento territorial municipal, a partir do desenvolvimento autossustentável.

Um projeto de desenvolvimento local autossustentável possui como direcionamento o autogoverno territorial, em um senso comum compartilhado promovendo a sustentabilidade política. O autogoverno territorial valoriza o patrimônio, o estilo de vida e as particularidades locais, conservando-as e valorizando-as para as gerações futuras; um projeto de desenvolvimento autossustentável possui caráter qualitativo, reconhecendo os elementos e relações representativas de sua estrutura identitária, promovendo o diálogo entre a comunidade e os governantes locais em ações de preservação da identidade e dos sedimentos locais. Dessa forma, o plano de desenvolvimento é elaborado com o entendimento do passado e das forças atuais, planejando o futuro, à longa duração, estabelecendo diretrizes eficazes para que a comunidade seja capaz de se manter e progredir, sem perder seus costumes e características.

1.4 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A herança patrimonial – invariância estrutural geradora de uso, manutenção e valor patrimonial – se tomada de acordo com as diferentes trajetórias culturais, simbólicas e econômicas inerentes ao contexto territorial, contribui na proposição de cenários estratégicos.

Face ao exposto, o objetivo geral do trabalho é discutir o papel do patrimônio territorial como mediador de referenciais de planejamento para o autogoverno territorial local (MAGNAGHI, 2017), a partir da estruturação de regras estatutárias em duas perspectivas: uma cognitiva, por meio de produção de conhecimento territorial; e uma

normativa, por meio da indicação de parâmetros técnico-científicos para revisão e/ou produção de normativa. Especificamente, objetiva-se:

- Gerar banco de dados – elementos estruturantes do território;
- Estabelecer narrativa histórico-estrutural do município;
- Elaborar metodologia para a leitura e mapeamento de morfotipos territoriais;
- Gerar mapas dos morfotipos territoriais;
- Estabelecer conhecimento cognitivo e parâmetros normativos referenciais para a elaboração do Estatuto dos territórios.

1.5 METODOLOGIA

Utilizando como fundamentação teórica a Escola Territorialista Italiana (ETI), o planejamento do desenvolvimento local possui como princípio o desenvolvimento autossustentável. Esse desenvolvimento é fundamentado no reconhecimento dos sedimentos de valor patrimonial, pois ao conhecer profundamente a história do território e de seus habitantes, é possível ter um modelo de planejamento identitário. O planejamento e o urbanismo são instrumentos capazes de proporcionar qualidade de vida para os habitantes, sem que se percam as identidades morfotipológicas da cidade e das paisagens rurais (MAGNAGHI, 2017, p. 34).

Na abordagem territorialista, a análise morfotipológica possui caráter estrutural de entendimento e identificação das regras de reprodução do patrimônio territorial, em que:

[...] interpreta e representa as características identitárias dos sistemas territoriais em contínua evolução/transformação por meio da definição de suas configurações espaciais. Inclui a morfologia (uma forma específica) e a tipologia (a repetição dessa forma) (POLI, 2017, p. 43 - tradução nossa).

Portanto, a análise morfotipológica, torna-se uma norma qualitativa onde são representados os componentes espaciais singulares do território (representáveis, mensuráveis, avaliáveis) no contexto regional, “o morfotipo territorial representa a forma estável que assume um neoecossistema como resultado de processos coevolutivos de longa duração” (POLI, 2017, p. 43).

O método utilizado na presente pesquisa possui caráter qualitativo-descritivo e empírico, pois busca descrever o objeto com o objetivo de compreendê-lo profundamente (SERRA, 2006, p. 77). A metodologia adotada – representação territorial - será realizada em duas etapas, desenvolvidas a partir da proposta projetual da Escola Territorialista

Italiana (ETI): (1) conhecimento do território objeto-concreto em estudo e (2) elaboração de um Atlas do patrimônio territorial. Ambas as etapas são representacionais e objetivam a descrição e análise do objeto.

A primeira representação territorial se desenvolverá a partir da elaboração do Ciclo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (Ciclo T-D-R), no qual serão pesquisados seus dados históricos, como sua formação, a evolução e seu desempenho territorial, aproximando-se da construção histórico-estrutural e morfotipológica do objeto (MAGNAGHI, 2005).

O morfotipo territorial possui quatro categorias (urbano, rural, de assentamento ou ambiental) e é definido por uma morfologia particular do sistema de relações entre assentamento e ambiente, onde serão identificados elementos que se destacam, os invariantes estruturais.

Na segunda representação territorial, análise morfotipológica, serão representados os componentes espaciais singulares do território, conforme proposição elaborada por Poli (2018): a distinção de quatro morfotipos para análise (o urbano, o de assentamento, o ambiental e o rural). Considerando as particularidades territoriais do município de pesquisa, a representação cartográfica realizada no presente trabalho será do morfotipo rural, observando que os principais aspectos territoriais, constituintes de seu patrimônio, são formados por sua camada físico-hídrico-geomorfológica. Para a compreensão do morfotipo rural são analisadas as relações estruturais e espaciais do território, sendo essas, constituídas pelas formas do relevo, da rede hidrográfica e do parcelamento da terra nas áreas antrópicas agrícolas.

A representação territorial será produzida por meio de mapeamento cartográfico, realizado com o auxílio da tecnologia SIG (Sistemas de Informações Geográficas) e o uso do software QGis, na versão 3.8.3, compondo-se como uma das interfaces de programação que utilizam a linguagem *Python popular* para o desenvolvimento e automatização de suas funções. O QGis é um software com código-fonte aberto, de uso livre, que possibilita a criação, processamento, manipulação, visualização, análise, armazenamento e publicação de informações geoespaciais, gerando mapeamentos para visualização ou impressão. A criação de mapas geoinformacionais possibilita a identificação, sobreposição e análise de diferentes informações, como os sedimentos e as transformações territoriais ocorridas.

As bases de dados utilizadas são de consulta livre, disponibilizados pelos sites do Geobases, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), o

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), em formato *shapefile*, compatíveis com o uso do software QGis, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Fonte de dados

Dado/Fator	Ano	Fonte	Formato
Uso e cobertura da terra	2014	Geobases - IEMA	Geobjeto (polígonos)
Cursos d'água	2018	Geobases	Geobjeto (polígonos)
Limites municipais	2018	IJSN	Geobjeto (polígonos)
Unidades da Federação	2018	Geobases	Geobjeto (polígonos)
Áreas de proteção	2021	Geobases	Geobjeto (polígonos)
Unidades de vegetação e Zonas Naturais	2018	Geobases	Geobjeto (polígonos)
Trecho rodoviário/ferroviário	2018	IJSN	Geobjeto (polígonos)
Núcleos urbanos e rurais	2016	IJSN	Geobjeto (polígonos e pontos)
Declividade	2005	Geobases	Camadas raster
Unidades de Conservação	2019	Geobases - IEMA	Geobjeto (polígonos)
Orthophoto	2005	Google Satelite	Camadas raster
Ottobacias num 06	2007	IJSN	Geobjeto (polígonos)

Fonte: Produzida pela autora, 2022

Para a elaboração de todos os mapas, a delimitação do município de Aracruz foi realizada por meio da criação de uma tabela espacial, estabelecendo restrições das feições e informações de nome e código municipal, por meio dos metadados divulgados na tabela de atributos disponibilizada nas camadas vetoriais estabelecendo limites da aparição e filtrando os dados a serem exibidos para que eles possam ser melhor manipulados.

1.6 RESULTADOS ESPERADOS

Como resultado, a pesquisa propõe estabelecer diretrizes e normativas, contendo a descrição, a interpretação e a representação da identidade territorial e suas relativas invariantes a nível municipal, compondo um Estatuto dos territórios. Esse Estatuto possui como elemento central o desenvolvimento do patrimônio local, para que as histórias e valores regionais sejam preservados, permaneçam e sejam passados para as gerações futuras.

A elaboração de um Estatuto dos territórios municipal é o desenvolvimento de um documento de valor cognitivo e normativo, por conter as invariantes estruturais e regras de transformação municipais que possuam potencial para serem incorporadas em um plano de desenvolvimento autodeterminado. O Estatuto dos territórios, segundo Carta (2010), é um documento regulamentador, onde estão dispostas as diretrizes acerca da proteção e aprimoramento do uso do patrimônio e dos elementos invariantes locais.

Pressupõe-se que os pequenos núcleos de assentamento e a camada morfotipológica rural serão os guias para a elaboração das diretrizes para o desenvolvimento autodeterminado, pois a camada físico-hídrico-geomorfológica é a que possui maior expressão territorial, além do potencial de diversidade produtiva agricultora para frear o avanço do reflorestamento de eucalipto sobre o território.

2. ABORDAGEM CONCEITUAL: TERRITÓRIO-PATRIMÔNIO, ESTATUTO DOS LUGARES – UM PROJETO PARA O AUTOGOVERNO TERRITORIAL

A discussão teórica da presente dissertação iniciará uma abordagem acerca do território como espaço geográfico, produtor de identidade territorial, constituído de sedimentos materiais e cognitivos formadores do patrimônio local.

O embasamento teórico a ser discutido neste capítulo passa por referenciais do campo da Geografia, como Milton Santos (1988), Marcos Aurélio Saquet (2009), Rogério Haesbaert (2009, 2014) e Claude Raffestin (2009). No campo da Arquitetura e Urbanismo, a principal fonte bibliográfica utilizada serão os autores da Escola Territorialista Italiana, como Daniela Poli (2017 e 2018) e Alberto Magnaghi (2000, 2001, 2005, 2017).

Ao falar sobre espaço geográfico, entende-se como o lugar de relações humanas que se estabelecem em diferentes unidades de espaço e tempo na formação de cada território. A abordagem iniciará com o pensamento do geógrafo Marcos Aurélio Saquet (2009), que destaca um aumento nas produções científicas em países como Itália e Suíça, com centralidade no conceito de território e que estabelecem ligações com as redes e as relações de poder, com a paisagem e o espaço geográfico, evidenciando uma crescente desse mesmo pensamento no Brasil, principalmente a partir da década de 1990.

Para Saquet (2009, p. 76), há uma relação de unidade entre espaço, território e territorialidade, apesar de serem conceitos diferentes. Definir esses conceitos envolvem conteúdos e métodos epistemológicos, ontológicos e políticos. O autor então expõe as diferentes abordagens e concepções da Geografia acerca de espaço e de território de dois relevantes pesquisadores: Milton Santos e Claude Raffestin. Ambos sinalizam para uma separação entre o que é o espaço e o que é o território: “Tal diferenciação é necessária, porém é fundamental reconhecer que espaço e território não estão separados: um está no outro. O espaço é indispensável para a apropriação e produção do território” (SAQUET, 2009, p. 83).

O geógrafo Milton Santos (1988) considera o espaço como uma realidade relacional em que sua definição está atrelada a outras realidades: natureza e sociedade, ambas vinculadas ao trabalho. Ou seja, o espaço é “o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta” (SANTOS, 1988, p. 10), da ação dos homens sobre o próprio espaço, um conjunto de movimentos de objetos geográficos (forma), objetos naturais (natureza) e objetos sociais (sociedade).

Santos (1988, p. 11) explica que o espaço possui indispensável importância, pois cada fração do território possui diferentes funções, tornando cada ponto do espaço importante, “efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas”. O autor enfatiza o movimento do espaço, as modificações inerentes a ele, pois o ser humano é um ser cultural e social que transforma o seu meio, o espaço em que habita.

A produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas. (SANTOS, 1988, p. 22).

Apesar da proximidade entre os conceitos de território e espaço, para Saquet (2009), existem três processos que os diferenciam:

- a) as relações de poder numa compreensão multidimensional, constituindo campos de força econômicos, políticos e culturais ([i]materiais) com uma miríade de combinações;
- b) a construção histórica e relacional de identidades;
- c) o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR). (SAQUET, 2009, p. 82).

Dessa forma, se estabelece relação com Santos (1988), pois esse afirma que: espaço habitado e ecúmeno (área habitável pelo homem na superfície terrestre) são sinônimos. O espaço habitado se modifica, pois, o homem é um ser social capaz de se adaptar a diferentes e diversas condições naturais. As relações sociais, realizadas por diferentes sujeitos, serão fonte de materialidade construída e desenvolvida por intermédio de objetos. Neste fragmento de Santos (1988), encontra-se o destaque à dinâmica dessa transformação no espaço habitado.

[...] acarretando sucessivas mudanças demográficas e sociais em cada continente (mas também em cada país, em cada região e em cada lugar). O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado. (SANTOS, 1988, p. 14).

Segundo o geógrafo Claude Raffestin (2009, p. 26), “espaço e território não são termos equivalentes e nem sinônimos”, apesar de seu uso na linguagem cotidiana não ser distinto. Para ele, o espaço antecede e gera o território. O espaço é territorializado por alguém, adaptando as condições existentes às necessidades da comunidade e/ou sociedade, em contrapartida “o território é a prisão que os homens constroem para si, reorganizando as condições iniciais” (RAFFESTIN, 2009, p. 26).

Ao referir-se à territorialidade, Raffestin (2010, p. 14-15) a entende “como ciência que resulta o conhecimento e as práticas dos homens no espaço”, como um “conjunto de relações materiais e imateriais”. Entende-se, então, que a territorialidade é uma

produção histórica do território, construída continuamente pelo homem, da aplicação de seu conhecimento em contínua evolução.

O geógrafo Rogério Haesbaert (2009) ao falar de espaço e território, refere-se a diversos autores como Deleuze e Gallo (2003) para estruturar seus conceitos. Ele acredita que os conceitos são transformadores, porque eles produzem e são produtos de pensamentos e acontecimentos.

Haesbaert (2009) aproxima as duas noções de território e de espaço, pois ele acredita que espaço e território não podem ser separados, embora não sejam equivalentes, pois não há território sem espaço. Dessa forma, o espaço é compreendido num âmbito mais epistemológico, emaranhado com as dimensões espaciais e sociais. No entanto, o território está vinculado com as relações de poder. O autor, então, entende o território por meio de três alíneas:

- *Processo*, num sentido relacional, enfatizando a dinâmica do território, a ação de territorialização.
- Composto por *fronteiras* não obrigatoriamente bem definidas e sem uma clara distinção entre “dentro” e “fora”.
- “*Identicidades múltiplas*”, pois o território é composto por múltiplos poderes em diferentes escalas e modalidades. (HAESBAERT, 2014, p. 91-92).

Assim sendo, Haesbaert (2009) afirma ser o território estreitamente vinculado às relações sociais e ao contexto histórico em que está inserido – o homem como produtor do território interfere diretamente na natureza, a modificando e a transformando. Devido a essa condição, ele está suscetível a uma orgânica modificação ao longo do tempo e sofre influência das relações econômico-políticas, das relações de poder. Ou seja, o autor afirma que o território e os processos de territorialização estão envolvidos nas esferas culturais e econômicas (HAESBAERT, 2014, p. 44).

A partir do conteúdo exposto, entende-se como território um espaço geográfico que sofre influência da sociedade que o habita, da ação do tempo e dos acontecimentos histórico-econômicos vinculados a ele. E a “territorialização” como um processo de habitar e vivenciar o território, podendo estar vinculado ou não a um planejamento.

2.1 TERRITÓRIO-PATRIMÔNIO E A IDENTIDADE DO LUGAR

Após a compreensão dos conceitos basilares adotados para o entendimento do território, neste item, será abordado o território-patrimônio, apresentando os conceitos de território e patrimônio individualmente e o território como patrimônio, o território-patrimônio, bem como seus constituintes.

Assim como no item anterior, integram-se pesquisadores da Geografia e da Arquitetura e Urbanismo como suporte referencial na pesquisa. Ao discutir o território, as referências utilizadas serão Daniela Poli (2017), Alberto Magnaghi (2001, 2005), Luiz Carlos Schneider (2015), Rogério Haesbaert (2014), Marcos Aurélio Saquet (2009), Claude Raffestin (2009), Massimo Carta (2010), Rosa Maria Vieira Medeiros (2009), Girlan Cândido da Silva (2010), Sahr e Sahr (2009) e Raquel Ribeiro de Souza Silva (2017).

Para o entendimento de patrimônio, apresentam-se as definições de Françoise Choay (2000, 2011), constituindo o *corpus* teórico acerca do patrimônio, e das instituições regularizadoras do patrimônio, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), importantes órgãos na manutenção, preservação e proteção do patrimônio a nível internacional e nacional, respectivamente. Durante a discussão de território-patrimônio, os principais teóricos serão os pensadores da Escola Territorialista Italiana. Dessa forma, a abordagem dessa pesquisa é conduzida em uma fusão entre o *corpus* teórico e *corpus* regularizador do patrimônio.

Ao falar de território, segundo o geógrafo Carlos Ritter (2011), desde a Antiguidade, no fim do Império Romano, a utilização do termo *territorium*² representava a hinterlândia de uma cidade dependente ao Império, referindo-se à “totalidade das terras utilizáveis dentro dos limites de qualquer comunidade de cidadãos” (SAHR e SAHR, 2009, p. 149). Esta utilização do termo possui proximidade com o conceito adotado por Schneider e Fialho (2015), pois ele afirma que a expressão território surgiu para o estudo do ambiente geográfico.

Durante o século XX, a Geografia, disciplina inserida no campo do território da presente pesquisa, experimenta diferentes abordagens acerca do que é o território, sempre em um diálogo na relação do homem e da natureza. Assim como na Geografia, a ETI, fundamento teórico basilar da dissertação, apresentou como perspectiva central o vínculo entre o homem e a natureza, originando um produto cultural de identidade.

² “Território deriva do latim *territorium*, que significa grande área ou extensão de terra delimitada, parte da terra ou de uma terra sob jurisdição” (NOSSA, 2020, p. 19).

Assim sendo, é possível reconhecer proximidade entre essas duas escolas ao percorrer cronologicamente a conceituação de território sobre as duas perspectivas.

Na Geografia, Claude Raffestin (2009, p. 20) estabelece ser “evidente que os territórios são criados através de uma simbiose entre o mundo agrícola e o mundo urbano”. Desta forma, as esferas agrícolas e urbanas possuíam estreita conexão, sendo a primeira, fornecedora de energia e matéria prima e a segunda, lugar de domínio dos grandes eclesiásticos.

O ambiente urbano e o ambiente natural iniciam uma transformação a partir do momento que “o renascimento urbano traduz-se na criação de centros especializados em atividades artesanais e de serviço” (RAFFESTIN, 2009, p. 21), quando as cidades conquistam maior autonomia e poder. Em consequência, as cidades se modificam, tornando o ambiente cada vez mais humanizado. Portanto, o autor afirma que até metade do século XIV, o renascimento urbano retrata o surgimento de centros especializados em atividades artesanais e de serviço. As cidades crescem e conquistam autonomia, ocasionando espontaneamente a modificação do ambiente natural, transformando-se cada vez mais em um ambiente humanizado. Após este período, com o advento da peste negra, os territórios, tanto agrário, quanto urbano, sofreram muitas transformações (RAFFESTIN, 2009).

Após a peste negra, inicia-se o “período mecânico”, um período em que são valorizadas as disciplinas mais exatas, abrangendo a Matemática, a Arquitetura, as Ciências e a Arte Geométrica, provocando mudanças profundas nos territórios. A crise agrícola também causou um grande impacto nos territórios entre os séculos XIV e XV, como por exemplo, a conversão de terrenos cultiváveis em pastagens e a expulsão dos habitantes. Por conseguinte, torna-se evidente que os territórios são influenciados e construídos a partir do cotidiano do homem, por suas atividades agrícolas, políticas, transformações das cidades e dos hábitos de consumo.

Em relação aos estudos Geográficos, Marcos Aurélio Saquet (2009) ao discorrer acerca da formação do território, afirma que existem períodos de destaque para determinados temas. Logo, ao final da década de 1960 e durante a década de 1970, os autores evidenciaram as políticas regionalizadas e os aspectos de espaço relativo, como a dinâmica social e as “relações que implicam custos e interferem na localização das atividades produtivas [...] o espaço assume um caráter relacional” (SAQUET, 2009, p. 75). Portanto, com o suporte teórico no texto de 1974 de Massimo Quaini, o autor afirma que “o território resulta das relações espaço-temporais” (SAQUET, 2009, p. 75), evidenciando a existência de uma concordância entre História e Geografia, na formação

do território como análise múltipla, onde são considerados aspectos relativos à sociedade e ao espaço geográfico.

Este termo “território” possui uma longa evolução histórica conceitual e material, pois é compreendido de diversas formas ao longo do tempo. A partir da década de 1970, como dito anteriormente, há uma valorização da cultura e das espacialidades, inicia-se a chamada Geografia Cultural³, que discute as relações entre a forma (espaço) e o homem, ou seja, busca compreender as relações humanas no espaço. Os chamados geógrafos culturais passam a se preocupar com diferentes aspectos relacionados à cultura,

Os geógrafos culturais passam a se preocupar não só com os aspectos considerados “materiais” da cultura, mas também com seus aspectos mais subjetivos e simbólicos. Isso se deve, principalmente, a um melhor entendimento e conseqüentemente uma maior valorização dos aspectos socioculturais. (RITTER, 2011, p. 101).

De acordo com o geógrafo Gírlan Cândido da Silva (2010, p. 207), o conceito de território passa a possuir uma perspectiva mais humanística a partir dos anos 1980/1990, introduzindo “elementos de subjetividade, signos, símbolos e micropolíticas, em contraponto ao materialismo histórico e dialético”. O conceito também integra o material, o imaterial e o ideal dos territórios, agregando processos político-econômicos em seu entendimento.

Visto o território ser constituído por atores, indivíduos, agentes e natureza e todos estes elementos interconectados em diferentes dimensões, escalas e ações, da global à local, os geógrafos Saquet, Candiotto e Alves (2010) acreditam na:

[...] unidade-espaço-temporal-territorial, isto é, os processos históricos e relacionais de constituição de cada território e das territorialidades estão em unidade. No real, não há dicotomização entre o espaço e o tempo, nem entre ambos e o território. Nossa vida resulta justamente da unidade entre estes grandes domínios socioculturais. (SAQUET, CANDIOTTO E ALVES, 2010, p. 55)

Os autores afirmam serem os territórios construídos historicamente e simultaneamente, pois têm sua constituição determinada por “movimento histórico”, interações sociais e naturais. Estes “elementos-características-processos” são passíveis de transformações com o tempo⁴, resultando em “continuidades e descontinuidades processuais e

³ A Geografia Cultural Tradicional, consolidada na primeira metade do século XX pelo geógrafo norte-americano Sauer, “passou a ser criticada por sua ênfase no estudo de sociedades tradicionais, desconsiderando as transformações paisagísticas oriundas da industrialização e por ignorar, a exemplo dos geógrafos alemães, as dimensões sociais e psicológicas da cultura” (VASCONCELOS, 2012, p.54).

⁴ Entende-se “tempo” como uma continuidade, não como passado-presente-futuro, mas como uma noção de temporalidade, compreendendo que é possível ao mesmo tempo existir

relacionais na formação dos territórios [...]”. A periodização do tempo é utilizada para o entendimento humano sobre as continuidades e discontinuidades, as “situações diacrônicas e sincrônicas” relativas aos “processos sociais e espaciais”, envolvendo aspectos políticos, econômicos e culturais do território. Ou seja, é possível entender e identificar as permanências, ordens, desordens e equilíbrio do território a partir do estudo das modificações territoriais. Isto faz a história e a geografia (SAQUET, CANDIOTTO E ALVES, 2010, p. 55-57).

Na Escola Territorialista Italiana, para Magnaghi (2017, p. 35), o território é o resultado de processos coevolutivos entre os assentamentos humanos e o ambiente; a territorialidade é resultante de diversos ciclos de territorialização sobrepostos sobre um mesmo espaço físico, reciclando e reaproveitando elementos vivos do ciclo anterior, os elementos invariantes. Para Poli (2017, p. 48), o território é um bem comum, fruto da sobreposição das fases de territorialização, em que são destacados bens territoriais. “O território é fruto do conhecimento, da escolha e da responsabilidade”.

Portanto, o território é compreendido como uma constituição histórica, composta pela sobreposição de camadas de territorializações entre as interações sociais e naturais. O território é constituído por meios subjetivos, fruto das interações construídas ao longo do tempo, produzindo símbolos, elementos materiais e imateriais característicos do lugar.

Após o entendimento de território, procede-se à discussão da conceituação de patrimônio. A abordagem do termo patrimônio, particularizado pela ETI, adota uma cronologia até seu entendimento contemporâneo.

Na Arquitetura e Urbanismo, a referência basilar no campo teórico do patrimônio são os livros “A alegoria do Patrimônio” (2000), e “As Questões do Patrimônio: Antologia para um combate” (2011), da historiadora das teorias e formas urbanas e arquitetônicas, a francesa, Françoise Choay. Segundo a autora, a palavra patrimônio está enraizada no espaço no tempo e “é constituído pelo quadro estrutural das sociedades humanas” (CHOAY, 2011, p. 11). O termo é utilizado como sinônimo de “patrimônio edificado no espaço pelos homens”, e é normalmente acompanhado de um adjetivo que o caracteriza (arquitetônico, urbano, paisagístico, cultural, entre outros) e uma indicação de temporalidade (histórico ou contemporâneo). Porém, antes do uso de patrimônio e suas derivações, utilizava-se monumento.

diferentes tempos históricos e que essas características constituem os territórios e as territorialidades (SAQUET, CANDIOTTO E ALVES, 2010, p. 56).

O termo monumento, que tem sua origem do Latim *monumentum*, derivado de *monere*, que significa advertir, recordar. A palavra está relacionada com a memória viva, a emoção, é um “dispositivo memorial intencional” (CHOAY, 2011, p. 16). É chamado de monumento o artefato capaz de “fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2000, p. 16), ou seja, o artefato capaz de proporcionar conhecimento acerca de um passado, uma memória coletiva, na qualidade de um objeto de saber.

O termo monumento histórico foi elaborado na Itália, no *Quattrocento*, a partir do acontecimento das revoluções culturais, o Renascimento Italiano e a Revolução Industrial. No século XV, o monumento histórico era denominado “antiguidade” e esboçou “o desenvolvimento do projeto humanista” (CHOAY, 2000, p. 181), rompeu noções de arte ocidental e estabeleceu a arquitetura.

O monumento histórico não é um artefato intencional, criação *ex nihilo*⁵ de uma comunidade humana com fins memoriais. Não se destina à memória viva. Foi escolhido num corpus de edifícios pré-existentes, devido ao seu valor para a história [...] e/ou ao seu valor estético. Mais precisamente, na sua relação com a história (seja ela qual for), o monumento histórico refere-se a uma construção intelectual, tem um valor abstrato de saber. (CHOAY, 2011, p. 18).

No século XVIII, a partir da Revolução Francesa, onde são elaborados os instrumentos de preservação - em que surgem os colecionadores, os espaços de abrigo às peças (os museus), os inventários e as classificações de preservação – o termo monumento histórico apareceu pela primeira vez, na França. Porém, foi somente no século XIX que sua utilização foi difundida, com a constituição da instituição de monumentos históricos (CHOAY, 2000, p. 23-24).

A expressão “patrimônio histórico” corresponde a uma “acumulação contínua de uma diversidade de objetos” (CHOAY, 2000, p. 11) pertencentes ao passado, como obras, obras primas, trabalhos, produtos e conhecimentos. Na França, esta expressão começou a ser utilizada com a criação do Serviço do Inventário do Patrimônio em 1964, e consolidou-se a partir de 1978, quando “a Direção dos Monumentos Históricos se torna a Direção do Patrimônio” (CHOAY, 2011, p. 37), substituindo o uso de monumento e monumento histórico.

A cidade antiga passou a ser investigada após as transformações urbanas provocadas pela Revolução Industrial. Os primeiros profissionais a estudarem a cidade antiga historicamente são os arquitetos e engenheiros, fundadores da nova disciplina, o urbanismo. No entanto, o estudo do urbanismo não pode ser confundido com a invenção

⁵ Expressão do Latim que significa “nada surge do nada”.

e proteção do patrimônio urbano histórico, pois “a noção de patrimônio histórico constitui-se na contracorrente do processo de urbanização dominante” (CHOAY, 2000, p. 158). Somente a partir da Segunda Guerra Mundial a compreensão de patrimônio passou a incorporar os “[...] conjuntos edificados e o tecido urbano: quarteirões e bairros urbanos, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades, como demonstra a lista do patrimônio mundial estabelecida pela UNESCO”. (CHOAY, 2000, p. 12).

De caráter regulamentar, projetual e pragmático, as instituições, os documentos regulamentadores e as legislações adotam formulações acerca do patrimônio em acordo com o contexto contemporâneo ao qual foi redigido. Como dito anteriormente, atualmente, a expressão patrimônio possui diversas nomenclaturas, pois o termo é utilizado em conjunto com um adjetivo e uma indicação de temporalidade. As cartas patrimoniais evidenciam essa utilização, pois nelas são perceptíveis as atualizações da expressão e das indicações de uso, são encontradas suas definições e atribuições. Devido a possibilidade de variações entre entendimentos, no presente trabalho serão adotadas as definições de patrimônio a partir dos órgãos de maior relevância, atualmente, na área.

Em sua página virtual, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio cultural mundial “monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico”.

No Brasil, somente na década de 1920 - com iniciativa dos intelectuais modernistas – passaram a se preocupar com a salvaguarda de elementos pertencentes ao passado do País adquire proeminência entre políticas públicas de vínculo cultural. Os modernistas brasileiros romperam com uma determinada forma de se tratar do passado, logo, eles elaboraram e implementaram as políticas de preservação do patrimônio brasileiro visando a “proteção dos monumentos e objetos de valor histórico e artístico” (CASTRIOTA, 2009, p. 71). À vista disso, os modernistas identificaram a cidade mineira de Ouro Preto como o símbolo da identidade e cultura nacional. Por essa razão, as manifestações barrocas, do período colonial, são os primeiros exemplares a serem valorizados e protegidos como patrimônio cultural brasileiro.

Com a criação do órgão responsável pela preservação, o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em janeiro de 1937, foram iniciados os processos tutela patrimonial com a utilização do instituto do tombamento – no qual era adotada “uma prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados, desconsiderando-se, muitas vezes, a sua história

real” (CASTRIOTA, 2009, p. 74), onde o “valor artístico” era sobreposto ao “valor histórico”, privilegiando os critérios estilísticos, ignorando a expressão cultural social local. Por meio do SPHAN, o Estado brasileiro passou a proteger o patrimônio histórico e artístico nacionais, estabelecendo “normas e dispositivos para identificação, seleção, conservação e restauração de bens culturais” (CHUVA; NOGUEIRA, 2012, p. 67) de natureza material e imaginária, ou integrados à arquitetura como patrimônio nacional.

A partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em janeiro de 1937, iniciaram-se as políticas de preservação no Brasil. Desde então, os conceitos orientadores da atuação do Instituto têm evoluído e são atualizados, sempre em relação aos marcos legais. O Decreto Lei nº. 25, elaborado em novembro de 1937, refere-se aos bens constituintes do patrimônio histórico e artístico nacional. Nele estão inseridos os bens móveis e imóveis existentes no país cuja preservação seja de interesse público, seja por seu valor histórico, arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico; também são incorporados os monumentos naturais, sítios e paisagens “que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana” (BRASIL, 1937).

A partir da instituição da Constituição Federal de 1988, no artigo 216, ampliou-se o conceito de patrimônio estabelecido em 1937. A Constituição estabeleceu mudanças sobre a conscientização do patrimônio, estabelecendo a parceria entre o poder público e as comunidades para a promoção e proteção do patrimônio. Outra significativa modificação foi em relação à nomenclatura, que passou a ser “Patrimônio Cultural Brasileiro”, reconhecendo e incorporando a referência cultural e o caráter imaterial ao patrimônio nacional.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Também são assim reconhecidas as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Nos artigos 215 e 216, a Constituição reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer as formas de preservação desse patrimônio: o registro, o inventário e o tombamento. (IPHAN).

O campo do patrimônio expandiu-se nas últimas décadas, como citado anteriormente, devido às variações de nomenclaturas utilizadas. No século XXI, ao falar sobre o patrimônio, o tema não é mais restrito à cultura, nele estão inseridas as práticas culturais – o patrimônio imaterial, que envolve saberes, celebrações, festas, ofícios, formas de expressão (CHUVA, 2012, p. 67) –, como também aspectos relacionados à urbe “hoje se fazem no presente e do futuro das cidades, do planejamento urbano e do próprio

meio-ambiente” (CASTRIOTA, 2009, p. 11). Isso somente foi possível com o alargamento da concepção de patrimônio “como conjunto dos ‘bens culturais’, referente às diversas identidades coletivas” (CASTRIOTA, 2009, p. 12). No Brasil, a Constituição Federal de 1988 incorporou paisagens, tradições, documentos, expressões e saberes à concepção, além de estabelecer medidas de proteção e punição para o descumprimento da lei.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. (BRASIL, 2020)

Castriota (2009, p. 13) refere-se à expansão do conceito de patrimônio como uma “agregação quantitativa de bens culturais”. Ao final do século XX há “um profundo deslocamento no campo do patrimônio”, pois desde então este campo contemplou questões e temas de diferentes aspectos - que antes não o pertenciam, oportunizando um maior entrosamento deste campo com diferentes disciplinas, ou seja, torna-se multidisciplinar – tornando-o mais complexo (CHUVA, 2012, p. 73). Devido à multidisciplinaridade, o cruzamento de perspectivas, métodos e prioridades, as novas denominações de patrimônio se aproximam de diferentes áreas de atuação, como o urbanismo, a preservação ambiental, a geografia e a tecnologia. Dessa forma, é

possível um pensamento mais unificado, integrando as áreas históricas ao território como um todo, incorporando-o no desenvolvimento econômico-territorial local.

Após o entendimento de território e de patrimônio, a partir deste momento, é iniciada a abordagem central da pesquisa, o território-patrimônio. No decorrer deste trabalho, serão utilizadas como referências basilares os autores que compõem a Escola Territorialista Italiana (ETI). Esta Escola é resultado de um grupo de pesquisa teórico-prático instituído no final da década de 1980. De acordo com o diretor fundador, o arquiteto Alberto Magnaghi (2005, p. 7), ela se desenvolveu por meio da ordenação de diversos laboratórios de universidades italianas, cuja abordagem teórico-metodológica envolvia questões de desenvolvimento local em diversas vertentes, como planejamento espacial e urbano, desenvolvimento sustentável e questões de representação identitária.

A ETI formaliza uma série de tendências relacionadas à pesquisa e planejamento, com atenção aos contextos locais, como, por exemplo, a autossustentabilidade, visando o fortalecimento dos elementos e energias dos contextos locais. De acordo com Massimo Carta (2010), seu *corpus* operacional orienta algumas práticas disciplinares relacionadas ao território-patrimônio em diferentes escalas. Alguns dos autores que compõem o *corpus* teórico da ETI são Alberto Magnaghi, Daniela Poli, David Fanfani, Maria Rita Gisotti, Claudio Saragosa e Alberto Ziparo.

Alberto Magnaghi (2001, p. 2) esclarece que o conceito de patrimônio territorial cultural utilizado na ETI possui caráter ampliado e integrado, pois se refere contextualmente aos valores do ambiente físico (neo-ecossistemas produzidos por civilizações subsequentes), do ambiente construído (monumentos, cidades históricas, invariantes estruturais de longa duração – as infra-estruturas, parcelas agrícolas, tipologias de construção, o meio urbano, a paisagem, as regras de construção e a transformação) e do ambiente antrópico (modelos socioculturais e identitários, culturais, artísticos, produtivos, políticos), interpretados nas suas relações coevolutivas. Ou seja, o patrimônio territorial é um produto histórico do processo de territorialização, é a construção de uma herança duradoura constituinte de sua própria identidade e características, fruto das atividades reificantes e estruturantes que transformam o território, capaz de expressar seu valor relacional e seu potencial de produção de capital (MAGNAGHI, 2000, p. 82).

Ao buscar o entendimento do território-patrimônio, percebe-se que houve uma mudança de valor em relação aos monumentos, ao patrimônio histórico e à paisagem em diferentes épocas, culturas e civilizações. Os acontecimentos históricos ocasionam em

uma mudança de percepções e atitudes acerca desses elementos, portanto, o território-patrimônio deve ser cronologicamente compreendido:

De fato, ele [território-patrimônio] assume importância, na modernidade tardia, quando a crise e a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico ilimitado, no divórcio entre natureza e cultura, em sua redução do território a espaço funcional e zoneado e na sua homologação da cultura no processo de globalização. (MAGNAGHI, 2000, p. 85).

Porém, Magnaghi (2000, p. 85) distingue o patrimônio e recurso, pois considera o patrimônio um elemento duradouro, resultante da construção e acúmulo de camadas de conhecimentos, estruturas, histórias e civilizações; enquanto sua utilização como recurso é contingente e relativo ao papel a ele atribuído por uma civilização específica atribuída a ele. Portanto, para a sustentabilidade, Magnaghi afirma que o conceito de patrimônio só pode ser operado por meio da releitura de uma sociedade local e, por meio da distinção entre patrimônio e recurso, que os projetos de transformação devem evitar que o patrimônio de longa duração seja destruído ou degradado de forma irreversível.

Os ambientes físicos e construídos são estruturas instáveis, pois são o resultado de uma contínua transformação antrópica, do aumento de massa territorial e da produção de neoecossistemas (MAGNAGHI, 2000, p. 85). Enquanto organismo vivo, o território cresce, se desenvolve e diferencia. Encontra-se proximidade ao discurso de Poli, pois a autora afirma que “o território é, ao mesmo tempo, resultado material e cognitivo de um longo processo histórico, feito de continuidade e fraturas, que depositam sedimentos continuamente reapropriados e retrabalhados pelas empresas (companhias) estabelecidas” (POLI, 2017, p. 42)

Poli (2018, p. 26) expõe que a história auxilia no entendimento das fases de construção (territorialização), fases de destruição (desterritorialização) e nova construção (reterritorialização), em que cada estágio histórico é acompanhado por uma organização territorial específica, onde estão inseridos elementos simbólicos, físicos, de valor e econômicos em equilíbrio com o contexto territorial: “Cada estrutura histórica do território é fruto de uma escolha, de um projeto consciente, de uma interpretação, da ativação de políticas específicas que mostram quão complexo era o passado como o presente parece hoje” (POLI, 2018, p. 30).

No contexto de aplicação e instituição do conceito, o patrimônio territorial possui conotação seletiva, orientada ao projeto de transformações. É necessário um banco de dados para coleta de informações a fim de destacar os elementos estruturantes do

território, aqueles que não variam com o tempo, necessários para a manutenção (invariância) de uma peculiaridade, às vezes muito complexa (CARTA, 2010, p. 105).

Os constituintes territoriais patrimoniais são elementos estruturais caracterizantes do território e sua identidade, compostos por elementos invariantes estruturais: os sedimentos cognitivos e materiais, as persistências e as permanências históricas. Os elementos que constituem o território são chamados por Carta (2010) de “Componentes estatutários”, vinculados à representação dos segmentos estruturais dos contextos locais.

Entendem-se como elementos invariantes estruturais as estruturas resistentes às transformações, “um conjunto de elementos que garantem a sobrevivência e o crescimento do sistema com a variação dos elementos contextuais” (MAGNAGHI, 2001, p. 12). Esses visam reconhecer as características fundadoras, os elementos estruturais das identidades territoriais, constituindo o valor de um local, a fim de permitirem sua manutenção, sustentabilidade e crescimento nos processos de transformação e desenvolvimento (MAGNAGHI, 2001, p. 32).

Para Carta (2010), os elementos invariantes são garantidores da manutenção e equilíbrio da qualidade ambiental e da paisagem. Para que isto seja possível, é necessário garantir uma prudência de uso, preservando a identidade local e sua compatibilidade com os objetivos de transformação e desenvolvimento. O autor afirma o “Estatuto territorial” ser um dos documentos regulamentadores dessas decisões, pois, nele serão dispostas diretrizes acerca da proteção e aprimoramento dos usos do patrimônio e elementos invariantes locais.

A utilização de invariantes estruturais em um projeto e/ou planejamento caracteriza um *corpus* normativo, na qualidade de um sistema de regras, para a transformação (inovação) territorial qualitativa, expandindo o valor patrimonial territorial de modo duradouro (MAGNAGHI, 2001, p. 32). Essas regras estabelecem limites quantitativos, tipológicos e morfológicos, integrados a diversos setores do desenvolvimento, visando à autossustentabilidade local, à otimização dos recursos locais e ao aumento do valor do patrimônio territorial.

Uma categoria de invariantes estruturais defendida por Magnaghi (2001) são os sedimentos - estruturas invariantes, ou transformadas, com permanências morfotipológicas significativas. Os sedimentos constituem um acúmulo de informações que possibilitam a identificação do tipo e das regras territoriais para seu desenvolvimento, suas restrições e recursos. Desta forma, eles são definidos como

parâmetro para a caracterização dos invariantes estruturais territoriais (MAGNAGHI, 2001, p. 20).

Magnaghi (2001, p. 18/19) distingue dois tipos de sedimentos: o cognitivo e o material. Entre os sedimentos cognitivos, há diferenciação entre o de conhecimento ambiental (relacionado ao saber dos processos coevolutivos da comunidade com o meio ambiente) e identitário (referente à presença de modelos socioculturais duradouros) - este tipo de sedimento conota a riqueza e a complexidade do *milieu*⁶. O sedimento material é composto por elementos permanentes e persistentes, da memória reificada⁷ na paisagem urbana e rural, que estão inscritos na cultura e no cotidiano do ciclo subsequente de territorialização.

As persistências históricas, para Raffestin (2009), são estruturas de longa duração, estabelecendo-se vínculo entre o passado e o presente.

As permanências e persistências remanescentes do processo histórico de territorialização são parcialmente visíveis e parcialmente latentes da degradação e do abandono. Magnaghi (2001, p. 25) afirma que a maioria dos sedimentos cognitivos, as permanências e as persistências, estão em estado latente, pois foram marginalizados ou negados pelo processo de modernização.

A identidade é um conjunto de características presentes em um meio capaz de diferenciá-la. A identidade territorial é composta por uma soma de características singulares daquele lugar, especificidades construídas em um processo histórico de longa duração (MAGNAGHI, 2001, p. 4). A construção de uma identidade é um processo dinâmico e dialógico, o seu processo está susceptível a ressignificações, pois esta é uma característica inerente à sociedade, composta por grupos dinâmicos de pessoas com diferentes costumes e histórias. Ademais, a identidade, considerando sua dimensão simbólica, pode sofrer oscilações com o passar do tempo, alternando momentos de evidência entre características, modificação de outras, porém, mantendo sua essência.

⁶ Essa expressão se refere aos meios sociais, a um conjunto de personagens socioculturais e seu estabelecimento em determinado território por meio de sua evolução histórica e do uso dos ecossistemas naturais locais (MAGNAGHI, 2000, p. 77).

⁷ Memória abstrata que se tornou concreta.

A atenção renovada à identidade dos lugares adquire, portanto, um sentido estratégico de se mover dentro desse horizonte cultural: considerar o território como patrimônio como lugar de se produzir riquezas, sempre atribuindo-lhe novos valores como recurso e continuando, por meio a produção de novos atos de territorialização, para aumentar seu valor (MAGNAGHI, 2000, p. 89).

Para Magnaghi (2001, p. 5), a identidade territorial parte de uma descrição densa dos locais, das sociedades, do *milieu* (os meios sociais locais). O autor considera necessário um contínuo deslocamento do ponto de vista investigado para se obter uma observação e leitura mais completa do território e dos sedimentos locais. O percurso realizado para descrição e representação da identidade local é analítico e complexo, pois são efetuadas aproximações perceptivas e holísticas de documentos capazes de mostrar características territoriais; essas fontes documentais são variadas, podendo ser imagens pictóricas, fotografias, contos, poesias, biografias etc.

O processo de territorialização é essencial à compreensão do lugar e de sua dinâmica reprodutiva, avaliando a relação entre o assentamento humano e o meio ambiente. A construção de uma identidade territorial é um processo histórico de longa duração, no qual o elemento tempo é essencial, pois, “cada ciclo sucessivo de civilização não retoma o território à sua natureza original, mas se alimenta em modos originais dos atos territorializantes dos ciclos precedentes, reinterpretando-os e reestruturando-os de modo diverso” (MAGNAGHI, 2001, p. 6-7). O reconhecimento de permanências, persistências e invariantes estruturais, que definem a identidade de um lugar, não é o resultado de uma relação unívoca e determinística, ela está diretamente relacionada (correlacionada) aos elementos humanos e naturais (MAGNAGHI, 2001, p. 15).

Para Ritter (2011, p. 99), “todo território, ao ser estabelecido, passa a apresentar características identitárias e relações de poder especializadas”. O autor defende que os territórios são plurais, pois cada um possui diversas identidades em constante processo de re-construção e re-territorialização, portanto, a identidade territorial é composta por características peculiares a certos povos, e, em conjunto, essas características os diferenciam dos demais.

Para a definição do tipo territorial, citado por Magnaghi (2001), é necessária a identificação de elementos estruturais territoriais caracterizantes contínuos no tempo, associados à configuração espacial e morfológica local. O morfotipo territorial possui quatro categorias (de assentamento, urbano, rural ou ambiental) e é definido por uma morfologia particular do sistema de relações entre assentamento e ambiente, onde serão identificados elementos que se destacam nas análises comparativas de diversos ciclos de territorialização, os invariantes estruturais.

O tipo e a individualidade territorial definem o caráter identitário do lugar. A identificação dessas características é correlacionada aos elementos estruturais territoriais (as transformações, invariâncias, inovações e reutilizações do processo histórico de territorialização) (MAGNAGHI, 2001, p. 11).

É importante ressaltar a diferença entre “invariantes estruturais” e “invariância do tipo territorial”, o primeiro é relativo às estruturas resistentes às transformações e o segundo é relativo a elementos de continuidade identificados mesmo com mudanças radicais no sistema de relações e gerenciamento espacial, atravessando diversos e sucessivos modelos de civilizações sem mudanças significativas (MAGNAGHI, 2001, p. 11).

O desenvolvimento do tipo territorial, em longo prazo, através do crescimento de sua massa, especifica a individualidade dos lugares, fortalece a paisagem, conota a singularidade e peculiaridades produzidas pela permanência e invariância. (MAGNAGHI, 2001, p. 12).

A integração entre os sucessivos atos territorializantes determina a massa territorial, constituída pelo acúmulo histórico de atos territorializantes de diversas naturezas (como edifícios, monumentos, cidades, infraestruturas de comunicação, portos, pontes, terraços, arranjos hidro geológicos e ambientais etc.). A soma desses atos determina o valor territorial local (MAGNAGHI, 2001, p. 12).

As características identitárias do território são específicas e singulares a cada local, pois estas são resultantes da associação de atos externos e dos valores do próprio lugar. Para Saquet (2009, p. 14), “as identidades são produtos dos processos históricos e relacionais, ou seja, da formação de cada território num contexto de relações sociais com o ambiente externo à vida em sociedade”. Esta identidade configura-se como patrimônio territorial a ser preservado e valorizado, visto que patrimônio identitário é aquilo que caracteriza e assume sua identidade, pois, de acordo com Schneider (2015), há um elo entre território, cultura e identidade, são unidades interdependentes.

Este caráter identitário origina-se de elementos variados, presentes no território e na paisagem, não sendo bens materiais em sua totalidade, há uma diversidade de campos que o constituem. Magnaghi (2001) os difere em três categorias: elementos permanentes, persistentes e perdidos. O primeiro é invariável, permanece imutável mesmo com a passagem do tempo. Ao segundo é introduzido o conceito de mudança. Ao terceiro, o autor julga essencial para evidenciar as eventuais dissipações.

Para o entendimento dos processos históricos e relacionais do território, faz-se necessário entender os elementos basilares e secundários de cada território. Partindo do entendimento que os ciclos de territorialização constituem o território em seu aspecto morfológico e histórico, e que cada ciclo possui seus aspectos simbólico-culturais

reproduzidos por um grupo social, conclui-se que os elementos constituintes territoriais são sociais e definidos historicamente.

Uma coleta de dados dos elementos basilares, realizada a partir do levantamento de documentos referentes ao objeto de estudo, como “fotografias, relatórios e registros dos cartórios civis e religiosos, de empresas, ONGs etc...”, ou por meio de entrevistas, deve ser mapeado para que sua visualização seja facilitada e sejam identificados os elementos que se repetem historicamente em cada ciclo (SAQUET, CANDIOTTO E ALVES, 2010, p. 58).

Os dados secundários auxiliam na compreensão da região em estudo. A descrição das relações sociais, de poder e econômicas em contexto local, regional, nacional e/ou internacional, junto a seus contextos históricos, são importantes para conhecer e entender os movimentos e contradições territoriais, pois a descrição e representação auxiliam no entendimento da essência do território.

O território-patrimônio é composto de diversos elementos. Os sedimentos, histórias, estruturas e organização territorial se sobrepõem com o passar do tempo. Como consequência, alguns elementos são perdidos e outros permanecem, de forma orgânica, de acordo com os princípios e cultura da sociedade local, tornando cada lugar único. Pois “a cultura se manifesta conforme crenças e atitudes. [...] A cultura vai refletir e condicionar a organização espacial e a dinâmica do assentamento” (MEDEIROS, 2009, p. 223).

Assim, a partir do mapeamento, é possível reconhecer os elementos caracterizantes do território: a identidade territorial e os elementos invariantes estruturais. A partir do momento em que esses dados são mapeados e analisados, são caracterizadas as regras de reprodução territoriais. Para o entendimento e identificação das regras de reprodução do patrimônio territorial, na abordagem da ETI, é realizada a análise morfotipológica, interpretando e representando "o caráter identitário do sistema territorial em contínua evolução/transformação através da definição de suas configurações espaciais" (POLI, 2017, p. 43).

Portanto, o território, como um sistema vivo - produto do homem -, está sujeito a transformações, que podem ocorrer de modo a degradá-lo ou transformá-lo para melhor. É a partir dessas transformações que são identificadas as regras de reprodução territoriais, considerando os valores a serem preservados ao longo do tempo.

2.2 ESTATUTO DOS LUGARES

O “Estatuto dos lugares” identifica e descreve os elementos identitários do território, compondo um sistema das regras de transformações territoriais, evidenciando suas particularidades. Dessa forma, ao fazer um planejamento, o território é considerado um lugar com histórias e valores que devem ser perpetuados para as gerações futuras (MAGNAGHI, 2000, p. 121).

O “Estatuto dos lugares” é uma ferramenta descritiva e que auxilia no estabelecimento de normativas para um desenvolvimento sustentável com durabilidade patrimonial, distinguindo os conceitos de patrimônio (entendido como valor) e recurso (compreendido como forma específica de uso do valor). Além disso, ele aspira a interpretação e representação da identidade do lugar, visando o estabelecimento de regras de transformação do lugar, partindo do princípio da preservação e ampliação da identidade e do patrimônio local (MAGNAGHI, 2000, p. 121-123).

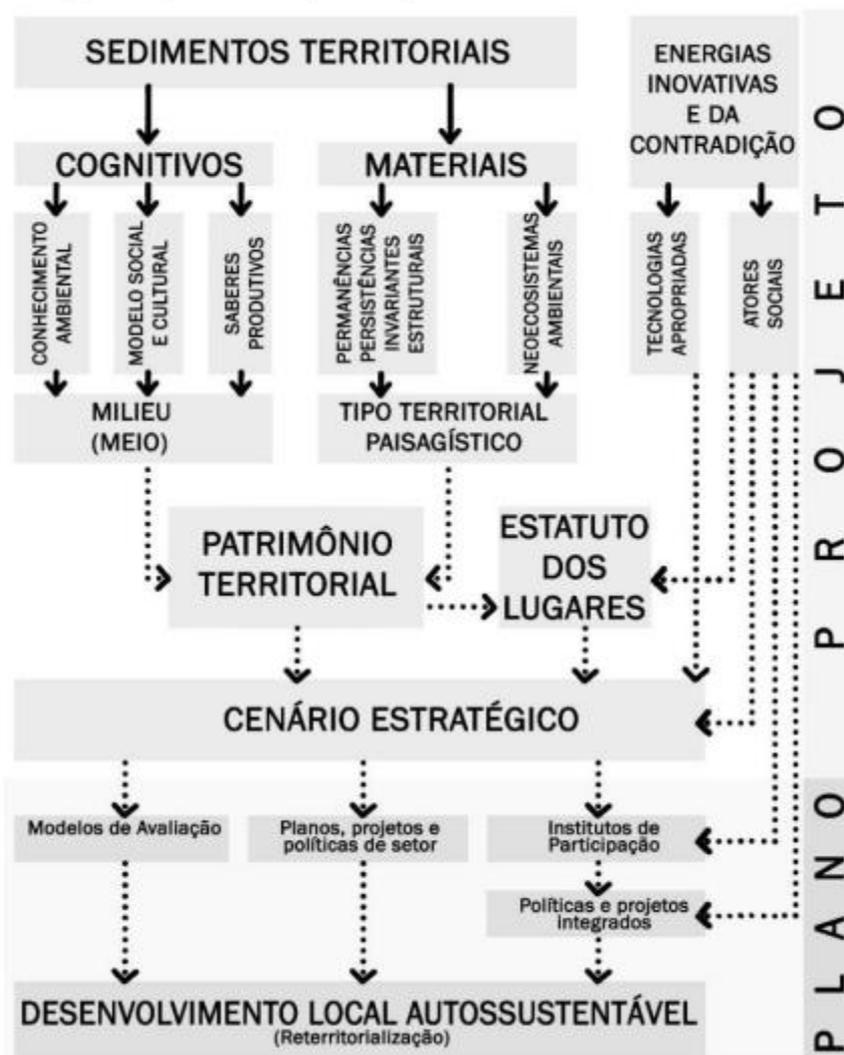
Ele é então configurado, em teoria, como uma lista de diretrizes e regras genéricas que representam o patrimônio territorial, identificando os elementos estruturais territoriais. Porém, ele é também (na experiência italiana) uma tentativa de fortalecer uma dimensão de planejamento de transformação dentro do contexto local, aspirando uma inovação duradoura e sustentável (CARTA, 2010, p. 106-107). Para Magnaghi (2001, p. 31), o Estatuto dos lugares define os invariantes estruturais e as regras de transformação territorial coerentes com a valorização do patrimônio local.

Magnaghi (2001, p. 33-34) defende que o “Estatuto dos lugares” interage diretamente com a construção do sistema econômico local, direcionando o segmento a ser explorado no desenvolvimento dos projetos de transformação do lugar, considerando as potencialidades e características locais do sistema territorial.

O Estatuto dos lugares, proposto por Magnaghi (2005, p. 7-9) – esquematizado na Figura 9 -, é um procedimento metodológico que reflete o *Retorno dos lugares*, desenvolvido por intermédio de cinco movimentos: (1) definição a nível teórico e metodológico do conceito de desenvolvimento local sustentável; (2) definição de metodologias e técnicas de representação identitária dos lugares e seus sedimentos de valor patrimonial, organizados em atlas, códigos, figuras territoriais e descrições fundacionais; (3) elaboração de Estatutos dos Lugares (invariantes estruturais, regras para a transformação), fundamentais para a representação identitária; (4) elaboração de um cenário estratégico (visões estratégicas de futuro), fundamentado na valorização dos sedimentos de valor patrimonial locais, segundo as regras definidas pelo estatuto dos lugares; (5) redefinição de atribuições, instrumentos e processos de

planejamento a partir de inovações presentes nos quatro movimentos citados anteriormente.

Figura 9: Esquema analítico-processual para o desenvolvimento local autossustentável



Fonte: MAGNAGHI, 2005, p. 8 – Traduzido em NOSSA, 2020, p. 35.

Portanto, o “Estatuto do lugar” é um conjunto de deliberações realizadas com o auxílio da comunidade, de modo a compreender os riscos e as forças que o território possui. O Estatuto é entendido como uma normativa e um elemento indicativo de ações que garantam a continuação do território e suas características, diminuindo seus riscos territoriais. Este documento objetiva o futuro territorial, o desenvolvimento do território a partir do reconhecimento dos elementos de longa duração, porém, devido a elaboração do trabalho durante a pandemia da COVID-19, um momento de reclusão social, não foi realizada a pesquisa de campo em contato com a comunidade local.

Vale ressaltar a importância da interdisciplinaridade, defendida pela ETI na elaboração do Estatuto do lugar, de forma que estejam presentes profissionais e técnicos de diferentes áreas, além dos membros da comunidade, de forma que sejam garantidas as vontades e as características da sociedade, sob respaldo da compreensão técnica, da identificação das potencialidades e dos elementos estruturais caracterizantes do território. Neste caso, o desenvolvimento territorial acontece a partir da patrimonialização proativa, onde a comunidade participa dos processos de identificação do patrimônio e os reconheça, com o propósito de se afirmar e se assumir como parte responsável daquele lugar.

O desenvolvimento territorial fundamentado nas políticas de valorização dos sedimentos manifestos e latentes do local, a partir do uso de energias de inovação, é oportuno para a sociedade, pois as “energias de inovação”, definidas por Magnaghi (2001), são tecnologias que, se apropriadas e utilizadas corretamente, contribuem para o desenvolvimento de uma nova territorialidade autossustentável. Magnaghi (2001, p. 26-28), decompõe duas categorias sobre as tecnologias de energias de inovação: a primeira é a telemática, que favorece a criação de redes de sistemas urbanos, de pequenas e médias cidades, superando as oposições existentes nos territórios, por meio do equilíbrio ambiental e socioeconômico específico; a segunda se refere às energéticas e produtivas “suaves” e “limpas”, visando uma produção de energia territorial (desenvolvimento dos valores territoriais e dos saberes ambientais locais), a partir do potencial existente no território, além de aprimorar as atividades e sistemas, técnicas e saberes tradicionais que melhorem os recursos ambientais do lugar.

2.3 AUTOGOVERNO TERRITORIAL

Um projeto de desenvolvimento local autossustentável possui como direcionamento o autogoverno territorial, em um senso comum compartilhado promovendo a sustentabilidade política. O projeto local estabelece “condições para a transformação de estilos de vida, consumo e produção, valorizando o trabalho autônomo, o artesanato, as microempresas” (MAGNAGHI, 2000, p. 80), ou seja, valoriza as particularidades locais, seu patrimônio, tornando sua manutenção menos complexa.

Assim, a forma de valorizar o património torna-se determinante nas abordagens ao desenvolvimento local, no que diz respeito aos problemas da sustentabilidade (conservar e/ou valorizar o património para as gerações futuras) e aos problemas dos referentes da sua utilização. Para tanto, considero imprescindível introduzir alguns esclarecimentos conceituais a respeito do debate em curso sobre o desenvolvimento local: **a) o valor dos ativos não é idêntico ao seu valor de uso; b) o património territorial exige que seja tratado como um sistema vivo de alta complexidade; c) o desenvolvimento local baseado na valorização do património não tem limites, nem escalas, nem atores preestabelecidos: não se identifica com o localismo.** (MAGNAGHI, 2000, p. 81 – grifo nosso).

Para Massimo Carta (2010, p. 103-104), a sociedade está em um momento de maior valorização de dois objetos territoriais: O primeiro diz respeito às questões jurídicas, caracterizado por universalidade, irrevogabilidade, transmissibilidade e valor testemunhal do património; o segundo é relativo aos processos sociais, enfatiza o ambiente e os lugares, é o resultado de uma contínua interação social que diz respeito à dimensão projetual. A diferença entre essas concepções se refere à capacidade da sociedade de estimular os processos que compõem o património territorial, o reconhecimento, a legitimação e a recomposição de modelos culturais e história dos elementos patrimoniais. Para o autor, a eficácia do conhecimento do património territorial parece estar contida na interpretação e apropriação das ferramentas de conhecimento das transformações passadas, presentes e futuras. Nesta abordagem, é necessária a avaliação dos elementos constituintes do património territorial, como por exemplo, sua quantificação (explicando os critérios para a atribuição de valor relativo ao ambiente natural) e, durante esta avaliação, a representação, apresentará o cenário estratégico de transformação com base em sua “qualidade ambiental” (avaliação da consistência do capital relacionada às transformações) (CARTA, 2010, p. 104).

Fantini (2001) destaca que o primeiro procedimento a ser realizado em um planejamento urbano qualitativo é reconhecer e selecionar os elementos e as relações representativas da estrutura identitária. Durante esse processo, a colaboração da comunidade (indivíduos, organizações e empresas) com o governo é determinante para a eficácia das ações de preservação, auxiliando na elaboração de um planejamento em acordo com sua identidade e suas necessidades cotidianas, para que haja maior controle e eficácia das ações determinadas. Porta (2012) cita cinco aspectos destaque, indicados pelo IPHAN, sobre a importância da participação da sociedade local nas ações de planejamento:

(1) identificação do patrimônio a ser conhecido e preservado; (2) fiscalização da conservação e do uso conferido ao patrimônio; (3) aporte de conhecimento; (4) contribuição para a formulação de ações pelos órgãos de preservação; (5) apresentação de projetos de preservação a serem, apoiados com recursos públicos. (PORTA, 2012, p. 15/16).

O envolvimento da sociedade nas políticas de preservação patrimoniais, como destacado neste capítulo, é fundamental na construção de instrumentos de participação social para o autogoverno territorial, pauta fundamental nos planos de desenvolvimento atuais. Uma comunidade informada e consciente de sua identidade, patrimônio e valores locais, se torna mais ativa e participativa, adquirindo maiores responsabilidades em seu território, potencializando a preservação de seus constituintes territoriais e de seu patrimônio.

Com o objetivo de compreender sobre o envolvimento da população nas decisões do município, o documento com maior número de informações é o Plano Diretor Municipal de Aracruz, que dispõe de um artigo que comunica a participação popular em sua elaboração:

Art. 494. Fica criado o conselho do Plano Diretor Municipal - CPDM, órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento ao Poder Executivo, com atribuições de analisar e propor medidas para concretização da política de desenvolvimento municipal, bem como, verificar a execução das diretrizes do Plano Diretor Municipal - PDM (ARACRUZ, 2020, p. 158).

O PDM informa que esse conselho é composto por dezenove membros de diferentes áreas de atuação, onde cada membro representa uma secretaria, instituição, conselho e segmentos designados no Plano Diretor.

2.3.1 Desenvolvimento local autossustentável

Para estudar a *história do território*, a ETI redefine as palavras *território* e *habitante*. Território é o resultado de processos coevolutivos entre os assentamentos humanos e o ambiente; a territorialidade é resultante de diversos ciclos de territorialização sobrepostos sobre um mesmo espaço físico, reciclando e reaproveitando elementos vivos do ciclo anterior, os elementos invariantes (MAGNAGHI, 2017, p. 35). Para os habitantes, o planejamento urbano e territorial possui o objetivo de possibilitar seu bem-estar e felicidade pública, pois o território é compreendido como “lugar do habitar contemporâneo no seu valor de bem comum, ao qual se aplica o exercício da cidadania ativa nas diversas formas de participação” (MAGNAGHI, 2017, p. 36).

O planejamento é desempenhado para que os habitantes sejam protagonistas em todo o processo, de modo que a essência patrimonial dos saberes contextuais, das memórias

e das culturas dos habitantes sejam instrumentos de conhecimento e a autorrepresentação, através de mapas comunitários, seja o principal suporte para a tomada de decisões. Ou seja, os sistemas basilares do planejamento devem “conhecer, assumir e valorizar o patrimônio territorial de formas duradouras e sustentáveis pelos habitantes/produtores” (MAGNAGHI, 2017, p. 36). Portanto, o novo modelo de ordenamento territorial, proposto pela ETI, possui como premissa o desenvolvimento local autossustentável. Para isso é necessário possuir

Conhecimento denso e profundo das peculiaridades identitárias e morfológicas do território, conhecimento das suas regras constitutivas e de transformação para a ativação de modelos socioeconômicos integrados de base territorial, por meio de instrumentos de participação voltados para o autogoverno dos bens comuns patrimoniais. (MAGNAGHI, 2017, p. 36, tradução nossa).

O desenvolvimento local é, antes de tudo, o desenvolvimento da sociedade local, estes conceitos são indissolúveis. O desenvolvimento local autossustentável diz respeito à capacidade de um sistema territorial para produzir bem estar de forma durável e autossustentável. A sociedade local é o elemento essencial do desenvolvimento autossustentável, deve estar em constante envolvimento (comprometimento) e aprimoramento, aspirando a valorização de seus recursos patrimoniais, sejam eles ambientais, territoriais ou humanos (MAGNAGHI, 2005, p. 9).

Magnaghi (2000, p. 76) afirma que, na abordagem territorialista, a sustentabilidade é uma qualidade intrínseca aos planos de desenvolvimento, pois as antigas civilizações antes assim o faziam, e somente após a revolução industrial, esse parâmetro foi modificado. O conceito de desenvolvimento local a que o autor se refere incorpora as regras de valorização dos recursos territoriais e das identidades locais como elementos principais e orientadores do desenvolvimento, sendo esses, a autossuficiência, o desenvolvimento autocentrado e o ecodesenvolvimento, além das necessidades básicas humanas e sanitárias (democracia, saúde, segurança, autogoverno, equilíbrio ecológico, identidade, espaço coletivo, etc.).

O desenvolvimento sustentável considera três indicadores da condição ambiental local: os fatores ambientais, urbanos e a qualidade territorial. Porém, os aspectos mais importantes e diferenciais dos planos de desenvolvimento local autossustentáveis são os referentes aos métodos de uso do patrimônio local (MAGNAGHI, 2000, p. 77-78).

Para o desenvolvimento autossustentável, Magnaghi (2000, p. 100), elenca requisitos para a valorização patrimonial, como o uso de tecnologias apropriadas, energias renováveis e produção ecológica.

Neste cenário, é o estilo de desenvolvimento das sociedades locais que direciona as formas, tipologias, setores do desenvolvimento econômico global, e não vice-versa. Isso envolve uma reversão das classificações tradicionais que distinguem entre as atividades produtivas centrais e periféricas, uma vez que, em primeiro lugar, elas são o produto de um processo de tomada de decisão que emana dos sistemas locais. (MAGNAGHI, 2000, p. 100 – tradução nossa).

Com o passar dos anos e décadas, com a virada para século XXI, houve uma mudança de valor em relação aos monumentos, ao patrimônio histórico e à paisagem em diferentes épocas, culturas e civilizações. Acontecimentos históricos mudam as percepções e atitudes acerca desses elementos, portanto ele deve ser cronologicamente compreendido:

De fato, ele [*território-patrimônio*] assume importância, na modernidade tardia, quando a crise e a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico ilimitado, no divórcio entre natureza e cultura, em sua redução do território a espaço funcional e zoneado e na sua homologação da cultura no processo de globalização. (MAGNAGHI, 2000, p. 85 – tradução nossa).

Magnaghi (2000, p. 85) distingue patrimônio territorial e recurso territorial, pois o patrimônio é um elemento duradouro, onde são construídas e acumuladas camadas de conhecimentos, estruturas, histórias e civilizações, já sua utilização como recurso é contingente e relativo ao papel que uma civilização específica atribui a ele. Portanto, para a sustentabilidade, o arquiteto afirma que o conceito de patrimônio só pode ser praticado mediante a releitura de uma sociedade local e a distinção entre patrimônio e recurso, no qual os projetos de transformação devem evitar que o patrimônio de longa duração seja destruído ou degradado de forma irreversível.

O tratamento do patrimônio territorial, para utilizar os valores como recurso, requer a construção de quadros cognitivos capazes de interpretar os três aspectos do patrimônio (ambiente físico, construído e antrópico) de forma integrada (MAGNAGHI, 2005, p. 10). Nesse sentido, o patrimônio é tratado como parte da identidade de um local, representando recursos potenciais para um desenvolvimento autêntico e duradouro, ou seja, o patrimônio cultural – parte constituinte da identidade local – deve ser inserido nas decisões e políticas de desenvolvimento para que se obtenha um projeto original e durável, sustentável.

O desenvolvimento local é, para Magnaghi (2000, p. 90), uma forma de interpretar o território para reconhecer seus valores e valorizar seu patrimônio. Portanto, o desenvolvimento é uma atitude cultural e, como projeto de transformação, deve utilizar do conhecimento de sujeitos portadores de relações virtuosas com o patrimônio territorial, pois eles se qualificam como atores do processo de construção de uma sociedade local.

O conceito de autossustentabilidade parte do pressuposto de que somente uma nova relação coevolutiva entre habitantes-produtores e o território é capaz, por meio do cuidado, de determinar um equilíbrio duradouro entre os assentamentos humanos e o meio ambiente, religando novos usos, novos saberes, novas tecnologias para sabedoria ambiental histórica. (MAGNAGHI, 2000, p. 91).

Assim sendo, Magnaghi (2001) faz referências ao desenvolvimento local autossustentável, no qual ele entende como “transdisciplinar e multidisciplinar”:

A primeira [transdisciplinar] referente a “visões holísticas” integradas do futuro, de maneira que o sistema econômico não prevalece o cultural, o social ou o ambiental; a segunda [multidisciplinar] relacionada à elaboração de projetos e planos sempre em aprimoramento, destacando as interdependências setoriais na abordagem dos problemas do desenvolvimento sustentável. (MAGNAGHI, 2001, p. 37).

O aprimoramento dos atores (culturais, sociais, econômicos e produtivos), da identificação, dos conhecimentos e projetos locais, constitui o potencial do processo de transformação e condiciona a forma e as modalidades técnicas do processo de desenvolvimento (MAGNAGHI, 2001, p. 36). Modelos de desenvolvimento autossustentáveis aperfeiçoam a identidade local, pois só ocorrem mediante uma forte re-identificação cultural, social, política e econômica da comunidade.

A re-identificação, citada por Magnaghi (2001, p. 37), está diretamente relacionada com a recuperação da representação local. Para isto, são destacados os aspectos próprios da comunidade local, como: saberes, técnicas, produção de território, a paisagem, etc., este processo insere a comunidade no desenvolvimento de ações, atividades e/ou projetos necessários para esta transformação.

Magnaghi (2000, p. 97-98) afirma que um modelo de desenvolvimento local autossustentável requer dois momentos complementares: o primeiro referente à reapropriação dos saberes e saberes ambientais difundidos pela comunidade; o segundo é do incentivo dos governos e das instituições locais para divulgação desse conhecimento.

A valorização do patrimônio territorial como base da produção de riquezas pelos habitantes-produtores exige que o município desempenhe o papel de promotor do desenvolvimento em relação a: a) inserção, dinamização das economias ambientais e territoriais, desenvolvimento de políticas sobre a agricultura e o meio ambiente (considerados um serviço público); b) produção e gestão de energia; c) financiamento público voltado para projetos de transformação ecológica. (MAGNAGHI, 2000, p. 97-98 – tradução nossa).

Dessa forma, a abordagem territorialista envolve o habitante local como um ator na produção do valor territorial, criando-se novas perspectivas de autogoverno, com a participação da comunidade na elaboração de um cenário estratégico. O autogoverno territorial vai de contramão ao processo de globalização (que tende a sobredeterminar

os poderes econômicos transnacionais), pois ele fortalece as redes e a sociedade local de forma não hierárquica, reconhecendo a diversidade de estilos de desenvolvimento e a organização social como meio de solução de problemas (MAGNAGHI, 2000, p. 98-99).

Poli (2018, p. 9-12) explica que a realização de atividades que modifiquem o estilo de vida do lugar - voltando às suas origens, integrando as atividades, redescobrimo e valorizando o território, seus costumes, identidade, patrimônio edificado e natural - é um condicionante importante para a construção de um cenário estratégico participativo. A autora reforça que as transformações devem ocorrer de modo que sejam sustentadas em longo prazo, portanto, devem estar alinhadas com o contexto de vida do local, onde a participação da comunidade seja expressiva. Nesse sentido, Poli (2018, p. 48-50), explica o que é e quais são as características de um biodistrito:

Bio, que alude à “vida”, à necessidade de constante regeneração para guarda o germe da vida; *distrito*, a área de referência da comunidade assentada. **O objetivo do biodistrito pode ser traduzido como identificação de ações estratégicas integradas capazes de manter e regenerar a 'vida' (para humanos, plantas, animais) no contexto rural de referência da comunidade assentada.** (POLI, 2018, p. 48 – grifo nosso).

O distritismo, que tem raízes nas teorias econômicas das pequenas empresas, se preocupa com a dimensão local, com a qualidade dos lugares e culturas, entendendo os componentes locais como valores capazes de impulsionar o sistema. Nesse sentido, ele está relacionado a um planejamento composto por intervenções de orientação participativa, envolvendo as comunidades locais e seus conhecimentos, promovendo a colaboração de todos os atores do território. (BARCA, 2009 *apud* POLI, 2018, p. 48).

O biodistrito vincula os atores da sociedade à administração pública, assumindo um “pacto” entre a comunidade local e as entidades públicas e privadas com o território, podendo estar inserido a nível regional e/ou municipal, construindo e regendo o planejamento local integrado (POLI, 2018, p. 49-50). Assim sendo, como o estatuto dos lugares busca ser instrumento de valorização da identidade local, auxiliando no desenvolvimento autossustentável de um território, tornar a região um biodistrito é um dos caminhos para que esse desenvolvimento seja alcançado.

À vista disso, o desenvolvimento autossustentável, como meio de desenvolvimento a longa duração, de valorização da identidade e do patrimônio local, da inserção da comunidade como protagonistas, assume o papel de um planejamento qualitativo, fundamentado e consolidado, pois busca valorizar as suas características viventes.

3.0 O MÉTODO PARA A REPRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL

Na elaboração de uma pesquisa, o método é importante para delinear o caminho a ser percorrido pelo pesquisador de acordo com seus objetivos (SERRA, 2006). De acordo com Ferreira (1981), o método consiste em um planejamento para a realização de um objetivo. A escolha do método é capaz de aumentar a eficiência e eficácia da investigação. Diante disso, o método adotado nesta pesquisa possui caráter **qualitativo-descritivo e empírico**, pois busca descrever o objeto com o objetivo de compreendê-lo profundamente (SERRA, 2006, p. 77). O aspecto empírico é desenvolvido devido a ações como a leitura territorial, a ser realizada a partir de levantamento iconográfico, pesquisa e verificação de dados, além da investigação para a compreensão territorial.

As referências utilizadas na elaboração da metodologia de pesquisa são os métodos presentes no livro *Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, de Geraldo Serra (2006), com contribuição da identificação do método adotado na pesquisa. E a Escola Territorialista Italiana (ETI)⁸ (MAGNAGHI, 2017; POLI, 2017), com orientação metodológica - a representação do território, na elaboração do Atlas do patrimônio territorial a fim de fundamentar a elaboração de um Estatuto territorial com vistas ao desenvolvimento e à autossustentabilidade local. A realização da pesquisa procederá por duas etapas, realizadas por três ações de representação territorial, articuladas e complementares: a primeira etapa consiste na descrição do objeto-concreto e a segunda na elaboração de um Atlas patrimonial, composto por descrição analítica e sintética referente ao território.

Se a tarefa do planejamento é buscar formas de transformação do território capazes de restituir em um grau sustentável o equilíbrio entre as ações humanas sobre o meio e o próprio meio, produzindo qualidade de vida e justiça social, o estudo da história do território é o fundamento deste processo (MAGNAGHI, 2017b, p. 32).

O Atlas do patrimônio territorial, bem como a representação dos ciclos de territorialização, são recursos utilizados para a identificação das particularidades e a identidade territorial, visando a compreensão do território. O desenvolvimento de cartografias representacionais territoriais e de seu patrimônio, elaborado por uma seleção de dados e tecnologia geoinformacional, é um recurso técnico para que seja alcançada a precisão necessária dos mapeamentos, construindo um sistema

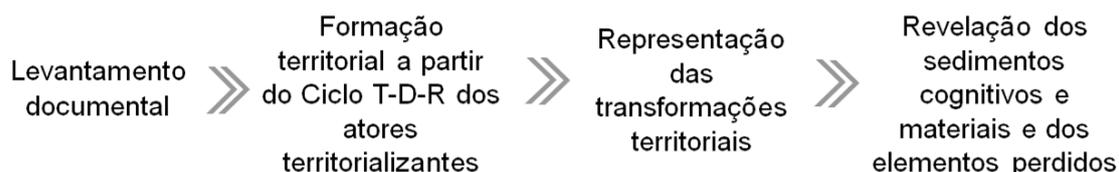
⁸ Escola Territorialista Italiana – referenciada no capítulo 2 da dissertação. Escola resultado de um grupo de pesquisa acerca do desenvolvimento territorial, planejamento e identidade territorial que busca valorizar o patrimônio e a identidade dos lugares.

informativo, de modo que haja maior veracidade entre a representação e a realidade locais.

Nesse sentido, este capítulo será desenvolvido a fim de representar o território, em um Atlas do patrimônio territorial, a partir de duas frentes narrativas: (i) a histórico-estrutural, onde será retratada a história do território e seus ciclos de territorialização, as características históricas, permanências e perdas que o compõe e (ii) a morfotipológica, onde são investigadas e representadas as características físicas territoriais.

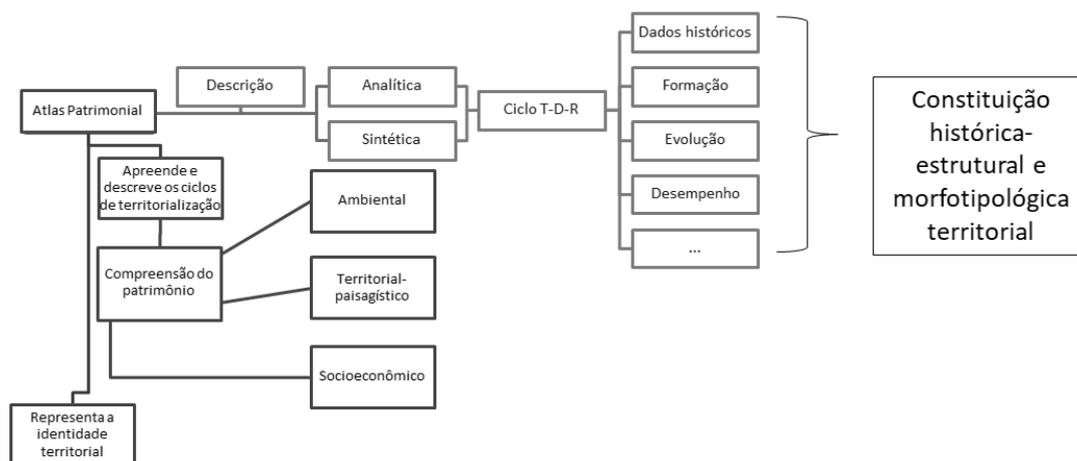
Em suma, o processo metodológico realizado neste trabalho está esquematizado nas figuras a seguir, identificando as etapas e fases sequenciais e paralelas a serem realizadas. Na Figura 10, estão retratadas as fases a serem elaboradas na primeira etapa da pesquisa. Na Figura 11, o diagrama ilustra as fases a serem realizadas na segunda etapa da pesquisa, com vistas à elaboração do Atlas do patrimônio territorial e a constituição histórica-estrutural e morfotipológica territorial.

Figura 10: Esquema metodológico – 1ª Etapa



Fonte: Produzido pela autora, 2022.

Figura 11: Esquema metodológico - 2ª Etapa



Fonte: Produzido pela autora, 2022.

O resultado obtido por intermédio das informações levantadas e adquiridas nas etapas metodológicas estará presente no Capítulo 4 da dissertação, no qual, por meio da descrição do objeto-concreto, na identificação dos elementos identitários do território,

serão elaboradas diretrizes e normativas para um desenvolvimento sustentável, a partir do patrimônio. Esse esforço resultará na elaboração de um Estatuto dos territórios, em âmbito municipal.

3.1 A REPRESENTAÇÃO TERRITORIAL

O uso da representação cartográfica nas disciplinas de Arquitetura e Urbanismo têm se tornado uma aliada nas pesquisas, principalmente no âmbito do urbanismo, pois, a partir delas, é possível mobilizar um conjunto de dados de diferentes disciplinas, agrupá-los e organizá-los por meio da sobreposição de camadas em aplicativos geográficos. A sobreposição das configurações espaciais (sua organização e a presença de sedimentos) proporcionam conhecimento técnico, auxiliam na elaboração das cartografias do patrimônio territorial⁹, possibilitando a análise e produção de previsões e prospecções futuras para cenários de mudança, na elaboração de um cenário estratégico, conduzido pela identificação dos potenciais patrimoniais de Aracruz e o morfotipo territorial rural, o morfotipo de maior força territorial do município.

A representação territorial será desenvolvida em duas etapas, a primeira **(1)** referente ao conhecimento do território objeto-concreto em estudo, e a segunda **(2)** com a elaboração de um Atlas do patrimônio territorial. Ambas as etapas são representacionais e objetivam a descrição e análise do objeto a partir da elaboração do Ciclo T-D-R, no qual serão pesquisados seus dados históricos, como sua formação, a evolução, e seu desempenho territorial, aproximando-se da construção histórico-estrutural e morfotipológica do objeto (MAGNAGHI, 2005).

A primeira etapa (01) possui como objetivo compreender o objeto-concreto profundamente, por meio de levantamento documental - escrito, iconográfico e cartográfico - revelador da formação e da evolução da ocupação do território de estudo, em quatro ciclos de territorialização: indígena, luso-brasileira, imigrantes e “territoriantes” atuais. Isto é, será realizado o levantamento e a leitura dos ciclos de territorialização da área de estudo, reconhecendo os principais atos territorializantes municipais. Essa identificação será realizada por meio de uma (re)composição dos materiais documentais históricos, representando o tipo territorial e analisando as transformações territoriais ocorridas – comparando as transformações, invariâncias, inovações e reutilizações dos sedimentos cognitivos e materiais presentes e perdidos

⁹ Documentos que auxiliam ações de planejamento territorial e possuem como fonte principal a cartografia (POLI, 2017, p. 50).

no território (MAGNAGHI, 2001). Ou seja, a partir da descrição e da compreensão do objeto, será realizada uma análise do envelhecimento físico e social do território. Essa análise empírica também possui caráter qualitativo, desenvolvida pelo conjunto das informações e dados obtidos por meio de coleta de dados, leitura e análise territorial, constituindo um quadro geral do objeto, a fim de expressar os elementos territoriais em comum (SERRA, 2006, p. 137).

A segunda etapa (02) possui como objetivo a elaboração do Atlas do patrimônio territorial, a partir de descrição analítica e sintética. O Atlas do patrimônio territorial tem por finalidade representar a identidade territorial, ou seja, identificar, mapear e descrever os valores do território, os elementos e aspectos regionais de destaque, identificando os núcleos e suas modificações em longa duração. A representação identitária gera apreensão e descrição dos ciclos de territorialização, pois nela são compreendidos o patrimônio ambiental, o territorial-paisagístico e o socioeconômico. Para isso, será utilizada tecnologia Sistema Informacional Geográfico (SIG), com o uso do *software* QGis¹⁰.

O resultado pretendido a partir dos dados obtidos é a elaboração de um Estatuto dos territórios, em escala municipal, um documento de valor cognitivo e normativo, que compreende as invariantes estruturais e regras de transformação com potencial para serem incorporadas em um plano de desenvolvimento autodeterminado.

3.1.1 Uma narrativa histórico-estrutural

O conceito de território apresentado no capítulo anterior é compreendido como uma constituição histórica, instituída pela sobreposição de camadas de territorializações entre as interações sociais e naturais. O território é constituído por meios subjetivos, fruto das interações construídas ao longo do tempo, produzindo símbolos, elementos materiais e imateriais característicos do lugar.

O processo em que ocorrem os sucessivos e sobrepostos atos territorializantes, provocando mudanças no território, é denominado “Ciclo T-D-R”, pois nele são representados os processos de territorialização à longa duração: a territorialização, desterritorialização e reterritorialização (MAGNAGHI, 2001). Entende-se como territorialização, o processo de habitar e vivenciar o território, podendo estar vinculado ou não a um planejamento, é uma fase de construção territorial. A desterritorialização está relacionada à perda da cultura local, o desenraizamento territorial, a fase de

¹⁰ Software de uso livre que utiliza o SIG como fonte informacional. Nele é possível visualizar e editar dados georreferenciados para a construção de cartografias.

destruição. A reterritorialização é entendida como o processo de uma nova territorialização, uma nova construção do território.

A produção territorial ocorre a partir dos atos territorializantes, constituídos de ações de dominação, perimetração, transformação material (estabelecimento de infraestrutura, arquitetura e assentamento), comunicação e estruturação, pois a fusão desses fatores orienta a formação de vilas, cidades e regiões (MAGNAGHI, 2001, p. 7). A Figura 12 representa os elementos que compõem o ato territorializante, demonstrando um processo revelado por camadas, onde o território é constituído por um espaço natural com intervenções antrópicas.

Figura 12: Espaço e território: os atos territorializantes



Fonte: Produção autoral com base em MAGNAGHI (2001, p. 8)

O pensamento de Magnaghi vai ao encontro de Raffestin (2009, p. 26), pois o autor afirma que “o território é a prisão que os homens constroem para si”, onde um espaço é territorializado por alguém, adaptando-se às condições existentes e às necessidades da comunidade.

Ao realizar a leitura territorial, Raffestin (2009, p. 26) estabelece um modelo de territorialização onde estão presentes três elementos: um ator (individual ou coletivo), a presença de trabalho (de reprodução ou invenção) e de instrumentos que possibilitem a realização do trabalho (mediadores, não somente materiais). Diante disso, ele afirma que na territorialização é necessário um programa, um conjunto de intenções, objetivos ou metas a serem realizados por meio de ações. O ator deve estar inserido em um ambiente social, orgânico e/ou inorgânico, que resulta no desenvolvimento de relações e produção territorial. Por isso, o autor entende a produção territorial como “um processo complexo que devemos aprender a descrever e a entender para reproduzi-lo ou

modificá-lo através do planejamento territorial, com o objetivo de aperfeiçoá-lo e/ou de o projetar” (RAFFESTIN, 2009, p. 26).

É a partir da história que se faz a geografia, pois ela revela, através do tempo, as potencialidades da geomorfologia territorial. O processo territorial é desenvolvido ao decorrer dos anos, com o tempo, “partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território”. (RAFFESTIN, 2009, p. 31), onde há a influência de ações do passado.

Cada ciclo de territorialização reorganiza e transforma o território, acumula e deposita conhecimento ambiental próprio, enriquecendo o conhecimento genético territorial, contribuindo para a conservação e a reprodução do tipo territorial por meio das transformações (destrutivas e reconstrutivas), induzidas pela peculiaridade cultural própria do assentamento. A cada novo ciclo de territorialização, a integração entre os sucessivos atos territorializantes determina sua massa territorial, constituída por seu acúmulo histórico, possibilitando a identificação dos elementos invariantes e persistentes, o antigo e o novo (MAGNAGHI, 2001, p. 12).

As fases que compõem o Ciclo T-D-R ajudam a entender que cada estágio histórico é acompanhado por uma organização territorial específica, onde estão inseridos elementos simbólicos, físicos, de valor e econômicos em equilíbrio com o contexto territorial: “Cada estrutura histórica do território é fruto de uma escolha, de um projeto consciente, de uma interpretação, da ativação de políticas específicas que mostram quanto complexo era o passado como o presente parece hoje” (POLI, 2018, p. 30).

Conforme Poli (2017, p. 46), a partir das análises do território, é possível descrevê-lo como “um ser vivo, resultado de uma adaptação mútua, de uma co-evolução, entre elementos naturais e culturais”. Cada ciclo de territorialização é um evento cultural em um mesmo ambiente, que modifica seu assentamento em um processo de simbiose entre recursos humanos e naturais. O reconhecimento das particularidades do território-patrimônio, os elementos constituintes de sua identidade, as permanências, as persistências e os invariantes estruturais, determinam o valor do território e este não é alcançado por meio de uma relação unívoca e determinística (MAGNAGHI, 2001, p. 15). Em vista disso, o território passa por modificações territoriais, de povoamento e de cultura, que o constituem e o transformam com o passar do tempo. E, são os elementos permanentes na longa duração que determinam sua identidade e valor territorial.

Em estudo alicerçado no processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (Ciclo T-D-R), por método comparativo e por meio da perspectiva

histórica, para identificação dos invariantes estruturais e das regras constitutivas da manutenção do território, Poli (2017) concluiu:

Comparado às descrições geo-históricas que tendem a evidenciar a sucessão linear e crescente de eventos, o ciclo TDR enfatiza a alternância de fases de estabilidade, com base na manutenção de ativos estruturais consolidados e de fases de fratura socioeconômica nos quais esses ativos entram em crise e são marginalizados. (POLI, 2017, p. 46 - tradução nossa).

Na elaboração de um mapa, mediante a reconstrução das fases de territorialização, é possível reconhecer a sobreposição destas fases, verificando os diferentes modos de organização espacial, sendo factível, cada vez de forma mais avançada, uma melhor interpretação das heranças territoriais e culturais, pois “o território é resultado de conhecimento, escolha e responsabilidade” (POLI, 2017, p. 48).

O processo de desterritorialização contemporâneo possui raízes na modernização: a destruição da cultura local, a libertação técnica e tecnológica das restrições territoriais locais, o desenraizamento territorial, a expansão da metrópole, a aprovação mundial da paisagem metropolitana e a industrialização (MAGNAGHI, 2001, p. 21). Portanto, é possível compreender que a desterritorialização contemporânea não prevê uma reterritorialização, mas uma constante desterritorialização, provocando progressivamente a artificialização, a destruição dos ecossistemas naturais e do território. Magnaghi (2001, p. 21-22) define três características semânticas da desterritorialização: (1) a de-territorialização, ou seja, a interrupção dos ciclos históricos de crescimento e desenvolvimento do território; (2) a descontextualização, a destruição das identidades da paisagem, provocando a uniformidade da paisagem global; (3) a degradação, o desequilíbrio ambiental e seu impacto na sociedade.

Para Haesbaert (2009, p. 112-117), assim como no processo de territorialização, que está estreitamente relacionado às relações de espaço e poder, nos processos de desterritorialização é importante considerar as características da sociedade contemporânea, a contextualização histórica, as especificidades geográficas locais e os sujeitos sociais envolvidos nos processos de des-territorialização.

O processo de reterritorialização consiste em uma nova territorialização onde serão identificados os sedimentos manifestos e latentes, reinterpretando as energias contraditórias¹¹ e inovadoras¹² presentes no território. Durante o processo, é necessário

¹¹ Comportamentos, movimentos sociais, culturais e conflitos que surgem nos processos de desterritorialização, a memória genética dos lugares (MAGNAGHI, 2001).

¹² Potenciais tecnológicos que incentivem o desenvolvimento de uma nova territorialidade; tecnologias que incentivem o conhecimento e desenvolvimento dos valores locais, de modo que a cidade se conecte com seu território e faça um melhor uso de seus recursos (MAGNAGHI, 2001).

o conhecimento do contexto histórico e do tipo territorial, para que as propostas projetuais produzam ambientes autossustentáveis, fortalecendo os valores patrimoniais e culturais sociais e do território. Assim sendo, a reterritorialização visa a sustentabilidade do desenvolvimento territorial, envolvendo questões ecológicas, culturais, econômicas, geográficas e ambientais (MAGNAGHI, 2001, p. 24-28).

A reterritorialização, após o processo de perda da desterritorialização, busca resgatar os valores e a identidade territorial. Este processo não é fragmentado, pois não há interrupção de uso do território para que ocorra. Esse mesmo entendimento é discutido por Raffestin (2009, p. 32), quando ele apresenta a concepção de “salto histórico”, em que o autor entende as mudanças na relação entre a sociedade e o território, mas não há separação histórico-temporal para que ocorra.

Assim sendo, conclui-se, a territorialização é composta por diversos fatores inerentes ao território, entre eles, os sujeitos, o espaço e os costumes locais. Ao reconhecer esses aspectos e reconstituir os ciclos de territorialização, são compreendidos os movimentos sociais ocorridos, em conjunto com a natureza, identificando as particularidades daquele local. À vista desse entendimento, são elucidados os sedimentos pertencentes ao lugar, sua cultura, costumes, ambiente construído e antrópico, todos esses constituindo a identidade local, formadores do caráter da região.

3.1.1.1 Método de análise histórico-estrutural do território

Um dos métodos para a compreensão, identificação e análise do território é a reconstrução dos processos de territorialização, sugerido pelos arquitetos Alberto Magnaghi (2005, 2017) e Daniela Poli (2017). De caráter interdisciplinar e realizado a partir da identificação das diferentes fases históricas relacionadas à organização territorial, o método de estudo do território, organizado pelos autores, deve ser realizado em quatro fases.

Esse método tem como objetivo reconhecer a história do território a partir da interpretação e representação do patrimônio territorial e das regras estatutárias para um projeto territorial biorregionalista¹³, pois, ao conhecer profundamente a história do território e de seus habitantes, é possível alcançar um modelo de planejamento identitário. A primeira fase (1) consiste no comparativo entre a estrutura histórica de assentamento e o substrato geomorfológico, com o objetivo de destacar a coerência

¹³ Termo relacionado com o conceito de Biorregião, uma divisão da Geografia que descreve e identifica o local, a partir de suas características geográficas.

estrutural do processo evolutivo. Em seguida (2), é exercida a análise dos processos políticos e socioeconômicos estruturantes subjacentes às formas físicas do território, destacando hierarquias e assentamentos. Posteriormente (3), é realizada uma investigação das formas do território, em que as estruturas das diferentes paisagens são reconstruídas como resultado de múltiplos processos. Por fim (4), é elaborada uma representação sumária das diferentes fases das grandes permanências históricas obtidas a partir dos resultados das etapas anteriores.

Após a aplicação dos métodos de Poli (2017), citados acima, é pertinente correlacioná-los às categorias de avaliação de eficácia da análise e planejamento territorial proposto por Alberto Magnaghi (2005). Este estudo propõe três categorias de avaliação: A primeira, a eficácia interna (1), aborda a capacidade das representações identitárias pertencerem à teoria, à prática da disciplina urbanística e à de governança do território. Seu objetivo é verificar como os instrumentos de descrição e representação dos caracteres identitários locais e seus sedimentos patrimoniais podem constituir uma redefinição dos “Sistemas Informativos Territoriais (SIT)” enquanto meio de representação das estruturas cognitivas utilizadas pelos moradores locais. A segunda, a eficácia externa (2), mede a capacidade das representações identitárias restituírem ou constituírem o espaço do *milieu*¹⁴, onde se realiza o convívio entre sociedade local e patrimônio territorial de longa duração. A terceira e última, a efetividade generativa (3), uma eficácia não mensurável, se refere à interação entre saberes especialistas e contextuais, medindo, a médio-longo prazo, as capacidades relacionais e projetuais autônomas e endógenas dos atores dos diversos sistemas territoriais locais (MAGNAGHI, 2005, p. 12).

Poli (2017) e Magnaghi (2005, 2017), após a aplicação das categorias de análise e eficácia, realizadas em ensaios, demonstraram como resultado dois pressupostos:

- A possibilidade de estabelecer um quadro de referência para avaliar a pertinência das diferentes representações identitárias, composto da interação entre o conhecimento profissional, os processos administrativos e de saberes contextuais sociais.

¹⁴ *Meio*. Um conjunto permanente de caracteres socioculturais sedimentados a uma determinada área geográfica no decorrer de sua evolução histórica (MAGNAGHI, 2001, p. 18-19). Uma relação antrópico-ambiental no qual se favorecem as relações intersubjetivas, transpassa a materialidade. Constituídos por dois âmbitos: de sabedoria ambiental e identitários; o primeiro relacionado aos saberes e técnicas locais e construtivas/produzidas e o segundo com os saberes socioculturais de longa duração constituintes da cultura local (NOSSA, 2020, p. 25).

- A capacidade de investigar e validar o progresso e as especificidades das formas e métodos de representação identitária individuais em relação à tradição e à evolução das disciplinas de análise e do projeto urbanístico-territorial (MAGNAGHI, 2005, p. 13).

O planejamento territorial, possuindo como base a história do território, assume uma articulação dos planos diretores em duas partes:

- (1) Estatuária, reconhecendo os valores patrimoniais históricos do território e elementos identitários relativos ao uso do solo; induzindo o “*estudo sistemático dos caracteres identitários do território*” em três análises formais: (i) a interpretação estrutural, ou seja, a interpretação dos valores patrimoniais do território, alcançado por meio da “descrição e representação das identidades territoriais (estruturas, morfotipos, paisagens) a partir do estudo do processo de territorialização coevolutiva da longa duração histórica entre assentamento humano e ambiente” (MAGNAGHI, 2017, p. 37); (ii) a descrição fundacional, que consiste na restituição gráfica do processo, através de documentos acerca do planejamento territorial, que “constituem a base comunicativa dos estatutos territoriais nas várias escalas de análise e intervenção (regionais, de ampla área, locais)” (MAGNAGHI, 2017, p. 38); e os (iii) invariantes estruturais, as regras constitutivas e de transformação do patrimônio territorial, “permitem a reprodução e desenvolvimento do próprio sistema territorial em contínua transformação através de regras de boa governança” (MAGNAGHI, 2017, p. 38).

- (2) Estratégica, devendo apresentar, em seus planos diretores [*piano regolatori*], o projeto do território e “a avaliação dos seus efeitos sobre a conservação/valorização do patrimônio territorial, ambiental e paisagístico” (MAGNAGHI, 2017, p. 36). Dessa forma, é garantida a integração entre as políticas setoriais e a concepção patrimonial do território.

À vista disso, a investigação do presente trabalho se concentra na primeira parte do planejamento territorial, a estatutária, como apresentado anteriormente, no Capítulo 2.

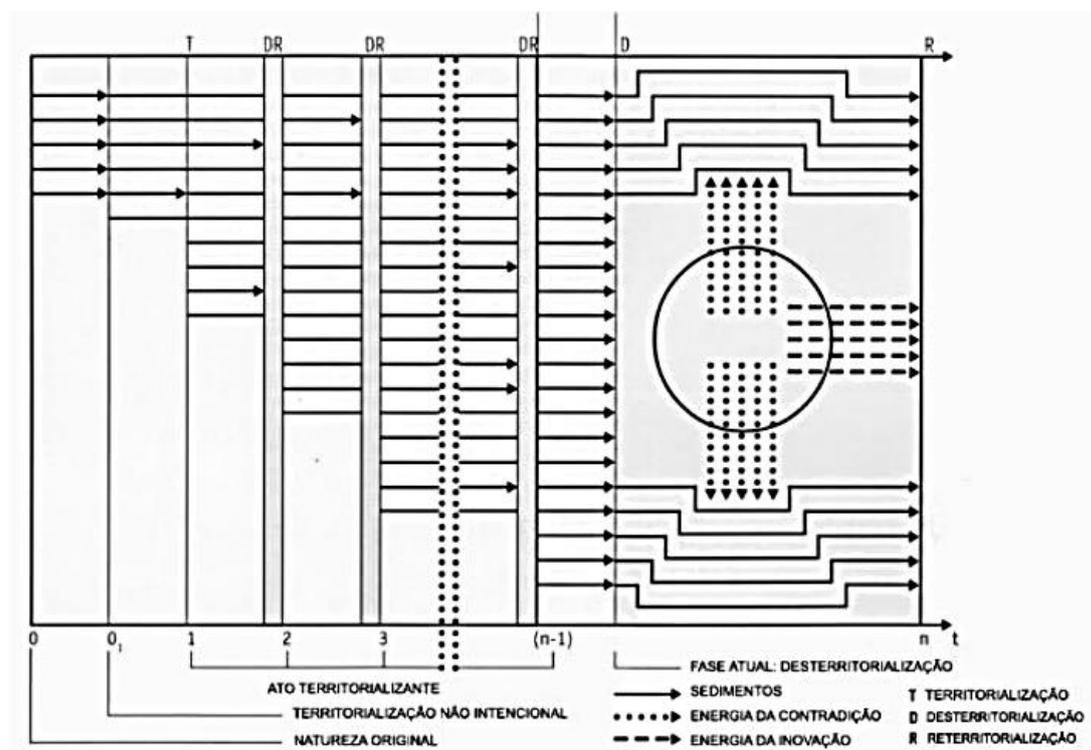
A análise histórica do processo de formação do território, que Magnaghi (2001) considera essencial à descrição do patrimônio territorial, visa a continuação do trabalho de territorialização de acordo a identidade cultural particular de cada sociedade histórica, para que haja uma compreensão dos valores da cidade e do território, de seus sistemas relacionais e co-evolutivos entre o ambiente físico, construído e antrópico.

A análise dos ciclos de territorialização deve considerar a identidade cultural de cada sociedade constituinte da história daquele local. Este conhecimento é fundamental para a compreensão dos valores da cidade e do território, pois, cada ciclo de territorialização é um evento cultural ocorrido no mesmo ambiente. Cada ciclo promove modificações

peculiares em seu assentamento, é um processo de simbiose entre elementos humanos e naturais (MAGNAGHI, 2001, p. 14-15).

O território, portanto, é o resultado de um processo relacional de longa duração entre o ambiente e os elementos constituintes de sua identidade, os sedimentos. A metodologia descritiva territorial se refere à uma comparação entre os ciclos de territorialização e seus principais atores territorializantes, identificando as transformações, invariâncias, inovações e reutilização de sedimentos no processo de longa duração, expresso na Figura 13, baseado na representação de Magnaghi (2001, p. 16).

Figura 13: Esquema do Ciclo T-D-R



Fonte: MAGNAGHI, 2001, p. 16. Tradução por BERNARDO, 2020, p. 52.

O esquema acima representa o processo histórico de territorialização, podendo ser interpretado em duas etapas. A primeira etapa inicia na seção 0 do diagrama, que configura as características do sistema ambiental original (natureza ambiental ou substrato material primitivo) e sua evolução geomorfológica; a seção 0₁ representa a territorialização não intencional, realizada pela primeira civilização. A partir da seção 1, são representadas as territorializações permanentes, onde cada ato territorializante é marcado por um segmento e neles são inseridos novos sedimentos, interrompidos e/ou continuados os pré-existentes, da fase anterior, indicando os momentos de ruptura e reconfiguração territoriais. A fase N-1 corresponde ao ciclo da civilização moderna anterior à contemporânea. Como apresentado no esquema, entre a fase 2 e a N-1, são

identificados processos de desterritorialização e reterritorialização, ocorrendo uma mudança na segunda parte do diagrama.

A segunda parte do diagrama é identificada como um processo alargado de desterritorialização rumo à reterritorialização, diferente da primeira parte, onde cada fase possuía as duas características simultaneamente. A segunda parte representa a produção territorial contemporânea, após o período moderno, a partir do século XX. Nesta etapa, são identificados no território os sedimentos cognitivos e materiais acumulados dos processos de territorialização anteriores; esses sedimentos possuem, agora, influências de energias da contradição sobre eles e, simultaneamente, são encontradas as energias de inovação¹⁵, impulsionando o território a uma reterritorialização. Esse processo de reterritorialização, segundo a ETI, é elaborado em conduta autossustentável, com a pretensão de valorizar e impulsionar suas características, seus sedimentos, suas particularidades. Cada seção possui individualidades de seu assentamento e sistema ambiental, no qual é descrita a paisagem e a estrutura morfotipológica territorial e urbana, propiciando a identificação dos sedimentos territoriais representantes de cada fase, ou seja, do ato territorializante.

Este diagrama evidencia a continuidade entre os processos do ciclo TDR, onde não há necessariamente uma ruptura entre as fases para que outra seja iniciada, explicando o porquê da presença de diferentes sedimentos em um único território, onde alguns são mantidos, outros perdidos e outros recuperados, dependendo dos objetivos e características da comunidade naquele ciclo, naquele processo.

Portanto, o método de análise histórico-estrutural do território municipal, nesta pesquisa, é baseado nos ciclos de territorialização, apresentados pela ETI, buscando investigar, identificar e representar os aspectos e elementos pertencentes aos ciclos da região do objeto de estudo. Nesse sentido, o presente trabalho assumirá o papel de planejamento estatutário, reconhecendo os valores patrimoniais históricos do território e os elementos identitários relativos ao uso do solo, realizados a partir das etapas descritas anteriormente no decorrer deste capítulo.

¹⁵ “energias de inovação”, definidas por Magnaghi (2001), são tecnologias, que se apropriadas e utilizadas corretamente, contribuem para o desenvolvimento de uma nova territorialidade autossustentável.

3.1.1.2 Ciclos de Territorialização de Aracruz – narrativa histórico-conceitual

Neste capítulo, serão identificados os atos territorializantes municipais e seus atores por meio da pesquisa de vestígios das ocupações territoriais, articulando-os com a história do município. “A definição dos ciclos deve levar em conta, portanto, as peculiaridades históricas e ambientais imanentes a cada contexto, tendo em vista destacar os processos de configuração e transformação do território na perspectiva da longa duração” (MAGNAGHI, 2001b, p. 15). Para isso, a pesquisa será realizada por meio de análise de documentações, cartografias, iconografias e registros realizados em diferentes períodos históricos do município de Aracruz.

As análises dos ciclos de territorialização são compostas por diversas faces de pesquisa, entre elas, a historiográfica, a cartográfica, a bibliográfica, a arquivística, a imagética (fotografias, desenhos etc.) e o levantamento de campo. Esse levantamento de informações compõe um banco de dados acerca do objeto concreto em estudo, onde, a partir dos dados obtidos, é realizada uma documentação, contendo a classificação, descrição e interpretação desses. A cada nova pesquisa, esse banco de dados é retroalimentado e atualizado, estruturando uma narrativa dos processos de territorialização ocorridos no local, sendo representadas, nesta dissertação, por mapeamento geoinformacional a ser elaborado no próximo capítulo.

A união desses mapeamentos resulta em um Atlas do patrimônio territorial, apontado pela ETI como uma das etapas metodológicas e representacionais do território, pois nela – por intermédio de toda pesquisa profunda realizada acerca de uma região - é possível identificar as permanências, as perdas, as persistências e as transformações ocorridas nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, como representado na Figura 13 (acima).

O atual município de Aracruz possui os primeiros registros da territorialização portuguesa em 1556, quando diversos padres portugueses vieram para o litoral norte capixaba, às margens do Rio Piraquê-Açu, e fundaram um aldeamento jesuíta, chamado de Aldeia Nova, instituindo um núcleo de catequese indígena, acolhendo diversos índios, inclusive de fora da Capitania do Espírito Santo (CRUZ, 1997, p. 46). O município passou por diversas nomenclaturas, como Aldeia Nova, Sauaçu, Vila de Santa Cruz, Santa Cruz, até que ao final do século XX, tornou-se Aracruz e permanece até os tempos atuais.

Somente no século XIX o município passou a ter mais presença no contexto social e econômicos, em conformidade com os registros encontrados.

Em 1832 o imigrante italiano Pietro Tabacchi, chegou à região de Santa Cruz, e fundou a Fazenda Nova Trento em homenagem a sua terra natal. Posteriormente, o mesmo seria o responsável pela vinda de 386 famílias italianas saídas do Porto de Gênova em 3 de janeiro de 1874, trazendo consigo instrumentos agrícolas. (INCAPER, 2020, p. 8).

O município de Santa Cruz, hoje Aracruz, foi criado em 3 de abril de 1848, quando a então Aldeia Velha foi elevada à condição de Vila e passou a ser chamada de Santa Cruz, e somente em 1881, a Vila foi elevada à categoria de cidade. Na segunda metade do século XX, Aracruz (na época, ainda denominada Santa Cruz), tornou-se um importante porto de exportação para o Espírito Santo, pois estava localizado na foz do Rio Piraquê-Açu – um rio navegável sem dificuldades, que possui nascente em Santa Teresa, passando por João Neiva e Ibiracu, facilitando o transporte dos produtos agrícolas produzidos por esses municípios. Devido a esse transporte de diferentes mercadorias - como açúcar, café, milho e feijão -, Aracruz era considerado um grande escoadouro estadual, pois naquele porto ocorria uma logística reversa - os navios entravam e saíam do território com diferentes cargas, produtos não produzidos no município portuário, tornando-se uma cidade muito próspera. Devido a essa movimentação marítima-econômica, durante muito tempo, o porto da “Vila de Santa Cruz” era considerado um importante ponto mercantil, atraindo grandes comerciantes para a movimentação da economia local. Porém, em 1940, com a construção da Estrada de Ferro Vitória Minas e da BR-101, o desenvolvimento do porto foi prejudicado (INCAPER, 2020, p. 8).

Com o processo de industrialização e a chegada da Aracruz Celulose no município, após a década de 1960, houveram mudanças nos padrões sociais e econômicos, impactando e transformando a paisagem física, ecológica e humana. A aceleração do processo de urbanização imposta pela chegada de novas pessoas (moradores e migrantes, trabalhadores na construção da fábrica e do porto) devido à instalação da empresa no litoral, transforma a logística e organização social, econômica, urbana e paisagística do município.

Os empregos diretamente e indiretamente criados pelo empreendimento são o sustentáculo da economia local, podendo-se alocar à instalação da empresa um retrocesso das atividades extrativas da mata e da agricultura familiar, assim como dos modos de vida conectados à coleta, caça e pesca dependentes de uma qualidade de meio ambiente perdida com a monocultura dos eucaliptos assim como da poluição marinha reforçada pelas alterações inerentes à construção do porto decorrentes de um modelo de desenvolvimento (FLORÊNCIO, 2010, p. 66).

Em 1978 é inaugurada a primeira fábrica da Aracruz Celulose (Figura 14) e, desde então, a empresa está em processo de expansão, com marcos industriais principalmente em 2004 (ano em que a empresa cresceu, aumentando sua produção e

plantação de eucalipto no território) e 2019 (ano que ocorre a fusão entre a Suzano Papel e Celulose com a Fibria, criando a Suzano S/A - a empresa nasce como a maior produtora mundial de celulose).

Figura 14: Aracruz Celulose S.A, 19--



Fonte: IBGE (19--), 2022

A reportagem de A Tribuna (1999, p. 5-12) explicita a potencialidade e a importância econômica do município de Aracruz e de seu setor industrial para a economia capixaba envolvendo a produção de celulose e as atividades portuárias (Figura 15) em seu território. Ainda no final do século XX, no município, o setor alimentício dispunha de grande importância para a economia municipal.

Figura 15: Porto de Barra do Riacho – Portocel, 19--



Fonte: IBGE (19--), 2022

O IBGE e o IJSN possuem uma biblioteca digital onde são disponibilizadas fotografias do século XX, onde foram coletados registros de edificações e espaços urbanos do município de Aracruz, contribuindo para a compreensão do território e de suas características históricas. A Figura 16 ilustra o núcleo de Barra do Sahy, em 1985, formado por ruas estreitas e edificações intervaladas por áreas ajardinadas, sem limites aparentes sobre os terrenos. Já a Sede municipal (Figura 17), possui uma morfologia urbana mais demarcada, edificações com arquiteturas similares, gabarito com maior padronização, além de serem construídas mais próximas e sem afastamento frontal para as vias; as Figuras 18 a 22, retratam as edificações governamentais, as arquiteturas e os espaços urbanos da Sede no século XX.

Figura 16: Barra do Sahy, 1985



Fonte: IJSN, 1985

Figura 17: Vista panorâmica da cidade 19--



Fonte: IBGE (19--), 2022

Figura 18: Aracruz, 19--



Fonte: IBGE (19--), 2022.

Figura 19: Praça Monsenhor Guilherme Schimitz 19--



Fonte: IBGE (19--), 2022

Figura 20: Fórum municipal 19--



Fonte: IBGE (19--), 2022

Figura 21: Prefeitura Municipal 19--



Fonte: IBGE (19--), 2022

Figura 22: Igreja Matriz de São João Batista 19--



Fonte: IBGE (19--), 2022

Atualmente, o município é composto por cinco distritos (Figura 16), e nove áreas urbanizadas distribuídas entre eles (ARACRUZ, 2020), sendo elas: Sede, Orla de Santa Cruz, Orla de Coqueiral (composta pelos bairros Caieiras Velha, Bairro Coqueiral e Praia dos Padres), Orla de Barra do Sahy (composta pelos bairros Barra do Sahy e Mar Azul), Orla de Barra do Riacho, Orla de Vila do Riacho, Guaraná, Jacupemba, Santa Rosa e Novo Irajá.

O INCAPER (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural), elaborou uma cartilha nominada de PROATER (Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural) com o caráter de um instrumento norteador das ações a serem desenvolvidas a fim de contribuir para um desenvolvimento rural sustentável, em parceria com os agricultores familiares, povos e populações tradicionais. Essa cartilha aponta as principais características de cada distrito municipal (Figura 23), sendo registrados a seguir (INCAPER, 2020, p. 7-8):

- Distrito de Aracruz (Sede): são reconhecidos principais cultivos: o café, o cacau, o aipim, a banana, o tomate, o leite, entre outras culturas de menor produção. O cultivo das uvas é o principal atrativo do agroturismo.
- Distrito de Guaraná: a cafeicultura possui maior destaque produtivo, porém, a fruticultura também está em expansão, principalmente na plantação de mamão e cacau. O agroturismo local está mais relacionado à culinária, com a produção e venda de doces e biscoitos artesanais. Neste distrito, há uma festividade anual, a “Carretela Italiana”, em homenagem ao imigrante italiano. O distrito de Guaraná possui uma área territorial pequena e ao final do século XX se destacava pela produção e exportação de arcos de

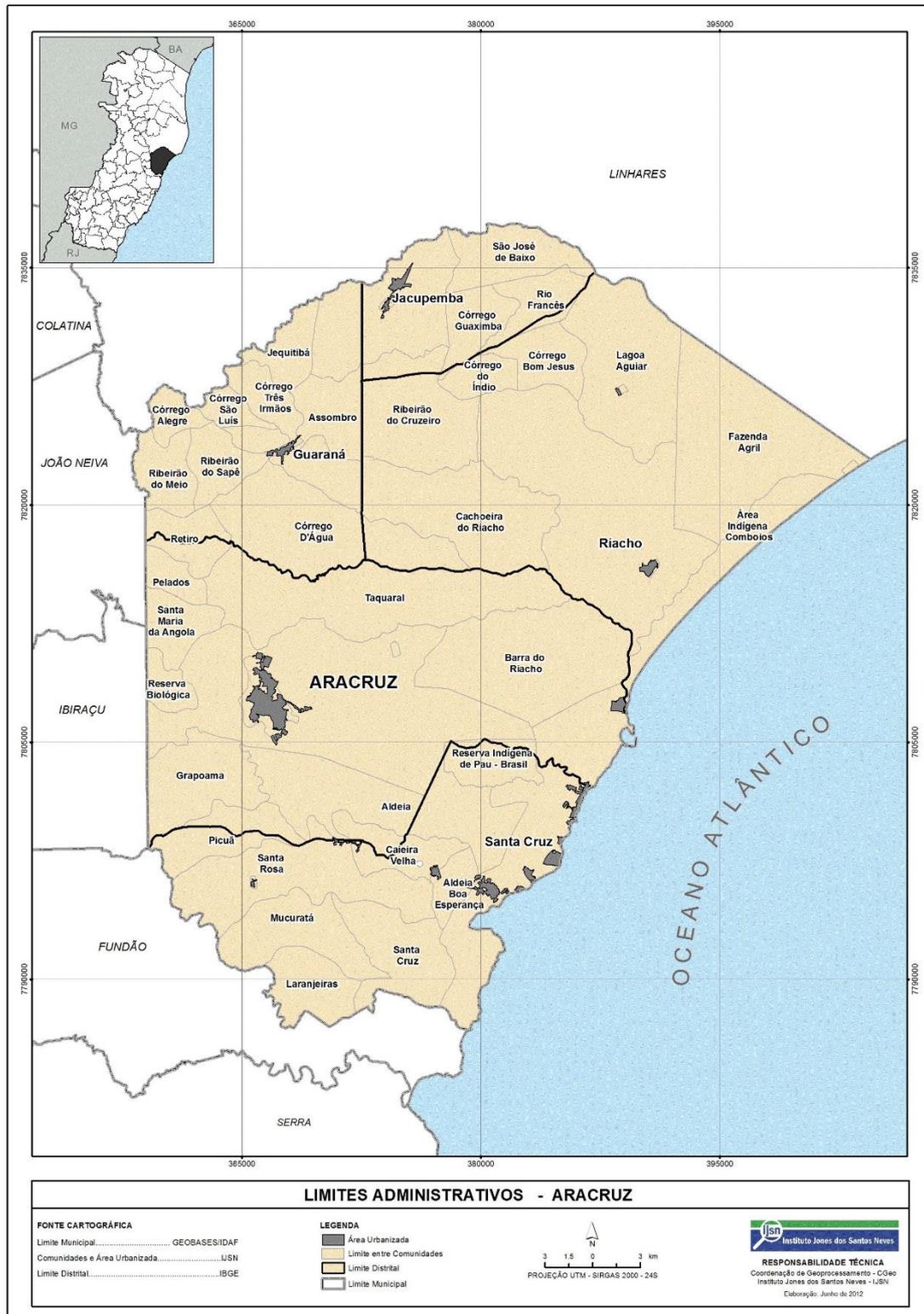
violinos. Além disso, ele também exporta granito e café, o último também está inserido no ciclo de produção, compra e venda regional. O distrito surgiu como Vila, por volta de 1898, onde as terras foram ocupadas pela agricultura (CRUZ, 1997, p. 53).

- Distrito de Jacupemba: destaque para o cultivo de café, cacau e mamão. Há um maior potencial hidrográfico nesse distrito, pois, nele está localizada a segunda maior lagoa do estado, demonstrando potencial para a prática de esportes náuticos, mergulho e pesca, nas pequenas praias que se formam em seu perímetro.

- Distrito de Riacho: destaque para os cultivos de café, mamão e cacau. Nesse distrito estão localizadas as aldeias indígenas Tupiniquim, nelas o setor agrícola é diversificado, com produção variada de hortaliças, cacau, café e seringueira, além da feitura manual, a produção de artesanatos.

- Distrito de Santa Cruz: É o distrito que envolve a bacia leiteira do Município. Nele, são abrigadas as aldeias Guaranis e a maior parte das aldeias Tupiniquim, com diversa produção alimentícia e de artesanato. “A aroeira nativa é colhida pelos Indígenas, que já iniciaram plantios da cultura. No litoral, as comunidades tradicionais são as de pesca marinha e pesca artesanal no estuário do Rio Piraquê-Açu” (INCAPER, 2020, p. 7-8).

Figura 23: Limites administrativos - Aracruz



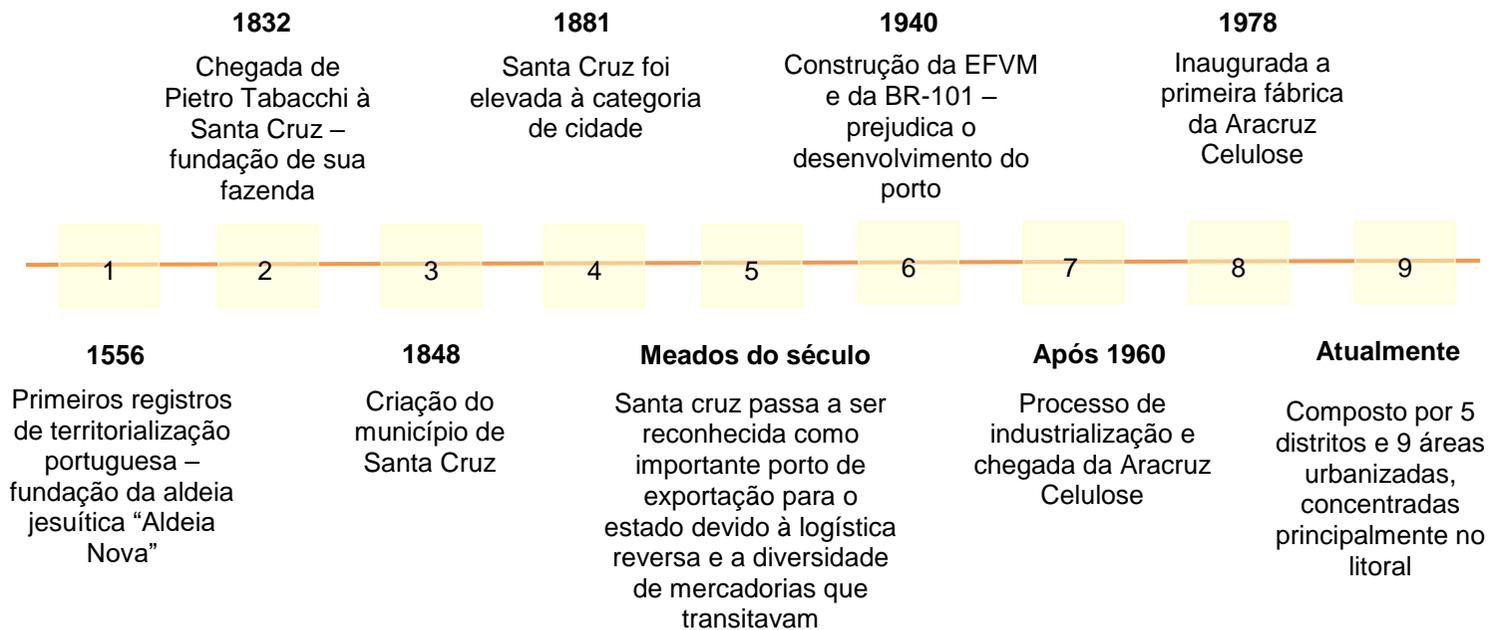
Fonte: IJSN, 2015.

Na cartografia abaixo (Mapa de rios, estradas e núcleos), são representados os rios, estradas e núcleos, para o reconhecimento do município de Aracruz. Reunindo as

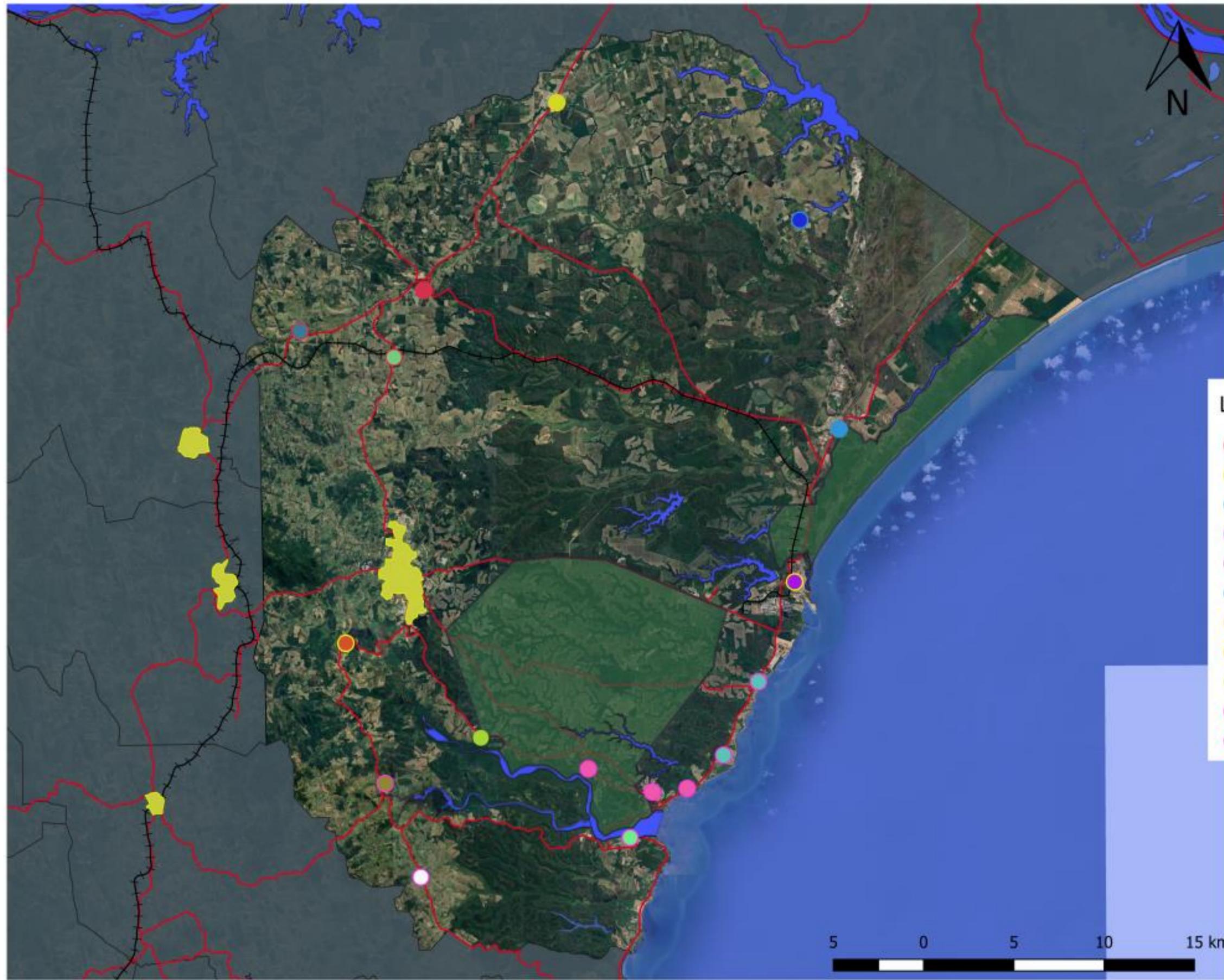
informações dos núcleos municipais, este mapeamento identifica as nove áreas urbanizadas (diferenciadas pelo uso de cores) e seus respectivos núcleos administrativos, caracterizadas pela cor nas extremidades dos marcadores: i) Santa Cruz – Santa Cruz, Coqueiral, Barra do Sahy, Mar Azul, Povoado de Santa Rosa, Praia dos Padres, Caieiras Velha e Biriricas; ii) Aracruz - Sede municipal e Grapoana; iii) Riacho – Riacho e Agrovila Nova Esperança; iv) Jacupemba – Jacupemba e v) Guaraná – Guaraná, Ribeirão do Meio e Córrego D’água.

Em suma, os anos de maior impacto e modificações na estrutura econômica, social e/ou territorial, e acontecimentos acerca do ciclo de territorialização de Aracruz são identificados em linha do tempo (Diagrama 1):

Diagrama: Linha do tempo ciclos de territorialização Aracruz



Fonte: Elaborado pela autora, 2022



Mapa de núcleos, estradas e massas de água

Legenda

● Guaraná	● Mar Azul
● Jacupemba	● Santa Rosa
● Riacho	● Praia dos Padres
● Santa Cruz	● Caieiras Velha
● Ribeirão do Meio	● Biriricas
● PA Nova Esperança	● Córrego D' Água
● Barra do Riacho	■ Sede
● Grapoana	■ Área indígena
● Irajá	■ Massas d'água
● Bairro Coqueiral	⋈ Trecho ferroviário
● Barra do Sahi	— Trecho rodoviário

BASE DE DADOS
 Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000
 UTM 24S

Fonte: Cursos d'água - Geobases (2018)
 Limites municipais - IJSN (2018)
 Núcleos urbanos e rurais - IJSN (2016)
 Trecho rodoviário e ferroviário - IJSN (2018)



3.1.2 Uma narrativa morfotipológica

O desenvolvimento autossustentável é fundamentado no reconhecimento dos sedimentos de valor patrimonial, pois ao conhecer profundamente a história do território e de seus habitantes, é possível ter um modelo de planejamento identitário. O planejamento e o urbanismo são instrumentos capazes de proporcionar qualidade de vida para os habitantes, sem que se percam as identidades morfotipológicas da cidade e das paisagens rurais (MAGNAGHI, 2017, p. 34).

Para os habitantes, o planejamento urbano e territorial possui o objetivo de possibilitar seu bem-estar e felicidade pública, de forma a desempenhar seu exercício de cidadania. Planeja-se de forma que os habitantes sejam protagonistas nos processos de decisões, para isto, são requeridas atitudes, assim como Magnaghi (2017) estabelece, que:

- sejam praticados instrumentos de conhecimento dos bens materiais e imateriais em chave patrimonial que colocam em primeiro plano os saberes contextuais, a memória e as culturas dos habitantes, com instrumentos de autorrepresentação como os mapas comunitários;
- sejam praticados instrumentos de planejamento 'de baixo para cima' nos quais os habitantes são protagonistas dos processos de decisão sobre seus mundos de vida e sobre suas paisagens "assim como percebidas pelos habitantes" (CEP 2000, art. 1, parágrafo a);
- sejam praticados sistemas econômicos de base local capazes de conhecer, assumir e valorizar o patrimônio territorial de formas duradouras e sustentáveis pelos habitantes/produtores. (MAGNAGHI, 2017, p. 34 – tradução nossa).

Na abordagem territorialista, a análise morfotipológica tem caráter estrutural de entendimento e identificação das regras de reprodução do patrimônio territorial, em que:

[...] interpreta e representa as características identitárias dos sistemas territoriais em contínua evolução/transformação por meio da definição de suas configurações espaciais. Inclui a morfologia (uma forma específica) e a tipologia (a repetição dessa forma). (POLI, 2017, p. 43 - tradução nossa).

Portanto, a análise morfotipológica, torna-se uma norma qualitativa onde são representados os componentes espaciais singulares do território (representáveis, mensuráveis, avaliáveis) no contexto regional, “o morfotipo territorial representa a forma estável que assume um neocossistema como resultado de processos coevolutivos de longa duração” (POLI, 2017, p. 43).

O reconhecimento dos sedimentos de longa duração é realizado a partir da reconstrução dos processos de territorialização, um processo multidisciplinar que identifica diferentes fases de organização territorial, no qual Poli (2017, p. 47) organiza quatro etapas metodológicas para sua realização: (1) o estudo do posicionamento do assentamento a partir da comparação entre a estrutura história e o substrato geomorfológico; (2) o

estudo dos processos estruturantes de assentamento e povoamento; (3) o estudo das formas do território, das modificações paisagísticas; (4) a representação síntese dos estudos realizados anteriormente, de forma a evidenciar as grandes permanências históricas. Essas etapas evidenciam a modificação estrutural do assentamento em seu processo coevolutivo, auxiliando na identificação dos sedimentos histórico-arqueológicos de longa duração, do patrimônio territorial, e como ocorreu sua permanência.

A autora distingue quatro esquemas morfotipológicos elaborados pela ETI, (1) o morfotipo urbano, onde são representadas as relações entre os edifícios, ruas, praças, etc.; (2) o morfotipo de assentamento, caracterizado pelas relações morfotipológicas entre os núcleos urbanos, infraestrutura e contexto geofísico; (3) o morfotipo ambiental retrata as relações hidrogeomorfológicas e as redes ecológicas; (4) o morfotipo rural, correspondente às relações hidrogeomorfológicas, tramas agroflorestais, construções e infraestruturas rurais.

A representação das fases de territorialização mostra a sobreposição das configurações espaciais (sua organização e presença dos sedimentos) do passado, auxiliando na elaboração de mapas/cartografias do patrimônio territorial¹⁶, base da construção do cenário de transformação. No presente trabalho, essa representação embasará a identificação dos sedimentos de longa duração de valor patrimonial, a fim de entender como aconteceu sua permanência e qual foi seu impacto no desenvolvimento territorial. Todas as representações e estudos auxiliarão no desenvolvimento do Estatuto dos lugares regional proposto.

As cartografias patrimoniais têm o objetivo de “evidenciar a estrutura de valores do território, os ativos que agregam valor aos lugares, a partir dos quais ler os princípios e as regras constitutivas invariantes” (POLI, 2017, p. 50). A autora afirma, ainda, que os mapas, a partir da sobreposição das representações visuais-gráficas, são capazes de demonstrar a consistência patrimonial territorial, seu estado-da-arte e identificar as estratégias que devem ser utilizadas para sua valorização.

Para a identificação dos elementos constituintes da longa duração municipal, foi realizada uma pesquisa das cartografias e iconografias históricas estaduais e da região de estudo, ao norte da capital Vitória.

Os primeiros mapeamentos da Província do Espírito Santo, no início do século XVII, foram desenvolvidos, em sua maioria, por João Teixeira Albernaz, conhecido como o

¹⁶ Documentos que auxiliam ações de planejamento territorial e possuem como fonte principal a cartografia (POLI, 2017, p. 50).

Moço. As cartografias disponíveis são elaboradas constituindo a região central em direção ao norte do estado, por vezes abrangendo até a Capitania de Porto Seguro, representando principalmente a rede hidrográfica entre o Porto de Vitória e o Rio Doce, reforçando o principal propósito dos mapeamentos, o uso para a navegação.

Albernaz, no início do século XVII, elabora mapas do Espírito Santo, ainda quando eram capitanias. Nesses mapas, são identificados os registros das características físico-hídrico-geomorfológicas do estado, ilustradas as variações topográficas do território, com as planícies e morros, também são esboçadas diferentes árvores, identificando uma vegetação nativa, além do referencial geográfico, a camada hídrica territorial - o litoral e os rios.

O primeiro mapa encontrado por autoria de Albernaz é datado de 1626 (Figura 24), representando a Capitania do Espírito Santo até a Capitania de Porto Seguro. Nela, são destacadas as vias hidrográficas de introdução ao território capixaba, a presença da vegetação (apesar de não ser distinta) e pontos de referência - é possível identificar a representação da Vila dos Reis Magos¹⁷ (localizada atualmente no município da Serra) como principal núcleo ao norte de Vitória e Vila Velha.

¹⁷ Carvalho (1982, p. 74) faz o registro da Aldeia dos Reis Magos como a Aldeia Nova, fundada na década de 1590, como uma das principais aldeias da Capitania do Espírito Santo, substituindo a de "Aldeia Velha", localizada onde atualmente é o município de Aracruz.

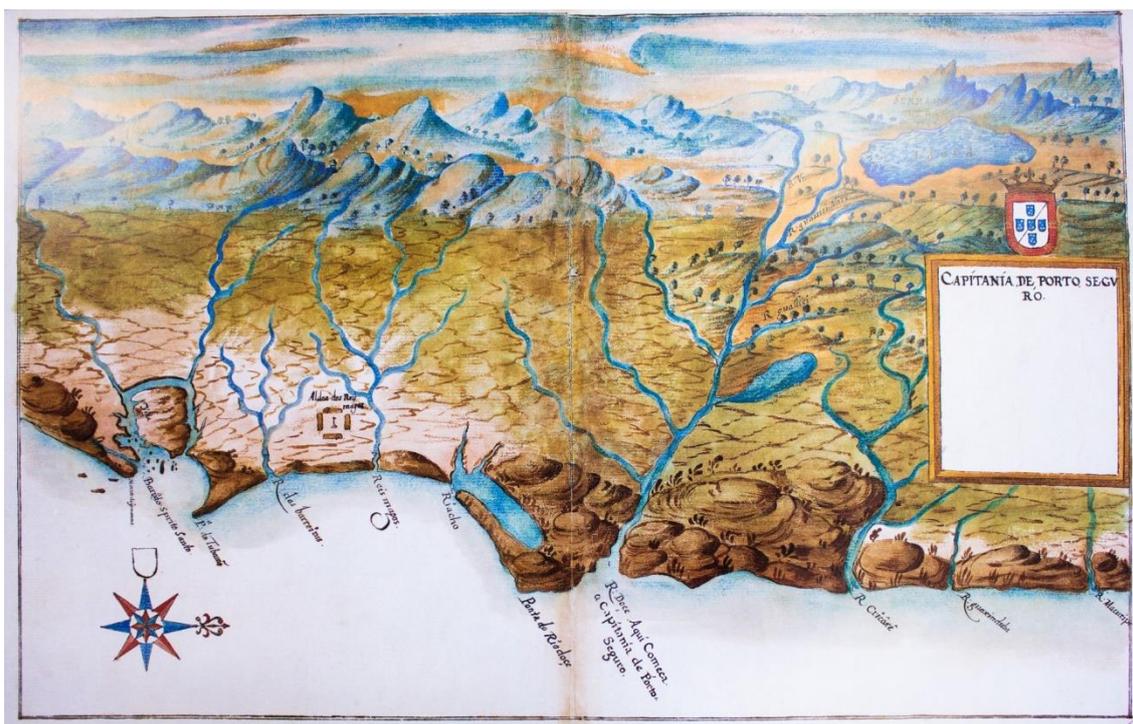
Figura 24: Mapa “Demonstração da capitania do Espírito Santo (1626)”



Fonte: História Capixaba, 1626.

Há uma representação cartográfica de Albernaz, de 1631, que contempla a área do atual município de Aracruz. A cartografia (Figura 25) é denominada de Capitania de Porto Seguro, porém, a representação abrange a Capitania do Espírito Santo, identificando-se a baía do Espírito Santo, o Porto do Turbarão, a Aldeia dos Reis Magos, o Rio Reis Magos, o Riacho e o Rio Doce. Este mapa não possui muitos detalhes acerca do território e suas características morfológicas, ele representa os principais rios e seus afluentes – considerando suas grandezas, mas sem se ater às suas reais dimensões, esboça as elevações principalmente no litoral e no interior.

Figura 25: Mapa "Capitania de Porto Seguro (1631)"

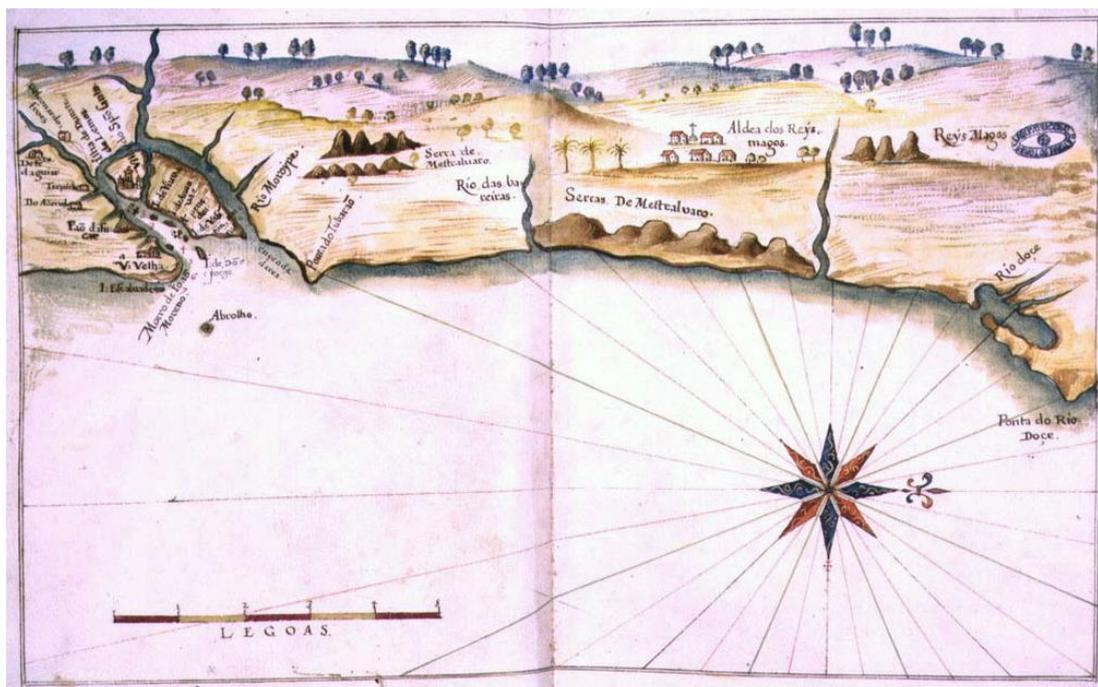


Fonte: ALBERNAZ, 1631.

Em seus primeiros mapas, Albernaz elabora em maior quantidade representações do sul do estado, em 1631, no mapa “Capitania de Porto Seguro” ele desenvolveu o primeiro mapa mais verossímil em suas dimensões e configuração litorânea (Figura 25). Nesse mapa, apesar de ser nomeado como Porto Seguro, é possível identificar o Rio Doce e a Barra do Riacho, confirmando que é uma representação do Espírito Santo. Nesse mapeamento também é representada a Aldeia dos Reis Magos, confirmando a importância da aldeia na história e ocupação do território capixaba, servindo como referência para quem chegasse ao território, para os navegantes e estudiosos.

No mapa a seguir (Figura 26), estão representados, ainda que sem muita precisão e perspectiva: i) localidades: Vila Velha, ilha de Vitória, Porto do Tubarão, Serra de Mestre Álvaro, Serras de Mestre Álvaro, Aldeia dos Reis Magos e Reis Magos; ii) rede hidrográfica: a ilha de Vitória e sua enseada, Rio Maruípe, Rio das Barreiras e um não nomeado, mas que devido à sua localização, acredita-se que seja o Rio Piraque-Açu; iii) elementos morfológicos: Morro de João Moreno, Ilha de São Jorge, as planícies e morros percebidas ao longo do trajeto (vales, cadeias montanhosas, serras, vegetação e suas variações). Junto a esse mapa há uma descrição do autor, que aponta outras características do território, descrito como “um bom fundo de entrada, de terra fértil, com engenhos de açúcar, terra fresca e de bons ares”.

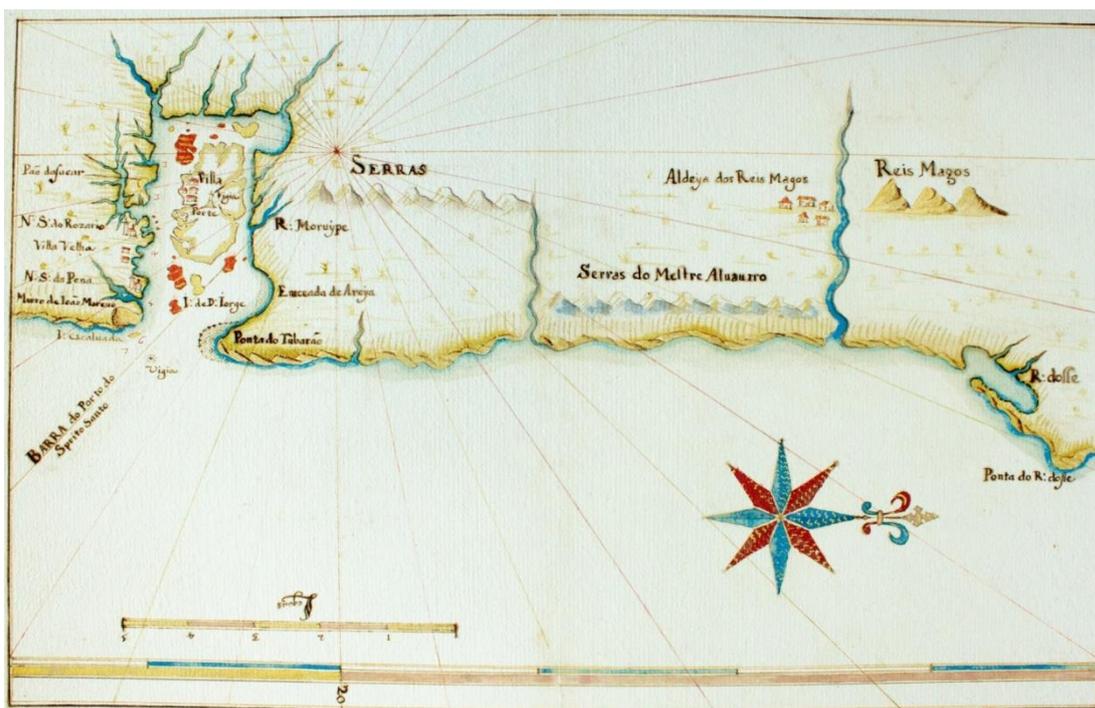
Figura 26: Mapa “Do Porto do Espírito Santo à Ponta do Rio Doce (1640)”



Fonte: História Capixaba, 1640.

No mapa da Figura 27, também elaborado por João Teixeira Albernaz, o Moço, é possível perceber diferenças estéticas e representacionais, principalmente por seu ponto de vista, elaborado agora em vista superior, não mais em perspectiva. Albernaz tinha o objetivo de retratar a realidade por meio de seus mapas, desenhando os rios e a vegetação de forma figurativa. Além disso, as elevações perdem suas individualidades e são representadas padronizadas, seguindo um modelo específico (uma característica das cartografias do século XVII, somente modificando esse padrão no século XVIII, quando a cartografia é “mais sóbria e menos imaginativa”). Nesse mapa, é possível identificar elementos semelhantes à anterior (Figura 26), porém, com menos elementos descritos e menor nível de detalhamento. Para o desenvolvimento dessa pesquisa, são destacados as “Serras do Mestre Álvaro”, uma cadeia montanhosa próxima ao litoral do Espírito Santo, localizada entre rios. É destacada também a Aldeia dos Reis Magos, assim como no mapa anterior, constituída por um conjunto de edificações, caracterizando um núcleo habitacional relevante em sua época, localizada próximo ao território hoje pertencente ao município de Aracruz.

Figura 27: Mapa "Demonstração do Espírito Santo (1666)"



Fonte: História Capixaba, 1666.

Após a análise dessa série de mapeamentos é possível constatar a relevância da aldeia jesuítica, Aldeia dos Reis Magos, como ponto referencial de ocupação do território, bem como do Rio Piraquê-Açu, desde os primórdios da ocupação capixaba. Apesar da Aldeia dos Reis Magos não pertencer ao município de Aracruz, ela possui vínculo histórico com o município.

A presença dos índios e dos jesuítas no território capixaba foi determinante no desenvolvimento estadual.

A capitania do Espírito Santo foi doada para Vasco Fernandes Coutinho em 1534, porém, ele somente chegou à Capitania do Espírito Santo em 23 de maio de 1535 e teve convivência pacífica com os indígenas, habitantes originais do território. De acordo com Saletto (1998, p. 83), as informações sobre os povos habitantes do litoral do Espírito Santo são raras e contraditórias, em parte.

No Espírito Santo, não há registros sobre migração dos povos indígenas na primeira metade do século XVI. De acordo com Saletto (1998, p. 85), "não haviam sinais de despovoamento, mesmo porque a região recebeu índios que emigraram das áreas

vizinhas, porém, todos os fatores responsáveis¹⁸ pelo declínio demográfico nas outras regiões estavam presentes".

Em relação aos indígenas, Cruz (1997, p. 160) cita um folheto distribuído pela Câmara Municipal de Aracruz em 22 de abril de 1997, informando que os tupiniquins, em 1500, ocupavam uma área do estado de São Paulo até o sul da Bahia. No Livro do Tombo de Nova Almeida, de 1760, a área demarcada para esse povoamento na Província do Espírito Santo correspondia ao litoral de Nova Almeida, na Serra, a Regência, em Linhares. Portanto, o atual município de Aracruz era povoado pelos indígenas em toda sua extensão

Eram 40 quilômetros no sentido leste-oeste e 61 quilômetros no sentido norte-sul. A expansão da colonização europeia foi gradativamente ocupando a área e hoje a maior parte desta terra está nas mãos da Aracruz Celulose, que encheu de florestas de eucaliptos. (CRUZ, 1997, p. 160).

Esse mesmo folheto citava que naquele ano, 1997, resistiam

Apenas 1.770 índios tupiniquins e guaranis no município, ilhados por eucaliptos no que resta de cinco pequenas "aldeias": Irajá, Caieira Velha, Boa Esperança, Pau-Brasil e Comboios. Com a divisão interdistrital levada a efeito em 1988, as quatro primeiras ficaram no Distrito da Sede era de Comboios no Distrito de Riacho. A Aldeia de Boa Esperança é habitada por guaranis que vieram do Rio Grande do Sul em 1966. (CRUZ, 1997, p. 160).

Na segunda metade do século XVI, há diversos registros de epidemias entre os indígenas, causando um número elevado de mortes, devido sua falta de imunidade às doenças trazidas pelos imigrantes europeus e pelos índios que se instalavam na capitania após fugir do Rio de Janeiro (SALETTTO, 1998, p. 85-86).

O contato com os portugueses trouxe, além das doenças e mortalidade, a guerra e a escravização. Saletto (1998, p. 86-88) disserta que a guerra entre indígenas litorais era habitual, pois era um elemento fundamental de sua ordem social e de seus rituais antropofágicos, porém, com a chegada dos primeiros colonos, a guerra foi intensificada. Os primeiros portugueses, ao chegarem ao território, não formaram aliança com os habitantes originais, porém, tiveram a colaboração de alguns índios para a sua sobrevivência, gerando hostilidade entre as tribos vizinhas e expulsão dos colonos após uma década de permanência.

Devido à expulsão dos colonos por parte dos indígenas, Tomé de Souza, que havia recém chegado ao Brasil, recebeu uma carta de recomendação especial para o Espírito

¹⁸ Entre esses fatores, estão inseridas as doenças contagiosas trazidas pelos europeus, causando mortalidade e impacto social e econômico, provocando o quadro de desnutrição e fome, características que favorecem a continuidade e propagação de novas doenças.

Santo e chamou os jesuítas para educar e catequizar esses índios (SALETTTO, 1998, p. 88).

Os jesuítas foram os primeiros povoadores que vieram e se fixaram definitivamente em "uma terra desconhecida e hostil" (CARVALHO, 1982, p.7). Em 1549, ao chegarem ao Brasil, o objetivo dos jesuítas era a conversão e "civilização" dos índios por meio da catequese, separando-os por meio de aldeias à medida que fossem catequizados, pois "os aldeamentos sugeriram para a preservação da conversão e catequese" (CARVALHO, 1982, p. 14).

A religião católica possuía forte influência sobre Portugal; quando os portugueses vieram para o Brasil, uma de suas preocupações era a afirmação da fé católica sobre o território. Foi então em 1535 que foi construída a primeira igreja católica no Espírito Santo, dedicada à Nossa Senhora do Rosário, no atual município de Vila Velha (CARVALHO, 1982, p. 37).

No início, a conversão dos índios parecia avançar, eles demonstravam interesse nos ensinamentos, porém não era o suficiente para que se desfizessem de seus antigos costumes (SALETTTO, 1998, p. 89).

Devido às viagens de Vasco Fernandes Coutinho e sua ausência na capitania, Dom Jorge Menezes foi escolhido como administrador do território enquanto Coutinho não estivesse presente, mas seu desrespeito às leis, regras e princípios estabelecidos por Coutinho, reacenderam a guerra com os índios por volta de 1550, somente tornando a convivência pacífica em 1553.

O primeiro jesuíta a chegar à Capitania do Espírito Santo foi Leonardo Nunes, em 1549, na Vila do Espírito Santo (atual cidade de Vila Velha). Em 1551, o Padre jesuíta Afonso Brás, acompanhado de seu irmão Simão Gonçalves, chegou à Vila da Vitória. Ambos eram entusiasmados com a fertilidade do solo e as características morfológicas da então capitania (CARVALHO, 1982, p. 37-38).

As construções jesuíticas eram localizadas em regiões de proximidade a rios, em elevações e com vista para o mar, de modo que facilitasse sua locomoção e defesa.

Para o jesuíta, o local onde situar o Colégio ou a residência era de primordial importância. Não era qualquer lugar que servia. Desde o princípio, ainda em Portugal, houve uma preocupação com relação ao lugar de ereção dos edifícios. Ali a localização era, quase sempre, em local privilegiado da cidade. (CARVALHO, 1982, p. 25).

As aldeias possuíam duas classificações: (i) a de residência fixa, onde ficavam os padres residentes, sendo necessário pelo menos quatro padres para uma aldeia ser considerada de residência fixa. Era um aldeamento maior, onde havia um conjunto

edificado, com diversas funções estabelecidas naquele contexto – por exemplo, residência, colégio, igreja e pátio – e que abrigava um maior número de pessoas, indígenas e jesuítas. A aldeia de visita (ii) era de menor porte, é uma aldeia que ainda não é considerada permanente, que não está plenamente estabelecida, geralmente um núcleo menor de habitantes e residência. O possível primeiro aldeamento na capitania do Espírito Santo foi assentado próximo à vila de Vitória. Esse aldeamento ficou conhecido, anos mais tarde, pelo nome da senhora invocada para a construção da igreja lá construída: Nossa Senhora da Conceição (CARVALHO, 1982, p. 68).

Anteriormente a 1553, Cruz (1997) não descreve registros precisos, mas cita a ocorrência de crises entre os portugueses e os indígenas na Capitania do Espírito Santo. O padre Braz Lourenço, que já havia auxiliado no desbravamento do território de Aracruz, iniciou a catequização dos índios no interior, provocando a colonização do interior da capitania. É neste mesmo ano que o Padre inicia “um aldeamento na foz do Rio Piraquê-Açu (onde está a Vila de Santa Cruz), instalando aí os índios que trouxe consigo¹⁹, dando ao lugar o nome de Aldeia Nova” (CRUZ, 1997, p. 63).

Segundo Wied-Maximilian (1989, p. 151-152), entre os rios Saí-anha e Mucuri, o litoral era habitado “quase que exclusivamente” por famílias indígenas. Ao chegar na foz do Rio Piraquê-Açu, havia uma povoação chamada de Aldeia Velha, e um pouco acima do rio, uma grande aldeia fundada pelos jesuítas com uma reunião de um “número considerável de índios”. “Consta que, quando, posteriormente, vários colonos portugueses se fixaram no Piraquê-Açu, os jesuítas levaram embora os índios que aí viviam, a fim de afastá-los dos portugueses”. O autor disserta acerca de habitações indígenas esparsas sobre a costa do rio, enfatizando a preferência de instalação de comunidades próximas aos rios devido à facilidade de deslocamento e, no rio Piraquê-Açu, à abundância de oferta de peixes.

Em 1557 os jesuítas criaram um novo aldeamento, não muito distante do núcleo de Aldeia Nova, onde hoje está Nova Almeida. Esse aldeamento se desenvolveu mais que o primeiro, passando a ser chamado de Aldeia Nova, modificando o nome do primeiro para Aldeia Velha. “Supõe-se que a transferência foi motivada por um grande número de formigas de correição (“cabeçudas”), que devoraram todas as plantações e até mesmo as caças dos índios” (CRUZ, 1997, p. 64).

Após o estabelecimento da Aldeia Nova, a “Velha” quase não era mais habitada. Segundo Cruz (1997, p. 64), acredita-se que algumas tribos se deslocaram para a outra

¹⁹ Junto aos índios que acompanhavam o Padre Braz Lourenço, também estavam vinculados no aldeamento índios goitacases, da região de Vitória, temiminós, da região de Niterói, e tupiniquins (CRUZ, 1997, p. 64).

margem do rio, onde as águas são mais rasas e a terra mais fértil. Há uma segunda suposição, de que no ano de 1610, houve uma invasão de formigas na Aldeia Velha, devorando todas as plantações, as caças dos índios e estimulando o Padre João Martins Carro a transferir as pessoas para a Aldeia de Reis Magos.

Em 1571, o padre Antônio da Rocha informou que o Espírito Santo possuía três aldeias, todas de visita. Duas aldeias prováveis eram as de São João (aldeia pequena, de aproximadamente 80 almas) e a de Nossa Senhora da Conceição (a maior aldeia da época, com cerca de 700 almas). A terceira poderia ser a "aldeia do Campo", próxima à Santa Cruz e à Vila de Nova Almeida, que teria sido fundada em 1557, mas que não havia uma igreja em seu núcleo. Há registros de outras três aldeias citadas pelo padre, a de Gerebaia, a de Maragui e a de Guarapari, porém, não há precisão a qual aldeia o padre se referia (CARVALHO, 1982, p. 71).

Em 1574, informa Carvalho (1982, p. 72-73), no Espírito Santo haviam oito aldeias, "sendo que quatro estavam para serem unidas em uma só, sobrando outras quatro e a todas visitavam os jesuítas". Já em 1581, Serafim Leite atribui informação coletada por Anchieta, sobre a presença de 10 aldeias no Espírito Santo - duas administradas diretamente pelos Padres e outras oito divididas em iguais intervalos de norte a sul do território, em que os padres iam visitá-las periodicamente. Em 1585, Anchieta informa a existência de oito aldeias no Espírito Santo. "O último catálogo do século XVI, que ainda existe, dá quatro grandes aldeias no Espírito Santo, com residência fixa: São João, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora da Assunção (Reritiba) e a dos Santos Reis Magos" (CARVALHO, 1982, p. 74).

Essas informações, segundo Carvalho (1982, p. 74), confirmam a mudança da sede de Aldeia Velha de Nossa Senhora da Conceição, em Santa Cruz, para Reis Magos, a Aldeia Nova. Essas mudanças entre as aldeias dificultavam o trabalho de catequese dos jesuítas e dispersava os indígenas, dando continuidade à violência entre os colonos e os índios (SALETTTO, 1998, p. 89).

Entre os séculos XVI e XVII, "uma ordem interna da Companhia determinou que em cada aldeia com residência fixa houvesse quatro religiosos" (CARVALHO, 1982, p. 75). Assim sendo, o número de aldeias com residências fixas diminuiu. Em 1568, o visitador Inácio de Azevedo achava insustentável a manutenção de tantas casas por conta de pequena disponibilidade de padres, por estarem muito separados e pela falta de desenvolvimento de algumas casas. Essas observações foram encaminhadas a Francisco de Borja, que no mesmo ano requisitou a redução do número de aldeias, para

que elas se tornassem maiores e de residência fixa, de modo que os padres pudessem visitá-las quinzenalmente (CARVALHO, 1982, p. 74-75).

Das aldeias do Espírito Santo, apenas a de São João, em Carapina, de Nossa Senhora da Conceição, em Guarapari, de Nossa Senhora da Assunção, em Reritiba - hoje Anchieta -, e dos Reis Magos - hoje Nova Almeida - possuem ainda remanescentes das construções primitivas. (CARVALHO, 1982, p. 75).

A aldeia dos Reis Magos, no município da Serra, é a única remanescente no Espírito Santo, com o conjunto de quadra completo, contendo a igreja e a residência quase sem alterações, sem desconfigurar sua tipologia primitiva.

Na segunda metade do século XVIII, Nova Almeida teve um crescimento vigoroso, tornando-se uma grande Vila. Em 10 de junho de 1760, é criado o município de Reis Magos, com sede na Vila de Reis Magos – hoje, Nova Almeida -, compreendendo os municípios de:

Aldeia de Conceição da Serra (hoje Cidade e Município da Serra), Aldeia Velha (hoje Vila de Santa Cruz), demais regiões do hoje Município de Aracruz, a região dos hoje Municípios de Fundão, Ibirapu e João Neiva e a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, em Linhares (hoje Cidade e Município de Linhares). Também é criada a Comarca de Reis Magos, com a mesma jurisdição do município. (CRUZ, 1997, p. 66).

Porém, no século XIX, é iniciada a decadência de Nova Almeida (na época, Vila de Reis Magos). Os núcleos que pertenciam à Vila precisavam de autonomia para se desenvolver, por isso, foram se desvincilhando da grande vila e criando novos municípios, menores, mas com maior independência. Dessa forma, surgiram os municípios de Linhares e Santa Cruz, restando como parte do Município de Reis Magos somente os territórios da Sede (atual Nova Almeida), da “Aldeia de Conceição da Serra e o do atual município de Fundão” (CRUZ, 1997, p. 67).

A introdução ao território capixaba, segundo Cruz (1997, p. 67), ganhou impulso ao fim do século XIX, principalmente por dois fatores: (i) a chegada dos imigrantes italianos e (ii) a construção da Estrada de Ferro Vitória Minas, desenvolvendo os núcleos de João Neiva, Fundão, Aricanga, Pedro Palácios, entre outros.

No ano de 1800, foi instalado um quartel militar ao norte do município de Santa Cruz, na confluência dos rios Riacho e Comboios, com o objetivo de repelir ataques de índios, comboios e boiadas naquele local. Em 1808, a Corte Portuguesa declarou guerra aos botocudos, e neste local formou-se uma povoação, permanecendo até a atualidade, conhecida como Vila do Riacho (CRUZ, 1997, p. 68).

Somente em 03 de abril de 1848 é oficialmente estabelecido o município de Santa Cruz.

A Resolução Provincial número 2, composta de um único artigo, cria o Município de Santa Cruz (hoje Aracruz), o 11º da Província do Espírito Santo. O novo município tinha sede na Vila de Santa Cruz (nova condição e novo nome do Arraial da Aldeia Velha), abrangendo o território dos atuais municípios de Aracruz, Ibraçu e João Neiva, tudo desmembrado do município de Reis Magos. (CRUZ, 1997, p. 69).

Na segunda metade do século XIX, a chegada dos imigrantes italianos impactou o desenvolvimento dos municípios além do litoral capixaba, pois novos caminhos e terras foram exploradas, além de serem utilizados como mão de obra para os engenhos e agricultura. Com a entrada dos imigrantes no território, foram inaugurados centros como Santa Teresa, Ibraçu e Colatina (CRUZ, 1997, p. 73).

Em 17 de fevereiro de 1874, 386 famílias italianas chegam ao Espírito Santo, a bordo do navio francês Sofia, desembarcando pela foz do Rio Piraque-Açu somente em 03 de março, após 10 dias encahados. Esses imigrantes foram direcionados para a Fazenda de Palmas e Fazenda Novo Trento, de Pietro Tabacchi²⁰, que tinha como objetivo utilizar essa mão-de-obra para o desenvolvimento de sua fazenda em Córrego Fundo. Porém, muitos grupos de italianos não se estabeleceram nessas fazendas, se instalando em diferentes núcleos coloniais, como “Ibraçu, Pendanga, Pedro Palácios (município de Ibraçu), Demétrio Ribeiro, Acioli, Trevino, Barra do Triunfo (município de João Neiva), Cavalinho, Baunilha, município de Colatina), Santa Teresa, Itaguaçu, Santa Leopoldina, etc.” (CRUZ, 1997, p. 74).

Em 25 de janeiro de 1891, foi criado o município de Riacho (localizado entre Santa Cruz e Linhares), que abrangia os distritos de Riacho, Ribeirão (atual Guaraná) e Jacupemba, sendo instituídos como importantes centros do município.

Em 18 de março de 1891, o Decreto Estadual número 19 elevou a Vila de Santa Cruz à categoria de cidade. A Vila era movimentada, pois possuía um porto que escoava as riquezas e os produtos agrícolas produzidos na região, entre eles, o café. Nos últimos anos do século XIX, foram criadas diversas leis estaduais sobre o pertencimento e o desmembramento da Comarca de Linhares à Comarca de Santa Cruz (CRUZ, 1997, p. 76-78).

Com a construção da EFVM, e seu primeiro trecho inaugurado em 1904, e da BR-101, inaugurada em 1950, o Porto de Santa Cruz passou por um período de pouca movimentação. Somente com a inauguração da Aracruz Celulose (Figura 28), em 1972, e com a ocupação litorânea municipal, no Bairro Coqueiral (Figura 29) - em

²⁰ Imigrante italiano que introduziu a primeira leva de imigrantes italianos ao Espírito Santo (CRUZ, 1997, p. 70).

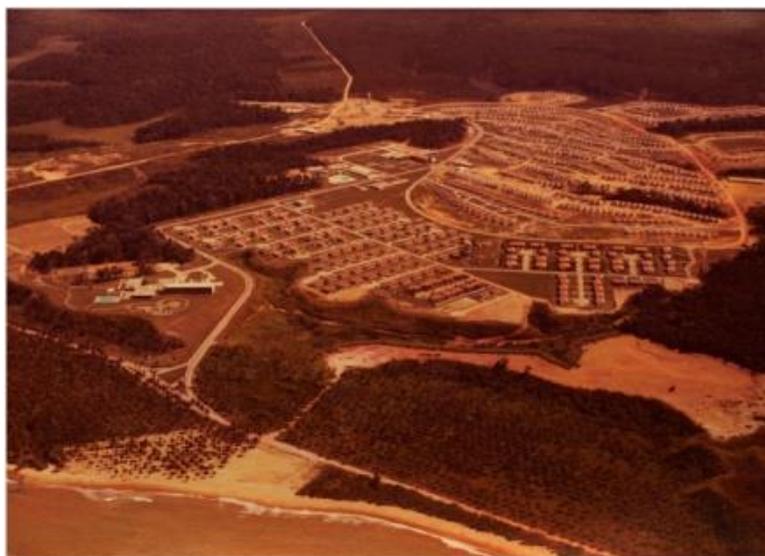
consequência de sua construção iniciada em 1974, principalmente de suas casas - o Porto voltou a ser movimentado (CRUZ, 1997, p. 78).

Figura 28: Aracruz Celulose S.A. 19--



Fonte: IBGE (19--), 2022.

Figura 29: Vista aérea do Bairro Coqueiral, 19--



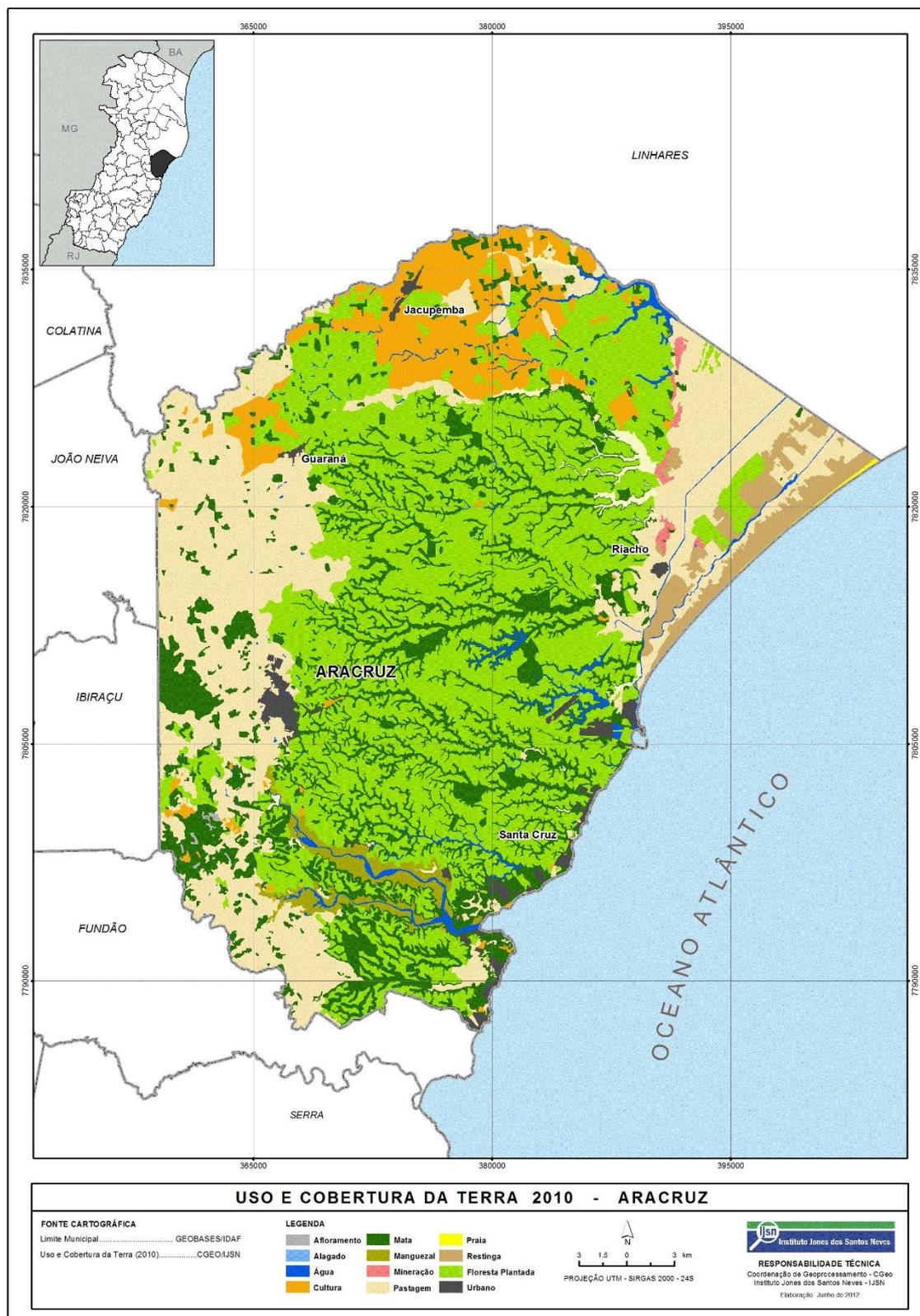
Fonte: IBGE (19--), 2022.

Ainda nas primeiras décadas do século XX, o município de Aracruz passou por diversas nomenclaturas (Vila e Município), por reorganizações territoriais de inclusão e separação de distritos à sua administração. Somente em 1943 o município e o Distrito Sede passaram a ser chamados de Aracruz e a cidade de Santa Cruz. Porém, apenas em 1948 a Câmara Municipal de Aracruz autoriza a transferência da sede do município para o povoado de Sauaçu, pois este povoado encontrava-se centralizado ao território

municipal, possibilitando a polarização dos poderes públicos e municipais às povoações mais distantes. Porém, é somente no ano de 1950 que a Sede do município foi efetivamente transferida (CRUZ, 1997, p. 83).

Em relação à morfotipologia e aos aspectos naturais, a vegetação nativa municipal era representada pela floresta Atlântica de planície e encosta, porém, com o passar dos anos, dos ciclos de territorialização e a industrialização, essa vegetação foi alterada gradualmente, sendo substituída principalmente por pastagens, culturas agrícolas e reflorestamento homogêneo, principalmente do eucalipto (INCAPER, 2020). A Figura 30 – Mapa de uso e cobertura da terra elaborado pelo IJSN - ilustra que 49% do território ainda é ocupado pela agricultura, majoritariamente pela plantação de eucalipto e seringueira, além da produção de banana, café, cana-de-açúcar, coco-da-baía e mamão, representando uma pequena porcentagem da terra. Em contrapartida, 22,5% do território é ocupado por pastagens.

Figura 30: Mapa de Uso e Cobertura da Terra, 2015



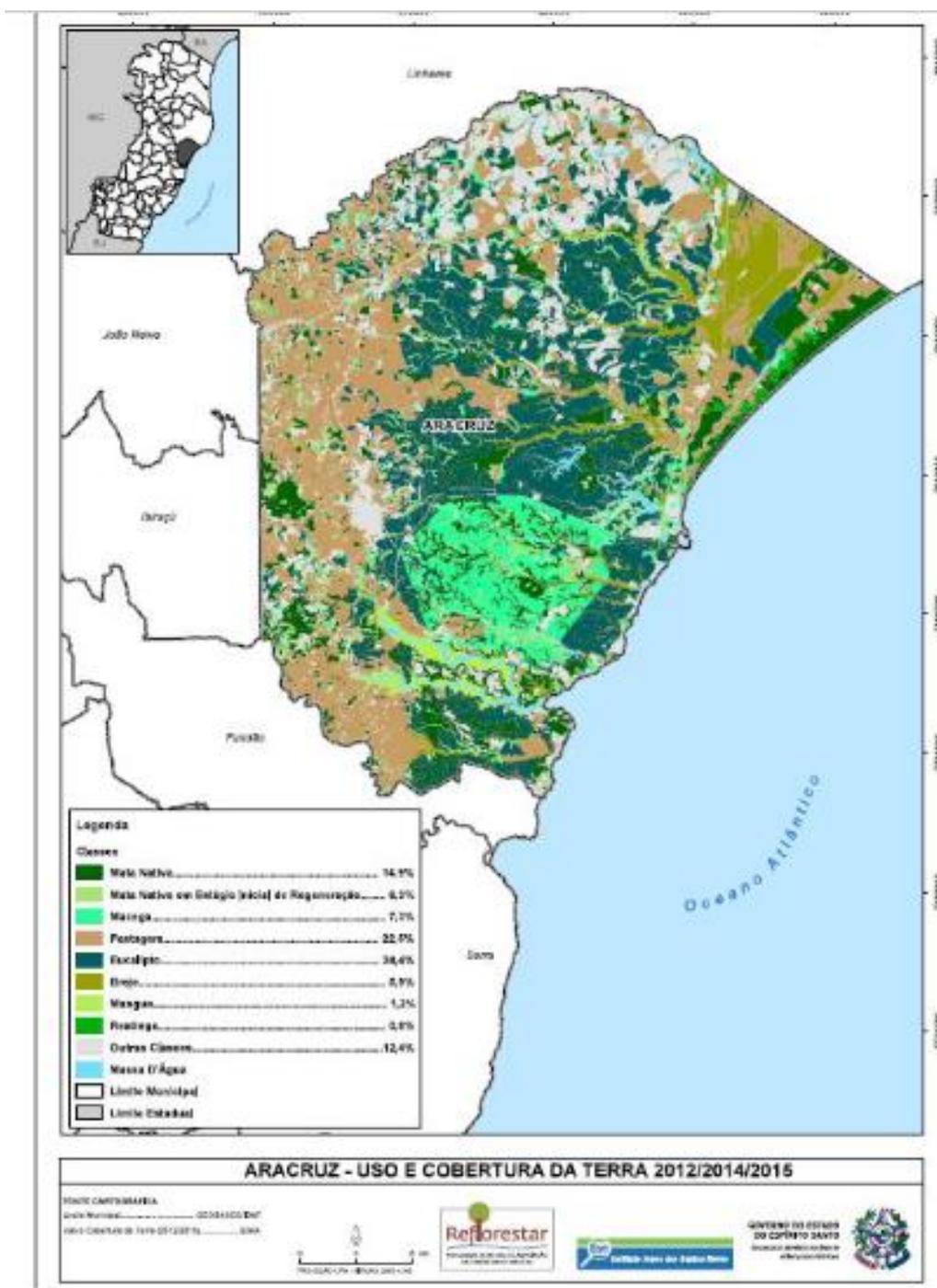
Fonte: IJSN, 2015.

A vegetação nativa se encontra restrita nas reservas ambientais, sendo duas reservas naturais e um parque municipal: Parque Natural Municipal do Aricanga “Waldemar Devens”, localizado a 4 km do centro de Aracruz; a Reserva Natural David Farina, localizado em Coqueiral e a Reserva dos manguezais dos Rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, situada na localidade de Santa Cruz. (INCAPER. 2020, p. 12).

Em Aracruz, o processo de ocupação e o desenvolvimento das atividades agropecuárias transformaram os espaços ocupados pela vegetação nativa, passando a ser utilizados para culturas agrícolas e pastagem. Com o processo de industrialização, intensificado ao final do século XX, as transformações territoriais ocorreram mais expressivamente, alterando a relação entre a comunidade e o espaço que habitam, influenciando diretamente os povos indígenas, as atividades pesqueiras e as mudanças ambientais.

O município possui uma agricultura diversificada, destacando-se no mapeamento da Figura 31 - Mapa de uso e cobertura da terra, desenvolvido pelo IJSN, estruturado a partir de um compilado de dados representados pelos anos de 2012, 2014 e 2016 - a produção de café, banana, cana-de-açúcar, coco-da-baía, mamão, eucalipto e seringueira. Segundo o INCAPER (2020, p. 18-19), há um aumento das áreas produtoras de banana, café e cana-de-açúcar e redução das demais, incluindo a de eucalipto.

Figura 31: Uso e Cobertura da Terra - 2012/2014/2016



Fonte: INCAPER, 2020, p. 18.

Portanto, Aracruz possui um extenso território, com ocupação dispersa em pequenos núcleos urbanos e rurais, principalmente em seu litoral, além da Sede, o principal núcleo urbano municipal. Dentro desse território há uma extensa plantação de eucalipto e importantes indústrias e seus respectivos portos que movimentam a economia local. Entretanto, a agricultura familiar possui potencial para crescimento das atividades

agrícolas, principalmente devido ao potencial de diversificação do plantio, propiciada pela diversidade hídrica, o solo e o terreno em planície.

No que se refere aos núcleos habitacionais, Cruz (1997, p. 27), registrou uma redução populacional na zona rural de 16% do total populacional, uma tendência nacional, na época. Após a Aracruz Celulose (atual Fibria) iniciar a construção de sua fábrica, houve um aumento populacional muito grande na Sede de Aracruz (contemplando a zona urbana e rural) e na zona rural do Distrito de Riacho, pois é o local de instalação da fábrica. A Vila do Riacho foi originada em 1800, quando foi instalado um quartel na confluência entre os Rios Riacho e Comboios, servindo para repelir os ataques dos índios botocudos aos viajantes. “Para os botocudos, o local era uma espécie de sentinela avançada de seu território do interior e norte do Espírito Santo, Minas Gerais e sul da Bahia” (CRUZ, 1997, p. 56). Essa Vila tinha como principal impulso da economia a agricultura, na plantação de açúcar, milho, feijão, mandioca e, em minoria, mas com expressividade, a criação de gado. O Riacho começou a enfraquecer por três fatores: (i) ao deslocamento do povoado para a foz; (ii) o desenvolvimento da agropecuária no nordeste do município (destacando-se Guaraná e Jacupemba) e (iii) a mudança da sede municipal, afastando o núcleo urbanizado da Vila (CRUZ, 1997, p. 57-58).

Com o progresso das vilas Aracruz, Guaraná e Jacupemba, esses núcleos tornaram-se mais importantes do que as do Riacho, Barra do Riacho e Santa Cruz, pois ultrapassaram seus números em relação à arrecadação e à produção econômica com o café, o gado e o leite. Além disso, com a instalação da BR-101, incorporando esses núcleos no caminho, a comunicação desses com o norte e o sul do país e, conseqüentemente, o transporte e vazão das mercadorias foi facilitado. Somente com a implantação da Aracruz Celulose (atual Fibria), na década de 1970, o litoral de Aracruz voltou a ter melhorias em sua infraestrutura e desenvolvimento social (CRUZ, 1997, p. 58).

“A Barra do Riacho originou-se basicamente de uma das três grandes fazendas que havia nas proximidades do Rio Riacho, surgidas com a criação do Município Santa Cruz” (CRUZ, 1997, p. 58-59), voltando a ganhar destaque a partir de 1976, com a ocupação dos operários da construção da fábrica da Aracruz Celulose (primeira fábrica de celulose do mundo).

A transferência da Sede do município foi autorizada pela Câmara Municipal em 7 de outubro de 1948, a fim de que os poderes públicos se localizassem mais ao centro do município, porém, essa transferência só aconteceu em 6 de agosto de 1950. Essa decisão foi estimulada para promover a integração territorial municipal, pois as

povoações de Guaraná e Jacupemba se articulavam mais diretamente com o município de Linhares devido à proximidade territorial, além da vasta largura do rio, dificultando o acesso à Sede, localizada ao norte do curso d'água (CRUZ, 1997, p. 106).

Ao final do ano de 1993, a Lei Municipal nº 1.627 faz uma correção à Lei 1.422 (de reformulação à divisão do município em distritos), integrando o balneário de Barra do Sahy ao distrito da Sede (CRUZ, 1997, p. 100-101).

A Tabela 2, a seguir, apresenta um panorama sobre o crescimento populacional no município de Aracruz, realizados por seus respectivos censos. Os dados fornecidos na tabela a partir do ano de 1960, são considerados os números da população residente no município de Aracruz; no ano de 1900, são somados os valores divulgados pela população de Riacho e Santa Cruz, hoje pertencentes ao município objeto concreto em estudo; aos anos anteriores, 1890 e 1872, são considerados os dados do município de Santa Cruz e Riacho, com censo realizado pelas paróquias de Nossa Senhora da Penha de Santa Cruz e de São Benedito do Riacho.

Tabela 2: População residente município de Aracruz

Ano	População residente	População rural	População urbana	População masculina	População Feminina	Fonte
2021	104.942 (estimada)	Não especificado	Não especificado	Não discriminado	Não discriminado	IBGE, 2022
2012	84.429	Não especificado	Não especificado	42.090	42.339	DataSUS
2010	81.832	10.381	71.451	40.795	41.037	DataSUS
2000	64.637	10.179	54.458	32.306	32.331	DataSUS
1990	50.798	Não especificado	Não especificado	25.712	25.086	DataSUS
1980	35.791	8.391	27.400	18.879	16.912	DataSUS
1970	26.804	18.330	8.474	13.913	12.571	IBGE
1960	25.193	Não especificado	Não especificado	Não especificado	Não especificado	IBGE
1900	4.531	Não especificado	Não especificado	2.247	2.284	Diretoria Geral de Estatística
1890	9.033	Não especificado	Não especificado	4.622	4.411	Diretoria Geral de Estatística
1872	4.490	Não especificado	Não especificado	1.949	2.061	Diretoria Geral de

Fonte: IBGE (2022; 1970), DGE (Diretoria Geral de Estatística) (1900; 1890; 1872) e DataSUS (2022) – adaptado pela autora, 2022.

Portanto, entre os anos de 1872 e 1890 há um crescimento populacional significativo, com queda no censo seguinte, ano de 1900. Já no levantamento censitário realizado no ano de 1960, a população residente total cresceu significativamente, pois em setembro de 1962, foi ativada a Usina Hidrelétrica de Santa Maria, fornecendo energia elétrica para todo o município de Aracruz. Até então, a energia era gerada por meio de um motor e somente funcionava durante o dia, e não funcionava aos domingos. É a partir da década de 1960, com a chegada da eletricidade, que o município começa a se desenvolver efetivamente. Ao final da década foram inaugurados: o primeiro conjunto de casas construídas pelo Sistema Financeiro de Habitação do B.N.H, por intermédio da Cohab-ES; nesta década também foi aberta a estrada que liga Aracruz à BR-101, a ES-257, chegando ao município de Ibraçu. Em 1967 a Aracruz Florestal começa a se estabelecer no município, primeiro gerando emprego em diferentes áreas; ao final do ano, começaram a plantação de eucalipto no local chamado de Guarita, próximo à Barra do Riacho. Atualmente, a empresa possui uma diversidade de espécies de eucalipto e ocupando grande parte do território (CRUZ, 1997, p. 89-91).

Nesse contexto, não houve mudanças bruscas em números gerais comparando as décadas de 1960 com 1970, porém, com o estabelecimento de todos os aspectos apontados acima, é a partir de 1970, que efetivamente a população municipal passa a crescer vigorosamente, acontecimento justificado com as instalações industriais no território e o fornecimento de energia elétrica ser responsabilidade da ESCELSA²¹ (CRUZ, 1997, p. 92).

Em Aracruz, de acordo com a cartilha INCAPER (2020), são consideradas comunidades tradicionais existentes os pescadores, os assentados e os indígenas. Cada um é reconhecido pelas seguintes características:

- Pescadores: constituídos por duas comunidades pesqueiras, a de Barra do Riacho e de Santa Cruz, ambas envolvidas principalmente com a pesca marinha.

²¹ Atualmente conhecida como EDP, a empresa responsável pela distribuição elétrica no estado do Espírito Santo.

Ao longo dos rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim existem comunidades tradicionais de catadores e marisqueiros, destacando-se a comunidade de Lajinha, além dos indígenas de Piraquê-Açu, Três Palmeiras, Boa Esperança, Caieiras Velhas e Irajá. Embora estas comunidades estejam organizadas em Associações e Colônia de Pescadores, existem dificuldades para o exercício da atividade devido a fatores como disputa por espaço com maiores embarcações, poluição dos mananciais, envelhecimento da mão-de-obra, analfabetismo e falta de crédito para financiamento. [Figura 32] (INCAPER, 2020, p. 23).

Figura 32: Quadro - Principais comunidades tradicionais do município de Aracruz/ES, 2020

Local	Nome da Comunidade	Nº Famílias
Distrito de Santa Cruz	Aldeia Indígena Boa Esperança - Guarani	62
Distrito de Santa Cruz-	Aldeia Indígena Três Palmeiras - Guarani	34
Distrito de Santa Cruz	Aldeia Indígena Olho D'Água - Guarani	11
Distrito de Santa Cruz	Aldeia Indígena Piraquê-Açú - Guarani	09
Distrito de Santa Cruz	Aldeia Indígena Nova Esperança - Guarani	35
Distrito de Santa Cruz	Aldeia Indígena Amarelos - Guarani	10
Distrito de Santa Cruz	Aldeia Indígena Guaxindiba - Tupiniquim	61
Distrito de Santa Cruz	Aldeia Indígena Areal - Tupiniquim	58
Distrito de Santa Cruz	Aldeia Indígena Caieiras Velha – Tupiniquim	525
Distrito de Santa Cruz	Aldeia Indígena Irajá - Tupiniquim	221
Distrito de Santa Cruz	Aldeia Indígena Pau Brasil - Tupiniquim	150
Distrito de Santa Cruz	Aldeia Indígena Novo Brasil - Tupiniquim	44
Distrito de Riacho	Aldeia Indígena Córrego do Ouro- Tupiniquim	99
Distrito de Riacho	Aldeia Indígena Comboios - Tupiniquim	126
Distrito de Santa Cruz	Lajinha – Pescadores Artesanais	19
Distrito de Santa Cruz	Santa Cruz - Pescadores	66
Distrito de Aracruz - Sede	Barra do Riacho - Pescadores	190

Fonte: INCAPER, 2020, p. 23 - baseado em dados da FUNAIS, INCAPER/SEAG

- Assentados: coletivo que apresenta conceitos e valores humanísticos de solidariedade, confiança e organização funcional de grupos para que os agricultores familiares se articulem entre si ou entre entidades que favoreçam sua atividade produtiva. Aracruz possui dois sindicatos (Sindicato Rural e Sindicato dos Trabalhadores Rurais), 23 entidades associativas e grupos informais que reforçam os ideais e conceitos estabelecidos (INCAPER, 2020, p. 23-24).

- Indígenas: formados por duas etnias, a Guarani e a Tupiniquim, cada uma com seis e oito aldeias, respectivamente. Os Guaranis são mais conservadores em relação à sua cultura, preservando sua língua e tradições. Sobre os Tupiniquins, o documento fornecido pelo INCAPER relatou uma maior miscigenação cultural.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS de Aracruz nasceu com um objetivo bem definido que foi o recebimento dos recursos do PRONAF Infraestrutura e Serviços, cuja proposta do programa era canalizar recursos públicos diretamente para os municípios, visando melhorar a infraestrutura produtiva local, e conseqüentemente, potencializar a geração de renda dos agricultores. São espaços onde a gestão social deve ser exercida cotidianamente, e que contribuem para o processo de decisão sobre questões estratégicas do Desenvolvimento Rural Sustentável. O CMDRS possui em sua composição, representantes do poder público municipal, da sociedade civil organizada e órgãos de apoio aos agricultores, sendo paritária, ou seja, tem o mesmo número de representantes do poder público e da sociedade civil [Figura 33]. (INCAPER, 2020, p. 27).

A tabela abaixo (Figura 33), identifica a relação entre os membros do poder público e da sociedade civil, compondo o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, evidenciando o papel de cada comunidade civil sobre o Governo Público.

Figura 33: Quadro - Composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS

Nº	Poder Público	Sociedade Civil
1	Secretaria de Agricultura - SEMAG	Associação Comunitária de Pescadores e Catadores de Caranguejo de Lajinha - APESCAL
2	Secretaria de Meio Ambiente - SEMAM	Associação de Agricultores Familiares de Boa Vista - AGRIBOVIS
3	Secretaria de Educação - SEMED	Associação de Agricultores e Moradores de Pirassununga - AGRIMAPI
4	Secretaria de Obras - SEMOB	Associação de Apicultores de Aracruz - APIARA
5	Secretaria de Saúde - SEMSA	Associação de Moradores e Agricultores de Brejo Grande - AMAB
6	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPLA	Associação de Produtores e Moradores do Assentamento Nova Esperança - ASPROMANE
7	Secretaria de Desenvolvimento Social e Trabalho - SEMDS	Associação de Produtores Rurais de Cachoeiro do Riacho
8	Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos - SETRANS	Associação de Produtores Rurais de Jacupemba - ASPROJAC
9	Secretaria de Desenvolvimento – Econômico - SEMDE	Associação dos Produtores Rurais de Mata Limpa - ASPRUMATA
10	Secretaria de Turismo e Cultura - SEMTUR	Associação Indígena Tupinikim e Guarani - AITG
11	Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE	Associação de Agroturismo de Aracruz - Agrotur
12	Câmara Municipal de Aracruz	Cooperativa Agrária dos Produtores da Região de Aracruz - CAFEICRUZ
13	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo - IDAF	Instituto Peroá
14	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aracruz
15	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper	Sindicato Rural de Aracruz
16	Banco do Brasil	Suzano S. A.

Fonte: INCAPER, 2020, p. 28 - baseado em informações fornecidas pela Prefeitura Municipal de Aracruz (2020).

Para a identificação étnica dos povos habitantes, as fontes utilizadas são os mapas etno-históricos produzidos por Curt Nimuendaju, um etnólogo alemão naturalizado brasileiro que imergiu na comunidade indígena, percorreu o Brasil junto a eles, dedicando mais de 40 anos aos estudos dos povos indígenas brasileiros. Nimuendaju também possuía interesse pessoal sobre mapas, o encaminhando a produzi-los, sintetizando seu trabalho e pesquisa sobre os povos nativos. “Em seus mapas, Nimuendaju identifica nominalmente e localiza as diferentes tribos de acordo com as indicações bibliográficas de que dispunha ou com suas próprias pesquisas de campo, informando, inclusive, a data de cada documentação” (MOURÃO, 2021, p. 70). O

Figura 35: Mapa Etno-Histórico do Brasil e regiões adjacentes – aproximação recorte do estado do Espírito Santo



Fonte: IBGE, 1981 - Recorte realizado pela autora.

Por meio desse mapeamento (Figura 35), é possível verificar que Nimuendaju reconheceu no atual território de Aracruz - identificado pela hidrografia representada -, índios botocudos, guaranis e tupis, assim como são encontrados registros nas literaturas referenciadas.

3.2 ESTUDO DA MORFOLOGIA TERRITORIAL REGIONAL

Neste capítulo serão apresentadas as informações e análises referentes às configurações espaciais do território em estudo. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta fase da pesquisa é baseada em Poli (2017), apresentando as características regionais que configuram os morfotipos organizados pela autora: o rural, o ambiental, o de assentamento e o urbano. Ao final deste capítulo, será realizado um compilado das características identificadas nos mapeamentos e análises realizadas, além de identificar o morfotipo de maior potencial de desenvolvimento para a elaboração de um Estatuto dos territórios reafirmando o autogoverno das comunidades.

Durante a pesquisa, foi identificada uma fratura e um desequilíbrio entre o Leste (litoral) e o Oeste (interior) do município em questões estratégicas de planejamento econômico. Nesse sentido, são reconhecidas zonas de ocupação caracterizadas primeiro pela

indústria no litoral, a maior concentração dos núcleos urbanos na proximidade com as águas, o território indígena, a zona de monocultura de eucalipto e a segunda dos produtores rurais, concentrada principalmente a noroeste do município.

Aracruz possui potencial mercantil e de produção agrícola, que deve ser incorporado aos cenários estruturantes e estratégicos para o desenvolvimento. Pressupõe-se que os menores núcleos de assentamento, as menores propriedades, as comunidades de menor recurso financeiro e menor capital disponível, são os povos que subsidiarão o desenvolvimento autossustentável, pois esses são os que cuidam, conhecem e reconhecem sua terra, seus costumes e sua comunidade.

Florêncio (2010, p. 63) afirma que o município apresenta atividades econômicas além das grandes empresas encontradas em seu território, concentradas em atividades portuárias e na produção de eucalipto. A economia local também está relacionada à cafeicultura e bovinocultura, ao turismo, comércio e serviços locais.

A agricultura de subsistência, a caça, a pesca o uso direto de produtos provenientes da coleta, pelas populações indígenas e de manejo tradicional dos recursos naturais é significativa não podendo ser avaliada com facilidade, é importante tanto pelo valor humano como pela qualidade ambiental que tais práticas garantem. Contudo é, sem dúvida, a atividade da produção de celulose que é sobremodo distintiva, em relação à economia do Município. (FLORÊNCIO, 2010, p. 63).

Como exposto neste capítulo, o município de Aracruz apresentava um padrão de ocupação dominado pelo rural, que se desenvolvia vagarosamente, amparada em sua economia e produção local. Com a implantação de uma empresa em nível global, do grupo Aracruz, houve uma alteração dos padrões sociais, econômicos e até territoriais do município. O impacto da empresa modificou a paisagem construída, física, ecológica e humana, acelerando radicalmente o processo de modernização e reestruturação física-econômica-social e ecológica local, pois em um curto período de tempo a população cresceu exponencialmente, devendo o município se adaptar para abrigar essa nova população residente e a migratória, aumentando o comércio, o número de casas, o tráfego de veículos, de carga... assim como a movimentação da montagem da fábrica, do porto e das plantações de eucalipto (FLORÊNCIO, 2010, p. 65-66).

3.2.1 O Atlas Patrimonial Territorial

3.2.1.1 Uso de tecnologia SIG para a compreensão do território

Para a produção da cartografia técnica regional, dos mapas que compõem o Atlas do patrimônio territorial, a representação territorial é produzida por meio de mapeamento

cartográfico, realizado com o auxílio da tecnologia SIG (Sistemas de Informações Geográficas) e o *software* QGis. Por meio dos mapeamentos, o sistema SIG localiza no espaço objetos e informações, organizadas por camadas (*layers*), contidas em um banco de dados, possibilitando a identificação, sobreposição e análise de diferentes informações. O QGis é um software de uso livre, que possibilita a criação, processamento, manipulação, visualização, análise, armazenamento e publicação de informações geoespaciais, gerando mapeamentos.

O uso de projetos representacionais em SIG contribui em dois níveis: enquanto instrumento analítico, visto permitir o tratamento, a combinação e a manipulação de variados dados referentes às camadas do patrimônio e seus processos; e enquanto inventário, por apresentar um inédito conjunto documental crítico que transcende o simples levantamento de campo acerca dos sedimentos materiais do território de estudo, sendo esse uma base necessária às ações de reconhecimento de valor patrimonial, planejamento e normativas a nível territorial. (NOSSA, 2020, p. 141).

Com o auxílio de documentos históricos (como mapas e fotografias) e da tecnologia SIG, é possível acrescentar e sobrepor camadas de informações importantes para uma análise mais completa do território e suas transformações. Deste modo, a cartografia digital ilustra as superfícies do território, e em conjunto com o uso da tecnologia, possibilita a visualização, edição e identificação de análise de dados e criação de mapas geoinformacionais (AMORIM, 2020, p. 77-78). O uso da tecnologia SIG proporcionou avanços acerca das informações territoriais. Com o uso de informações geográficas padronizadas e homogêneas, a interpretação territorial é mais precisa e assertiva, facilitando a implementação de medidas corretivas em planejamentos territoriais (CARTA, 2011, p. 36/37).

As bases de dados utilizadas são de consulta livre, disponibilizados pelos sites de diversas instituições, como o Geobases, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) conforme a Tabela 3.

Quadro 3: Fontes de dados cartográficos

Dado/Fator	Ano	Fonte	Formato
Uso e cobertura da terra	2014	Geobases - IEMA	Geobjeto (polígonos)
Cursos d'água	2018	Geobases	Geobjeto (polígonos)
Limites municipais	2018	IJSN	Geobjeto (polígonos)
Unidades da Federação	2018	Geobases	Geobjeto (polígonos)
Áreas de proteção	2021	Geobases	Geobjeto (polígonos)
Unidades de vegetação e Zonas Naturais	2018	Geobases	Geobjeto (polígonos)
Trecho rodoviário/ferroviário	2018	IJSN	Geobjeto (polígonos)
Núcleos urbanos e rurais	2016	IJSN	Geobjeto (polígonos e pontos)
Declividade	2005	Geobases	Camadas raster
Unidades de Conservação	2019	Geobases - IEMA	Geobjeto (polígonos)
Orthophoto	2005	Google Satelite	Camadas raster

Fonte: Produzido pela autora, 2022

3.2.1.2 O Atlas patrimonial territorial

O Atlas patrimonial territorial é um instrumento analítico-metodológico utilizado, entre outros, pela ETI, como meio representacional de descrição e síntese do conhecimento material, social e territorial acumulado com o passar do tempo, nas pesquisas acerca do território.

O Atlas possui dois objetivos principais, visando a valorização do patrimônio territorial pela sociedade: (1) conhecimento detalhado do patrimônio territorial e ambiental, através da sobreposição de informações territoriais adquiridas; (2) descrição e representação dos elementos e das relações patrimoniais do território (CARTA, 2011, p. 38).

Ao abordar o tema “produção de mapas”, Poli (2017) discursa em relação à elaboração de mapas do patrimônio territorial como parte importante para o entendimento do território, pois eles possibilitam a identificação dos elementos permanentes, persistentes e cancelados nas áreas de estudo. Sinais gráficos e pictóricos diferenciam e esclarecem as diferentes fases e áreas do território, descrevendo suas particularidades. Por meio de fontes cartográficas, um Atlas possibilita o fornecimento de informações e conhecimentos sobre a morfogênese do território de forma verbo-visual, destacando a dimensão histórico-temporal do espaço geográfico.

Nos estudos territorialistas, os mapas assumiram o papel decisivo de contar a profunda qualidade do território, mostrando, por um lado, sua lenta construção em várias fases, as fases de territorialização e, por outro, a identificação de conformações morfotípicas específicas e resultados recorrentes. A estratificação de atos territorializantes. (POLI, 2017, p. 53).

Portanto, “a interpretação, a descrição e a representação dos valores potenciais do patrimônio torna-se o objeto central do mapeamento” (MAGNAGHI, 2001, p. 4), pois busca as qualidades específicas do lugar.

Mapear a identidade territorial parte de uma construção de um sistema informativo territorial, que contenha a representação das características identitárias e paisagísticas de longa duração, sedimentos materiais e cognitivos, persistências e permanências, invariantes estruturais; a representação dos sistemas ambientais, da sua estrutura e do seu funcionamento; a representação do meio social (*milieu*) local, da sociedade local, dos seus modelos socioculturais e dos seus atores. (MAGNAGHI, 2001, p. 5).

Para a elaboração de mapas, Lucchesi (2000, p. 6) ressalta a utilização de diferentes fontes cartográficas, desde a estruturação do território às características de assentamento construídas. A cartografia deve permitir a restituição gráfica das relações ambientais e dos sedimentos antrópicos e, quando possível, os mapas devem apresentar as transformações dos assentamentos históricos de longa duração.

Magnaghi (2005) define o Atlas do patrimônio territorial como um produto da pesquisa de representação identitária, constituído por formas de interpretação e representação. A representação no Atlas patrimonial territorial evidencia os elementos constitutivos dos sedimentos territoriais patrimoniais, divididos em três classificações: (1) o patrimônio ambiental, composto pela hidrografia, biotipos, ecossistemas e redes ecológicas; (2) o patrimônio territorial-paisagístico, integrado pelos morfotipos, biotipos, estruturas e infraestruturas urbanas e rurais; e (3) o patrimônio socioeconômico, formado pelos modelos e manifestações culturais, atuação de programas sociais, meio socioeconômico, conhecimento e saberes contextuais. O Atlas possui caráter seletivo e interpretativo das informações contidas nas estruturas cognitivas territoriais, pois

Visa representar os elementos complexos (e descrever suas regras de formação e reprodução histórica) que são considerados ativos (portanto ativos comuns) que podem ser tratados como recursos em projetos de transformação com a condição de manter ou aumentar seu valor. (MAGNAGHI, 2005, p. 11).

Para a elaboração do Atlas, são utilizados recursos como cartografias ou representações - geralmente visuais -, produtos textuais, arquivos, pinturas sinópticas ou hipertextos multimídia (MAGNAGHI, 2005, p. 11). Cada etapa e elemento a ser representado possui função seletiva e denotativa de energias sociais (econômicas, culturais e associativas) e capital social. A elaboração de um mapa e/ou um Atlas demanda rigor técnico-comunicativo e de interdisciplinaridade, possibilitando a integração, esclarecimento e representação dos dados obtidos (MAGNAGHI, 2005, p. 15).

Os dados cartográficos territoriais relativos ao patrimônio são constituídos com informações referentes à estrutura do território e às características de assentamento construídas. Os sedimentos antrópicos de longa duração são articulados em três blocos: (1) coberturas florestais e de culturas, a partir da leitura da relação entre cobertura florestal e a morfologia do solo; (2) relação entre a morfologia territorial e o sistema viário, destaca os traços morfológicos essenciais da paisagem regional; (3) sistema de assentamentos: estrutura de edifícios e infraestruturas de conexão; visa destacar as morfologias das cidades históricas em relação às características do solo. Esses dados devem permitir a restituição das relações ambientais e sedimentos antrópicos, destacando as transformações dos assentamentos históricos de longa duração para que seja composto um mapeamento gráfico que possibilite uma leitura profunda do território e de suas características (LUCCHESI, 2000, p. 6).

O Atlas do patrimônio territorial é um instrumento que permite compreender e especificar as identidades territoriais por meio de uma base de dados temporal, construindo conhecimento a partir da representação de informações geográficas. A partir desse conhecimento, dos quadros interpretativos e cognitivos, é possível a construção de cenários estatutários, orientadores das regras de transformação e desenvolvimento que mantenham a autossustentabilidade dos atos territorializantes, promovendo a manutenção do patrimônio para as futuras gerações (CARTA, 2011, p. 35).

Carta (2011, p. 37), a partir do estudo do "*Atlas Territorial do Circondario Empolese Valdelsa*", explorou as estruturas de assentamento e identificou uma série de aspectos a serem descritos e analisados em um Atlas, como: (a) morfologia, geologia, hidrologia e declividade; (b) vegetação, biótipos, rede ecológica e áreas de proteção; (c) bens etnoantropológicos, bens arqueológicos, núcleos históricos e estradas históricas; (d)

uso do solo, expansão urbana, infraestruturas, dinâmica de assentamento. A partir da análise desses aspectos, Carta (2011) os dividiu em temáticas, resultando em sua síntese – (a) a morfológica, (b) a ambiental, (c) de assentamento e (d) a socioeconômica. Como resultado das sínteses, o autor propõe a representação patrimonial em três dimensões: a ambiental, a territorial e a socioeconômica. Essa articulação de ações cognitivas e as representações visam a descrição das regras estatutárias territoriais, considerando seu contexto histórico e de desenvolvimento, como exemplificado na Figura 36.

Figura 36: Esquema dos elementos constituintes do Atlas do Circondario Empolese-Valdesa



Fonte: CARTA, 2011, p. 37. Traduzido em NOSSA, 2020, p. 47.

Essa forma de representação permite a descrição e análise detalhada e profunda das características territoriais, auxiliando no reconhecimento da identidade e das potencialidades da região. A partir da sobreposição de dados obtidos na descrição analítica, constitui-se a descrição sintética, formalizando a representação estatutária do território, representando o tipo territorial, os invariantes estruturais e os cenários tendenciais regionais, aspectos fundamentais para o desenvolvimento do objetivo do presente trabalho.

A representação é uma forma de marcar e analisar a dinâmica complexa de produção de um território, onde deve haver uma interpretação das qualidades, hierarquias, relações (presentes ou latentes) persistentes no âmbito. A leitura estratigráfica deve relevar os princípios instituidores, identitários através de processos parciais de decomposição cognitiva e interpretativa (FANTINI, 2001, p. 10-11).

Fantini (2001, p. 11) destaca que a representação permite a leitura territorial de forma qualitativa, proporcionando o reconhecimento dos valores intrínsecos da paisagem, de

sua organização espacial, dos aspectos visíveis e não visíveis. Possibilitando a identificação dos espaços públicos e suas estruturas culturais, sua disposição e organização, destacando os elementos duráveis do território.

Patrimônio territorial, de acordo com Magnaghi (2001), é a descrição do lugar a partir das relações no tempo entre ambiente físico, construído e antrópico, nas suas relações coevolutivas. As características produtivas, de assentamento, ambientais, culturais e sociais são peculiares a cada ambiente e território, por isso elas são capazes de definir a identidade local, pois “representam os recursos potenciais de um tipo de desenvolvimento original e durável” (MAGNAGHI, 2001, p. 2).

Assim, Magnaghi (2001, p. 3) estabelece que “o patrimônio territorial é constituído de um conjunto sinérgico e não divisível de valores ambientais, paisagísticos, urbanísticos, culturais, sociais, econômicos”, sugerindo para análise territorial, uma análise integrada e multidisciplinar.

Carta (2010) refere-se ao patrimônio territorial como uma busca para aprofundar o conhecimento das características locais ao longo do tempo, das diferentes maneiras de estruturação da colonização humana e dos traços remanescentes reconhecíveis.

Patrimônio territorial também vem a ser, de acordo com Poli (2017), uma sucessão de processos coevolutivos de territorialização entre o ambiente e o assentamento humano sobrepostos, onde destacam-se periodicamente heranças territoriais, formando a identidade do lugar - resultado de um compilado de conhecimento, escolhas e responsabilidades.

A análise histórica do processo de formação do território, considerado por Magnaghi (2001, 2005) essencial à descrição do patrimônio territorial, visa à continuação do trabalho de territorialização, havendo uma compreensão dos sistemas relacionais e coevolutivos entre o ambiente físico, construído e antrópico. O tratamento do patrimônio territorial, para utilizar os valores como recurso, requer a construção de quadros cognitivos capazes de interpretar os três aspectos do patrimônio de forma integrada.

Como o território é o resultado de um processo relacional ao longo do tempo entre esses componentes, à descrição do processo de formação faz com que a metodologia para descrever o patrimônio territorial seja específica à descrição do patrimônio natural ou cultural. (MAGNAGHI, 2001, p. 14).

Ao referir-se ao patrimônio territorial-paisagístico, Magnaghi (2005), compreende os elementos de longa duração constituintes do território e da paisagem, como os morfotipos, as figuras territoriais e paisagísticas e as estruturas e infraestruturas urbanas e rurais.

Portanto, a descrição do patrimônio territorial constitui a síntese das análises históricas do processo de territorialização, substanciadas nos sedimentos cognitivos, constituintes do *milieu* e nos sedimentos materiais que denotam o tipo territorial e paisagístico (MAGNAGHI, 2001, p. 31).

O patrimônio ambiental, de acordo com Magnaghi (2005), diz respeito aos elementos naturais que compõem a camada físico-hídrico-geomorfológica do território, ou seja, são as águas, bacias hidrográficas, identidades bioregionais, biótopos e ecossistemas, redes ecológicas, vegetação e biomassas.

Carta (2011) e Magnaghi (2005), entendem os elementos pertencentes ao patrimônio ambiental como aqueles que estão inseridos no contexto ambiental e morfológico do território.

O patrimônio socioeconômico corresponde aos modelos socioculturais de longa duração territorial, ao *milieu* socioeconômico, à projetualidade social e aos saberes e sabedorias contextuais (MAGNAGHI, 2005).

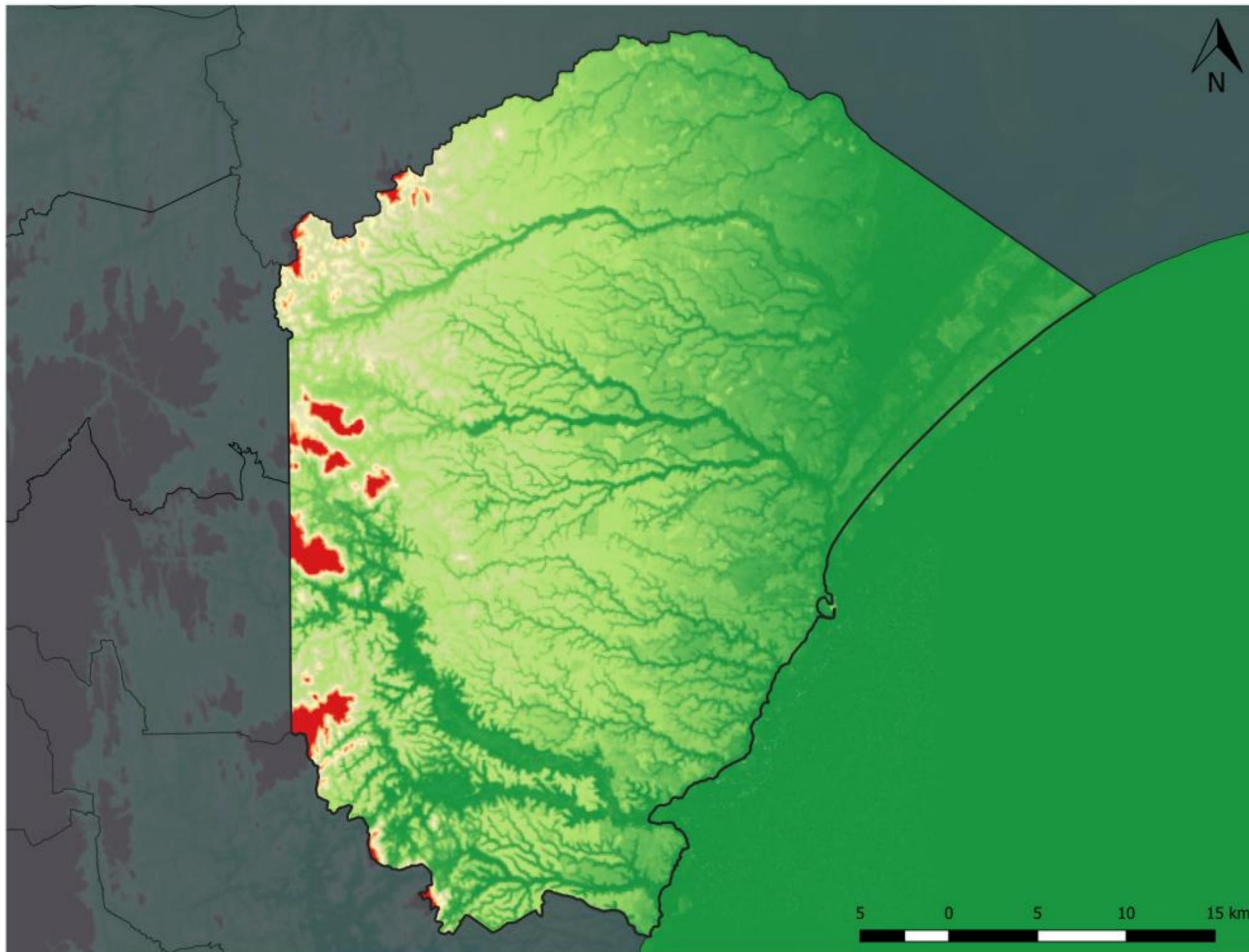
Nos subcapítulos seguintes serão apresentados os mapas do patrimônio de Aracruz, a partir de morfotipos territoriais (POLI, 2017, 2018). Os mapeamentos têm como objetivo o reconhecimento territorial em sua esfera, a fim de identificar as particularidades físico-hídrico-geomorfológicas do município. Cada morfotipo será representado por um mapa, a fim de estabelecer uma leitura visual-gráfica ampla e integral quanto às suas características. Após o desenvolvimento dos mapeamentos referentes aos morfotipos territoriais, será elaborado um mapa síntese do patrimônio territorial do município de Aracruz, onde serão representadas as principais camadas identificadas nos morfotipos territoriais como influenciadoras do desenvolvimento territorial a serem considerados para a elaboração de um cenário estratégico, parte do estatuto dos lugares com vistas ao desenvolvimento sustentável.

3.2.2 Morfotipologia rural

Para a compreensão do morfotipo rural, são analisadas as relações estruturais e espaciais do território, sendo essas, constituídas pelas formas do relevo, a rede hidrográfica, as tramas agroflorestais e o parcelamento da terra nas áreas antrópicas agrícolas.

Para o reconhecimento inicial da área de estudo, foi elaborado o Mapa Hipsométrico contendo a representação altimétrica municipal. O objeto-concreto em estudo possui terreno caracterizado por uma zona de planície em praticamente toda a extensão de seu território, moldada em sedimentos recentes (CRUZ, 1997, p. 22). A baixa variação de altitude faz com que a área a ser explorada e ocupada estenda-se por quase todo o território.

Somente próximo ao seu limite são identificadas elevações. À oeste, no interior do município, pontuais elevações com altitudes de até 550 metros são identificadas, constituídas por diferentes morros e formações rochosas, como o Morro do Aricanga, a formação montanhosa mais elevada do município. Esse morro faz parte da Reserva Ecológica do Aricanga, ocupando uma área de aproximadamente 274 hectares, onde está localizado o “Parque Natural Municipal do Aricanga”, uma das Unidades de Conservação do Espírito Santo, em que são preservadas a fauna e flora locais e o local é utilizado como espaço para pesquisa, recreação e turismo. A reserva-parque possui grande diversidade biológica em seu entorno, com vegetação nativa e forte presença de rica rede hídrica, com diversas grutas, mananciais de água e três lagos, além de parte da bacia do Rio Piraquê-Açu estar inserida dentro de seu domínio - incluindo a Cachoeira de Santa Maria -, neste espaço são preservadas diversas plantas nativas, animais silvestres e pássaros (CRUZ, 1997, p. 24), além de oferecer aos visitantes uma vista panorâmica do estuário do Rio Piraquê-Açu.



Mapa Hipsométrico

Legenda

- <0
- 0 - 50
- 50 - 100
- 100 - 150
- 150 - 200
- 200 - 250

BASE DE DADOS
 Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000
 UTM 24S

Fonte: Limites municipais - IJSN (2018)
 Camada raster de declividade -
 Geobases (2005)

A camada hídrica municipal é representada pelos cursos d'água (rios, ribeirões, córregos e demais cursos) e pelas massas de água (lagoas). Para a elaboração desse mapa, foi necessária a filtragem por expressão das camadas disponíveis nos sites, por meio da álgebra de mapas executada por inferência booleana, por meio da sobreposição, subtração e restrição dos dados por classificação da tabela de atributos, resultando em uma sobreposição gráfica. A partir desse desmembramento das camadas, foram diferenciadas as massas de água por sua classificação: rios, lagoas, córregos, trechos de drenagem e linhas d'água, possibilitando a melhor visualização das camadas hídricas mais relevantes. Os principais rios identificados são os Rios Piraquê-Açu, Piraquê-Mirim e Comboios. No território também há a presença de três lagoas, importantes para o estado (INCAPER, 2020). A abordagem booleana foi utilizada como ferramenta de sobreposição gráfica.

O conhecido rio Piraquê-açu é composto por dois “braços de mar”, chamados popularmente de Piraquê-açu e Piraquê-mirim. Este rio, em suas duas direções, “formam uma unidade nas suas características físicas, na paisagem natural e nos modos de vida a ele associados” (FLORÊNCIO, 2010, p. 70), assim como seus processos geológicos. A pequena diferença física entre eles é o de sentido norte ser pouco maior, mais largo e profundo, movimentando maior volume de água.

Na atualidade, o que se chama de rio Piraquê-açu e rio Piraquê- mirim é um complexo estuarino amplamente varrido pelas marés que abriga extensos manguezais. Não há rios de água salgada, há estuários de água salobra, o que é o caso. A diferença, em todos os níveis, de um rio para um estuário é enorme. A montante dos dois braços de mar há pequenos rios que alimentam e enriquecem a biodiversidade do Piraquê-açu. (FLORÊNCIO, 2010, p. 70-71).

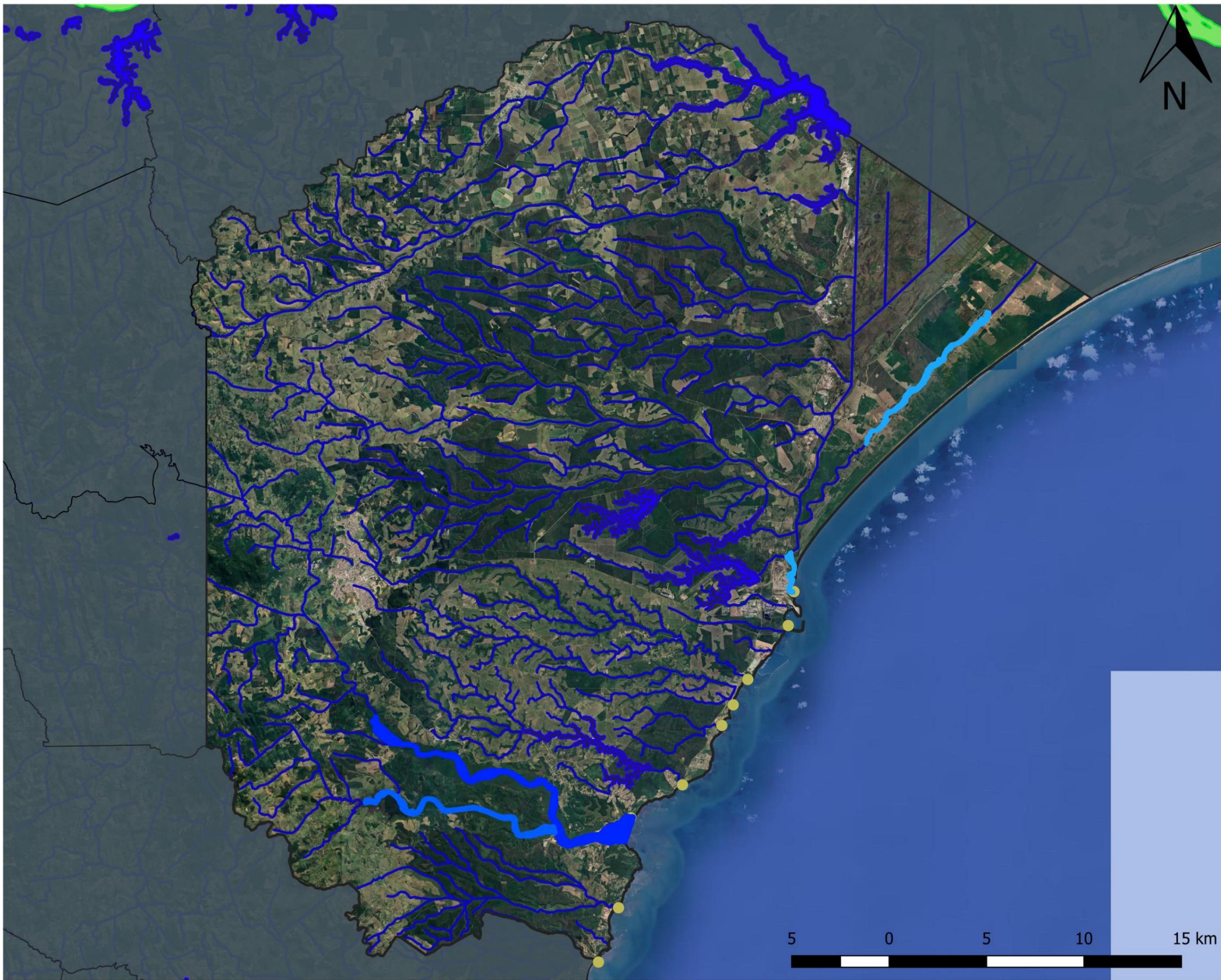
De acordo com Florêncio (2010, p. 78), este estuário possui uma dinâmica geomorfológica de uma fusão entre o mar e o rio, constituindo um sistema próprio, da mistura equilibrada entre a água doce e salgada, com cobertura vegetal de manguezal aparente que vai se esvaindo com a proximidade do mar, configurando um estuário rico em biodiversidade.

Seus dois braços do estuário atual penetram muito para o interior na direção Oeste, o Piraquê-mirim 9 km e o do Piraquê Açu 13 km constituindo a maior penetração de maré do estado caracterizando mais do que somente uma pequena bacia hidrográfica com uma área de 733 km² tendo sua nascente em área de reserva do IBAMA. No seu percurso de 65 km, desde a nascente, passa pelos municípios de Santa Teresa, São Roque, João Neiva, Ibiraju e Aracruz, conforme se observa no próximo mapa. (FLORÊNCIO, 2010, p. 78).

Sobre a rede hidrográfica, o município de Aracruz possui sua rede extensa e significativa para o seu patrimônio ambiental, constituindo por rios, lagoas e o litoral marítimo. O maior e principal rio de Aracruz é o Rio Piraquê-Açu, visto que

Nasce na Reserva Ecológica de Nova Lombardia (município de Santa Teresa), a uma altitude de 1.000 metros, atravessa o município de João Neiva e entra no de Aracruz pela localidade de Santa Maria (cerca de 10 quilômetros a oeste da Sede), onde forma uma cachoeira, usada de 1964 a 1969 para fornecer energia elétrica para a região. Em seguida, o Piraque-Açu recebe vários afluentes, ao longo da região da Reserva Ecológica de Aricanga, forma o maior manguezal do Espírito Santo e recebe seu principal afluente, o Rio Piraque-Mirim, desembocando no mar pouco depois, com cerca de 500 metros de largura, diante da Vila de Santa Cruz. Este estuário pode ser observado em toda sua beleza do alto do Morro do Aricanga. (CRUZ, 1997, p. 22).

Em relatos, de acordo com Florêncio (2010, p. 87), o Rio Piraquê-Açu é compreendido como eixo social e comercial da região. Além do Rio Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, o município possui outros doze rios de diferentes tamanhos – sendo cinco de médio porte, como o Rio Comboios, e os sete outros de pequeno porte. Em contexto estadual, a quantidade de lagoas inscritas sobre o território municipal possui relevância, pois Aracruz conta com três lagoas ao norte, dividindo o território com o município de Linhares (CRUZ, 1997, p. 23) – o município que contém a maior quantidade dessa massa de água no estado. Todas essas informações estão representadas no Mapa Hidrográfico, onde são representados os rios e seus afluentes, as massas d'água, o litoral e os estuários marinhos.



Mapa Hidrografia

Legenda

- Rio Doce
- Rio dos Comboios
- Rio Piraquê-Açu
- Rio Piraquê-Mirim
- Rio Reis Magos ou Fundão
- Afluentes
- Foz marítima

BASE DE DADOS
 Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000
 UTM 24S

Fonte: Limites municipais - IJSN (2018)
 Cursos d'água - Geobases (2018)

Verifica-se, portanto, uma abundante rede hídrica neste território, constituída principalmente pelos rios e seus afluentes, destacando o Rio Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, caminhos para o interior municipal, que historicamente foi um dos meios de entrada para o interior norte do estado, pois ali estava um dos portos de chegada dos imigrantes no Espírito Santo. Esses rios também eram e continuam sendo utilizadas como caminho para o transporte de mercadorias, principalmente no passado. O rio Comboios e as lagoas também possuem expressiva dimensão.

Além disso, o município possui dois portos marítimos com impacto na arrecadação do PIB local, estadual e nacional, utilizados por duas empresas de capital privado, para a exportação de celulose e de matéria prima naval, destacando a relevância litorânea para a arrecadação monetária e circulação de produtos para o município.

Sobre a produção agrícola municipal, em 1999, o principal plantio, de acordo com reportagem do jornal impresso A Tribuna (1999, p. 6), era o café, seguido dos potenciais de mamão, coco e banana. O jornal A Gazeta (2003, p. 8), ao dissertar sobre a produção agrícola, identificou que 80% do setor é ocupado pela cafeicultura de alta tecnologia; já a fruticultura, potencial de crescimento do plantio municipal, possuem a banana, o coco e o mamão como lavouras de subsistência. Além disso, no povoado de Barra do Riacho também é encontrada uma bacia pesqueira de grande relevância para o município.

Entretanto, o setor industrial permanecia como o principal setor da economia municipal, com a presença da empresa Aracruz Celulose (atual Fibria) e a criação de dois polos industriais no município, um na sede e outro em Barra do Riacho (A GAZETA, 2003, p. 8).

A representação cartográfica da produção municipal corresponde ao mapa de Uso e Cobertura da Terra. Como principais atividades desenvolvidas na terra, em Aracruz, descrito no capítulo anterior, há o destaque para a plantação de eucalipto e a agricultura, especialmente a cafeicultura e a fruticultura. Em seu litoral, a atividade portuária lidera a dinâmica econômica, seguida da atividade pesqueira. Ao analisar a variabilidade produtiva e o território, é possível perceber que a produção agrícola é realizada em áreas de pequenas dimensões, podendo estar relacionada majoritariamente à produção familiar. Porém, deve ser destacado, há dominância do cultivo de eucalipto sobre o território, em movimento expansionista a partir do litoral em direção ao interior, ocasionando uma dominância da monocultura sobre a terra. Também é possível identificar a extensa área ocupada por pastagem.

Nas cartografias abaixo, o mapa de uso e cobertura da terra foi aproximado em diversos quadrantes, esses recortes serão identificados mediante a indicação da legenda da

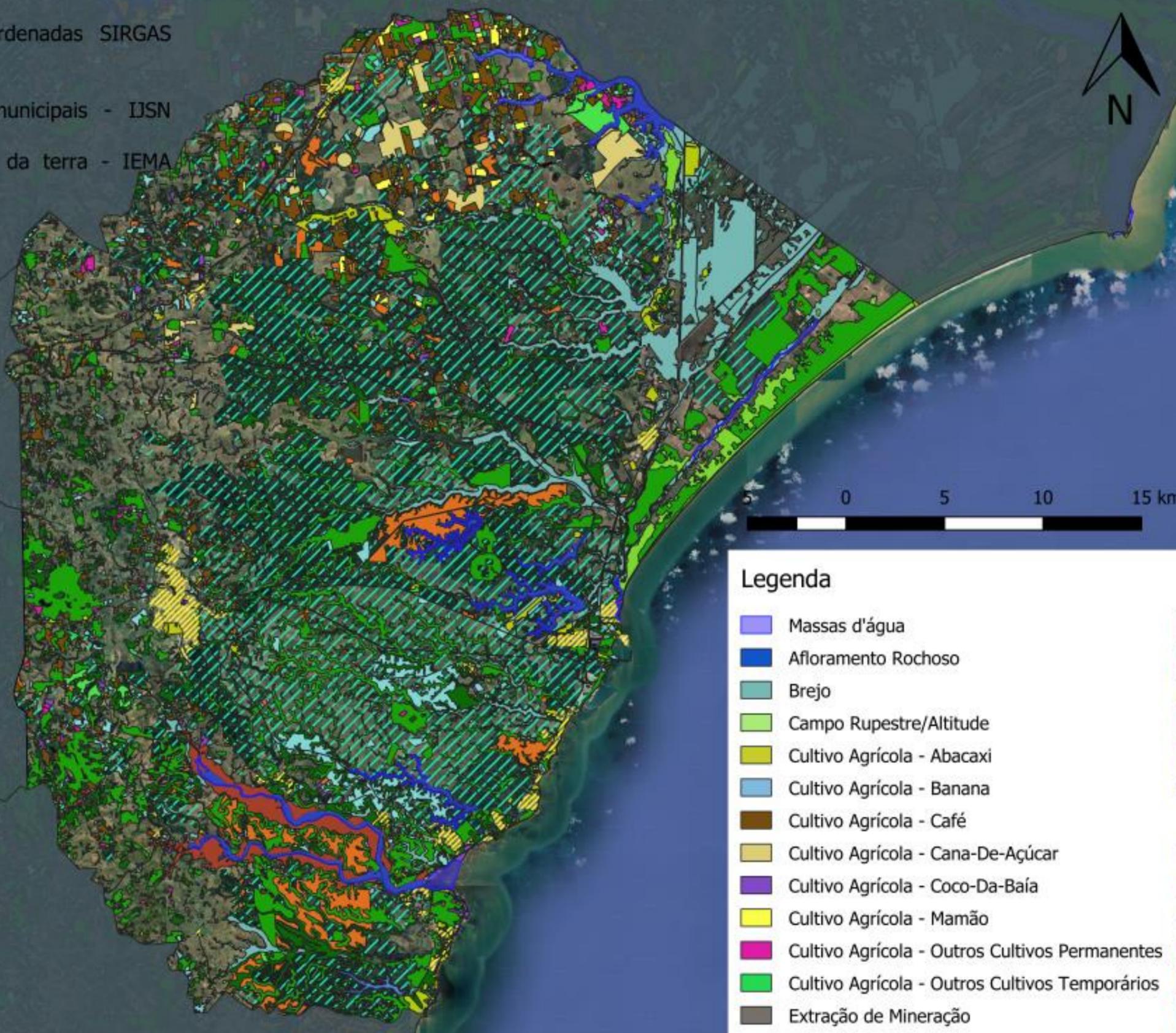
figura, localizando-os no município (interior ou litoral) e a parcela que ocupa nas coordenadas geográficas (norte, sul, leste e oeste). A partir dessa aproximação, a visualização da produção agrícola é aprimorada, pois devido à extensão territorial municipal, a escala utilizada não permite distinguir com precisão a informação do mapa.

No interior norte municipal, sobretudo no perímetro territorial, são encontradas áreas de plantio de café, mamão, cana-de-açúcar e outros cultivos permanentes não especificados. É possível perceber vastas áreas de plantio de eucalipto, além de sua inserção entre as pequenas áreas de agricultura. Também é presente uma extensa área de pastagem sobre essa parcela territorial.

No interior oeste municipal, é possível reconhecer as plantações de coco-da-baía, café, banana e outros cultivos permanentes não especificados. Novamente, neste recorte, há uma parcela significativa do território ocupado pela plantação de eucalipto e área de pastagem, representada sem hachuras. Porém, há duas porções maiores de mata nativa próximas à circunscrição municipal, que quando analisadas junto ao mapa hipsométrico, são os dois pontos mais elevados do município – sendo um deles, o Morro do Aricanga (importante parque municipal de reserva ambiental, citado anteriormente).

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS
2000 UTM 24S

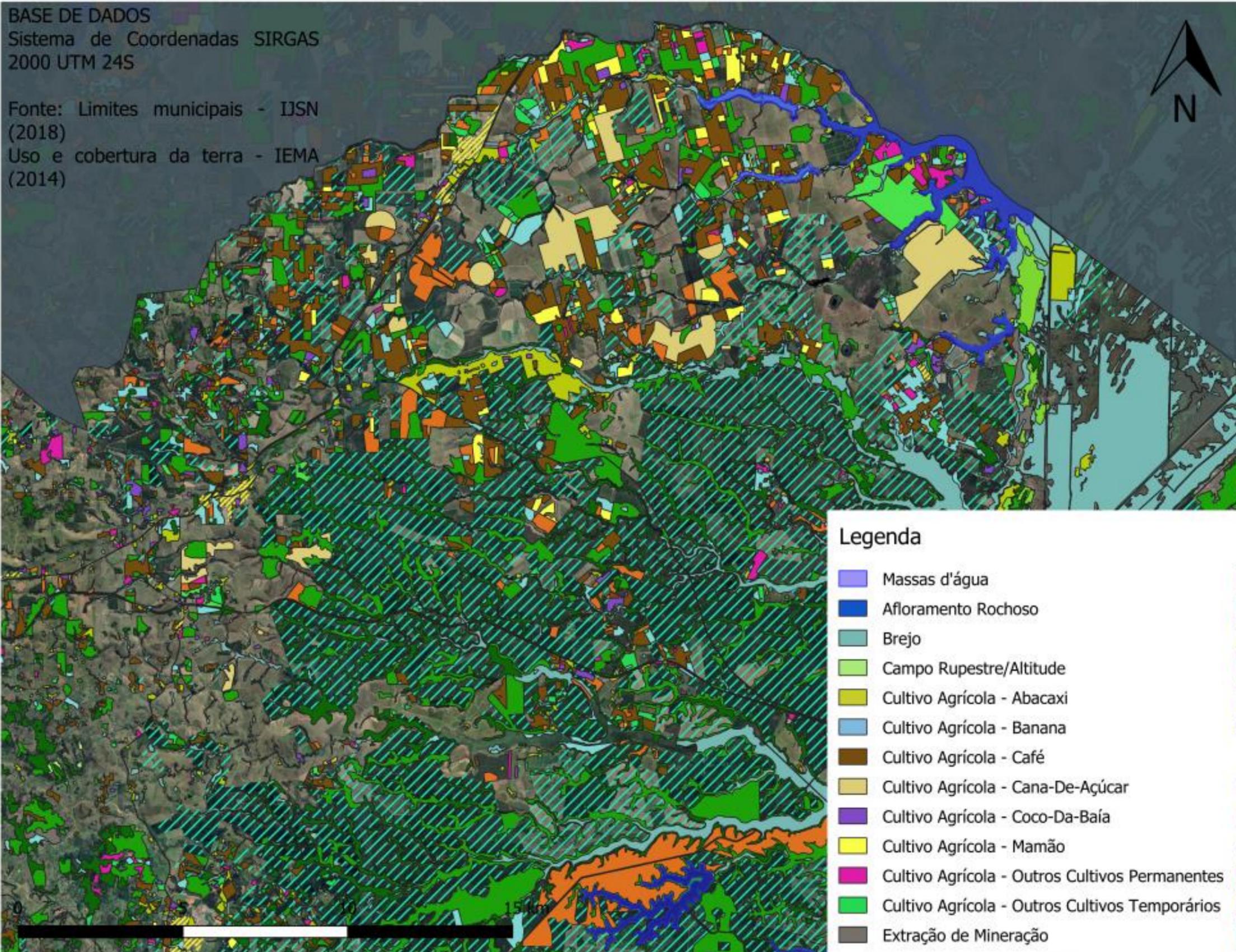
Fonte: Limites municipais - IJSN
(2018)
Uso e cobertura da terra - IEMA
(2014)



Mapa Uso e Cobertura da Terra

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS
2000 UTM 24S

Fonte: Limites municipais - IJSN
(2018)
Uso e cobertura da terra - IEMA
(2014)



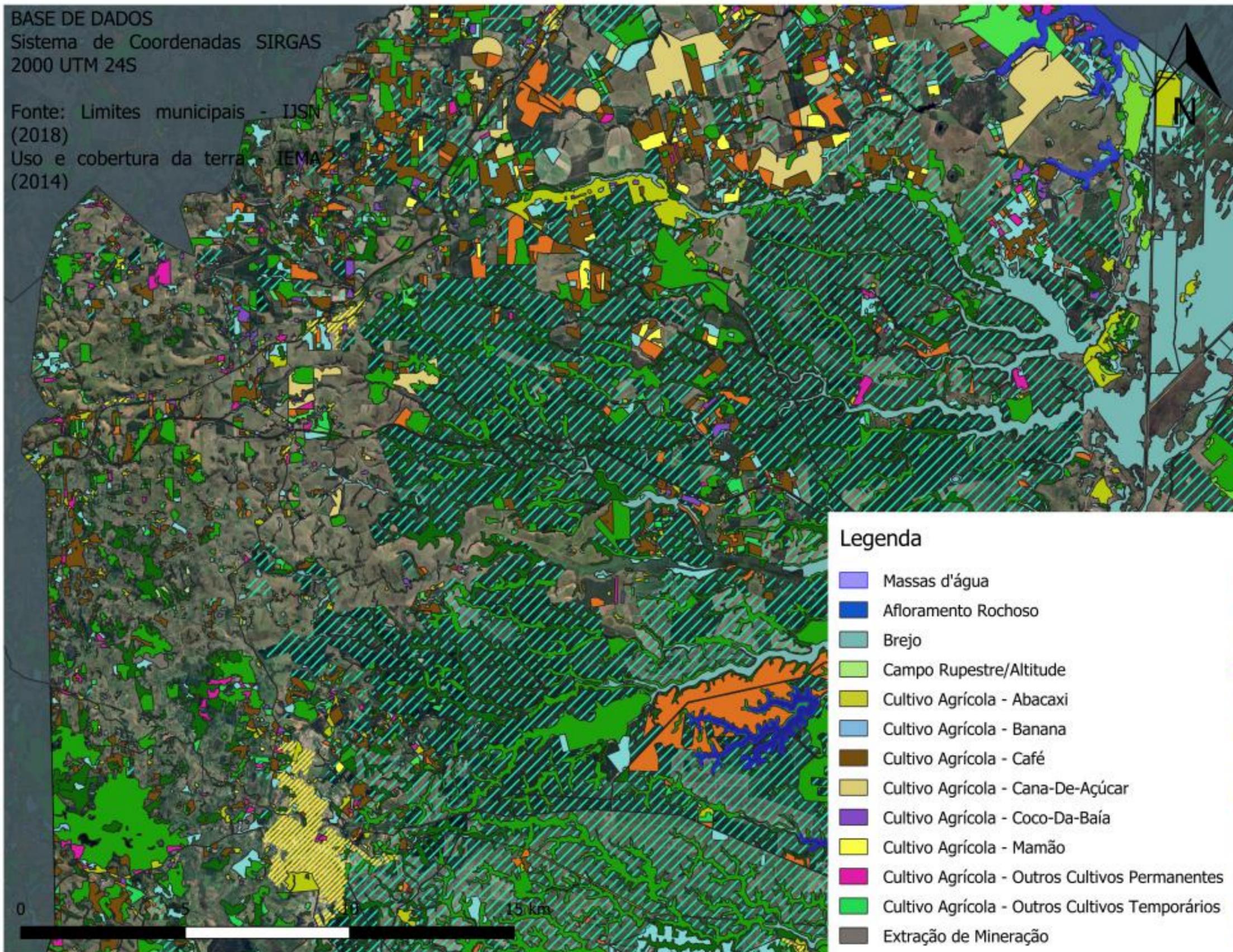
Mapa Uso e Cobertura da Terra -
Interior norte

Legenda

- | | |
|--|---|
| Massas d'água | Macega |
| Afloramento Rochoso | Mangue |
| Brejo | Massa D'água |
| Campo Rupestre/Altitude | Mata Nativa |
| Cultivo Agrícola - Abacaxi | Mata Nativa em Estágio Inicial de Regeneração |
| Cultivo Agrícola - Banana | Outros |
| Cultivo Agrícola - Café | Pastagem |
| Cultivo Agrícola - Cana-De-Açúcar | Área Edificada |
| Cultivo Agrícola - Coco-Da-Baía | Reflorestamento - Eucalipto |
| Cultivo Agrícola - Mamão | Reflorestamento - Pinus |
| Cultivo Agrícola - Outros Cultivos Permanentes | Reflorestamento - Seringueira |
| Cultivo Agrícola - Outros Cultivos Temporários | Restinga |
| Extração de Mineração | Solo Exposto |

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS
2000 UTM 24S

Fonte: Limites municipais - IJSN
(2018)
Uso e cobertura da terra - IEMA
(2014)



Mapa Uso e Cobertura da Terra -
Interior oeste

Legenda

- | | |
|--|---|
| Massas d'água | Macega |
| Afloramento Rochoso | Mangue |
| Brejo | Massa D'água |
| Campo Rupestre/Altitude | Mata Nativa |
| Cultivo Agrícola - Abacaxi | Mata Nativa em Estágio Inicial de Regeneração |
| Cultivo Agrícola - Banana | Outros |
| Cultivo Agrícola - Café | Pastagem |
| Cultivo Agrícola - Cana-De-Açúcar | Área Edificada |
| Cultivo Agrícola - Coco-Da-Baía | Reflorestamento - Eucalipto |
| Cultivo Agrícola - Mamão | Reflorestamento - Pinus |
| Cultivo Agrícola - Outros Cultivos Permanentes | Reflorestamento - Seringueira |
| Cultivo Agrícola - Outros Cultivos Temporários | Restinga |
| Extração de Mineração | Solo Exposto |

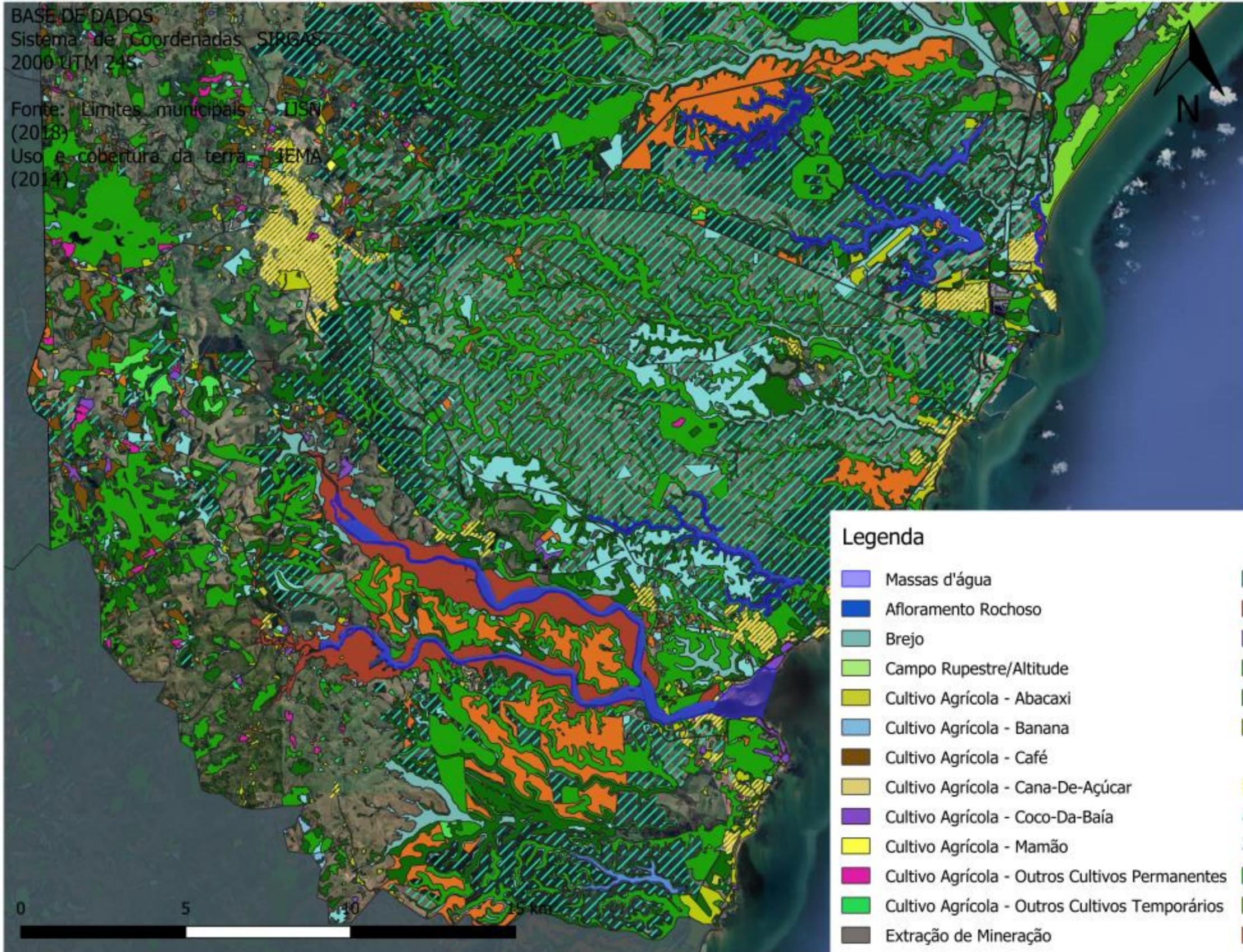
A porção sul municipal não possui áreas de cultivo muito presentes, destacando a presença de mata nativa, mata nativa em estágio inicial, mangue, macega e solo exposto. Novamente a área de cultivo do eucalipto é muito presente na representação. As áreas de monocultura e de vegetação não possuem delimitação física, a monocultura ocupa o entorno da mata por todo o recorte. Neste espaço está inserida a área indígena, onde também é identificada como espaço de plantio de eucalipto. Este recorte também possui uma área extensa de pastagem, sem identificação por hachura, onde a imagem terrestre está aparente.

A predominância representacional está na área de reflorestamento de eucalipto. Esta aproximação torna-se singular, pois o reflorestamento realizado pela plantação de eucalipto está representado sobreposto ao território indígena, indicando ocupação sobre esta área. Nesta porção territorial a área correspondente ao eucalipto está entremeadada às áreas de mata nativa e mata nativa em estágio inicial, à restinga e às áreas edificadas. Além disso, as áreas de brejo, macega e mata nativa possuem dimensões significativas.

Sobre o litoral oeste, as áreas de mata nativa e restinga ocupam parte do litoral representado. Em relação à agricultura, são identificadas áreas de plantio de café neste recorte, inseridas nas áreas de eucalipto; também neste contexto de inserção sobre a grande mancha de eucalipto, há ramificações de mata nativa e mata nativa em estágio inicial, frisando a percepção de ocupação territorial dominante pelo plantio de eucalipto. As áreas edificadas estão mais presentes nesse recorte, pois, como visto anteriormente no mapeamento onde estão indicados os núcleos urbanos, há um maior número deles no litoral municipal. A proximidade entre a plantação de eucalipto, os núcleos urbanos e a mata nativa constitui uma área de agrupamento produtivo, não distinguindo os espaços para os diferentes usos, uma zona de integração que pode impactar a dinâmica socioeconômica local.

No recorte do litoral norte municipal, ainda é possível identificar uma grande área de plantação de eucalipto, porém, porém com proteção ambiental integral, pois corresponde ao território da Reserva Biológica de Comboios. Portanto, há destaque para a presença de mata nativa, restinga, brejo e mata nativa em estágio inicial possuem destaque, devido à sua maior dimensão se comparada aos recortes realizados anteriormente, e por estarem inseridos em um território protegido por decreto federal desde 1984, preservando os biomas costeiros e marítimos locais. Também são identificadas áreas de pequeno a médio porte com plantações de abacaxi, cana-de-açúcar, café, outros cultivos permanentes não identificados e área de solo exposto.

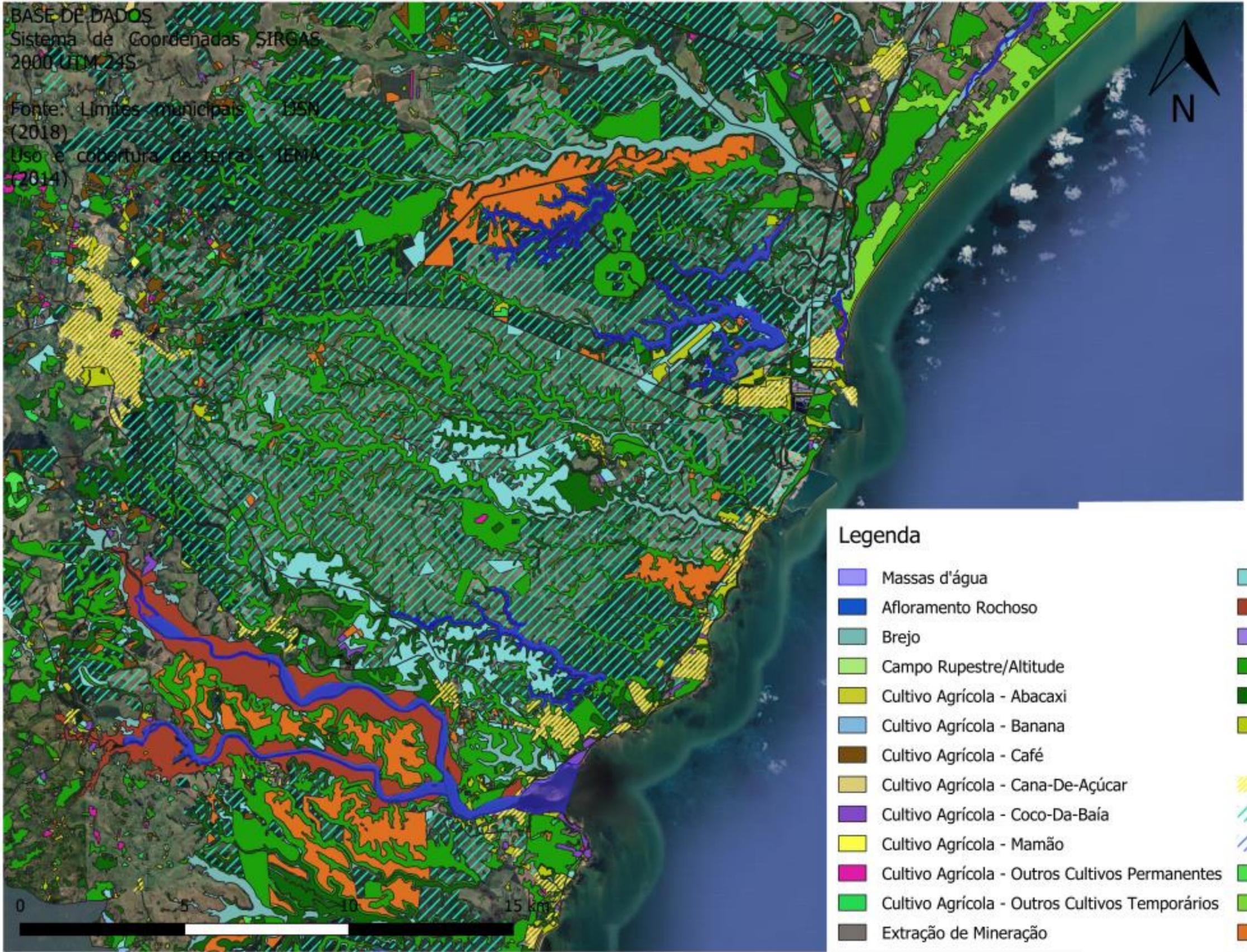
Portanto, há uma predominância de uso da terra para a agricultura, porém, sua maior ocupação territorial é destinada ao plantio do eucalipto, concentrando-se as diferentes culturas no interior norte municipal, onde há maior diversidade de plantios, ainda que se destaque a quantidade de áreas destinadas à cafeicultura. No litoral, há uma maior concentração de áreas vegetativas, sobretudo no litoral norte, onde estão localizados o território indígena e a Reserva de Comboios.



Mapa Uso e Cobertura da Terra - Sul

Legenda

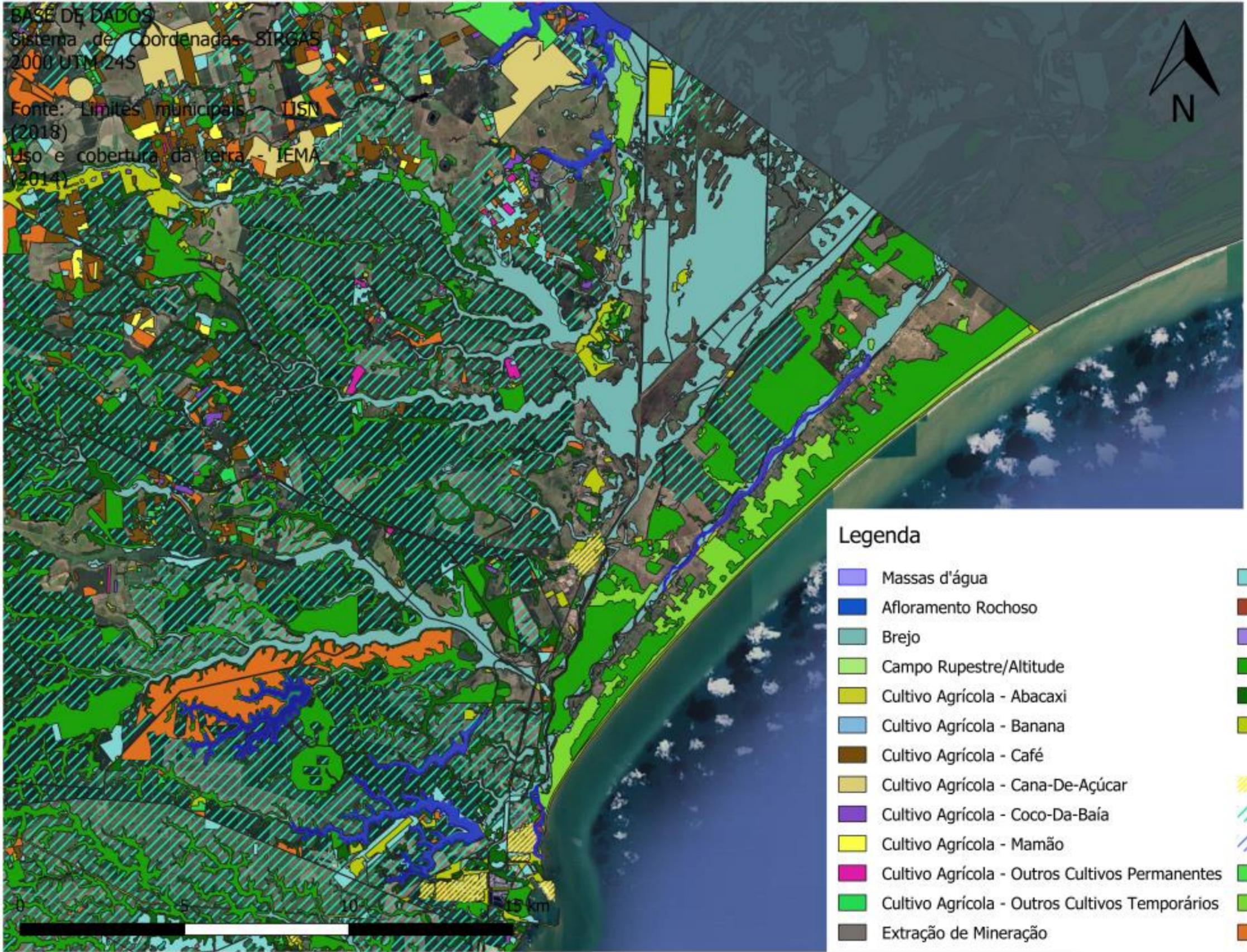
- | | |
|--|---|
| Massas d'água | Macega |
| Afloramento Rochoso | Mangue |
| Brejo | Massa D'água |
| Campo Rupestre/Altitude | Mata Nativa |
| Cultivo Agrícola - Abacaxi | Mata Nativa em Estágio Inicial de Regeneração |
| Cultivo Agrícola - Banana | Outros |
| Cultivo Agrícola - Café | Pastagem |
| Cultivo Agrícola - Cana-De-Açúcar | Área Edificada |
| Cultivo Agrícola - Coco-Da-Baía | Reflorestamento - Eucalipto |
| Cultivo Agrícola - Mamão | Reflorestamento - Pinus |
| Cultivo Agrícola - Outros Cultivos Permanentes | Reflorestamento - Seringueira |
| Cultivo Agrícola - Outros Cultivos Temporários | Restinga |
| Extração de Mineração | Solo Exposto |



Mapa Uso e Cobertura da Terra - Litoral leste

Legenda

- | | |
|--|---|
| Massas d'água | Macega |
| Afloramento Rochoso | Mangue |
| Brejo | Massa D'água |
| Campo Rupestre/Altitude | Mata Nativa |
| Cultivo Agrícola - Abacaxi | Mata Nativa em Estágio Inicial de Regeneração |
| Cultivo Agrícola - Banana | Outros |
| Cultivo Agrícola - Café | Pastagem |
| Cultivo Agrícola - Cana-De-Açúcar | Área Edificada |
| Cultivo Agrícola - Coco-Da-Baía | Reflorestamento - Eucalipto |
| Cultivo Agrícola - Mamão | Reflorestamento - Pinus |
| Cultivo Agrícola - Outros Cultivos Permanentes | Reflorestamento - Seringueira |
| Cultivo Agrícola - Outros Cultivos Temporários | Restinga |
| Extração de Mineração | Solo Exposto |



Mapa Uso e Cobertura da Terra - Litoral norte

Legenda

- | | |
|--|---|
| Massas d'água | Macega |
| Afloramento Rochoso | Mangue |
| Brejo | Massa D'água |
| Campo Rupestre/Altitude | Mata Nativa |
| Cultivo Agrícola - Abacaxi | Mata Nativa em Estágio Inicial de Regeneração |
| Cultivo Agrícola - Banana | Outros |
| Cultivo Agrícola - Café | Pastagem |
| Cultivo Agrícola - Cana-De-Açúcar | Área Edificada |
| Cultivo Agrícola - Coco-Da-Baía | Reflorestamento - Eucalipto |
| Cultivo Agrícola - Mamão | Reflorestamento - Pinus |
| Cultivo Agrícola - Outros Cultivos Permanentes | Reflorestamento - Seringueira |
| Cultivo Agrícola - Outros Cultivos Temporários | Restinga |
| Extração de Mineração | Solo Exposto |

Por meio do portal SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), o IBGE disponibiliza, indicadores econômicos estaduais e municipais e suas séries históricas, com possibilidade de consulta sobre dados referentes ao trabalho e ao rendimento na agropecuária, indústria, comércio, serviço, entre outros estabelecimentos. No que se refere à produção, ao uso do solo e às características da agropecuária, os resultados são divulgados por meio do Censo agropecuário realizado em 2017.

Os números divulgados para o município de Aracruz foram compilados e organizados em tabelas, como complemento aos dados obtidos por meio dos mapeamentos. Na Tabela 4, estão dispostos os números de estabelecimentos agropecuários por tipologia. A produção em lavouras temporárias, florestal - de florestas plantadas e nativas, horticultura, floricultura e aquicultura possui menor expressividade na quantidade total de estabelecimentos, pois a maioria dos estabelecimentos são qualificados como produção agropecuária de lavouras permanentes e da agricultura familiar, seguidos da pecuária e da criação de outros animais, estabelecendo um predomínio dessas atividades no território.

Tabela 4: Número de estabelecimentos agropecuários por tipologia

Grupos e classes de atividade	Total	Agricultura familiar
Produção de lavouras temporárias	59	48
Horticultura e floricultura	9	7
Produção de lavouras permanentes	597	471
Cultivo de laranja	1	-
Cultivo de uva	1	-
Cultivo de café	1	1
Cultivo de cacau	11	9
Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	69	58
Produção de sementes e mudas certificadas	-	-
Pecuária e criação de outros animais	338	228
Produção florestal - florestas plantadas	31	19
Produção florestal - florestas nativas	-	-
Pesca	-	-
Aquicultura	2	2
Total	1.036	775

Fonte: Produzido pela autora com base nos dados disponíveis no IBGE - Censo Agropecuário (SIDRA), 2017

A Tabela 5 refere-se aos estabelecimentos agropecuários com produção de silvicultura, apresentando a indicação da agricultura familiar em áreas menores que 20 hectares. Assim sendo, as grandes áreas exploradoras de plantio florestal possuem sua responsabilidade sobre empresas. A análise desse dado associado à representação cartográfica anterior, reafirma a condição municipal de soberania do uso da terra por uma empresa privada, modificando a vegetação nativa por exploração florestal para a fabricação de celulose.

Tabela 5: Número de estabelecimentos agropecuários com produtos da silvicultura

Área total de plantação	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Mais de 0 a menos de 2 ha	-	-	-
De 5 a menos de 10 ha	3	-	3
De 10 a menos de 20 ha	5	1	4
De 100 a menos de 200 ha	2	2	-
De 10.000 ha e mais	1	1	-
Total	28	13	15

Fonte: Produzido pela autora com base nos dados disponíveis no IBGE - Censo Agropecuário (SIDRA), 2017

A quantidade de pessoas com ocupação voltada para as atividades agropecuárias está listada na Tabela 6, a qual evidencia concentração do número de trabalhadores agropecuários na produção florestal de florestas plantadas e nas atividades de lavouras permanentes. A diferença entre esses dados, além de seus números totais, é a relação entre os trabalhadores e os produtores: enquanto na produção de lavouras há uma quantidade pequena de trabalhadores sem grau de parentesco, evidenciando sua condição enquanto atividade familiar, a produção florestal possui um número muito maior de trabalhadores sem parentesco, ou seja, possui um perfil empreendedor, de contratação de mão-de-obra para a obtenção do serviço.

Tabela 6: Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários por tipologia

Grupos e classes de atividade	Total	Trabalhadores permanentes sem parentesco com o produtor
Produção de lavouras temporárias	153	X
Horticultura e floricultura	X	X
Produção de lavouras permanentes	2.105	265
Cultivo de laranja	X	-
Cultivo de uva	X	X
Cultivo de café	X	-

Cultivo de cacau	25	X
Cultivo de outros produtos de lavoura permanente	145	X
Produção de sementes e mudas certificadas	-	-
Pecuária e criação de outros animais	798	142
Produção florestal - florestas plantadas	7.031	6.958
Produção florestal - florestas nativas	-	-
Pesca	-	-
Aquicultura	X	-
Total	10.184	7.403

Fonte: Produzido pela autora com base nos dados disponíveis no IBGE - Censo Agropecuário (SIDRA), 2017

No mapeamento de uso e cobertura do solo, ficam evidenciadas as áreas destinadas à pecuária. Na Tabela 7 são distintas as espécies de pecuária estabelecidas no município. O maior número de estabelecimentos designa sua produção à bovinocultura, seguido da criação de aves (galinhas, galos, frangas, frangos e pintos) e em menor quantidade, suínos. Ambas as produções são majoritariamente regidas por agricultura familiar.

Tabela 7: Número de estabelecimentos agropecuários com efetivo da pecuária (Unidades)

Espécie da pecuária	Total	Agricultura familiar
Bovinos	384	248
Suínos	118	90
Galinhas, galos, frangas, frangos e pintos	270	208
Total	576	407

Fonte: Produzido pela autora com base nos dados disponíveis no IBGE - Censo Agropecuário (SIDRA), 2017

Portanto, neste mapeamento de uso e cobertura do solo, é possível verificar que o território é majoritariamente ocupado por uma monocultura do eucalipto, administrado majoritariamente por uma empresa e trabalhadores terceirizados, sem o seu reconhecimento como produtor e parte da terra, chegando a invadir os espaços urbanos, pequenas terras de outras culturas e ocupando grande parte do espaço disponível, envolvendo-se com a mata nativa. Nas aproximações cartográficas, foi possível então verificar as pequenas áreas de cultivo, destacando a produção de café, identificada por todo o território em pequenas plantações, e a fruticultura, pouco diversificada e caracterizada principalmente pelo plantio de mamão, coco-da-baía, cana-de-açúcar e banana, também em pequenas plantações, presumindo, pelos dados fornecidos nas tabelas, serem atividades realizadas por agricultura familiar em pequenas e médias propriedades.

3.2.3 Morfotipologia ambiental

A morfotipologia ambiental investiga as relações espaciais entre os componentes territoriais, sendo representados os elementos do relevo, da rede hidrográfica e da vegetação local.

O território de Aracruz está inserido integralmente na região hidrográfica Litoral Centro-Norte, na Bacia Hidrográfica de Riacho (IBGE, 2014). Em seu território, Aracruz possui uma vasta rede hidrográfica, com a presença de afluentes por toda sua extensão, e, de acordo com Cruz (1997, p. 51), é importante fonte de areia monazítica e água mineral.

Acerca da cobertura vegetal, o principal bioma original encontrado é a Mata Atlântica de planície e encosta, característica dos municípios litorâneos capixabas. Ao percorrer a margem do rio Piraquê-Açu, Wied-Maximilian (1989, p. 152), descreve sobre as matas extensas, onde indígenas estabeleciam suas plantações (principalmente de milho, mandioca e “baga”), e espessas, formando “uma bela floresta” onde também eram encontradas flores, visualizadas aves e borboletas em seu interior, bem como “o rugido do oceano [que] ressoava em nossos ouvidos”. Segundo Cruz (1997, p. 21), no final do século XX, a vegetação original havia sido alterada e substituída substancialmente por pastagens, culturas e reflorestamento homogêneo, com a plantação de eucalipto, como exposto anteriormente no Mapa de Uso e Cobertura da Terra.

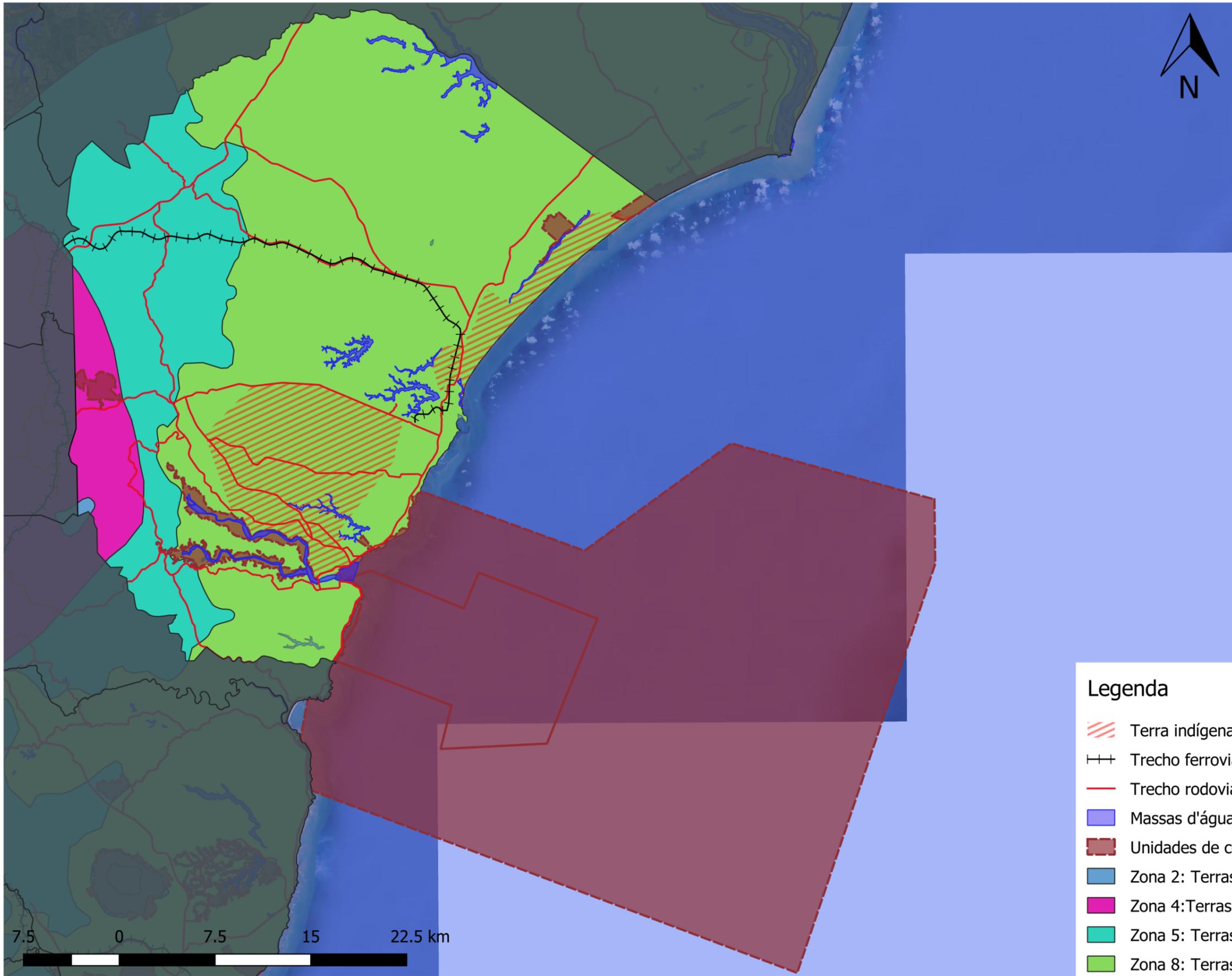
O IJSN (1999, p. V), com base nos dados fornecidos pela EMCAPA/NEPUT (Núcleo de Estudo de Planejamento e Uso da Terra da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária) em 1999, divulga um compilado de dados acerca da caracterização climática dos municípios capixabas, fornecendo informações sobre sua temperatura, relevo e água individualmente. No Mapa de Zonas Naturais e Unidades de Conservação são identificadas quatro zonas no município de Aracruz: a *Zona 2*, *Zona 4*, *Zona 5* e *Zona 8*, a seguir descritas suas peculiaridades.

A *Zona 2* é caracterizada por terras de temperaturas amenas, relevo acidentado e clima chuvoso. Esta zona está presente em uma pequena área municipal, no interior sudoeste, pois é caracterizada por seu declive alto, com clima chuvoso e com maior vigor vegetativo.

A *Zona 4* é descrita por terras quentes, de relevo acidentado e clima chuvoso. Esta Zona ocupa a área mais acidentada do município, o interior oeste, e devido às suas características, seu solo é qualificado como um solo rico, de terras secas e planas que recebem grande exposição solar, com “alta capacidade de recomposição da vegetação natural após deflorestamento” (IJSN, 1999, p. 3). Nesta zona há uma expressiva presença da plantação de café e de culturas tropicais.

A *Zona 5* tem como característica ser uma terra quente, de relevo acidentado e passa pela transição de períodos chuvosos e de seca. Localizada em uma faixa vertical de oeste para o centro do município, essa *Zona* possui um solo rico, com baixa fertilidade, plano e de terra seca. Seu relevo possui “grande variabilidade local de ambientes em função de diferenças nos solos e na exposição à radiação solar. [...] Concentração de pequenos estabelecimentos rurais, exceto no epicentro das grandes áreas férteis” (IJSN, 1999, p. 3), e sua temperatura é amena, sofrendo variações durante o ano na disponibilidade entre períodos chuvosos e de seca, características vantajosas para a produção de café.

A *Zona 8* possui terras quentes, terreno plano e passa pela transição de períodos chuvosos e de seca, ocupando toda a extensão litorânea, de norte a sul do município, e no sentido oeste, transpõe seu centro. Seu solo possui as mesmas características ao da *Zona 5*, rico, com baixa fertilidade, plano e de terra seca, porém, está em um relevo de baixo declive, com áreas inundáveis, influência marinha, costeira e de mangue, com rede de drenagem mais esparsa do que das zonas acidentadas. Devido a essas condições, é uma área densamente ocupada pela agricultura de maior porte, a eucaliptocultura. Devido à disponibilidade instável de água durante o ano, essa zona é favorável para a cafeicultura.



Mapa de zonas naturais e unidades de conservação

BASE DE DADOS
 Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000
 UTM 24S

Fonte: Limites municipais - IJSN (2018)
 Cursos d'água - Geobases (2018)
 Zonas naturais - Geobases (2018)
 Unidades de conservação - ANA-MMA (2019)
 Núcleos urbanos e rurais - IJSN (2016)
 Trecho rodoviário e ferroviário - IJSN (2018)

Legenda

- Terra indígena
- Trecho ferroviário
- Trecho rodoviário
- Massas d'água
- Unidades de conservação
- Zona 2: Terras de Temperaturas Amenas,Acidentadas e Chuvosas
- Zona 4:Terras Quentes, Acidentadas eChuvosas
- Zona 5: Terras Quentes, Acidentadas eTransição
- Zona 8: Terras Quentes, Planas e Transição

Observa-se no mapeamento que o município de Aracruz possui a maior parte de seu território ocupada pela *Zona 8*, estendendo-se por todo o litoral até o interior, seguido pela *Zona 5*, uma faixa verticalizada que abrange do sudoeste ao noroeste municipal. À oeste, ocupando a área de maior declividade do município, próximo ao seu limite territorial, está inserida a *Zona 4* e, em uma pequena área, está a *Zona 2*, ocupando uma pequena parcela do município somente.

Nesse mapeamento, verifica-se a presença das unidades de conservação marítimas e terrestres. A unidade de conservação marítima está localizada ao sul do município, ocupando a área até aproximadamente o núcleo de Mar Azul – distinguindo duas áreas diferentes: a central corresponde ao “Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz” e outra, a maior, externa, à “Área de Proteção Ambiental Costa das Algas”, ambas classificadas como unidades de conservação federais inseridas no Bioma Mata Atlântica. O trecho das unidades de conservação segue permeando os rios Piraquê-Açu e Piraquê-Mirim, bem como as áreas de mangue que os envolvem em seu contorno. As unidades de conservação terrestre estão localizadas nos espaços referentes ao Parque Natural Municipal do Aricanga, no interior do município, e à Reserva de Comboios, no litoral norte do município.

Em relação à vegetação local, a principal formação florestal original em Aracruz é a da Mata Atlântica, característica do litoral capixaba. Grande parte do território municipal foi ocupado pela plantação do eucalipto, substituindo grande parte da mata nativa pela monocultura. Em vista disso, o município, em seu PDM, declara:

Art. 464. O Município, obedecendo as diretrizes e objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e do Código Municipal de Meio Ambiente, lei Nº 2.436, de 26 de dezembro de 2001, poderá criar unidades em seu território, visando a proteção integral ou, quando for o caso, o desenvolvimento e uso sustentado dos recursos naturais e estabelecendo um Sistema Municipal de Unidades de Conservação – SMUC. (ARACRUZ, 2020, p. 146).

O município possui então dois grupos de unidades de conservação, sendo essas (ARACRUZ, 2020, p. 147-148):

a) Unidades de Proteção Integral – cujo objetivo é preservar a natureza, utilizando apenas indiretamente seus recursos naturais (com exceção dos casos previstos em leis e regulamentos). Esta unidade é composta pelas categorias: I - estação ecológica; II - reserva biológica; III - parque natural municipal; IV - monumento natural; V - refúgio de vida silvestre.

b) Unidades de Uso Sustentável – no qual o objetivo “é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais”. Este grupo é

constituído por: I - área de proteção ambiental; II - área de relevante interesse ecológico; III - floresta municipal; IV - reserva extrativista; V - reserva de fauna; VI - reserva de desenvolvimento sustentável; VII - reserva particular do patrimônio natural.

Portanto, são integradas como unidades do sistema municipal de conservação quatro áreas municipais: “I - Parque Natural Municipal do Aricanga Waldemar Devens; II - Parque Natural Municipal David Farina. III – Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal Piraque-Açú e Piraque-Mirim; IV – Área de Relevante Interesse Ecológico Municipal Aroeiras do Riacho” (ARACRUZ, 2020, p. 148).

Estão previstos na legislação áreas de amortecimento e corredores ecológicos nas unidades de conservação, cabendo à Secretaria Municipal do Meio Ambiente estabelecer as normas e regulamentações das unidades de conservação.

Art. 467. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo que deve abranger sua área, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Parágrafo único. O Plano de Manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data de sua criação. (ARACRUZ, 2020, p. 148).

No que se refere à administração das unidades de conservação, o PDM prevê que cada unidade de conservação necessita deter um

Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em refúgio de vida silvestre ou monumento natural, quando for o caso, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. (ARACRUZ, 2020, p. 148-149).

A administração pode ser gerida por organizações da sociedade civil de interesse público, desde que possua interesses e objetivos alinhados com a unidade. Os recursos obtidos devem ser aplicados na implantação, gestão e manutenção das unidades de conservação.

Os empreendimentos e licenciamentos ambientais de empreendimentos de significativo impacto ambiental devem ser analisados por órgãos competentes, acompanhados de estudo de impacto ambiental e um relatório que o acompanhe (EIA/RIMA). Assim sendo, o empreendedor “é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral” (ARACRUZ, 2020, p. 149). Essas normas são aplicadas a empreendimentos que impactem as unidades de conservação, bem como suas zonas de amortecimento e corredores verdes.

Em relação às áreas verdes, praças, parques urbanos e jardins municipais, o Plano Diretor Municipal de Aracruz prevê como objetivos: i) sua ampliação; ii) usos compatíveis com a preservação e proteção ambiental municipais. As diretrizes são pautadas nos tópicos: i) adequado tratamento para a composição paisagística urbana; ii) gestão compartilhada das áreas verdes públicas significativas; iii) áreas verdes particulares devem ser incorporadas aos planos municipais, assegurando sua preservação e uso; iv) manutenção e ampliação de árvores e áreas verdes nas ruas e espaços públicos; v) criação de instrumentos legais para estimular os setores públicos e privados para manutenção das áreas verdes, ajardinadas e arborizadas; vi) recuperação de áreas verdes degradadas de importância paisagístico-ambiental; vii) a disciplina de uso e cuidado das áreas públicas, praças e parques para atividades coletivas, esportivas e turísticas; viii) criação de programas para efetiva implantação das áreas verdes previstas em conjuntos habitacionais e loteamentos; ix) implantação de horto municipal para a produção de mudas a serem fornecidas para a população geral e programas de arborização urbana. Já as ações estratégicas são: i) elaborar um plano diretor de arborização urbana; ii) implantação de áreas verdes em cabeceiras de drenagem bem como estabelecimento de programas de recuperação; iii) implantar um conselho das áreas verdes “Conselho Gestor dos Parques Municipais”; iv) interligar as áreas verdes e estabelecer padrões tipológicos para a vegetação urbana; v) criar programas para implementação de áreas verdes previstas nos loteamentos; vi) promover programas de arborização nas escolas públicas municipais, postos de saúde e demais equipamentos comunitários; vii) utilizar áreas remanescentes de desapropriações para a implantação de parques e praças; viii) estabelecer parceria entre os setores público e privado, por meio de incentivos fiscais e tributários, para implementação e manutenção de áreas verdes; ix) elaborar mapa de áreas verdes do Município, identificando e sistematizando informações, em cada distrito, das áreas verdes (ARACRUZ, 2020, p. 150-151).

A região litorânea do Espírito Santo possui um ecossistema único, constituído por recifes e costões rochosos, importantes sistemas pluviais e estuarinos. No município de Aracruz, em especial Santa Cruz, há a maior biodiversidade de algas do Brasil, um importante habitat de crescimento de espécies de peixes para o comércio e desenvolvimento de espécies ameaçadas, além da diversidade cultural e da atividade pesqueira (BRASIL-ICMbio-MMA, 2022). No Mapa de Zonas Naturais e Unidades de Conservação, são identificadas áreas de proteção ocupadas por área principalmente marítima: a central corresponde ao “Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz” e a maior,

à “Área de Proteção Ambiental Costa das Algas”, ambas são classificadas como Unidades de Conservação federais inseridas no Bioma Mata Atlântica.

A APA Costa das Algas é uma unidade de conservação da categoria de unidades de Uso Sustentável, ou seja, tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais; o Refúgio de Vida Silvestre (RVS) de Santa Cruz é uma unidade de conservação da categoria de unidades de Proteção Integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei nº 9985/2000 (Lei que instituiu o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). (BRASIL-ICMBIO-MMA, 2022).

Em relação à vegetação, o município de Aracruz possui Áreas de Reserva Legal (ARL)²², Área de Preservação Permanente (APP)²³, área de vegetação nativa, Áreas Rurais Consolidadas²⁴, como representado no Mapa de Vegetação, a seguir.

Vale ressaltar, as áreas de reserva legal (ARL) são definidas de acordo com a localização do imóvel e com o tamanho da propriedade, medido por módulos fiscais. Módulo fiscal é um conceito introduzido pela Lei nº 6.746/1979, que alterou aspectos definidos pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964),

O qual regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola. Seu valor expressa a área mínima necessária para que uma unidade produtiva seja economicamente viável. (EMBRAPA, 2022).

Portanto, um módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, com valor definido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para cada município. Essa unidade de medida foi utilizada na elaboração da Lei nº 8.629/1993 (Art. 4, II e III), que define os imóveis rurais, classificando-os em pequena propriedade (imóvel com área entre 1 e 4 módulos fiscais), média propriedade (imóvel com área entre 4 e 15 módulos fiscais), grande propriedade (imóvel com área superior a 15 módulos fiscais) e minifúndio (área inferior a um módulo fiscal). Para a definição desse valor, são

²² “De acordo com a Lei 12.651/2012 [Código Florestal], todo imóvel rural deve manter uma área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal. Trata-se de área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa” (EMBRAPA, *s.d a*).

²³ Definida pela Lei 12.651/2012, do Código Florestal, a Área de Preservação Permanente (APP) “é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (EMBRAPA, *s.d c*).

²⁴ Definida pelo Código Florestal (Lei 12.651/2012) como “a área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio” (EMBRAPA, *s.d b*).

considerados principalmente: i) o tipo de exploração predominante ii) as explorações que sejam expressivas em função da renda ou área utilizada; iii) a renda gerada por esta exploração e iv) o conceito de propriedade familiar (EMBRAPA, 2022; INCAPER, 2020).

Por sua vez, a definição de agricultor familiar e empreendedor familiar rural dada pela Lei nº 11.326/2006 também inclui o conceito de módulo fiscal, ao estabelecer que, dentre outros requisitos, este não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais. No novo "Código Florestal" (Lei nº 12.651/2012) o valor do módulo fiscal é utilizado como parâmetro legal para a sua aplicação em diversos contextos, como na definição de benefícios atribuídos à pequena propriedade ou posse rural familiar; na definição de faixas mínimas para recomposição de Áreas de Preservação Permanente; da manutenção ou recomposição de Reserva Legal, entre outros. (EMBRAPA, 2022).

No município de Aracruz, o módulo fiscal equivale a 20 hectares de terra. As Figura 38 e 39 expõem, por meio de tabelas elaboradas pelo INCAPER, os dados quantitativos relativos ao número e às áreas dos estabelecimentos, de acordo com sua tipologia, para o estabelecimento das dimensões necessárias em respeito às normas dos módulos fiscais municipais.

Figura 37: Tabela INCAPER - Número e área dos estabelecimentos agropecuários por tipologia, Aracruz/ES, 2017

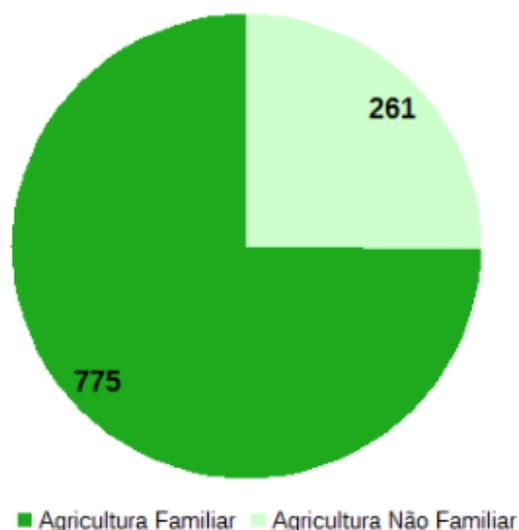
Grupos de área total	Número Estabelecimento		Área (Hectares)	
	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Mais de 0 a menos de 3 ha	147	18	69	17
De 3 a menos de 10 ha	220	31	1.155	199
De 10 a menos de 50 ha	354	71	8.345	1.853
De 50 a menos de 100 ha	43	51	2.653	3.762
De 100 a menos de 500 ha	0	78	-	16.569
De 500 a menos de 1.000 ha	0	9	-	6.371
Produtor sem área	11	2	-	-
Total	775	260	12.222	28.771

Fonte: INCAPER, 2020, p. 21 – com base nos dados do IBGE, Censo agropecuário (2017)

Ao analisar a tabela da Figura 38, conclui-se que no município há maior quantidade de estabelecimentos orientados para a agricultura familiar, com maior incidência de área entre 10 a 50 hectares, seguida de 3 a 10 hectares, de 0 a 3 hectares, de 50 a 100 hectares e por último, em produtores sem área, não foram identificados estabelecimentos com áreas entre 100 a 500 hectares, nem entre 500 e 1.000 hectares.

Assim sendo, o número de estabelecimentos em regime de agricultura familiar é predominante no município, onde são estabelecidos, em grande maioria, em propriedades de pequeno e médio porte. O gráfico presente na Figura 39 reafirma as informações apresentadas no gráfico da figura anterior.

Figura 38: Gráfico - Número de estabelecimentos em regime de Agricultura familiar e agricultura não familiar no município de Aracruz/ES



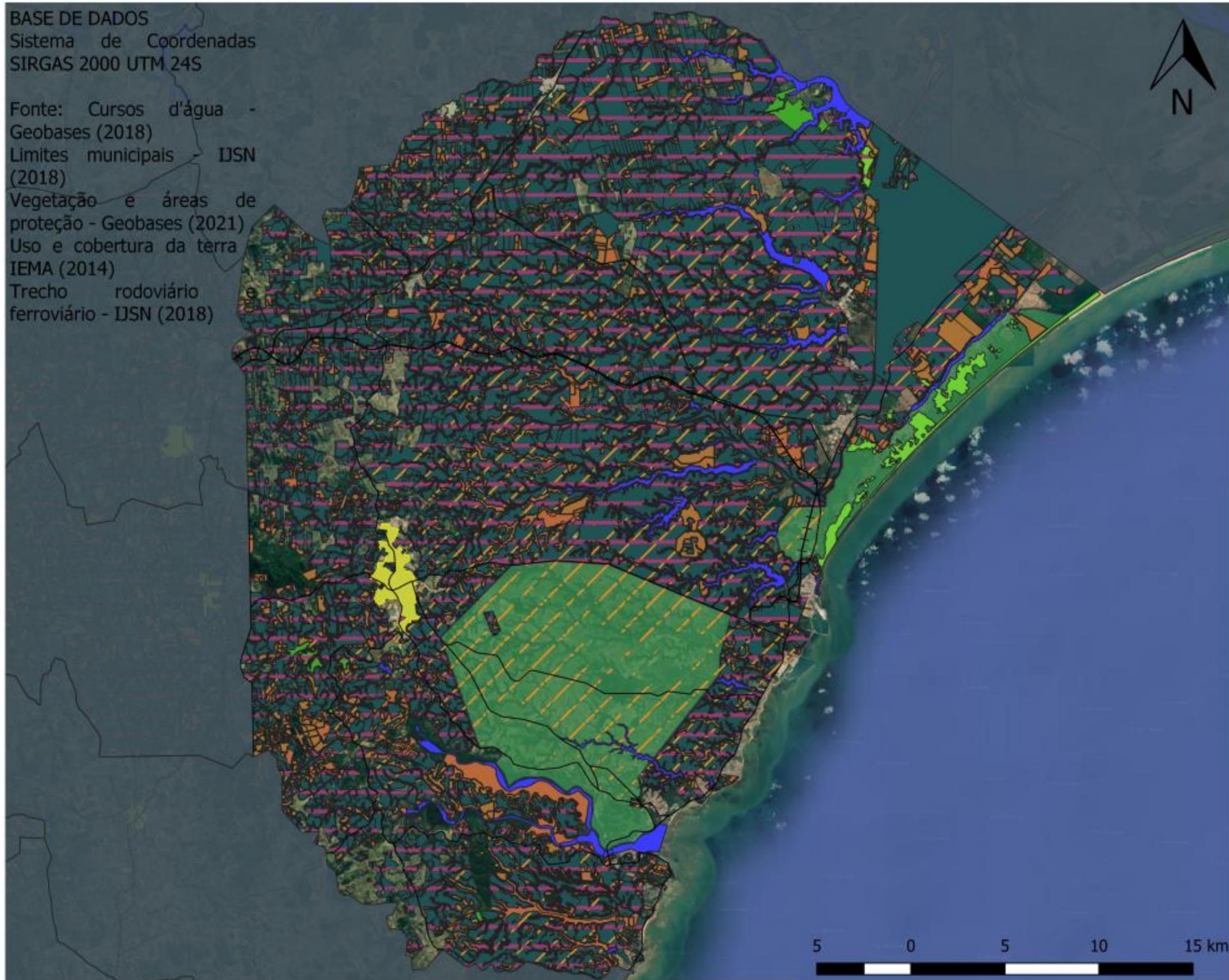
Fonte: INCAPER, 2020, p. 21 – com base nos dados do IBGE, Censo agropecuário (2017)

Para a melhor compreensão das questões relativas à vegetação, foi produzido o Mapa da Vegetação de Aracruz, no qual são representadas as Áreas de Reserva Legal (ARL), Áreas de Preservação Permanente (APP), área imóvel, área rural consolidada e a vegetação nativa. Na análise do território em geral, grande parte se sua área é caracterizada como área imóvel e área rural consolidada, sobrepostas à representação da área de plantação de eucalipto. As áreas de vegetação nativa são pequenas e estão presentes em pouca quantidade, identificadas por contorno sinuoso, um traçado ramificado e pequenos lotes retangulares.

Nesse mapa também são identificados as propriedades e os loteamentos com áreas de preservação derivadas da Lei do Código Florestal sobre o tamanho dos empreendimentos e os módulos fiscais, identificadas com maior precisão nas análises de aproximação do mapeamento da vegetação, nos quadrantes a seguir, sinalizados na descrição do mapa, localizando-os no município (interior ou litoral) e a parcela que ocupa nas coordenadas geográficas (norte, sul, leste e oeste).

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas
SIRGAS 2000 UTM 24S

Fonte: Cursos d'água -
Geobases (2018)
Limites municipais - IJSN
(2018)
Vegetação e áreas de
proteção - Geobases (2021)
Uso e cobertura da terra
IEMA (2014)
Trecho rodoviário
ferroviário - IJSN (2018)



Mapa vegetação

Legenda

- ⊢⊢ Trecho ferroviário
- Trecho rodoviário
- Área de reserva legal (ARL)
- Área de Preservação Permanente (APP)
- Vegetação nativa
- Área rural consolidada
- Área imóvel
- Aracruz Sede
- Terra indígena
- Massas d'água
- /// Reflorestamento - Eucalipto
- Reflorestamento - Seringueira
- Restinga

Devido à extensão territorial e ao volume de informações sobrepostas nesse mapeamento, assim como no mapeamento de uso e cobertura da terra, as próximas figuras serão a aproximação do mapa de vegetação apresentado. Novamente os quadrantes serão identificados por mediante a indicação da legenda da figura, localizando-os no município (interior ou litoral) e a parcela que ocupa nas coordenadas geográficas (norte, sul, leste e oeste).

No interior norte, são identificadas áreas de reserva legal inseridas nos lotes – indicando serem áreas estabelecidas pela legislação de acordo com os módulos fiscais - e com aspecto sinuoso de ramificações, áreas de vegetação nativa, áreas de reserva legal, áreas imóveis, área consolidada e de plantação de eucalipto, constituindo um quadrante de pequenos loteamentos, mas com ocupação já estabelecida.

No interior oeste, há uma concentração maior de áreas de vegetação nativa, apresentando uma vasta área imóvel e rural consolidada, novamente sobrepostas – neste quadrante também são compreendidas estas áreas como delimitações dispostas pela legislação para o estabelecimento de áreas de vegetação nativa devido à área ocupada e ao módulo fiscal. Há uma maior incidência de áreas de reserva legal, estabelecidas à margem do rio Piraquê-Açu e na área correspondente ao Parque Natural Municipal do Aricanga. Neste também está presente parte da área indígena, ocupada por eucaliptocultura e a Sede municipal, o maior adensamento urbano municipal.

Na parcela sul do município, a área de vegetação nativa é extensa e se conduz às margens do rio, bem como as áreas de reserva legal. Nas extremidades municipais são identificadas áreas de reserva legal e de vegetação nativa também, ambas entremeadas às áreas imóvel, rural consolidada e de plantação de eucalipto – novamente sugerindo serem áreas derivadas da Lei sobre os módulos fiscais. No litoral, onde está exposta a camada satélite do mapeamento, são consideradas ARLs.

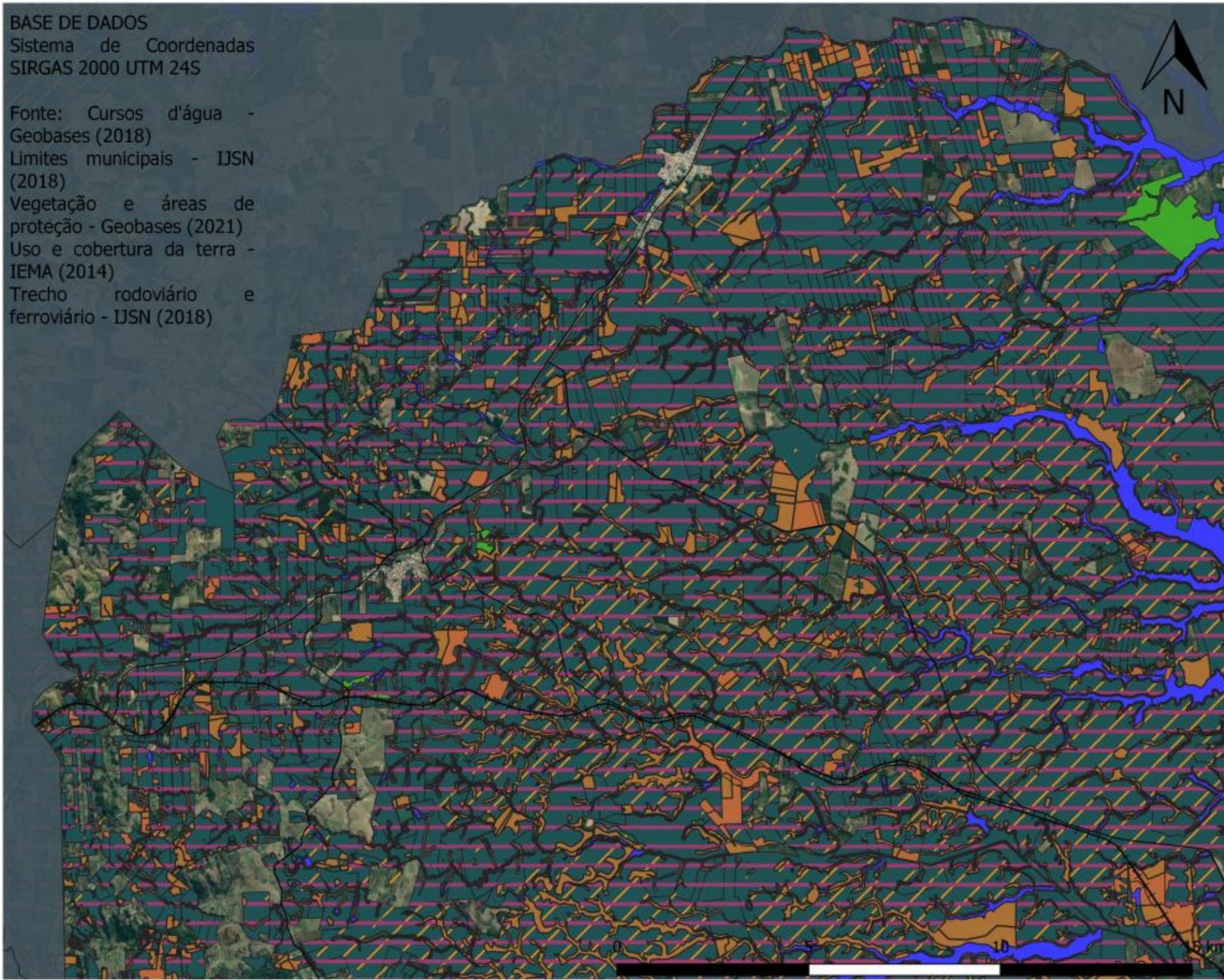
No quadrante litoral leste, a principal área representada é a indígena, onde há a plantação de eucalipto em grande parte do território, e o litoral, ocupado por diversos núcleos urbanos. No entorno da área indígena, o território é classificado como área imóvel e área rural consolidada, entremeada a essas áreas, as massas d'água estão presentes em menor proporção e dimensão, bem como as áreas de vegetação nativa.

Na porção do litoral norte, é representada a porção territorial correspondente à área indígena e à reserva dos comboios. Neste quadrante há uma maior apresentação de área de vegetação nativa e de restinga. Porém, também é um quadrante territorial considerado imóvel, rural consolidado e com extensa área de plantação de eucalipto.

Portanto, no que se refere à vegetação do município de Aracruz, o território é ocupado principalmente por área imóvel e rural consolidada, juntamente com a plantação de eucalipto, com pequenas aberturas em sua extensão onde estão localizadas as ARLs e a vegetação nativa, também estabelecidas por regulamentação do módulo fiscal. As áreas de reserva legal de maior dimensão são as áreas pertencentes às Unidades especiais, à Reserva de Comboios e ao Parque Natural Municipal do Aricanga.

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas
SIRGAS 2000 UTM 24S

Fonte: Cursos d'água -
Geobases (2018)
Limites municipais - IJSN
(2018)
Vegetação e áreas de
proteção - Geobases (2021)
Uso e cobertura da terra -
IEMA (2014)
Trecho rodoviário e
ferroviário - IJSN (2018)



Mapa vegetação -
Interior norte

Legenda

- ++ Trecho ferroviário
- Trecho rodoviário
- Área de reserva legal (ARL)
- Área de Preservação Permanente (APP)
- Vegetação nativa
- Área rural consolidada
- Área imóvel
- Aracruz Sede
- Terra indígena
- Massas d'água
- Reforestamento - Eucalipto
- Reforestamento - Seringueira
- Restinga

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas
SIRGAS 2000 UTM 24S

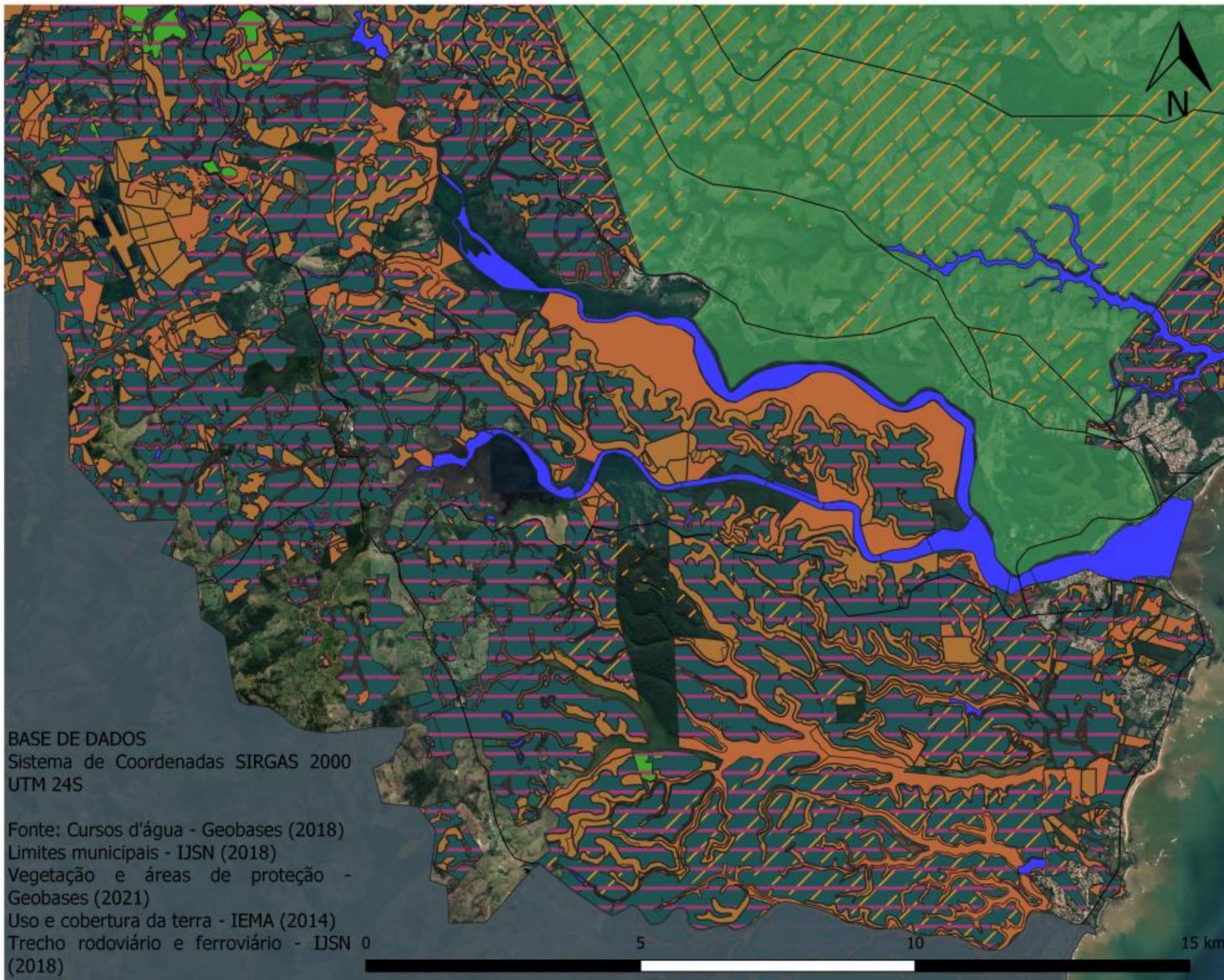
Fonte: Cursos d'água -
Geobases (2018)
Limites municipais - IJSN
(2018)
Vegetação e áreas de
proteção - Geobases (2021)
Uso e cobertura da terra -
IEMA (2019)
Trecho rodoviário
ferroviário - IJSN (2018)



Mapa vegetação -
Interior oeste

Legenda

- ⚡ Trecho ferroviário
- Trecho rodoviário
- Área de reserva legal (ARL)
- Área de Preservação Permanente (APP)
- Vegetação nativa
- Área rural consolidada
- Área imóvel
- Aracruz Sede
- Terra indígena
- Massas d'água
- Reflorestamento - Eucalipto
- Reflorestamento - Seringueira
- Restinga

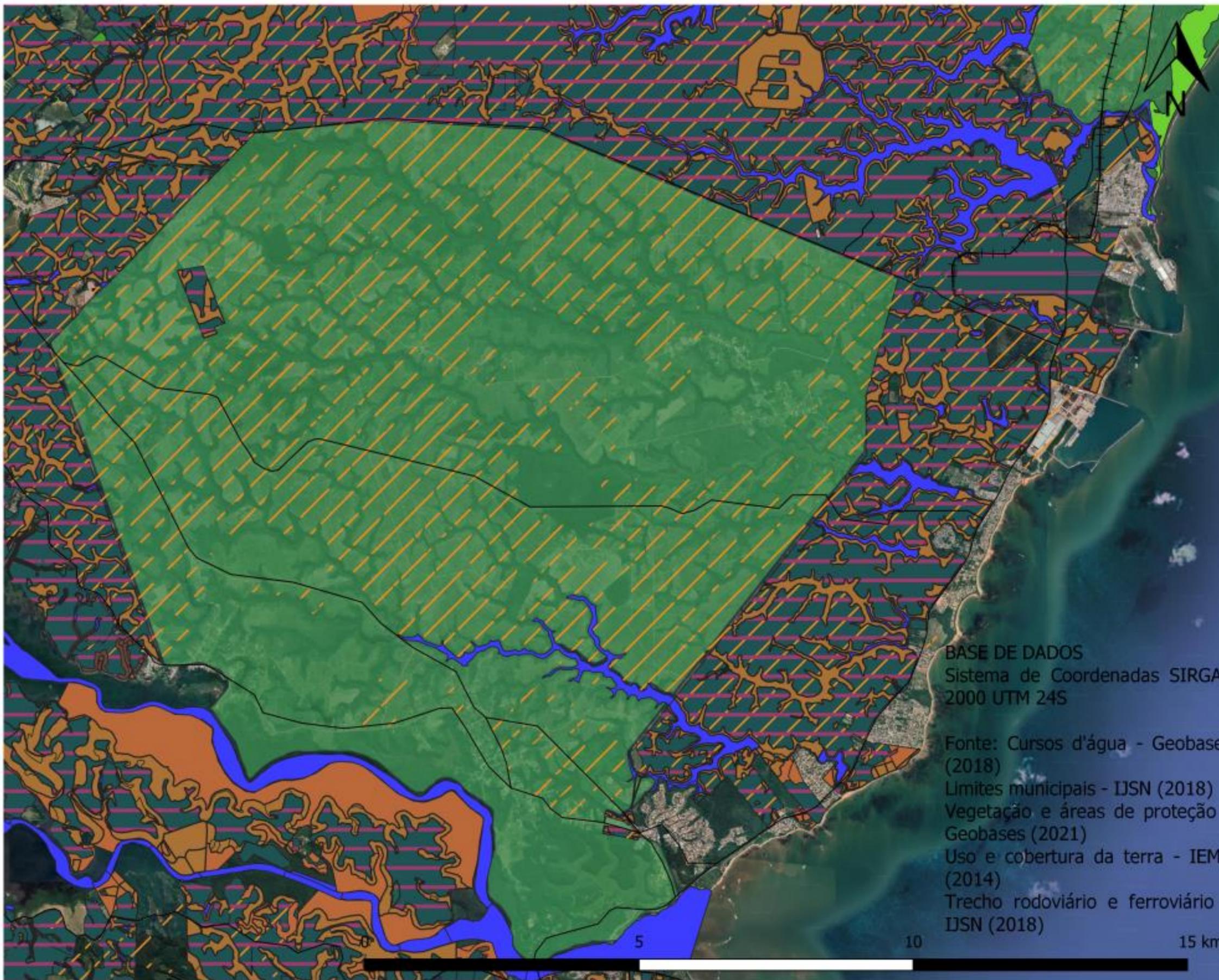


Mapa vegetação - Sul

Legenda

- ⚡ Trecho ferroviário
- Trecho rodoviário
- Área de reserva legal (ARL)
- Área de Preservação Permanente (APP)
- Vegetação nativa
- Área rural consolidada
- Área imóvel
- Aracruz Sede
- Terra indígena
- Massas d'água
- ▨ Reforestamento - Eucalipto
- Reforestamento - Seringueira
- Restinga

BASE DE DADOS
 Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000
 UTM 24S
 Fonte: Cursos d'água - Geobases (2018)
 Limites municipais - IJSN (2018)
 Vegetação e áreas de proteção - Geobases (2021)
 Uso e cobertura da terra - IEMA (2014)
 Trecho rodoviário e ferroviário - IJSN 0 (2018)



Mapa vegetação -
Liitoral leste

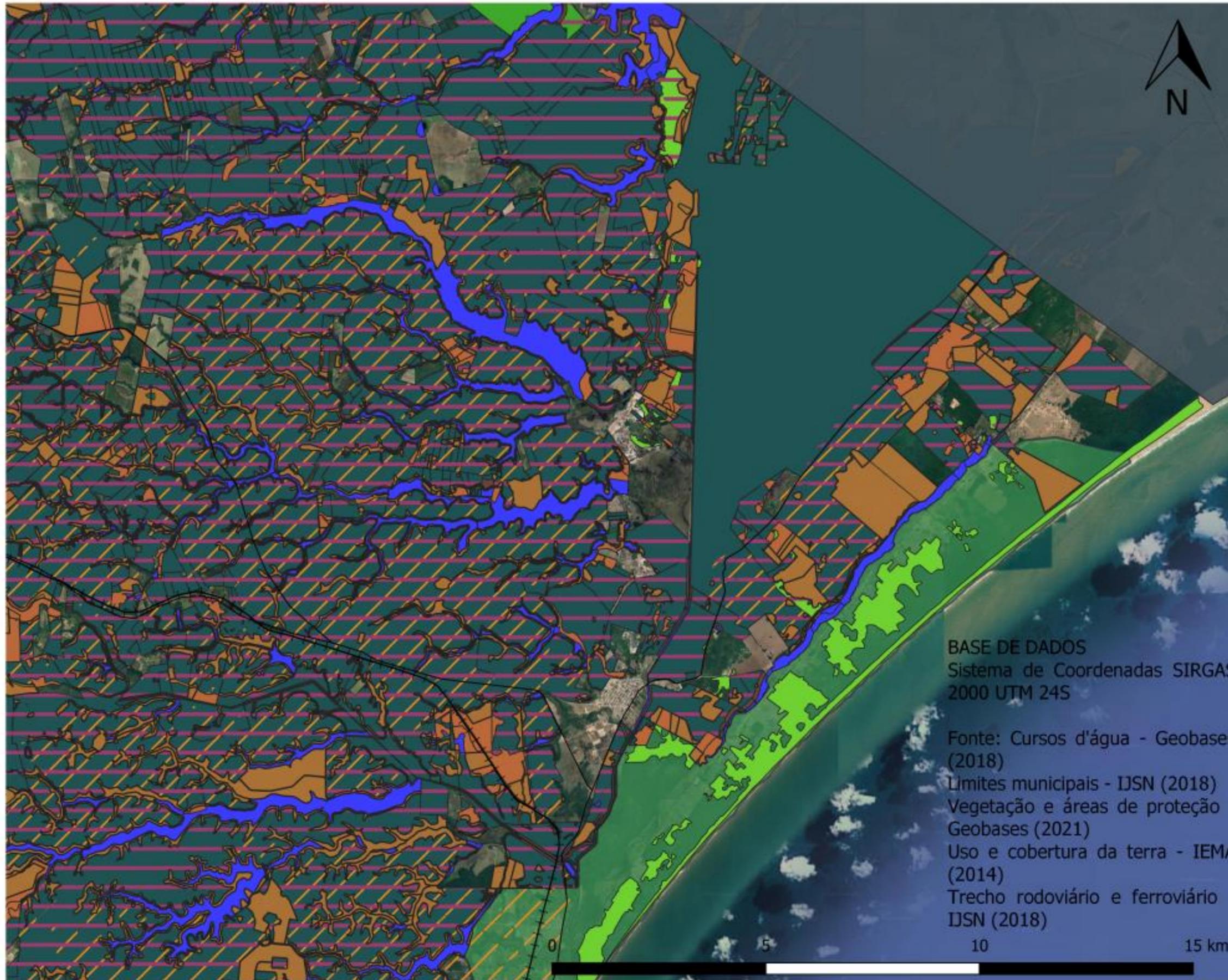
Legenda

- ⚡ Trecho ferroviário
- Trecho rodoviário
- Área de reserva legal (ARL)
- Área de Preservação Permanente (APP)
- Vegetação nativa
- Área rural consolidada
- Área imóvel
- Aracruz Sede
- Terra indígena
- Massas d'água
- Reflorestamento - Eucalipto
- Reflorestamento - Seringueira
- Restinga

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS
2000 UTM 24S

Fonte: Cursos d'água - Geobases (2018)
Limites municipais - IJSN (2018)
Vegetação e áreas de proteção - Geobases (2021)
Uso e cobertura da terra - IEMA (2014)
Trecho rodoviário e ferroviário - IJSN (2018)

5 10 15 km



Mapa vegetação -
Liitoral norte

Legenda

- ++ Trecho ferroviário
- Trecho rodoviário
- Área de reserva legal (ARL)
- Área de Preservação Permanente (APP)
- Vegetação nativa
- Área rural consolidada
- Área imóvel
- Aracruz Sede
- Terra indígena
- Massas d'água
- Reflorestamento - Eucalipto
- Reflorestamento - Seringueira
- Restinga

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS
2000 UTM 24S

Fonte: Cursos d'água - Geobases
(2018)
Limites municipais - IJSN (2018)
Vegetação e áreas de proteção -
Geobases (2021)
Uso e cobertura da terra - IEMA
(2014)
Trecho rodoviário e ferroviário -
IJSN (2018)

3.2.4 Morfotipologia de assentamento

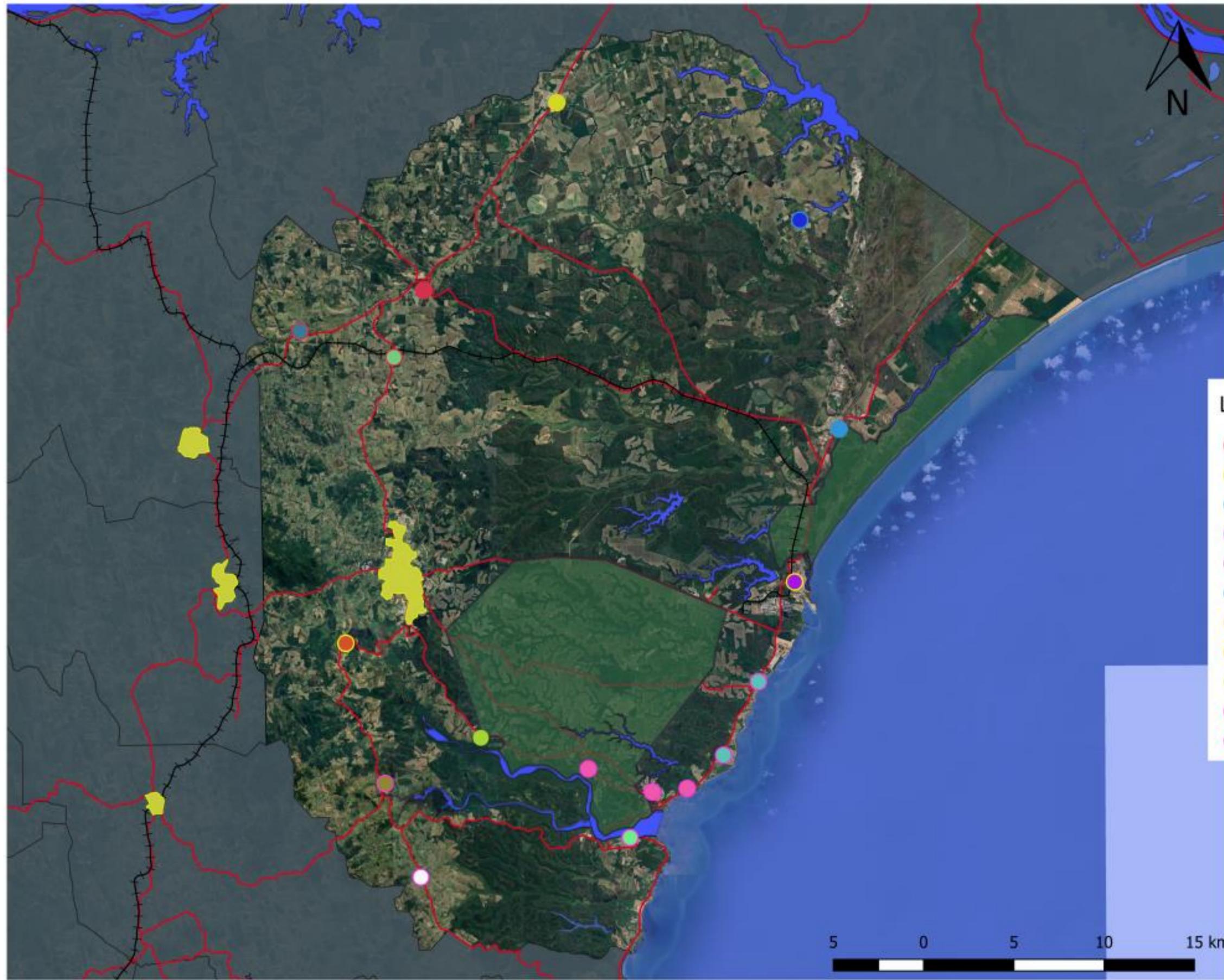
A morfotipologia de assentamento está relacionada às características espaciais e antrópicas do território, bem como sua articulação territorial.

Estudar a morfotipologia de assentamento pressupõe examinar as características espaciais das áreas antrópicas e sua articulação territorial. Faz parte deste processo a avaliação de fatores como a implantação dos núcleos de povoamento, a influência das condicionantes naturais (hidrogeomorfologia) sobre as decisões locacionais e as infraestruturas de transporte e comunicação. Nesta pesquisa, são considerados núcleos de povoamento as estruturas territoriais que concentram área edificada e não vegetada e reúnem uma população. (MOURÃO, Beatriz, 2021, p. 169).

Para a identificação da organização espacial e dos núcleos habitados, foi elaborado o Mapa de Núcleos, Estradas e Massas d'água, contendo a representação das áreas urbanizadas, áreas indígenas, os núcleos urbanos e rurais, bem como a localização das principais estradas que atravessam o território e as massas d'água de maior relevância no contexto municipal.

Em relação aos núcleos urbanos, o município possui como característica a maior quantidade de núcleos urbanos localizados em seu litoral e outros dispersos pelo território, em sua maioria próximos a uma estrada, e a sede, centralizada ao território. Devido a esta organização morfotipológica e espacial, constituída por pequenos núcleos dispersos e de baixa densidade habitacional, o município não é identificado como um aglomerado urbano e habitacional.

Aracruz possui diferentes estradas em seu território, entre elas há: cinco rodovias estaduais (ES-010, ES-257, ES-256, ES-124 e ES-445) e uma federal (BR-101), conectando o município aos municípios a norte, sul e oeste do Estado sem dificuldades de acesso, além de um ramal ferroviário de 45 quilômetros, construído na década de 1980 pela VALE – utilizado para o escoamento de celulose - saindo da estação ferroviária de João Neiva até a Portocel, porto marítimo de responsabilidade privada, utilizado para o escoamento de produtos florestais e exportação brasileira (CRUZ, 1997, p. 23-24).



Mapa de núcleos, estradas e massas de água

Legenda

● Guaraná	● Mar Azul
● Jacupemba	● Santa Rosa
● Riacho	● Praia dos Padres
● Santa Cruz	● Caieiras Velha
● Ribeirão do Meio	● Biriricas
● PA Nova Esperança	● Córrego D' Água
● Barra do Riacho	■ Sede
● Grapoana	■ Área indígena
● Irajá	■ Massas d'água
● Bairro Coqueiral	—+— Trecho ferroviário
● Barra do Sahi	— Trecho rodoviário

BASE DE DADOS
 Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000
 UTM 24S

Fonte: Cursos d'água - Geobases (2018)
 Limites municipais - IJSN (2018)
 Núcleos urbanos e rurais - IJSN (2016)
 Trecho rodoviário e ferroviário - IJSN (2018)

Acerca dos imóveis tombados no município, na publicação do livro “Arquitetura: Patrimônio Cultural do Espírito Santo”, desenvolvido pelo Governo do Estado, em parceria com a Secretaria de Cultura do Espírito Santo (SECULT) e o Conselho Estadual de Cultura, indicam todos os bens tombados inseridos em território capixaba, constando nele o município de Aracruz, com dois imóveis: (i) a Igreja Católica de Santa Cruz e (ii) a Casa de Câmara de Cadeia. Vale ressaltar, Santa Cruz é o núcleo municipal mais antigo, onde havia habitação indígena e os jesuítas se estabeleceram para catequizá-los e educá-los, permanecendo por várias décadas nesse local, constituindo uma aldeia de relevância para a província do Espírito Santo, até a construção da “Aldeia Nova”, uma aldeia maior localizada em Nova Almeida (atual município da Serra).

A Igreja Católica de Santa Cruz (Figuras 40 e 41) foi a primeira igreja construída no município, obra realizada pelos jesuítas para a catequese indígena em 1836. A vila de Santa Cruz, no ano seguinte, passou a ser sede de freguesia e a igreja era muito humilde, quando em 1857, foi construída uma nova fachada frontal. Localizada próximo às margens do litoral da ainda província, em frente à praça e com duas ruas laterais, a igreja possui dimensões singelas. Ao longo do tempo a igreja passou por reformas que a modificou esteticamente. Em 1970 foi realizada uma obra em que foram alterados diversos elementos originais, como acabamentos, cobertura e a fachada lateral direita. Somente no ano 2000 foi realizada uma restauração.

Para alguns, a igreja não carrega valores artísticos ou arquitetônicos que a marquem como um exemplar singular. No entanto, em sua simplicidade e em seu despojamento, a igreja de Santa Cruz é um marco na paisagem do lugar, fazendo parte da cultura e da vida locais. (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 60).

Informações técnicas sobre a Igreja Católica de Santa Cruz: localizada na Avenida Presidente Vargas, nº 239, Santa Cruz, Aracruz. Regida sob Proteção legal na Resolução nº 1/1987 do Conselho Estadual de Cultura Inscritos no Livro do Tombo Histórico, sob o nº 131, folhas 24v e 25 e no Livro do Tombo das Belas Artes, sob o nº 66, folhas 15v e 16 (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 57).

Figura 39: Igreja Católica de Santa Cruz, Santa Cruz



Fonte: ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 57

Figura 40: Igreja Católica de Santa Cruz, Santa Cruz - fachada lateral esquerda



Fonte: ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 60

A Casa de Câmara e Cadeia (Figura 42) foi um imóvel construído em 1860, com a finalidade ser abrigo para o imperador Dom Pedro II durante sua estadia na província

do Espírito Santo²⁵. Após, o imóvel foi utilizado para diversas finalidades e usos, passando por uma reforma, promovida pela prefeitura, somente em 1970, no qual sofreu alterações estéticas e arquitetônicas. Em 1985, foi solicitado ao Conselho Estadual de Cultura (SECULT) o tombamento da Casa, motivado devido “ao fato de o imóvel fazer parte da história de Santa Cruz, ter sido utilizado por várias gerações e por ser um marco na paisagem urbana” (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 55).

Informações técnicas da Casa de Câmara e Cadeia: localizada na Avenida Presidente Vargas com Rua Coronel Simões, nº 239, Santa Cruz, Aracruz. Regida sob proteção legal na Resolução nº 11/1986 do Conselho Estadual de Cultura. As inscrições no Livro do Tombo Histórico sob o nº 130, folhas 23v e 24 e no Livro do Tombo das Belas Artes sob o nº 65, folhas 15v e 16 (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 56).

Figura 41: Casa de Câmara e Cadeia, Santa Cruz



Fonte: ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 56

²⁵ Há uma contraposição sobre a construção e finalidade da Casa de Câmara e Cadeia, pois, segundo Conde (2015), a edificação foi construída entre 1862 e 1876, localizado no litoral territorial, já com a intenção de ser utilizada como cadeia e casa da Câmara e do Júri.

3.2.5 Morfotipologia urbana

A morfotipologia urbana pertence ao estudo da forma, escala e funções e dos aspectos estruturais das áreas antrópicas urbanizadas, ou seja, que possuem uma organização espacial composta por edificações, sistema viário, espaços livres e de uso comum na grande parcela de seu território.

Os núcleos urbanos em Aracruz estão dispersos por seu território, como representado no Mapa de Núcleos, Estradas e Massas d'água no item 3.2.4 – Morfotipologia de assentamento. Há uma maior concentração localizada na região litorânea, onde estão inseridos os portos, a atividade pesqueira e há maior força para o turismo. A Sede está centralizada ao território e os demais núcleos estão ao interior do município, pois a região central é ocupada pelo plantio de eucalipto.

Para estabelecer uma classificação acerca da tipologia e dimensão dos núcleos urbanizados, Mourão (2021, p. 171), fundamentada no “Manual Técnico de Uso da Terra”, do IBGE (2013), reconhece cinco tipos urbanos distintos:

Cidade: núcleo populacional onde está sediada a prefeitura, às vezes homônimo ao município, altamente organizado, com múltiplas funções urbanas, dinâmicas complexas e concentração de atividades e serviços;

Vila: núcleo populacional hierarquicamente inferior, frequentemente associado a uma sede distrital, apresenta menor diversidade de funções urbanas e hospeda atividades e serviços que abrangem uma área de influência reduzida;

Comunidade: núcleo populacional sem função urbana político-administrativa e com baixa concentração de atividades e serviços;

Balneário: núcleo populacional sem função urbana político-administrativa, cuja gênese ou expansão vincula-se ao adensamento habitacional voltado para o turismo;

Complexo industrial: arranjo que concentra indústrias com processos de certa forma vinculados ou interdependentes e espacialmente articulados. (MOURÃO, 2021, p. 171).

Assim sendo, é a partir dessa classificação que serão reconhecidas as tipologias dos núcleos de Aracruz. Fica estabelecido como *Cidade* somente a Sede, pois é o núcleo no município em que está estabelecida a prefeitura, há uma dinâmica maior entre atividades e serviços ofertados e produzidos. A Barra do Riacho é apontada como Complexo industrial, pois o núcleo urbano está estabelecido inserido na dinâmica e na construção da Fibria e do porto da Portocel. Os *Balneários* são os núcleos de Mar azul, Praia dos Padres e Barra do Sahy, pois estão localizados ao litoral do município e possuem dinâmica mais expressa na coordenação para o turismo. Os núcleos de Riacho, Santa Cruz, Jacupemba, Guaraná e Coqueiral são as *Vilas* municipais, pois são

núcleos hierarquicamente menores, mas que possuem certa complexidade em sua dinâmica com pequena oferta de serviços e produtos; caracterizando uma área de função urbana, inserido no contexto de habitação indígena, Caieiras Velha também corresponde à tipologia de *Vila*. Os demais municípios, como Ribeirão do Meio, Nova Esperança, Grapoana, Irajá, Santa Rosa, Biriricas e Córrego D'água, são classificados como *Comunidade*, pois são núcleos habitacionais com baixa concentração de atividades e serviços e não possuem funções político-administrativas.

A análise da morfotipologia urbana será associada à classificação acima, realizada a partir de um comparativo das imagens aéreas disponibilizadas pelo acervo fotográfico disponível na biblioteca online do IJSN apresentando os núcleos urbanizados municipais na década de 1970²⁶, com orthophotos atualizadas geradas a partir do Google Earth e a morfologia urbana disponibilizada pelo site Open Street Map, um site colaborativo de desenvolvimento de mapas no qual é possível compreender a organização da trama urbana local e está sempre em atualização.

O maior núcleo urbano de Aracruz é a Sede, classificada acima como a única cidade municipal. Na fotografia aérea do ano de 1970, é identificada a rodovia ES-257, percorrendo um pequeno núcleo urbano, sem muitas edificações presentes. No comparativo com a *orthophoto* atualizada, datada no ano de 2020, a rodovia está incorporada ao núcleo urbano como uma via, pois a escala da quantidade de edificações e do núcleo urbano cresceu exponencialmente (Figura 43). Na Figura 44, percebe-se que o traçado urbano foi expandido a partir de um núcleo central e está sendo direcionado principalmente em sentido sul, em direção ao Rio Piraquê-Açu.

²⁶ Essas fotografias fazem parte do levantamento aerofotográfico realizado em todo o Espírito Santo na década de 1970, sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Café (IBC), e realizado pelo Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA). Todas as imagens inseridas neste trabalho, de sua autoria, estão disponibilizadas na biblioteca online do IJSN, sob consulta no endereço eletrônico: <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/14925>, consultado em 26 de julho de 2022.

Figura 42: Aerofotografia – Complexo industrial, Aracruz Sede: (a) 1971 e (b) 2020



Fonte: (a) IJSN, 1971; (b) Google Earth, 2020

Figura 43: Morfologia urbana de Aracruz – Cidade, Sede



Fonte: OpenStreetMap, 2022

A Barra do Riacho é classificada como o complexo industrial do município. Na aerofotografia da década de 1970, com interferências manuais sob forma de desenho sobre o território, estão localizadas as intervenções e construções das empresas e portos no território, identificando antes este ser uma área não habitada e com densa cobertura florestal. Atualmente, representado pela imagem satélite do Google Maps,

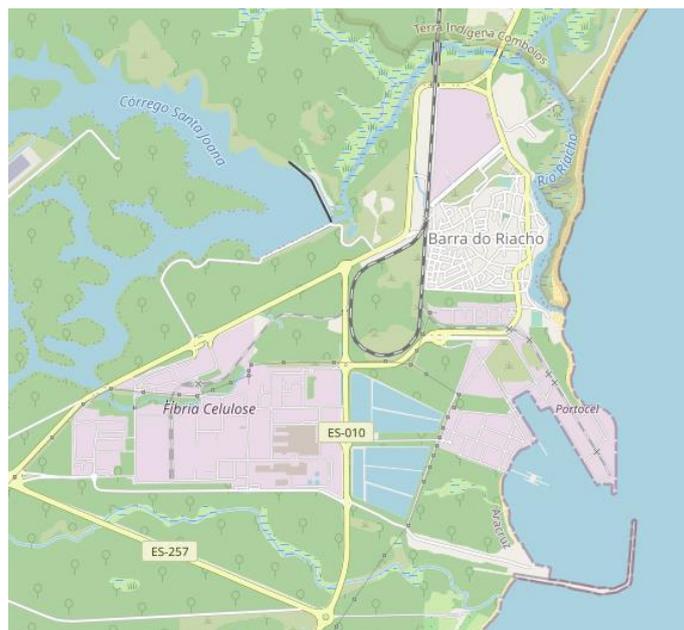
este complexo industrial possui grande escala e impacta todo o território de Aracruz (Figura 45). Na Figura 46 são reconhecidas as tramas urbanas geradas pelo complexo industrial instalado no local, além disso, devido ao crescimento do município e ao complexo industrial inserido nele, nos registros da orthophoto e do mapeamento, ao sul está instalado o Estaleiro Jurong Aracruz, uma estrutura construída como suporte para a infraestrutura naval de exploração de petróleo.

Figura 44: Aerofotografia – Complexo industrial, Barra do Riacho: (a) 1971 e (b) 2020



Fonte: (a) IJSN, 1971; (b) Google Earth, 2020

Figura 45: Morfologia urbana de Aracruz - Complexo industrial, Barra do Riacho



Fonte: OpenStreetMap, 2022

Em relação aos balneários, a Barra do Sahy, Mar Azul e Praia dos Padres, são pequenos núcleos localizados ao litoral, com desenvolvimento manifestado principalmente para o turismo. Esses núcleos são geograficamente próximos e, devido ao seu crescimento ser intensificado ao final do século XX, a aerofotografia da década de 1970 abrange o território ocupado pelos três núcleos. Nota-se que a escala e a distância da aerofotografia não possibilitam a identificação de um grande aglomerado urbano e/ou edificações, apenas na faixa litorânea, não se expandindo até a rodovia. Já na imagem de 2020, os núcleos urbanos são maiores e evidenciados, além de se estenderem além da rodovia. A área coberta de vegetação presente nas duas fotografias se diferencia: a primeira caracterizada por diferentes coberturas, sinaliza uma cobertura nativa, na segunda, fotografia de 2020, há uma padronização, caracterizada pelo plantio de eucalipto (Figura 47). Na imagem retirada do Open Street Map, esta transformação urbana fica evidenciada com a análise do traçado urbano regular em ambos os três núcleos (Figura 48).

Figura 46: Aerofotografia – Balneários (Barra do Sahy, Mar Azul e Praia dos Padres): (a) 1971 e (b) 2020



Fonte: (a) IJSN, 1971; (b) Google Earth, 2020

Figura 47: Morfologia urbana de Aracruz – Balneários (Barra do Sahy, Mar Azul e Praia dos Padres)



Fonte: OpenStreetMap, 2022

As chamadas *Vilas* de Aracruz são pequenos núcleos urbanos com manifestações funções urbanas, porém, em menor quantidade. Coqueiral é uma das maiores vilas, pois

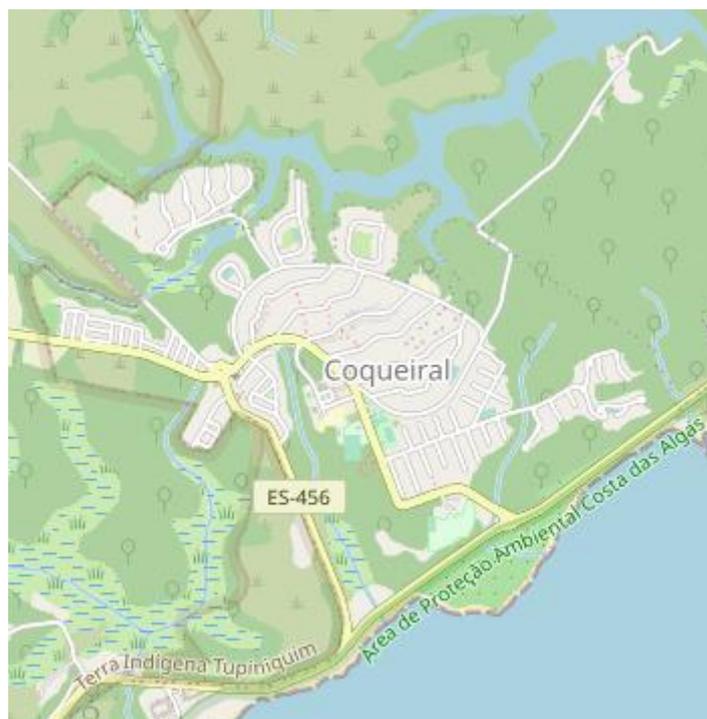
é resultado de planejamento, por parte da antiga Aracruz Celulose, para abrigar os trabalhadores industriais e nela foram construídas residências, equipamentos comunitários, clubes e áreas verdes para esses moradores locais; este núcleo cresceu muito após a década de 1970, como registrado nas fotografias abaixo (Figura 48), devido ao seu planejamento urbano, as vias possuem seu traçado regular, possibilitando a identificação da expansão urbana por meio da irregularidade das novas vias implementadas (Figura 49). Vale ressaltar sua proximidade com o território indígena, identificada na Figura 49.

Figura 48: Aerofotografia – Vilas (Coqueiral): (a) 1971 e (b) 2020



Fonte: (a) IJSN, 1971; (b) Google Earth, 2020

Figura 49: Morfologia urbana de Aracruz – Vilas (Coqueiral)



Fonte: OpenStreetMap, 2022

Santa Cruz é o núcleo que possui maior registro histórico de ocupação devido à vinda e estabelecimento dos jesuítas no local para a catequização e educação dos indígenas, por isso, mesmo na aerofotografia de 1971, é identificada uma morfologia urbana estabelecida. Sua ocupação é costeira e litorânea, de modo que as poucas ruas existentes sejam localizadas paralelamente ao contorno do rio sobre o território. Na fotografia de 2020 é percebido o crescimento do núcleo, pela quantidade de arruamentos e de edificações, porém, a expansão continuou sobre o traçado antigo, com poucas modificações sobre a morfologia existente. Há uma expansão mais significativa próxima à Santa Cruz, mas foi estabelecida atrás de um “corredor verde”, como uma delimitação da área antiga e da nova (Figuras 50 e 51).

Figura 50: Aerofotografia – Vilas (Santa Cruz): (a) 1971 e (b) 2020



Fonte: (a) IJSN, 1971; (b) Google Earth, 2020

Figura 51: Morfologia urbana de Aracruz – Vilas (Santa Cruz)



Fonte: OpenStreetMap, 2022

Caieiras Velha é o núcleo urbano pertencente ao território indígena. Não foram encontradas aerofotografias antigas desse núcleo, estabelecendo como material de análise morfotológica somente a ortophoto disponibilizada pelo Google Satélite e pelo Open Street Map. Essa vila está estabelecida próxima ao Rio Piraquê-Açu, não possui uma morfologia urbana regular e a rodovia ES-456 atravessa seu núcleo, estabelecendo conexão com Coqueiral e o litoral municipal (Figura 52).

Figura 52: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Vilas (Caieiras Velha)



Fonte: (a) Google Earth, 2020 e (b) OpenStreetMap, 2022

Também não há registros aerofotográficos da década de 1970 sobre a Vila do Riacho, Jacupemba e Guaraná, onde será utilizada a mesma metodologia de análise sobre Caieiras Velha, utilizando como fontes as ortophotos satélite disponibilizadas pelo Google Maps e as informações morfológicas do Open Street Map. Os três núcleos possuem poucas ruas, porém Jacupemba é constituída paralelamente à BR-101, a qual atravessa todo seu território, estabelecendo maior circulação de veículos e um eixo de crescimento sobre este espaço (Figura 53). A Vila do Riacho (Figura 54) e a Vila de Guaraná (Figura 55) estão localizadas nas proximidades das rodovias, sendo a primeira próxima à ES-445, constituída de uma malha morfológica regular e a segunda à BR-101, com malha urbana mais irregular e com crescimento direcionado à rodovia.

Figura 53: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Vilas (Jacupemba)



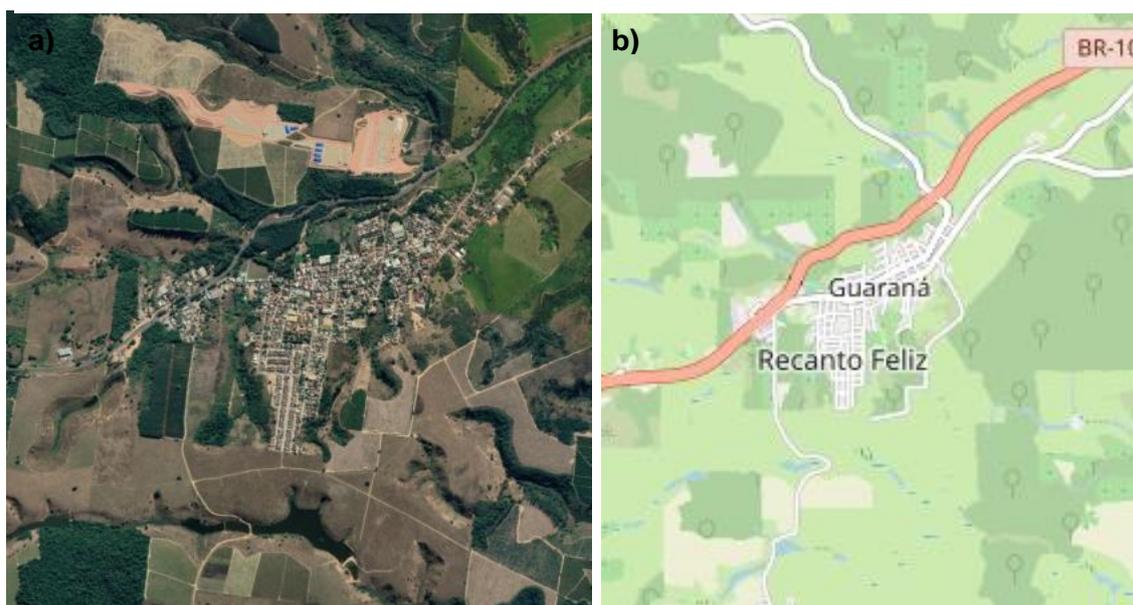
Fonte: (a) Google Earth, 2020 e (b) OpenStreetMap, 2022

Figura 54: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Vilas (Vila do Riacho)



Fonte: (a) Google Earth, 2020 e (b) OpenStreetMap, 2022

Figura 55: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Vilas (Guaraná)



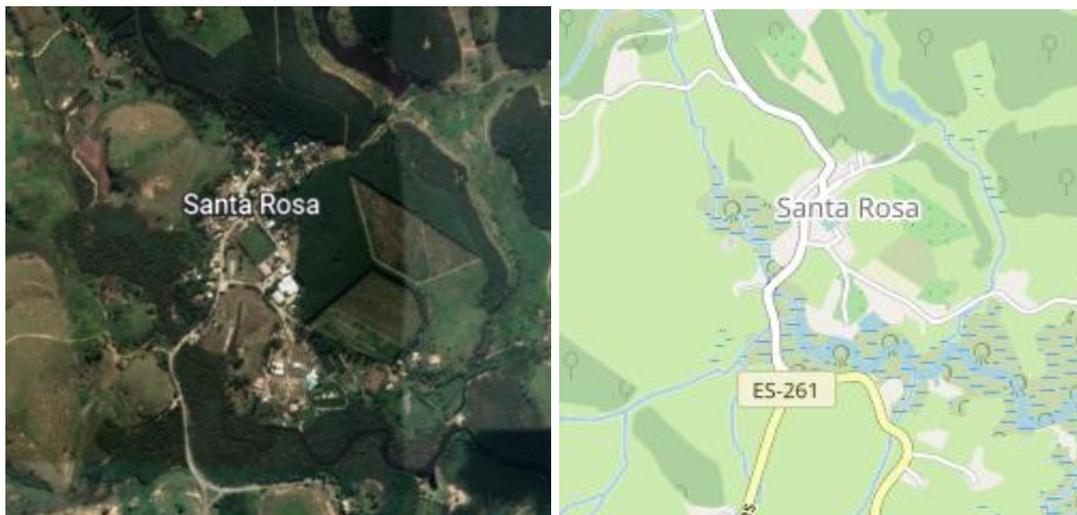
Fonte: (a) Google Earth, 2020 e (b) OpenStreetMap, 2022

As comunidades são núcleos populacionais de menor porte, caracterizados por sua pequena dimensão, população e oferta de atividades e serviços, além de não possuírem função urbana político-administrativa. Santa Rosa (Figura 56) e Irajá (Figura 57) são as comunidades localizadas às margens do rio, com uma única via principal.

Ribeirão do Meio (Figura 58) e Córrego d'água (Figura 59) são comunidades localizadas às margens de rodovias, no interior oeste do município, porém não se desenvolveram como as apresentadas anteriormente (Jacupemba e Guaraná), porém, ambas possuem uma produção agricultura de cafés e frutas e potencialidades para o turismo, por meio da produção e venda de doces e biscoitos, além da festividade anual em homenagem ao imigrante italiano (Guaraná) e à prática de esportes náuticos nas praias que se formam pelas lagoas em Jacupemba.

Grapoana (Figura 60), Nova Esperança (Figura 61) e Biriricas (Figura 62) são comunidades localizadas ao sudoeste municipal, ambas com maior proximidade ao interior do município, com característica morfológica a instalação de uma rua principal. Esses núcleos têm uma menor ocupação populacional.

Figura 56: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Comunidades (Santa Rosa)



Fonte: (a) Google Earth, 2020 e (b) OpenStreetMap, 2022

Figura 57: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Comunidades (Irajá)



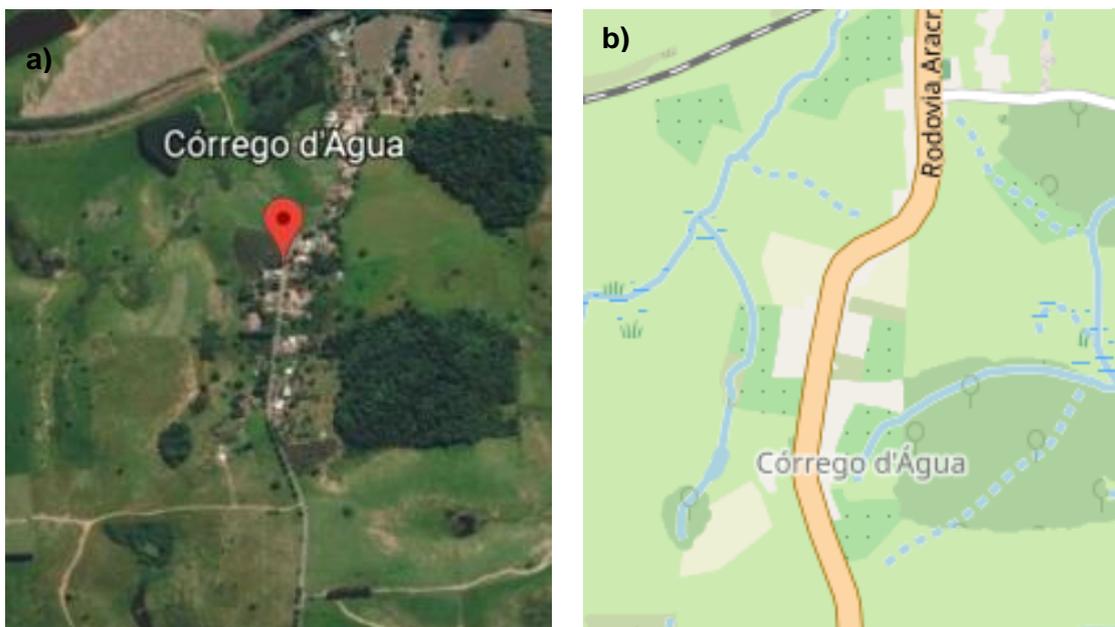
Fonte: (a) Google Earth, 2020 e (b) OpenStreetMap, 2022

Figura 58: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Comunidades (Ribeirão do Meio)



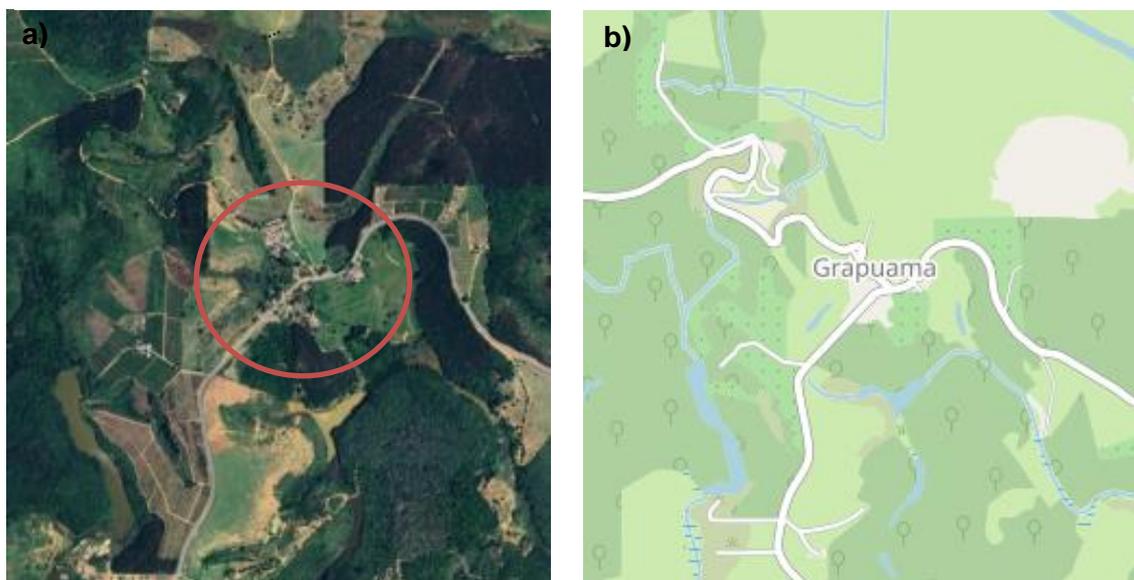
Fonte: (a) Google Earth, 2020 e (b) OpenStreetMap, 2022

Figura 59: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Comunidades (Córrego D'água)



Fonte: (a) Google Earth, 2020 e (b) OpenStreetMap, 2022

Figura 60: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Comunidades: Grapoana



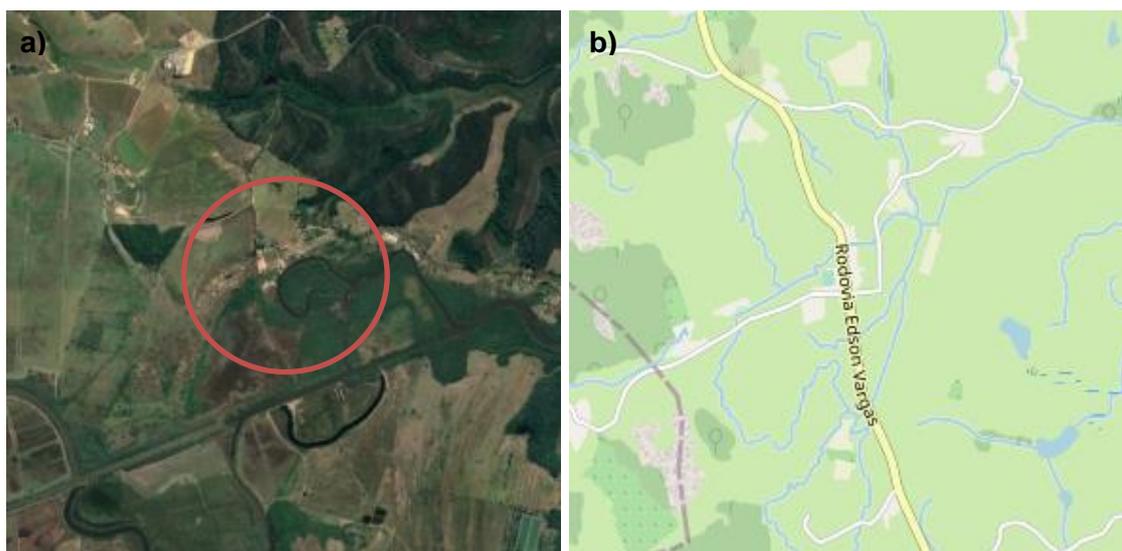
Fonte: (a) Google Earth, 2020 e (b) OpenStreetMap, 2022

Figura 62: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Comunidades (Nova Esperança)



Fonte: (a) Google Earth, 2020 e (b) OpenStreetMap, 2022

Figura 61: (a) Aerofotografia e (b) Morfologia urbana de Aracruz – Comunidades (Biriricas)



Fonte: (a) Google Earth, 2020 e (b) OpenStreetMap, 2022

Após análise das imagens acima, percebe-se que as comunidades de Irajá, Santa Rosa, Ribeirão do Meio, Grapoana, Nova Esperança e Biriricas não possuem característica de morfologia urbana, havendo apenas uma rua em alguns desses núcleos.

Ademais, de acordo com os dados disponibilizados no IBGE (2022) (Tabela 2 e Tabela 3, expostas anteriormente), os índices populacionais levantados nos censos realizados nos séculos XIX e XX informam um expoente populacional na segunda metade do século XX, principalmente após a década de 1960. Entretanto, o território municipal não é classificado como densamente povoado:

Tabela 8: Densidade demográfica de Aracruz

Área territorial:	1.420,285 km ²
População estimada	104.942 pessoas
Densidade demográfica	73,89 hab/km ²
IDH	0,752

Fonte: Produzido pela autora com base nos dados disponíveis no IBGE, 2022.

Assim, esse morfotipo não possui expressiva constituição territorial, pois, somente a Sede apresenta características de cidade urbana, os demais núcleos são de menor porte e sua maioria com desenvolvimento orientado para o turismo. O sistema viário do município não é densamente construído, apesar de haver uma ferrovia destinada à introdução e escoamento de matéria industrial, e cinco rodovias estaduais (ES-010, ES-257, ES-256, ES-124 e ES-445) e federais (BR-101) no território, estabelecendo este município como passagem entre os municípios do sul e do norte capixabas, além de estar inserido na rota do sul para o nordeste brasileiro, tornando-se um município de intenso tráfego rodoviário.

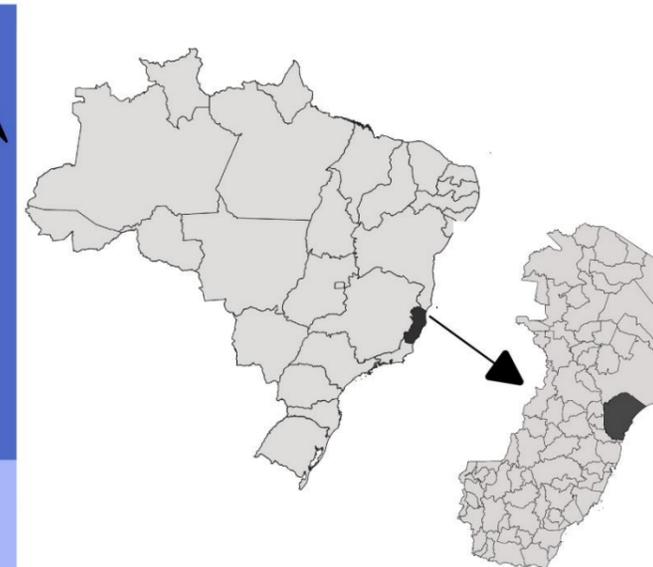
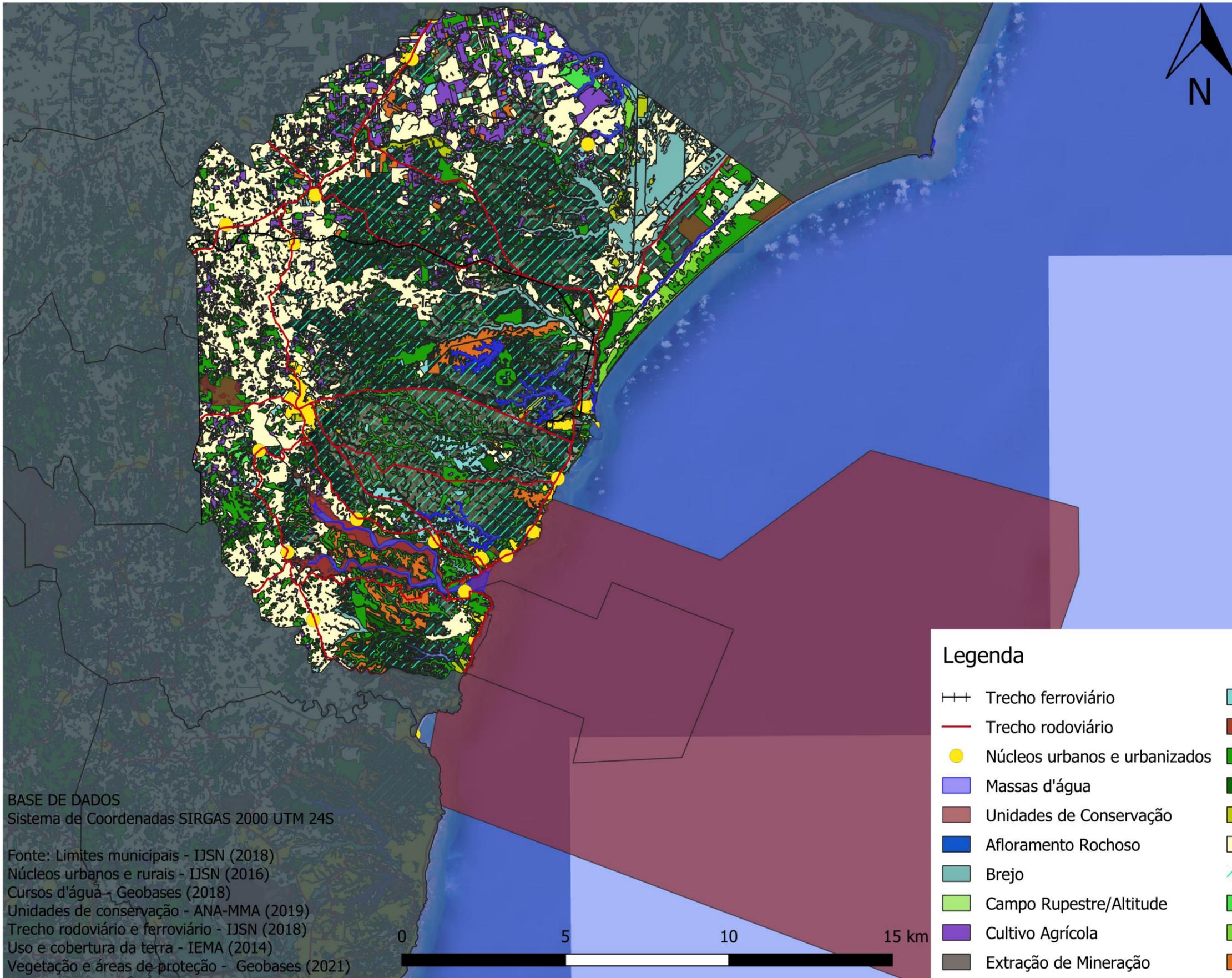
3.3 SÍNTESE IDENTITÁRIA DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL DE ARACRUZ

Ao agregar o conhecimento adquirido durante a pesquisa histórico-estrutural e morfotipológica do território de Aracruz, são identificados os elementos constituidores do patrimônio territorial local - as permanências, as persistências, as invariâncias e as regras locais – subsidiando a reflexão das potencialidades locais com o objetivo de serem estabelecidas diretrizes para o estabelecimento de um estatuto dos lugares com vistas a um desenvolvimento local autossustentável.

Na contemporaneidade, o município de Aracruz possui um plano de desenvolvimento com insuficiente valorização de seus potenciais patrimoniais, carecendo de apropriação da comunidade de seu patrimônio e seu valor. Por intermédio de uma análise territorial, obtida por um Atlas do patrimônio territorial, identificando os morfotipos territoriais e os potenciais patrimoniais territoriais locais, é possível desvelar os sedimentos cognitivos e materiais que devem ser integrados e incentivados para um planejamento territorial, a partir do reconhecimento e valorização da comunidade a eles.

O Mapa Síntese do patrimônio territorial, obtido a partir da sobreposição das camadas e informações dos morfotipos territoriais de maior relevância para o território – os

morfotipos rural e ambiental – é realizada uma leitura íntegra do município, de modo a obter uma compreensão integrada e complexa, multidimensional e multisetorial do território.

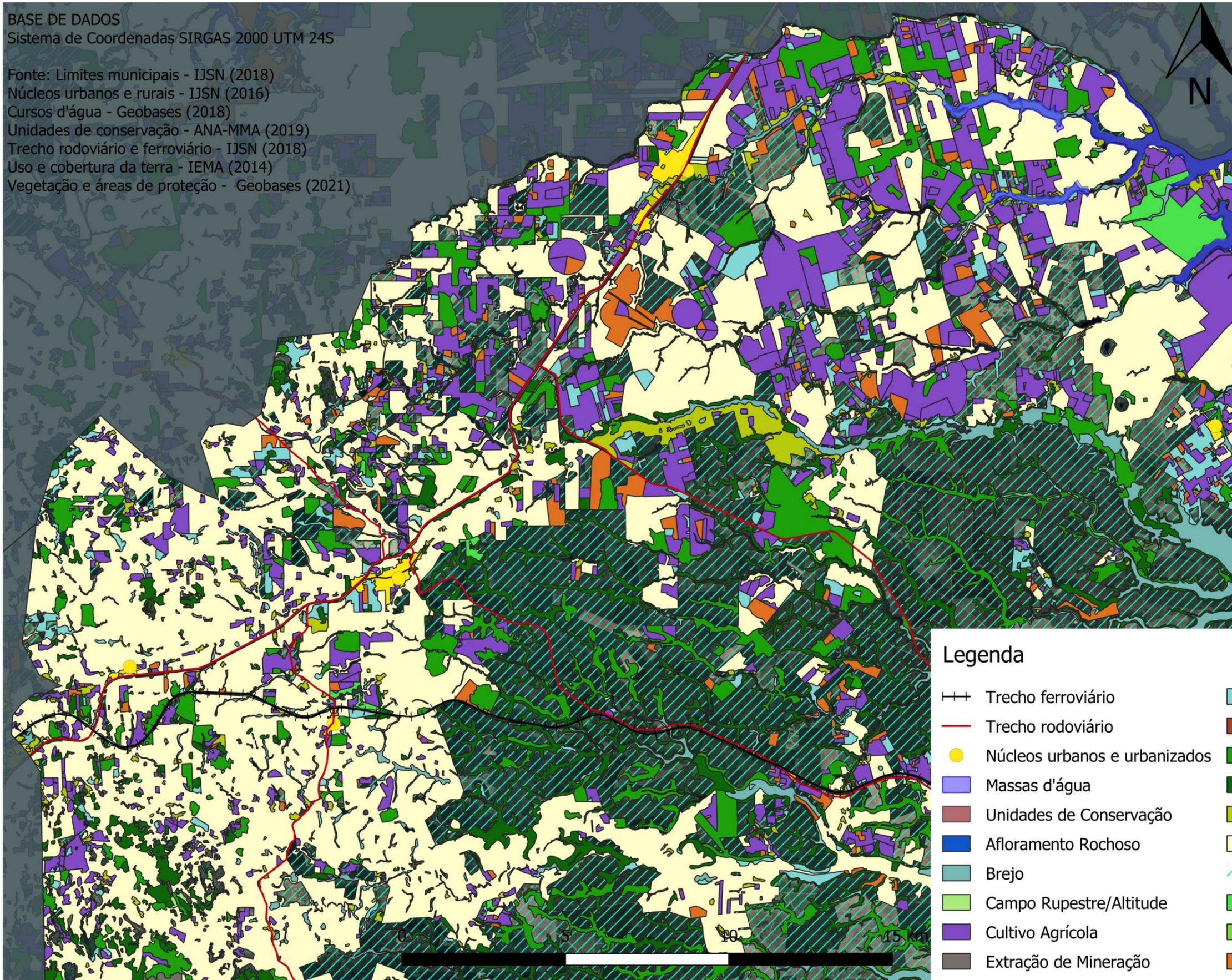


Mapa síntese das figuras territoriais patrimoniais

BASE DE DADOS
 Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
 Fonte: Limites municipais - IJSN (2018)
 Núcleos urbanos e rurais - IJSN (2016)
 Cursos d'água - Geobases (2018)
 Unidades de conservação - ANA-MMA (2019)
 Trecho rodoviário e ferroviário - IJSN (2018)
 Uso e cobertura da terra - IEMA (2014)
 Vegetação e áreas de proteção - Geobases (2021)

BASE DE DADOS
Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S

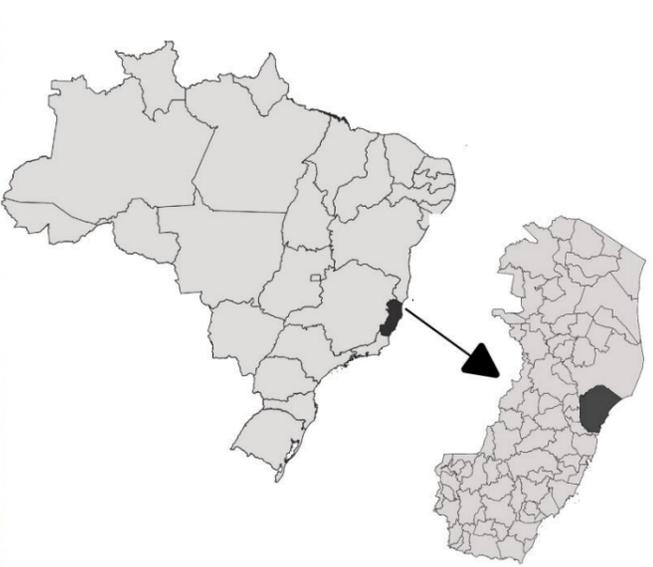
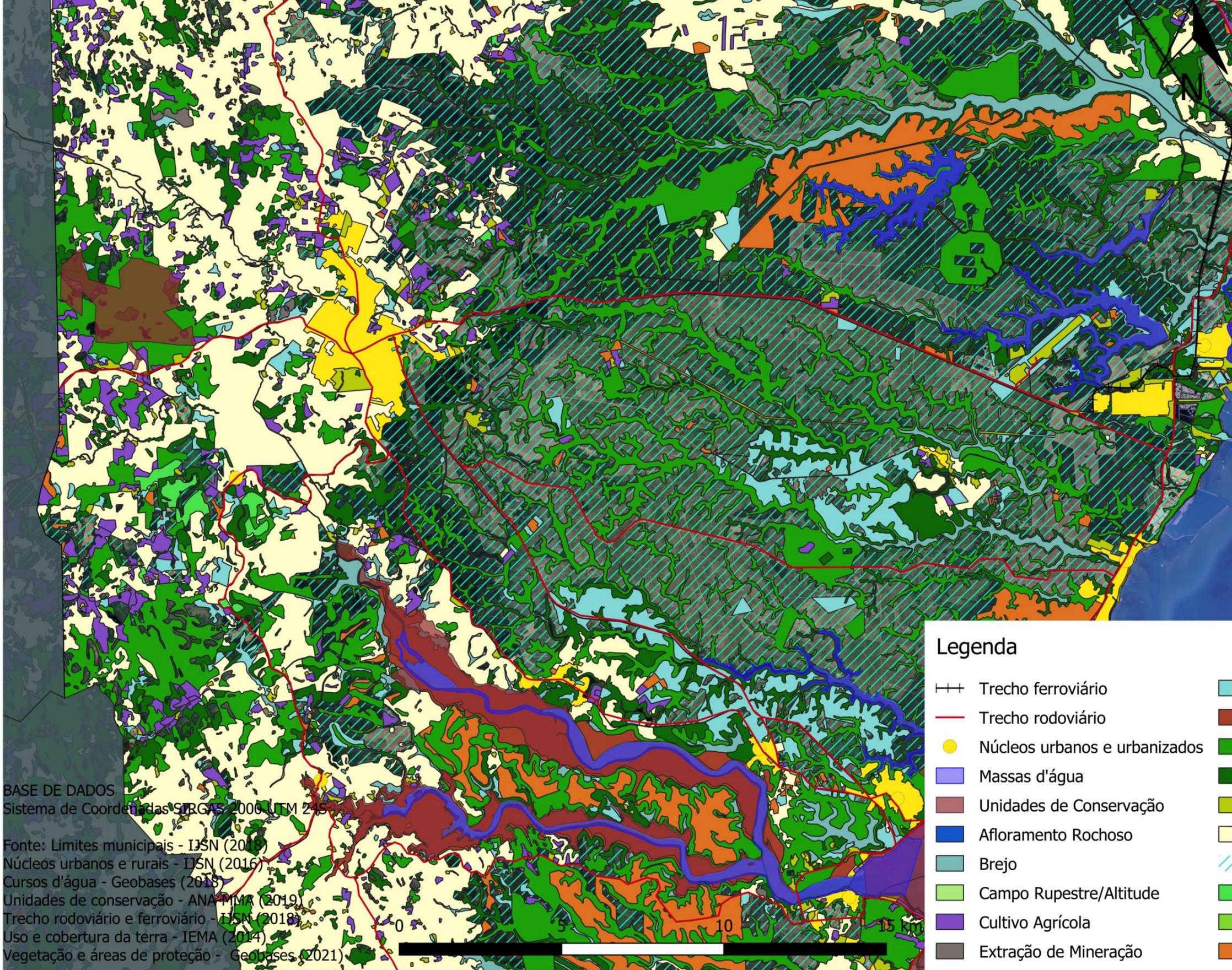
Fonte: Limites municipais - IJSN (2018)
Núcleos urbanos e rurais - IJSN (2016)
Cursos d'água - Geobases (2018)
Unidades de conservação - ANA-MMA (2019)
Trecho rodoviário e ferroviário - IJSN (2018)
Uso e cobertura da terra - IEMA (2014)
Vegetação e áreas de proteção - Geobases (2021)



Mapa síntese das figuras territoriais patrimoniais - Interior norte

Legenda

- | | | | |
|-----|-------------------------------|-----|---|
| —+— | Trecho ferroviário | ■ | Macega |
| — | Trecho rodoviário | ■ | Mangue |
| ● | Núcleos urbanos e urbanizados | ■ | Mata Nativa |
| ■ | Massas d'água | ■ | Mata Nativa em Estágio Inicial de Regeneração |
| ■ | Unidades de Conservação | ■ | Outros |
| ■ | Afloramento Rochoso | ■ | Pastagem |
| ■ | Brejo | /// | Reflorestamento - Eucalipto |
| ■ | Campo Rupestre/Altitude | ■ | Reflorestamento - Seringueira |
| ■ | Cultivo Agrícola | ■ | Restinga |
| ■ | Extração de Mineração | ■ | Solo Exposto |



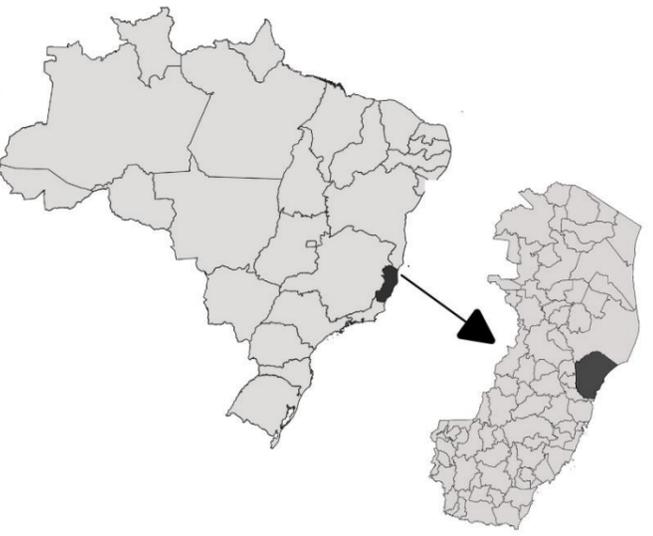
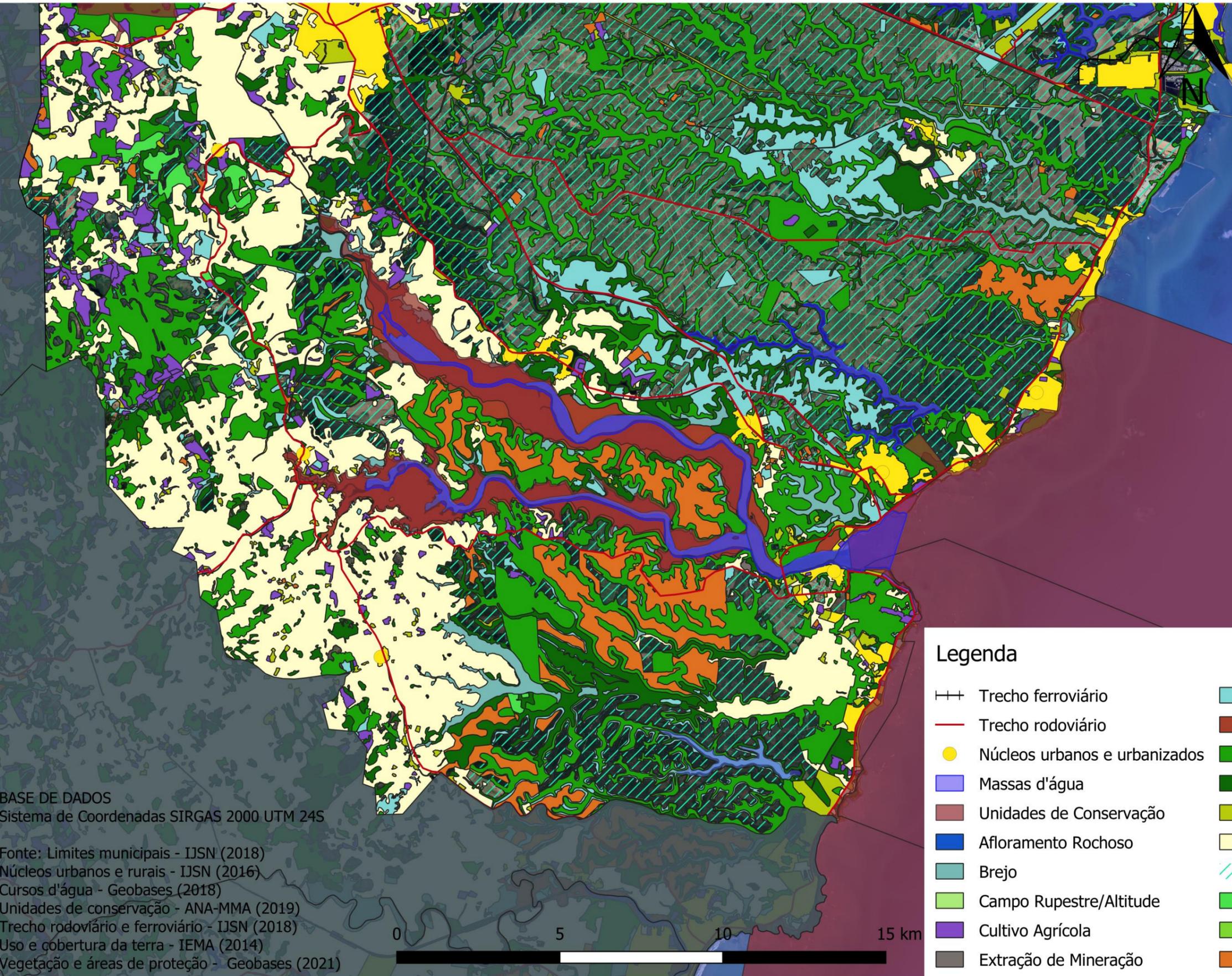
Mapa síntese das figuras territoriais patrimoniais - Centro

Legenda

- | | | | |
|---|-------------------------------|---|---|
| ⚡ | Trecho ferroviário | ■ | Macega |
| — | Trecho rodoviário | ■ | Mangue |
| ● | Núcleos urbanos e urbanizados | ■ | Mata Nativa |
| ■ | Massas d'água | ■ | Mata Nativa em Estágio Inicial de Regeneração |
| ■ | Unidades de Conservação | ■ | Outros |
| ■ | Afloramento Rochoso | ■ | Pastagem |
| ■ | Brejo | ▨ | Reflorestamento - Eucalipto |
| ■ | Campo Rupestre/Altitude | ■ | Reflorestamento - Seringueira |
| ■ | Cultivo Agrícola | ■ | Restinga |
| ■ | Extração de Mineração | ■ | Solo Exposto |

BASE DE DADOS
 Sistema de Coordenadas - SIRGAS 2000 UTM 24S
 Fonte: Limites municipais - IJSN (2018)
 Núcleos urbanos e rurais - IJSN (2016)
 Cursos d'água - Geobases (2018)
 Unidades de conservação - ANA/MMA (2019)
 Trecho rodoviário e ferroviário - IJSN (2018)
 Uso e cobertura da terra - IEMA (2014)
 Vegetação e áreas de proteção - Geobases (2021)



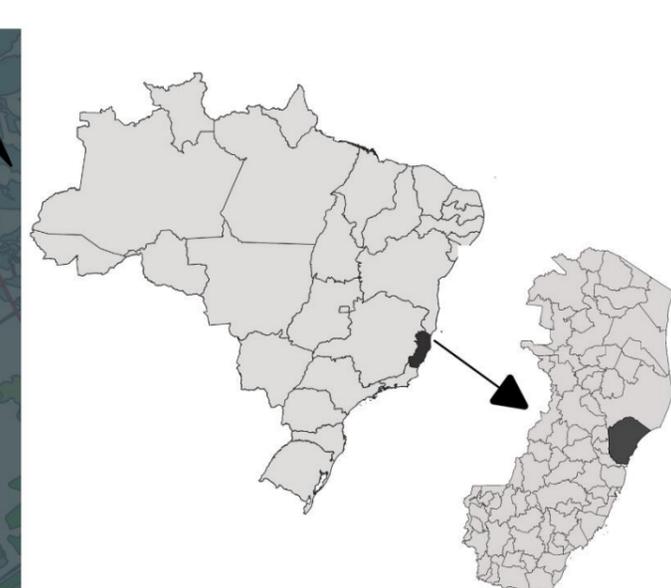
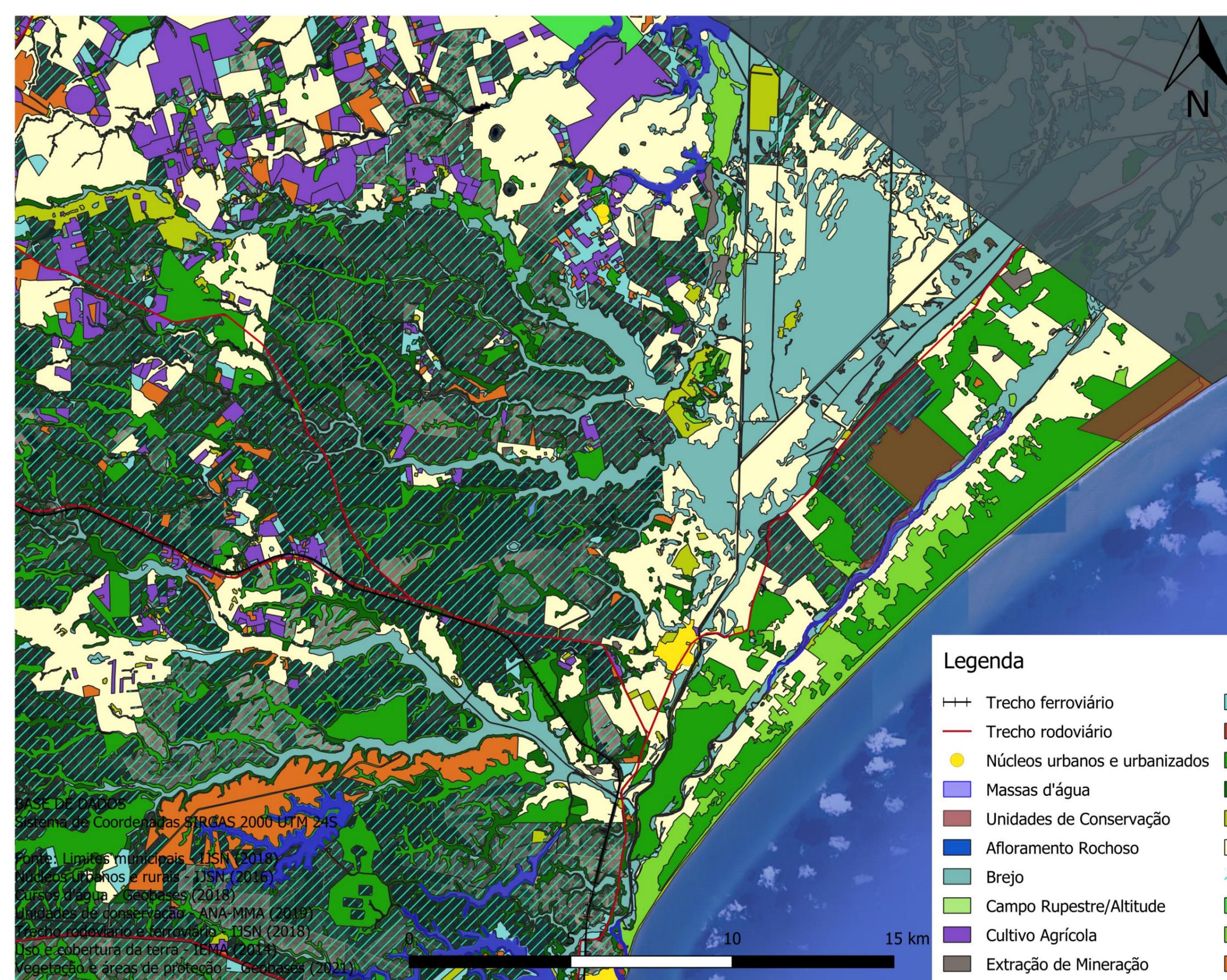


Mapa síntese das figuras territoriais patrimoniais - Sul

Legenda

- | | | | |
|---|-------------------------------|-----|---|
| ⚡ | Trecho ferroviário | ■ | Macega |
| — | Trecho rodoviário | ■ | Mangue |
| ● | Núcleos urbanos e urbanizados | ■ | Mata Nativa |
| ■ | Massas d'água | ■ | Mata Nativa em Estágio Inicial de Regeneração |
| ■ | Unidades de Conservação | ■ | Outros |
| ■ | Afloramento Rochoso | ■ | Pastagem |
| ■ | Brejo | /// | Reflorestamento - Eucalipto |
| ■ | Campo Rupestre/Altitude | ■ | Reflorestamento - Seringueira |
| ■ | Cultivo Agrícola | ■ | Restinga |
| ■ | Extração de Mineração | ■ | Solo Exposto |

BASE DE DADOS
 Sistema de Coordenadas SIRGAS 2000 UTM 24S
 Fonte: Limites municipais - IJSN (2018)
 Núcleos urbanos e rurais - IJSN (2016)
 Cursos d'água - Geobases (2018)
 Unidades de conservação - ANA-MMA (2019)
 Trecho rodoviário e ferroviário - IJSN (2018)
 Uso e cobertura da terra - IEMA (2014)
 Vegetação e áreas de proteção - Geobases (2021)



Mapa síntese das figuras territoriais patrimoniais - Litoral norte

Legenda

- | | |
|---------------------------------|---|
| ⚡ Trecho ferroviário | Macega |
| — Trecho rodoviário | Mangue |
| ● Núcleos urbanos e urbanizados | Mata Nativa |
| ■ Massas d'água | Mata Nativa em Estágio Inicial de Regeneração |
| ■ Unidades de Conservação | Outros |
| ■ Afloramento Rochoso | Pastagem |
| ■ Brejo | Reflorestamento - Eucalipto |
| ■ Campo Rupestre/Altitude | Reflorestamento - Seringueira |
| ■ Cultivo Agrícola | Restinga |
| ■ Extração de Mineração | Solo Exposto |

Quando analisados os mapeamentos como um todo, percebe-se que as áreas de vegetação local, áreas de proteção prioritária, estão inseridas em territórios ocupados com a produção de agricultura, às margens dos rios e ao redor das áreas das unidades de conservação, evidenciando o respeito e a implementação das leis no município.

Ao justapor os resultados obtidos pelos mapeamentos, como: a abundância da água no território e a altimetria planificada em maior parte do território, as informações acerca de seu terreno favorável ao plantio, que possibilita sua exploração em diversos aspectos, os resultados dos mapeamentos de uso e cobertura da terra bem como da vegetação nativa, são indubitáveis e demonstram o uso correto da terra, para a agricultura, porém, equivocado quanto à monocultura de uma espécie de retorno financeiro e industrial, sem a valorização dos reais potenciais agrícolas locais e apreendendo sua área, bem como das pequenas e médias propriedades produtoras.

Uma característica territorial que compõe o patrimônio local são as pequenas vilas e núcleos urbanos dispostos afastados pelo território, localizados principalmente no litoral, no interior sul e oeste do município. A sede municipal quase centralizada, para facilidade de acesso, comunicação e conexão com todos os distritos municipais, é uma estratégia governamental para maior acompanhamento da prefeitura com as comunidades.

Em relação às informações levantadas pelas cartografias e pela revisão bibliográfica, as características morfológicas territoriais, como o terreno de planície e a abundância da rede hidrográfica disponível no município são propícias para a fertilidade da terra, fazendo com que a produção seja bem sucedida. Há três destaques para o uso e cobertura da terra de Aracruz: (i) o eucalipto; (ii) a fruticultura, com dominância da cafeicultura, plantio identificado em todos os quadrantes territoriais analisados; e (iii) as áreas de pastagem, que também ocupam uma porcentagem significativa do território. As áreas indígenas, como indicam os mapeamentos, são ocupadas pelo plantio do eucalipto, descaracterizando o território indígena como área de administração e fazeres próprios.

Mesmo entremeada ao eucalipto, a mata nativa é persistente. Além disso, destacam-se as duas áreas protegidas no território: a Reserva dos Comboios, ao litoral norte, abrangendo área marítima e terrestre, para a preservação do ecossistema existente naquele lugar e o Parque Natural Municipal do Aricanga, preservando parte da diversidade territorial, a fauna e a flora locais, além dos projetos de fomento à pesquisa e preservação em seu entorno.

A Fibria (antiga Aracruz Celulose) é, de acordo com Florêncio (2010, p. 66), o sustentáculo da economia local, se considerada a geração de empregos diretos e

indiretos. Vale ressaltar, a instalação da fábrica, do porto e das plantações de eucalipto impactaram negativamente o desenvolvimento da agricultura familiar e dos costumes locais, como a caça e a pesca, pois as atividades extrativas da mata, a poluição gerada pela indústria e pelo porto provocam um modelo de desenvolvimento padrão, globalizado, indo em contramão às diretrizes da ETI e ao fomento do desenvolvimento local, da cultura e do patrimônio territorial particular e singular a cada região. Todo o complexo industrial impacta por si só, porém, também são modificados os tecidos urbanos próximos a elas.

Em vista das análises elaboradas neste trabalho, presentes nos capítulos anteriores, com o conhecimento histórico municipal e identificação das produções e características locais, até meados do século XX, considerava-se Aracruz um município rural. Com a chegada de empresas multinacionais, na década de 1960, houve uma modificação dos padrões sociais, econômicos e territoriais do município, alterando a paisagem física, ecológica e humana. A expressiva velocidade do processo de modernização e reestruturação física-econômica-social local ocorreu principalmente com reflorestamento homogêneo do eucalipto, que atualmente permeia pelas pequenas propriedades agricultoras e aparenta não respeitar os limites dos núcleos urbanos estabelecidos. Ou seja, o município está passando por um processo de desterritorialização alargada.

4. ESTATUTO DOS TERRITORIOS E AUTOGOVERNO DAS COMUNIDADES

Mediante o estudo realizado, apropriando-se da abordagem conceitual inserida no capítulo 2, aplicada a metodologia proposta no capítulo 3, bem como os dados levantados e representados no capítulo anterior, considerando que Aracruz possui seu patrimônio fundamentado em seu território físico-hídrico-geomorfológico, integrado por invariâncias, persistências e perdas, neste capítulo serão desenvolvidas as indicações para o Estatuto dos lugares, com vistas ao desenvolvimento local autossustentável, estabelecendo os objetivos da pesquisa. As indicações serão organizadas em um quadro, contendo o patrimônio, seu domínio, criticidade, valor e a indicação estrutural-estratégica necessária para sua composição em um Estatuto dos Lugares.

No Capítulo 2 ficam compreendidos os pressupostos para a elaboração de um Estatuto dos Lugares, a partir do conhecimento cognitivo – identificando o patrimônio territorial e suas relações - e do quadro normativo – onde são definidas as regras de transformação a serem implementadas nos cenários estratégicos. No Capítulo 3 são apreendidos os ciclos de territorialização do município de Aracruz - seu contexto histórico e de desenvolvimento, os atores territorializantes presentes em cada ciclo e as características morfológicas -, e como são desenvolvidas as representações cartográficas, por meio de mapeamento dos morfotipo territoriais, a fim de exprimir o patrimônio territorial local.

As cartografias realizadas no campo da Arquitetura e Urbanismo representam e descrevem a realidade territorial por meio de mapeamentos, criando um banco de dados e um Atlas territorial. Dessa forma, é possível analisar e realizar previsões e prospecções futuras para cenários de mudança, como sugerido pela ETI, na elaboração de um cenário estratégico a partir de um conhecimento técnico e preciso adquirido pelas representações e os mapeamentos. A elaboração de cartografias, uma representação verbo-visual-gráfica, facilita a leitura territorial, comparando-se com um texto técnico, abrangendo o alcance e o entendimento dos dados apresentados para diferentes públicos, disciplinas e idades.

Com o conhecimento territorial obtido durante toda a pesquisa, após o entendimento dos morfotipos, entende-se serem o morfotipo rural e o morfotipo ambiental os de maior relevância e dotados de maior expressividade em Aracruz, pois as principais características territoriais a serem destacadas são: (1) o território em análise possui núcleos urbanos de pequeno e médio porte, uma característica significativa para o território, porém não predominante, por isso o esquema do morfotipo urbano não é o principal caracterizante ao município; as (2) características morfológicas regionais,

como as planícies e os morros, bem como os atores territorializantes e o uso do solo, muito utilizado para monocultura; (3) a rede hídrica - a forte presença dos rios e seus afluentes, bem como massas de água e o litoral, é uma característica regional de utilização e beneficiamento da população historicamente, até os dias atuais.

O município de Aracruz possui uma extensão territorial ocupada principalmente em três categorias: (i) monocultura do eucalipto; (ii) uso da terra para a fruticultura e (iii) área de pastagem. A rápida expansão do plantio de eucalipto tomou parte do território municipal e do território indígena. Por meio da identificação das particularidades municipais, nas cartografias elaboradas, o morfotipo rural e o ambiental são os que melhor representam o território, pois suas características físico-hídrico-geomorfológicas, as tramas agroflorestais e as características de infraestrutura rural como um todo, são os aspectos de maior predominância territorial.

Ao analisar os mapeamentos do morfotipo rural e os articular com o desenvolvimento autossustentável, proposto pela ETI, devem ser estabelecidas diretrizes para o reconhecimento do patrimônio, dos valores, dos fazeres e da produção local, para o município não ser homogeneizado com o cultivo de eucalipto, a utilização de suas terras não ser destinada à pastagem, e seu capital não ser dependente das indústrias instaladas em seu território. Os atores persistentes na longa duração territorial deveriam se constituir de apropriação, fortalecimento da autonomia e empoderamento social e cultural, a fim de apresentarem uma ação mais contundente de reconhecimento no processo de redefinição das diretrizes para a transformação do território.

Com a construção da fábrica da Aracruz Celulose, nos anos de 1976 a 1978, a cidade de Aracruz sofreu um impacto populacional acima do esperado, quando a população cresceu exponencialmente e, para comportar esse número de pessoas, a construção civil para casas unifamiliares acompanhou este crescimento.

A população de Aracruz concentra-se próxima ao litoral, devido às influências marítimas – indústrias e atividades portuárias, a pesca, o lazer e o atrativo turístico – constituindo um território com pequenos núcleos urbanos e uma concentração populacional na sede do município. Ao centralizar a Sede, na metade do século XX, Aracruz atingiu um equilíbrio populacional (em termos numéricos) entre o litoral e o interior (FLORÊNCIO, 2010, p. 60).

Na década de 1990, Cruz (1997, p. 30-31) disserta acerca da economia de Aracruz, identificando serem as empresas do grupo Aracruz as maiores fomentadoras da economia local, pois influenciavam diretamente (por meio da criação de empregos e de profissionais liberais, quanto por arrecadação para a prefeitura) e indiretamente (criando

outras empresas para exercer as atividades de apoio para as maiores). Assim sendo, as atividades econômicas antigas (agropecuária, indústria de transformação e pesca) não possuíam a mesma quantidade de oportunidades para se desenvolverem e serem praticadas na maior parte do território.

O Caderno Especial do Jornal A Gazeta (2003, p. 8), ao escrever sobre as potencialidades do Espírito Santo, na microrregião do Polo Linhares, aponta como principal setor da economia de Aracruz a indústria, devido às instalações da empresa Aracruz Celulose (atual Fibria), criando dois polos industriais, um na Sede e outro em Barra do Riacho. Entretanto, também é citada a produção agrícola e pecuária, na época, diversificada, sendo composta por três principais atividades: cafeicultura de alta tecnologia (representando 80% do índice produtivo); fruticultura (identificado na época como potencial para o município) – com a produção de banana, coco e mamão em lavouras de subsistência; e a pesca, principalmente no povoado de Barra do Riacho, identificada como uma bacia pesqueira de grande relevância para o município.

A pesca ainda é uma atividade realizada em Santa Cruz, porém, muitos dos pescadores não são locais, são residentes do norte do estado do Rio de Janeiro instalados nas proximidades do rio para a realização da pesca, sobrecarregando o distrito Santa Cruz devido ao número de pescadores naquele local. Somando-se à falta de infraestrutura de apoio, manutenção e fiscalização dos barcos de pesca, a balneabilidade local é comprometida. O impacto dessa pesca não controlada provoca conflito com o turismo local, pois polui o ambiente, gerando odor desagradável e perturbação visual com os resíduos da atividade pesqueira (FLORÊNCIO, 2010, p. 82-84).

Há um consórcio intermunicipal para recuperação e conservação ambiental da bacia hidrográfica do rio Piraquê-acu registrado em ata a 18 de Abril de 1997 que referente a Aracruz foi sancionado como lei municipal em 12 de maio de 1997 que integra o município de Aracruz, Ibraçu, João Neiva e Santa Teresa que conforme documentação da época *nasceu, então, da necessidade de reverter o processo da degradação ambiental a que o Rio Piraquê-açu estava submetido.* (FLORÊNCIO, 2010, p. 84).

O turismo em Aracruz possui maior evidência em quatro aspectos: elementos paisagísticos, a hidrografia local - como cachoeiras, praias, a reserva biológica, fontes, rios e lagoas –, algumas arquiteturas – edificações antigas patrimoniais e o complexo industrial de celulose -, além da culinária local. Florêncio (2010, p. 86) salienta que o futuro do Rio Piraquê-Açu está relacionado à Santa Cruz e às populações dos bairros periféricos, pois estes devem ser inseridos em um contexto de inclusão econômica e social. O autor também afirma as populações indígenas estarem “melhor preparadas e

defendidas contra as mazelas da sobre-exploração humana” (FLORÊNCIO, 2010, p. 87).

Cruz (1997, p. 156-159) identifica quatro manifestações folclóricas no município, todas com características de adaptações de manifestações registradas em outras partes do Brasil:

1 - Congado:

Tradição trazida pelos negros africanos, que gira em torno do mastro que deve ser fincado e, a seu tempo, arrancado. Seu objetivo é encontrar o mastro no decorrer da festa, portanto, a festa somente se encerra quando o mastro for encontrado, podendo ser estendida por diversos dias. Quando encontrado o mastro é fincado, geralmente, próximo à capela local, que deve conter uma bandeira de São Benedito ou São Sebastião, conforme o dia da em que é realizada a comemoração, ou seja, é uma festa com perfil religioso. (CRUZ, 1997, p. 157).

2 - Festividade de Reis Magos: acontece no dia dos Reis Magos (06 de janeiro). Nessa, “os participantes do Congado facilmente podiam se adaptar ao Reisado e vice-versa. É provável que as duas manifestações tenham acabado por se misturar por isto mesmo ou na tentativa de dar mais brilho a algum movimento” (CRUZ, 1997, p. 158).

3 - Mais uma manifestação de grande participação da população, é a dança da Quadrilha, que se tornou uma tradição porque a festa ocorre no dia de São João Batista, o padroeiro do município.

4 - Tocadores de sanfona: tradição municipal, “arrastar” a sanfona de oito baixos para tocar melodias ou improvisos que contam histórias locais.

O Quadro do Patrimônio Territorial – Estatuto dos Lugares é uma síntese dos elementos patrimoniais reconhecidos pela pesquisadora, identificando o seu domínio, a criticidade desse elemento nos tempos atuais e o seu valor envolvido. Levantados todos esses dados, são elaboradas propostas de ações e indicações projetuais com vistas à composição de um Estatuto dos Lugares. As diretrizes elaboradas são pautadas nos conhecimentos adquiridos ao longo da pesquisa e dos fundamentos e resultados presentes nos capítulos 2 e 3 desse documento. Devido ao caráter representacional visual-gráfico do trabalho e para a melhor compreensão das indicações projetuais estatutárias, as Figuras 63 a 74 são mapeamentos localizando os patrimônios e correspondentes indicações para o Estatuto dos Lugares.

Tabela 9: Quadro do Patrimônio Territorial – Estatuto dos Lugares

ELEMENTO PATRIMONIAL	DOMÍNIO	CRITICIDADE	VALOR	INDICAÇÃO PARA O ESTATUTO
1 - Rio Piraquê-Açu	PA	<ul style="list-style-type: none"> - Desvalorização do entorno imediato com o uso do solo inadequado (solo exposto e pastagem, principalmente); - Qualidade de água proveniente do mau uso para atividades pesqueiras e núcleos urbanos em seu entorno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Histórico; - Relativo à pesca; - Manguezal em seu entorno, uma APP; - Proximidade com as terras indígenas; - Unidade de conservação; - Valor de diversidade aquática e das espécies de peixes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Regeneração do solo; - Elemento de estruturação para a elaboração de um parque fluvial contemplando seu entorno; - Adoção do Enquadramento do curso d'água como instrumento de planejamento associado ao comitê de gestão de sua bacia hidrográfica; - Planejamento urbano e ambiental integrados.
2 - Mangue	PA	<ul style="list-style-type: none"> - Um ecossistema frágil a ações externas; - Desvalorização do entorno imediato com o uso do solo inadequado (solo exposto e pastagem, principalmente); 	<ul style="list-style-type: none"> - Ecossistema costeiro característico do local, na transição entre o mar e a terra; - Atividades como a pesca de caranguejo está vinculada a esse ecossistema. 	<ul style="list-style-type: none"> - Recuperação e ampliação da área de manguezais; - Manejo do uso voltado para a geração de renda com base nas atividades exercidas no local, estabelecendo uma área de reserva com uso pré-determinado e restrito; - Inserção no Parque Fluvial junto ao Rio Piraquê-Açu; - Identificação e proteção das nascentes.

ELEMENTO PATRIMONIAL	DOMÍNIO	CRITICIDADE	VALOR	INDICAÇÃO PARA O ESTATUTO
3 - Rede hidrográfica Massas d'água	PA	<ul style="list-style-type: none"> - Contaminação da água por produtos químicos residuais e despejo de materiais inadequados; - Uso inapropriado para alimentação bovina e abastecimento das indústrias; - Diminuição do volume disponível devido ao uso indiscriminado; 	<ul style="list-style-type: none"> - Biodisponibilidade de água; - Município com maior quantidade de lagoas do estado, entre elas uma das de maior volume (próxima a Linhares); - Meio de entrada dos imigrantes no estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Regeneração das margens; - Recomendação de uso para a prática de esportes; - Atração ao turismo; - Pesquisa histórico-documental acerca do processo imigratório no Espírito Santo e seus sedimentos.
4 - Mata nativa	PA	<ul style="list-style-type: none"> - Inserida entremeada ao plantio de eucalipto, correndo o risco de serem invadidas; - Ocorreu um processo de desmatamento intensificado em ciclos de territorialização anteriores; - Fragmentada e área de concentração pequena. 	<ul style="list-style-type: none"> - Natureza originária local; - Restinga como elemento de proteção ao território; 	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de recuperação da fauna e da flora, das matas para a continuidade da biologia local; - Criação de infraestrutura visando o menor impacto no ambiente para os animais pertencentes ao local, como a instalação de corredores de passagem de animais; - Delimitação de cinturões verdes para conter a plantação de eucalipto e avanço das áreas de pastagem.
5 - Agricultura	PA	<ul style="list-style-type: none"> - Uso do solo evocado para a monocultura do eucalipto movido pela agroindústria da celulose; 	<ul style="list-style-type: none"> - Diversidade de plantio; - (Re)Conhecimento da terra e de seu território; 	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão de normativas para o apoio técnico e econômico da agricultura diversificada;

		- A homogeneização do uso do solo altera saberes e modifica o território nos âmbitos social, paisagístico e ambiental, ocupando grande parte do território e apropriando-se do espaço a ser utilizado para a plantação de diferentes culturas.	- Repasse de conhecimento acerca das plantações e os ciclos que devem ser respeitados em cada cultura;	- Plano em perspectiva econômica-agrícola, voltado para a implementação de políticas públicas de favorecimento às pequenas propriedades agrícolas.
ELEMENTO PATRIMONIAL	DOMÍNIO	CRITICIDADE	VALOR	INDICAÇÃO PARA O ESTATUTO
6 - Reserva de Comboios	PSA	- Proximidade com a área de plantio de eucalipto; - Proximidade ou pressão com a área industrial;	- Área protegida a nível federal, abrangendo área territorial e marítima para a proteção da área de desova das tartarugas; - Restinga inserida na área contemplada; - Proximidade com território indígena.	- Divulgação de conhecimento sobre os aspectos ambientais da área; - Recuperação da área de restinga; - Parque socioambiental – Busca pela articulação entre os patrimônios, pois é um local de sobreposição de patrimônios social e ambiental; espaço de fomento à pesquisa e à ciência.
7 - Reserva do Aricanga	PA e PP	- Ocupação de seu entorno por pastagem não deve ser avançado;	- Parque municipal natural; - Fauna e flora nativas; - Unidade de conservação municipal; - Área protegida a nível municipal;	- Plano de conexão com o morro da Pedra do Céu – elaboração de um corredor verde; - Estabelecer regimento e fiscalização para a contenção do avanço da área de pastagem; - Criação de cinturões verdes.

8 - Santa Cruz	PS	- Expansão da habitação além do núcleo central histórico – prever estratégias para a continuidade das edificações históricas e da morfologia local.	- Primeiro núcleo habitacional estabelecido além da população indígena, onde os jesuítas permaneceram por diversas décadas.	- Interação entre sujeitos, para a continuidade dos saberes, da história, das perspectivas; - Reconhecimento de seus aspectos ambientais, territoriais-paisagísticos - Valor de patrimônio territorial paisagístico abrangendo o núcleo habitacional, o rio e as duas margens.
ELEMENTO PATRIMONIAL	DOMÍNIO	CRITICIDADE	VALOR	INDICAÇÃO PARA O ESTATUTO
Ocupação jesuítica			- Estabelecimento de um povo não original ao território por longa duração, utilizando recursos locais e constituindo uma ocupação do local, modificando a morfologia e o desenvolvendo.	- Investigação do papel dos jesuítas na constituição da atual Santa Cruz e por todo o município.
9 - Núcleos urbanos litorâneos - Balneários	PS	- Proximidade com as áreas de plantio de eucalipto, quase que entremeadas aos núcleos.	- Fomento do turismo local; - Região litorânea – perspectiva de preservação das praias e seu ambiente.	- Revisão dos instrumentos urbanísticos existentes no PDM, com vistas a regulamentação das áreas urbanizadas em concordância com o patrimônio ambiental.
10 - Território indígena	PS	- Uso da terra para finalidades industriais e comerciais, não é utilizada para o plantio próprio e continuidade de seus costumes;	- População nativa; - Primeiros habitantes do território;	- Plano de permanência sem a dependência do capital e das atividades externas;

			- Área de proteção.	<ul style="list-style-type: none"> - Interação entre sujeitos, para a continuidade dos saberes e fazeres, da história e do uso do solo; - Parque agroflorestal de recuperação da vegetação nativa e desenvolvimento ambiental - atividade de apoio à inovação/produção agrícola com o escopo de auxílio no âmbito econômico; - Reterritorialização sociocultural.
ELEMENTO PATRIMONIAL	DOMÍNIO	CRITICIDADE	VALOR	INDICAÇÃO PARA O ESTATUTO
11 - Pesca artesanal	PS e PA	<ul style="list-style-type: none"> - Sobrecarga externa de pescadores; - Impacto ambiental nas condições do rio – poluição visual, na margem e na água, impactando também a diversidade e a biodisponibilidade dos peixes naquele local; - Limitada devido à presença das grandes empresas inseridas no território; - Uso de navios de pesca industriais prejudicam a pesca artesanal. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividade de longa duração histórica; - Parte da identidade local – modo de vida; - Gera conhecimento da natureza e do território. 	<ul style="list-style-type: none"> - Educação ambiental para reconhecimento e valorização dos saberes e fazeres; - Retorno da pesca como uma prática cotidiana; - Regulamentação da atividade pesqueira, buscando assegurar os valores do patrimônio territorial (identitário) e do território como recurso, com ênfase às comunidades locais.

Núcleos urbanos	NP	- Ausência de conectores entre os núcleos;	- Benefícios: maior proximidade e auxílio administrativo-social-econômico entre os núcleos.	- Planejamento municipal de indicação de área de articulação entre os núcleos urbanos.
ELEMENTO PATRIMONIAL	DOMÍNIO	CRITICIDADE	VALOR	INDICAÇÃO PARA O ESTATUTO
Pecuária	NP	- Ocupação de grande extensão do solo; - Perda da biodiversidade local; - Degradação dos solos.	- Impacto: econômico e de produção.	- Plano municipal de incentivo à produção intensiva: Viabilizar soluções que aumentem a produtividade e rentabilidade, reduzindo o desmatamento e as queimadas; - Manejo adequado dos animais; - Delimitação de áreas de reabilitação ambiental.

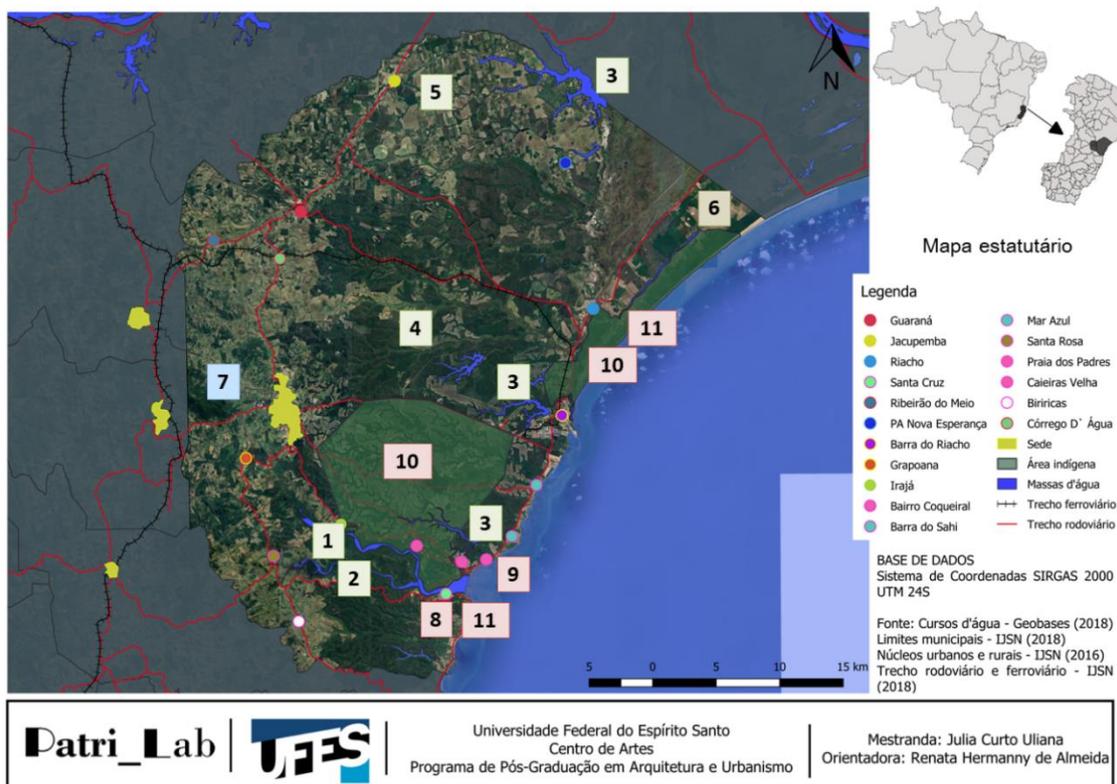
Legenda:

Domínio: PA = Patrimônio Ambiental; PS = Patrimônio Socioeconômico; PSA = Patrimônio Socioambiental; PP = Patrimônio Territorial Paisagístico; NP = Não Patrimônio (elementos influentes na elaboração das diretrizes para um Estatuto dos Lugares, porém, não são elementos patrimoniais propriamente).

Fonte: Produzido pela autora, 2022

Na Figura 63 são localizadas numericamente as propostas estabelecidas no Quadro do Patrimônio – Estatuto dos Lugares.

Figura 63: Mapa Estatutário

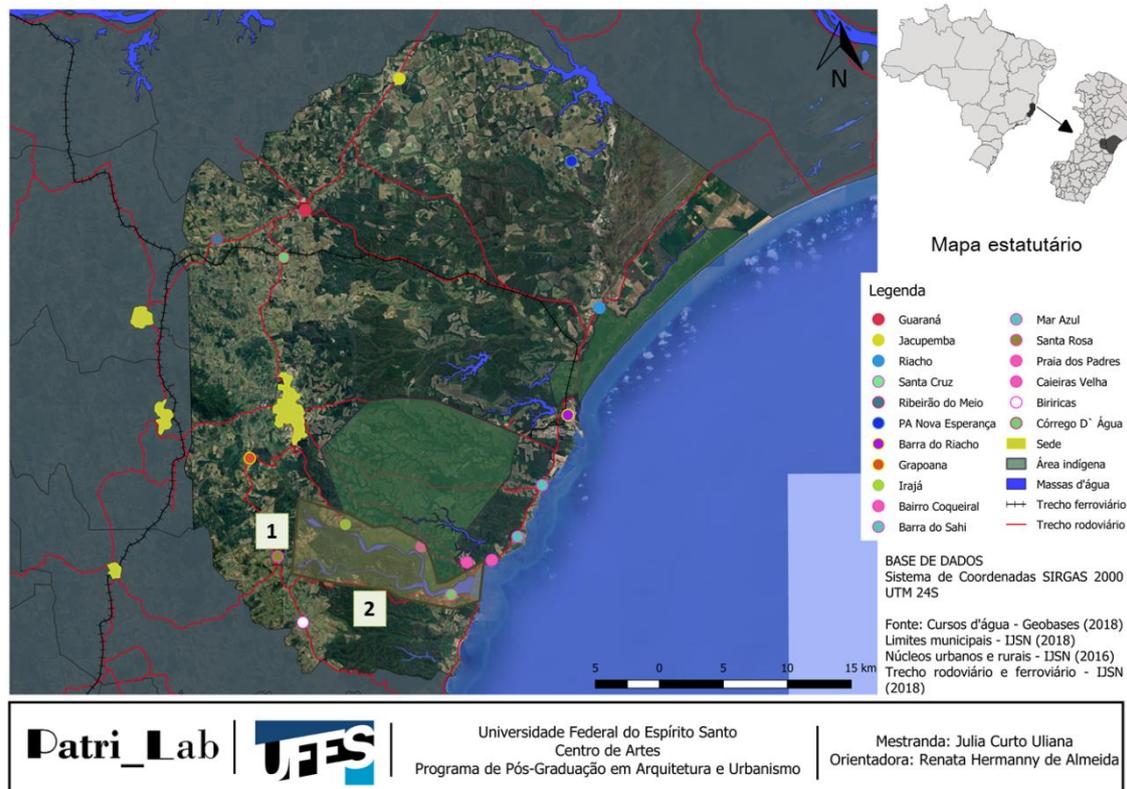


Legenda:
Elemento Patrimonial:
 1 – Rio Piraquê-Açu; 2 – Mangue; 3 – Rede Hidrográfica, Massas d'água; 4 – Mata Nativa;
 5 – Agricultura; 6 – Reserva de Comboios; 7 – Reserva do Aricanga; 8 – Santa Cruz –
 Ocupação jesuítica; 9 – Núcleos urbanos litorâneos – Balneários; 10 – Território indígena;
 11 – Pesca Artesanal

Fonte: Produzido pela autora, 2022

Na Figura 64 está representada a área de implantação do Parque Fluvial, contemplando o patrimônio 1 (Rio Piraquê-Açu) e 2 (Mangue) do Quadro.

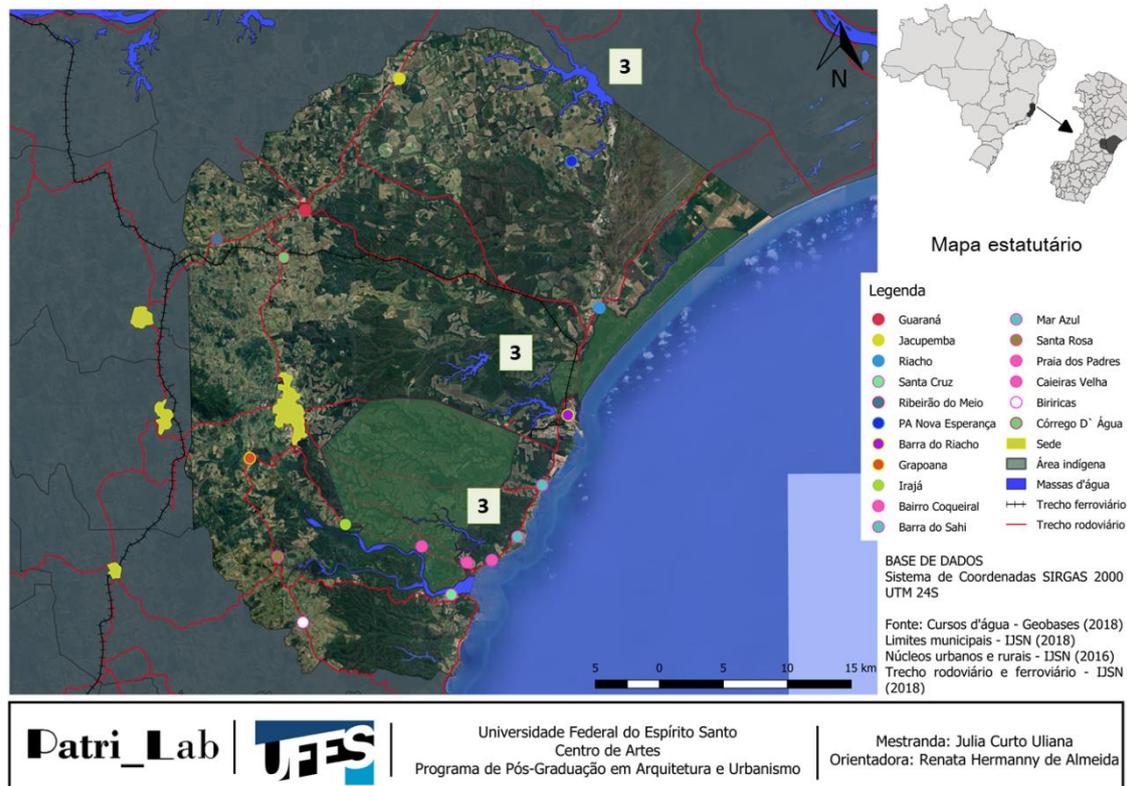
Figura 64: Mapa Estatutário: Área proposta para o Parque Fluvial - Patrimônio 1 (Rio Piraquê-Açu) e 2 (Mangue)



Fonte: Produzido pela autora, 2022

Como citado anteriormente, Aracruz possui em seu território três lagoas, ambas localizadas numericamente na Figura 65, representando as áreas contempladas no Patrimônio 3 do Quadro.

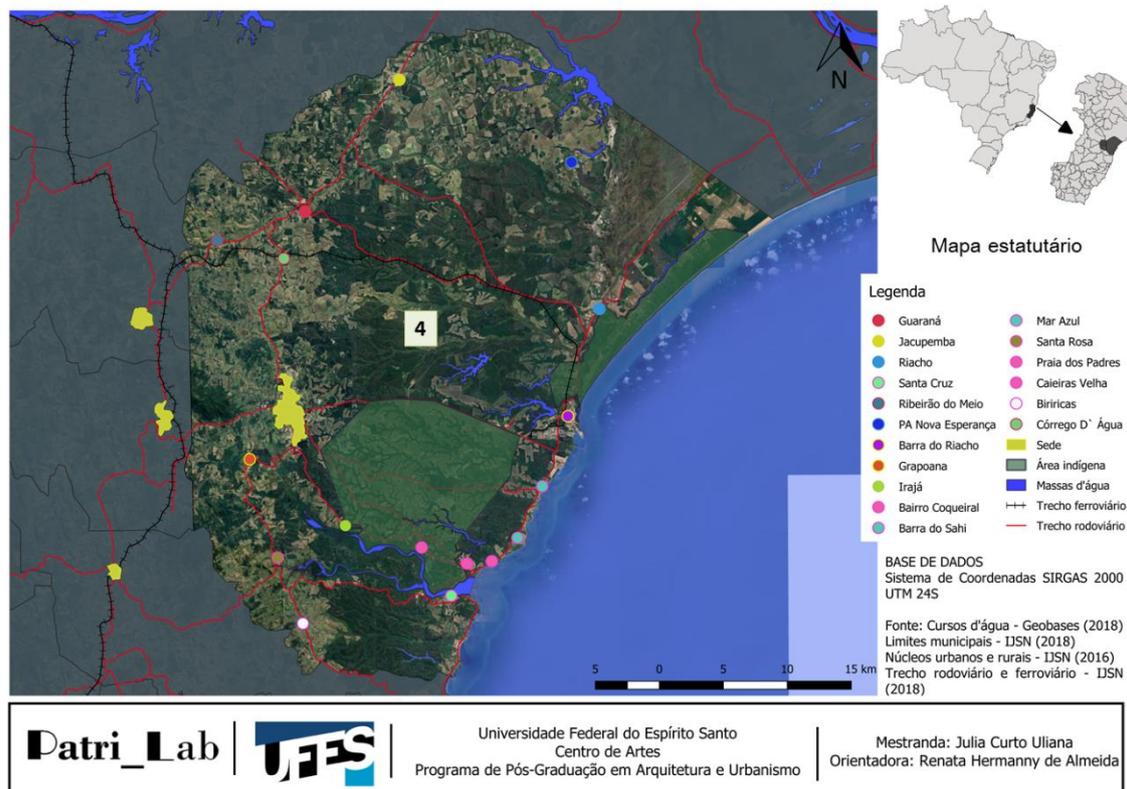
Figura 65: Mapa Estatutário: Localização lagoas - Patrimônio 3 (Rede Hidrográfica, massas d'água)



Fonte: Produzido pela autora, 2022

Como visto no Mapa de Vegetação, a mata nativa está presente por toda a extensão territorial, porém com pouca densidade, principalmente devido à plantação de eucalipto no centro do território. Em razão desse aspecto, a indicação de localização da mata nativa está centralizada na Figura 66, pois é a área em que há maior criticidade para este patrimônio.

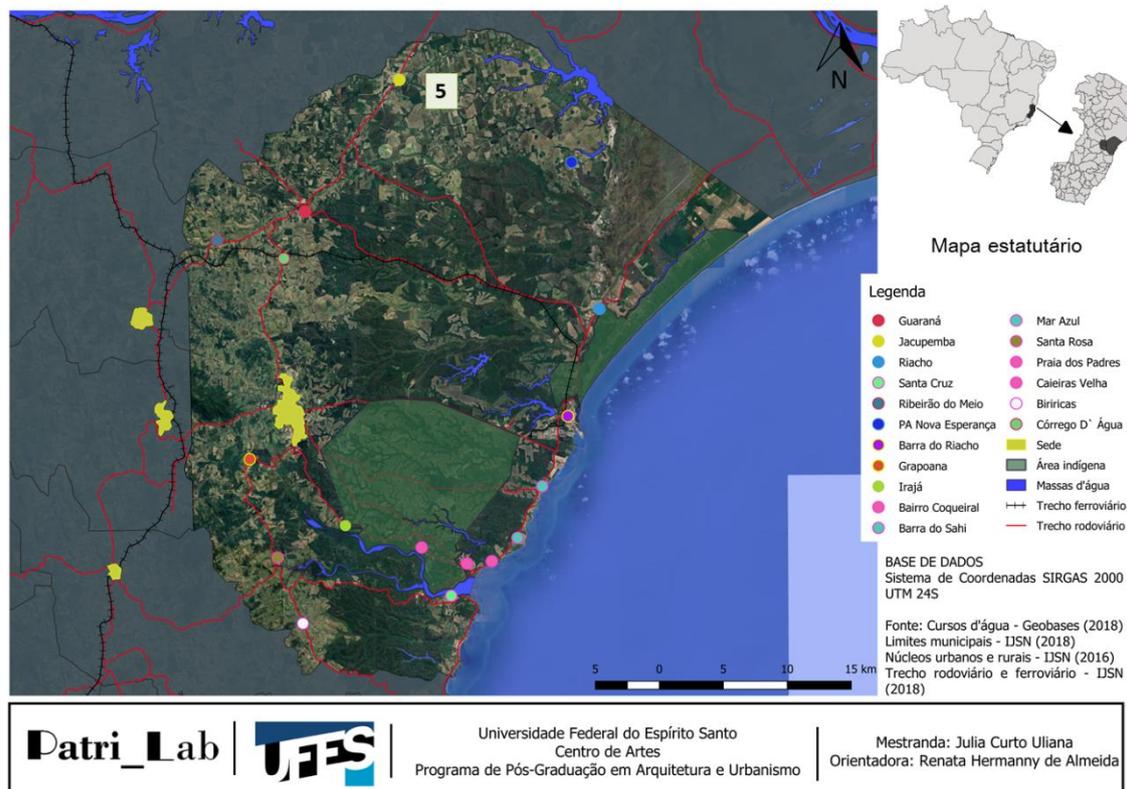
Figura 66: Mapa Estatutário: Patrimônio 4 (Mata Nativa)



Fonte: Produzido pela autora, 2022

O Patrimônio 5 contempla a agricultura produzida no município. Como exposto no Quadro e no Mapa de Uso e Cobertura da Terra, a maior criticidade acerca da agricultura é a monocultura do eucalipto, conduzindo a diversidade de plantios a ser instalada na porção interior norte municipal (Figura 67).

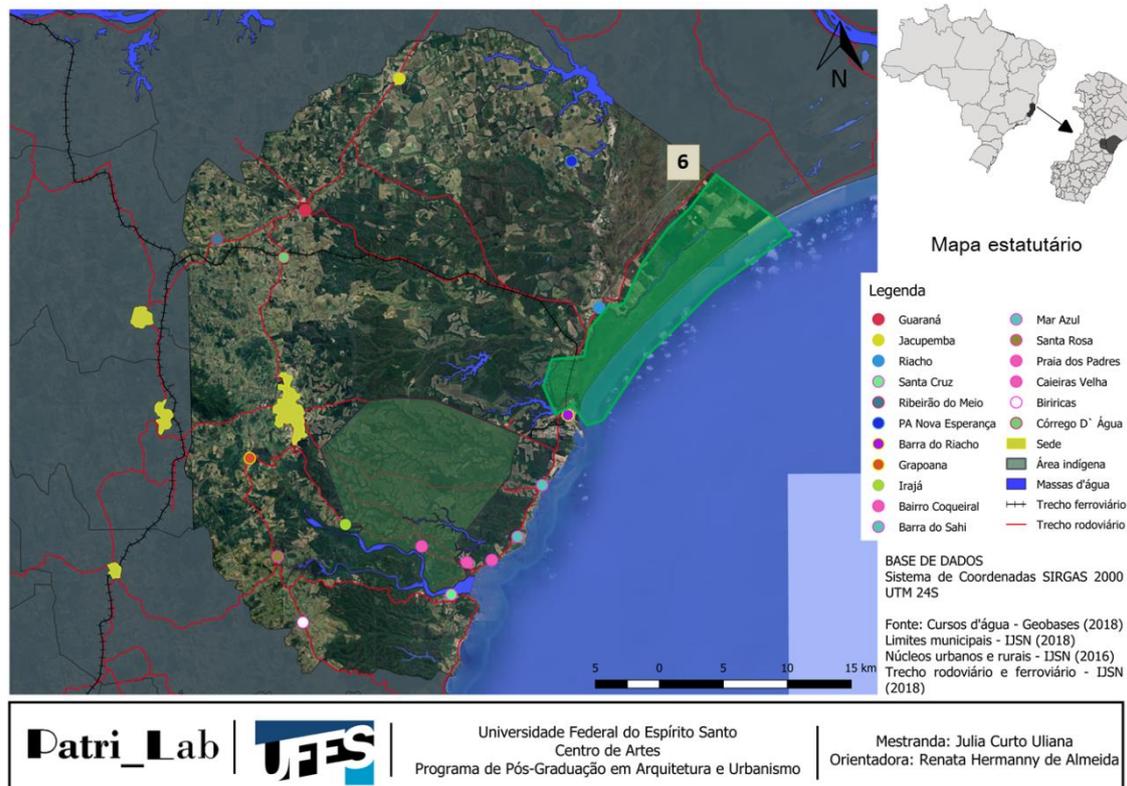
Figura 67: Mapa Estatutário: Patrimônio 5 (Agricultura)



Fonte: Produzido pela autora, 2022

A Figura 68 representa a área sugerida à implementação do Parque Socioambiental, abrangendo área terrestre e marítima devido à sobreposição dos patrimônios inseridos naquele local. Esse patrimônio é entendido como socioambiental, pois ele não pode ser desvinculado do aspecto social nem do ambiental, constituindo-se por elementos singulares pertencentes aos dois domínios.

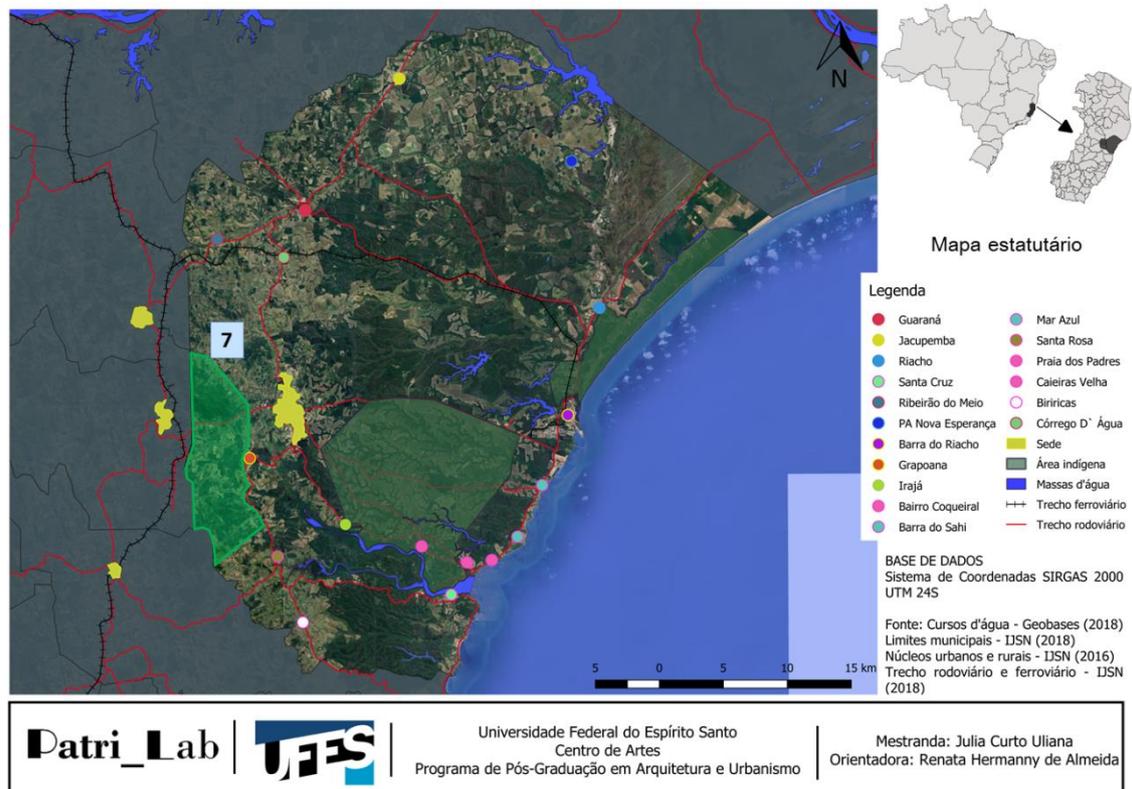
Figura 68: Mapa Estatutário: Área proposta para o Parque Socioambiental - Patrimônio 6
(Reserva de Comboios)



Fonte: Produzido pela autora, 2022

A área demarcada na Figura 69 representa a sugestão estatutária para a realização da conexão entre os dois morros – Morro do Aricanga e da Pedra do Céu -, as maiores elevações de Aracruz, formando um corredor verde e delimitando o avanço da área de pastagem.

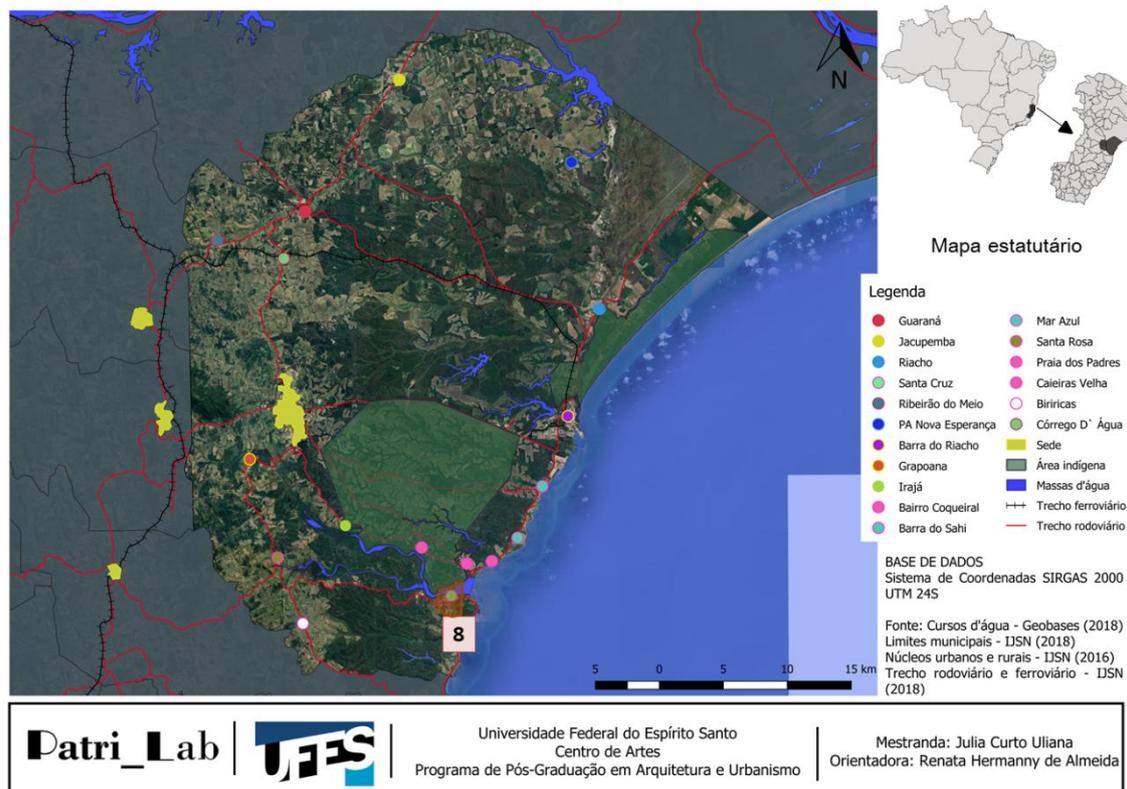
Figura 69: Mapa Estatutário: Área proposta para o Corredor Verde - Patrimônio 7 (Reserva do Aricanga)



Fonte: Produzido pela autora, 2022

O núcleo de Santa Cruz é o de maior aporte histórico do município de Aracruz. Seu núcleo foi estabelecido devido à sua constituição territorial, a foz do rio e a localização daquela área onde os jesuítas se instalaram. Em razão do contexto histórico e a importância que esse rio teve na ocupação municipal e estadual, propõe-se que a área de pesquisa e reconhecimento de seu valor e história contemple o núcleo urbanizado e as duas margens do rio, como destacado na Figura 70.

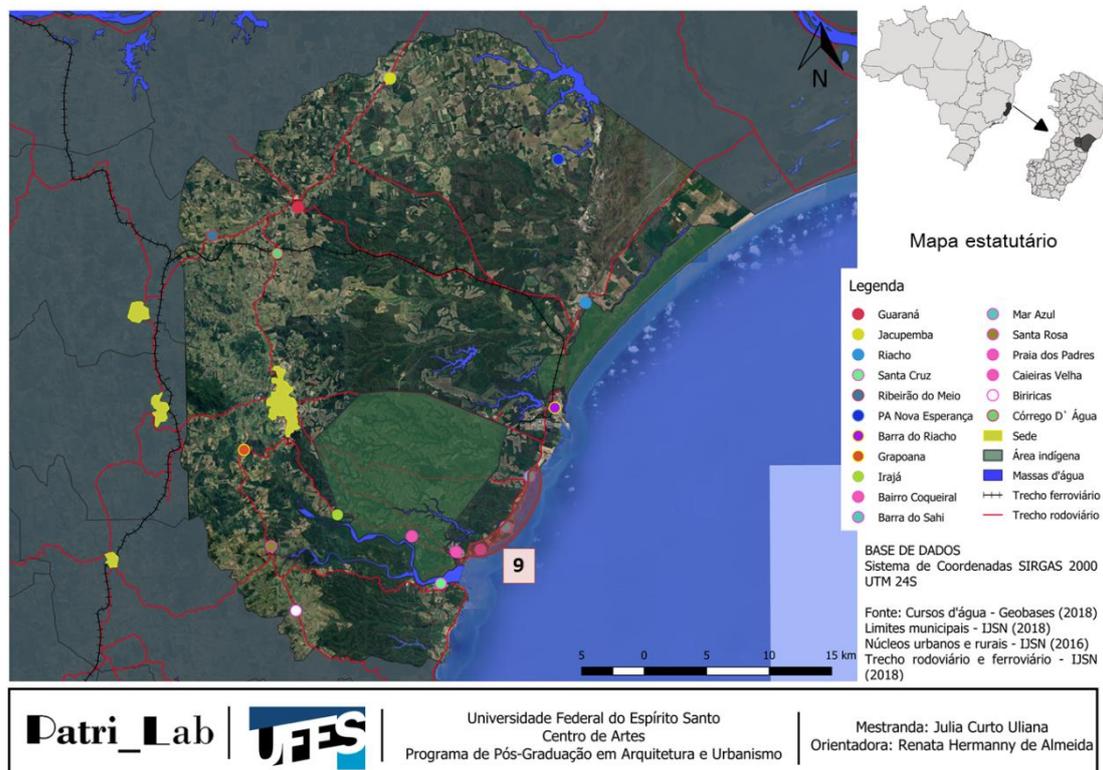
Figura 70: Mapa Estatutário: Área proposta para a investigação - Patrimônio 8 (Santa Cruz)



Fonte: Produzido pela autora, 2022

A revisão dos instrumentos urbanísticos propostas para o Patrimônio 9, contempla os Balneários estabelecidos no capítulo 3.2.5, os núcleos de Barra do Sahy, Mar Azul e Praia dos Padres, como indicada a área da Figura 71.

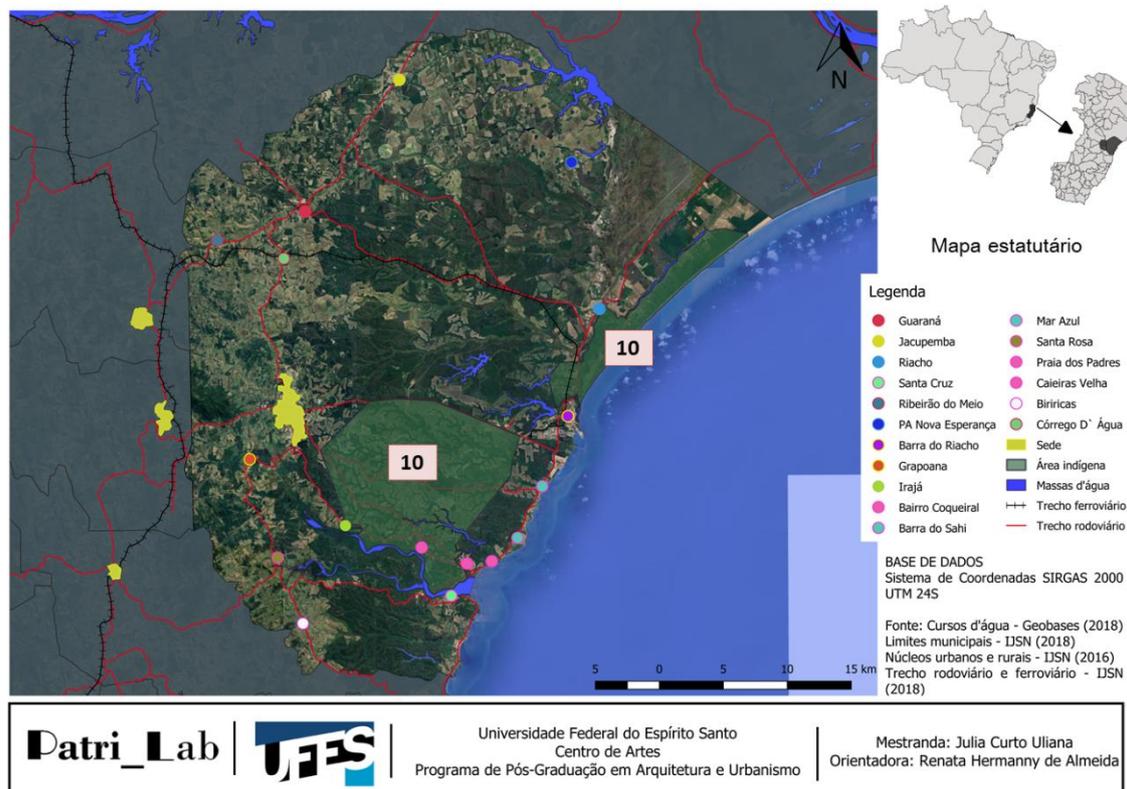
Figura 71: Mapa Estatutário: Área proposta para a revisão - Patrimônio 9 (Núcleos urbanos litorâneos – Balneários)



Fonte: Produzido pela autora, 2022

Aracruz possui duas áreas indígenas em seu território, referente aos índios de origem tupi-Guarani, como indicado na Figura 72, contemplando o Patrimônio 10 do Quadro.

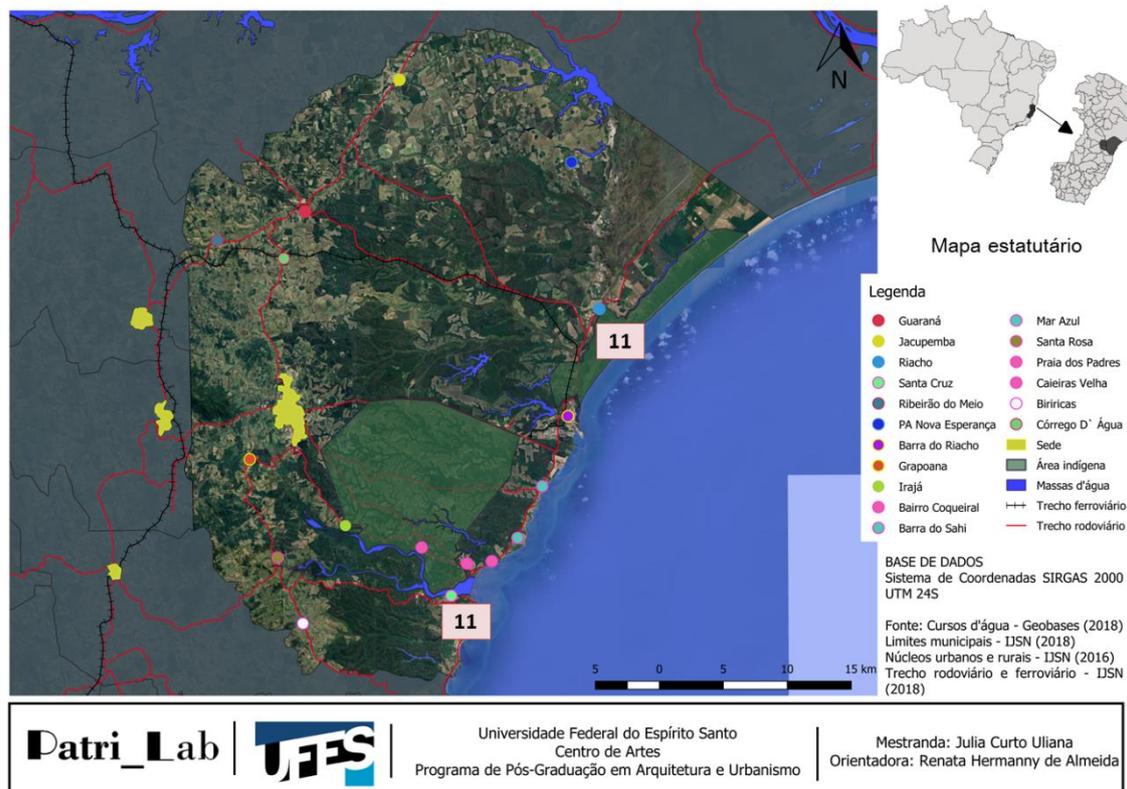
Figura 72: Mapa Estatutário: Indicação território indígena - Patrimônio 10



Fonte: Produzido pela autora, 2022

Os dois principais locais de pesca em Aracruz são em Santa Cruz e Riacho (Figura 73), principalmente nos rios Piraquê-Açu e Rio Comboios. Apesar de haver pesca marítima, a pesca artesanal, patrimônio local e parte da identidade e dos costumes locais, é a realizada nos rios.

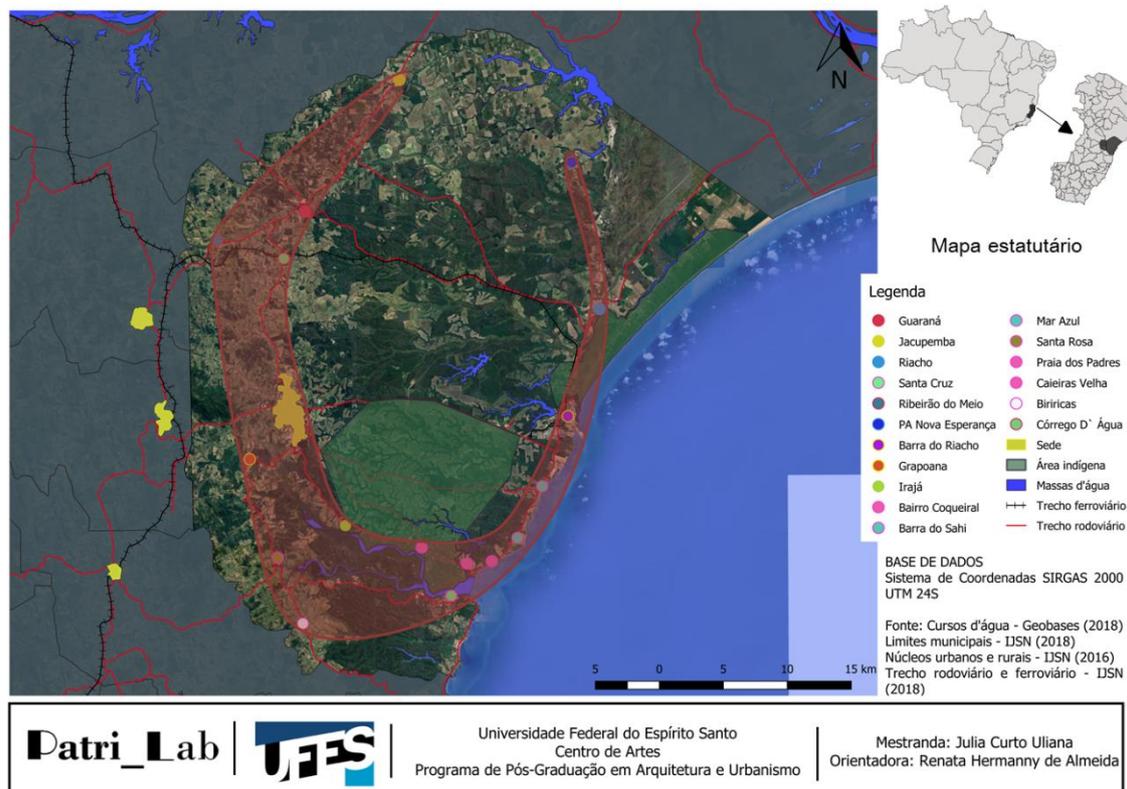
Figura 73: Mapa Estatutário: Indicação locais de pesca artesanal - Patrimônio 11



Fonte: Produzido pela autora, 2022

Como citado no Quadro de Patrimônios – Estatuto dos Lugares, os núcleos urbanos não são parte do patrimônio territorial, porém, influenciam e são influenciados diretamente entre si e sobre a dinâmica social-econômica que ocorre no território. Portanto, incorporar um planejamento municipal de indicação de área de articulação entre esses núcleos resultaria na maior proximidade e no auxílio administrativo-social-econômico entre si, como proposto na área delineada na Figura 74. Há uma lógica ocupacional urbana e rural estabelecidas no território principalmente devido à monocultura de eucalipto instalada centralizada no território. Beneficiar-se dessa disposição para um desenvolvimento autossustentável obteria resultados positivos a todos os envolvidos; criando-se uma área de interlocução e integração entre os núcleos, propiciando um desenvolvimento integrado dentro do município.

Figura 74: Mapa Estatutário: Indicação de área de articulação entre os núcleos urbanos



Fonte: Produzido pela autora, 2022

A partir do Quadro do Patrimônio – Estatuto dos Lugares e do mapeamento acima é revelado que o principal domínio patrimonial do município de Aracruz está inserido no âmbito ambiental, seguido do socioeconômico, estabelecendo-se como os principais aspectos e fatores fomentadores do desenvolvimento local autossustentável.

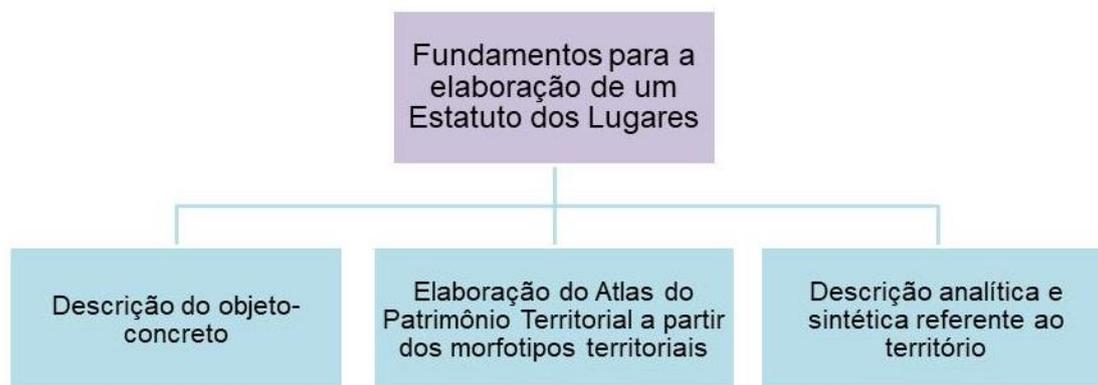
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos fundamentais apresentados ao longo dessa dissertação são firmados na compreensão do território como um elemento singular, múltiplo e constituído historicamente pela sobreposição de sedimentos permanecidos, persistentes e perdidos por meio das territorializações e desterritorializações ocorridas em detrimento da população, cultura e costumes locais, compondo o patrimônio territorial. Esse patrimônio é entendido como um conjunto de valores capazes de potencializar cenários estratégicos para o desenvolvimento pautado na sustentabilidade econômica, responsabilidade social e ambiental, garantindo a permanência das características, costumes, valores e sedimentos locais.

A composição histórico-conceitual e representacional, além da elaboração de indicações estatutárias com vistas à formulação de um cenário estratégico é um esforço conceitual e metodológico baseado na literatura elaborada pela ETI. A aplicação do percurso metodológico da presente pesquisa resulta na sistematização de um denso conteúdo descritivo-analítico sobre o processo histórico de constituição do território e de suas características físico-hídrico-geomorfológicas. A contribuição metodológica do trabalho na discussão dos processos a serem realizados para desvelamento das características identitárias, fundamentado principalmente na morfotipologia territorial, desenvolve as diferentes contribuições que a ETI promove no âmbito teórico-metodológico e sua aplicabilidade em diferentes contextos históricos e territoriais.

Ao ser atribuída ao trabalho uma qualidade representacional, visual e gráfica, a Figura 75 constitui uma síntese diagramática do processo metodológico realizado na presente pesquisa, composta por duas etapas, a primeira de maior valor histórico-conceitual, buscando os conceitos teóricos basilares e do reconhecimento local, e a segunda representacional, por meio da composição de um Atlas do Patrimônio Territorial realizado na perspectiva dos morfotipos territoriais. Essas duas etapas resultam no Quadro do Patrimônio Territorial – Estatuto dos Lugares, onde foram elencados os patrimônios territoriais locais, analisadas as criticidades pertencentes a cada um e identificados seus valores, para então serem elaboradas indicações projetuais para fundamentar a elaboração um Estatuto dos Lugares com vistas a um desenvolvimento autossustentável. A composição de um Estatuto dos Lugares predispõe a participação da comunidade, de diferentes profissionais e disciplinas; o presente trabalho visa a colaboração teórico-representacional para a compreensão territorial, de seu patrimônio e características morfotipológicas, elementos estruturantes para a elaboração estatutária, a serem retroalimentados com as diferentes percepções e pesquisas técnicas das demais disciplinas.

Figura 75: Esquema síntese metodológico



Fonte: Produzido pela autora, 2022

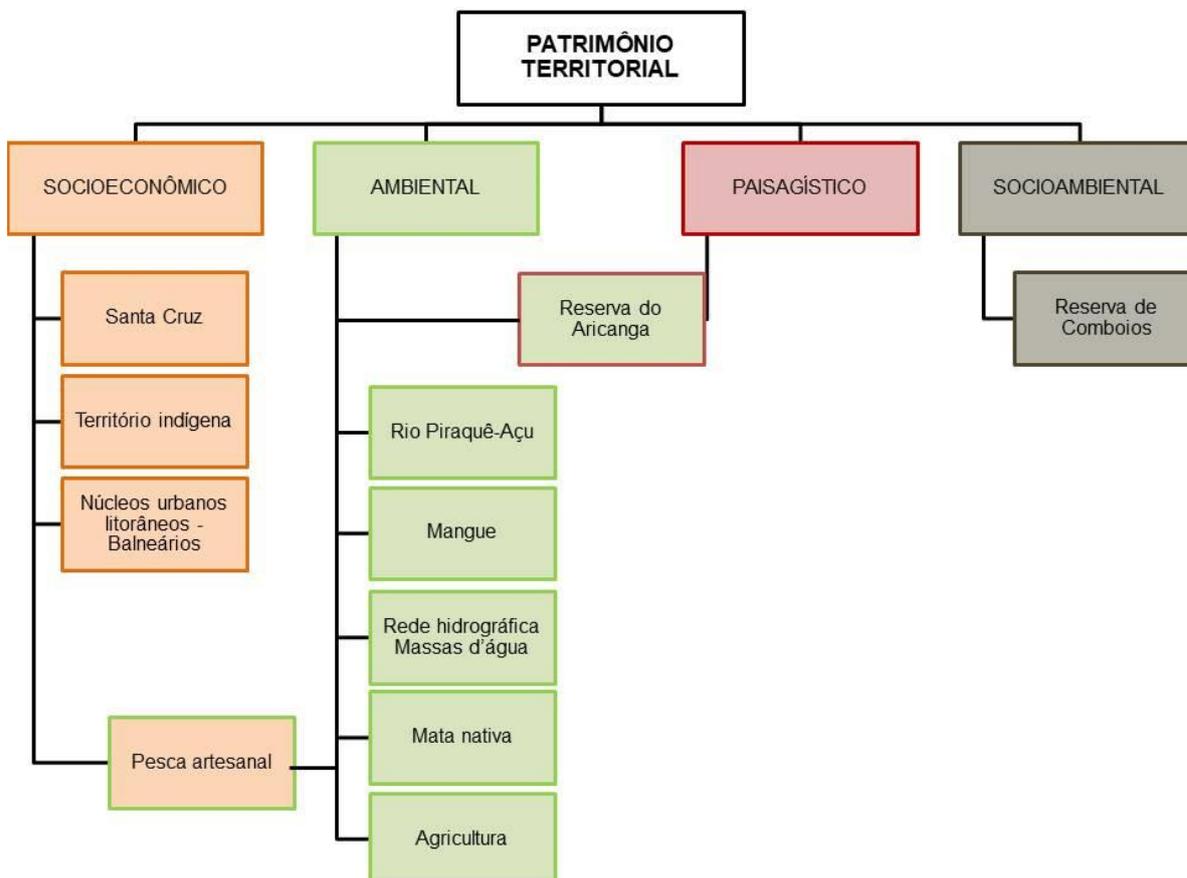
Os principais aspectos considerados pela Escola Italiana para a elaboração do cenário estratégico são direcionados para o questionamento e o levantamento de propostas com a finalidade de se obter um planejamento territorial autossustentável na longa duração, estruturado no agir consciente e na apropriação cultural e simbólica do patrimônio local. A organização das informações e dos dados levantados e a sua representação possui aplicabilidade em diferentes municípios e regiões, considerando-se uma metodologia aplicável a diferentes contextos históricos e econômicos, mesmo que desenvolvida no espectro europeu, pela ETI.

O Atlas do Patrimônio territorial é um instrumento de descrição analítica e sintética, no qual a representação é fundamental para o entendimento amplo dos aspectos inseridos em uma temática, nesta pesquisa, inserido na compreensão dos aspectos integrados aos morfotipos territoriais. De modo a enfrentar a complexidade e a abrangência do tema, a pesquisa determina o município de Aracruz como objeto de estudo, identificando, a partir dos registros encontrados e dos dados levantados, os principais aspectos inseridos em seu contexto histórico-territorial, as perspectivas da morfotipologia rural e ambiental.

A elaboração de estratégias voltadas para o desenvolvimento autossustentável e autodeterminado é fundamental para a retomada da consciência e valorização dos lugares, de seus saberes, culturas, características identitárias, potencialidades e sua história. Em Aracruz, o principal domínio patrimonial territorial é o ambiental, com cinco elementos específicos e dois pertencentes a dois âmbitos, um paisagístico e outro socioeconômico; seguido do domínio socioeconômico, no qual são identificados três aspectos singulares e um que possui conexão com o aspecto ambiental; não menos importante, há um patrimônio compreendido sob o domínio socioambiental. Essas considerações são apresentadas no *Esquema da composição patrimonial de Aracruz*,

na Figura 76, e descritas por intermédio das indicações estatutárias presentes no Quadro do Patrimônio Territorial, integrante do Capítulo 4, sintetizadas na Figura 77, representadas por diferentes cores, correspondentes ao respectivo domínio patrimonial.

Figura 76: Esquema da composição patrimonial de Aracruz



Fonte: Produzido pela autora, 2022

Figura 77: Síntese das indicações estatutárias

ESTATUTO DOS LUGARES	Contenção do avanço da pastagem
	Divulgação de conhecimento
	Recuperação de área
	Parque Socioambiental
	Reconhecimento dos aspectos ambientais, territoriais-paisagísticos
	Investigação documental
	Revisão de instrumentos urbanísticos
	Plano de permanência
	Parque Agroflorestal
	Educação ambiental
	Reterritorialização sociocultural
	Educação ambiental
	Interação entre sujeitos – continuidade da identidade
	Regulamentação de atividades
	Retorno à atividade cotidiana
	Parque Fluvial
	Corredor Verde
	Plano de recuperação
	Recomendações de uso
	Revisão e planejamento de normativas
Criação de infraestrutura	
Pesquisa Histórico-documental	
Atração ao turismo	
Regeneração do solo e de área de manguezais	
Manejo de uso adequado das áreas	
Identificação e proteção das nascentes	
Delimitação de cinturões verdes	
Delimitação de área para reabilitação ambiental	

LEGENDA	
	Patrimônio Ambiental
	Patrimônio Socioeconômico
	Patrimônio Socioambiental
	Patrimônio Paisagístico

Fonte: Produzido pela autora, 2022

Portanto, a investigação aponta os principais aspectos do patrimônio territorial, descritos e representados pelo Atlas do Patrimônio Territorial, a serem analisados para a constituição do Estatuto dos Lugares com vistas à elaboração de cenários estratégicos e associado ao alcance de um desenvolvimento local autossustentável, uma reterritorialização, em acordo com o esquema analítico-processual apresentado na Figura 9.

Vale ressaltar, que esse recorte teórico, metodológico e representacional é ampliável e aplicável às outras camadas do patrimônio territorial, principalmente se composta por uma equipe multidisciplinar. O embasamento teórico respaldado na Escola Territorialista Italiana, em diálogo com autores de diferentes disciplinas e com diferentes perspectivas sob o mesmo tema, desenvolve um percurso analítico e crítico, devido às diferentes

opiniões, pesquisas e vivências realizadas. A aplicação da metodologia proposta, se desenvolvida com diferentes profissionais de diversas áreas, proverá resultados ainda mais satisfatórios. A representação em SIG, ao ser considerado instrumento (i) analítico, em virtude da combinação, manipulação e tratamento dos dados, e (ii) inventário, ao resultar na apresentação representacional territorial, é um instrumento favorável para o reconhecimento dos valores patrimoniais, a fim de serem elaboradas diretrizes para as normativas de planejamento.

Ao retomar a perspectiva da urbanização dispersa, fragmentada e difusa do território, após a análise de dados levantada, entende-se que o município possui seu desenvolvimento atual vinculado à economia global devido à presença fundamental para a economia local e à área ocupada pelos portos industriais e pelo reflorestamento de eucalipto em seu território. Assim sendo, é identificado um processo de desterritorialização em Aracruz, que pode ser revertido a uma reterritorialização a partir da apropriação identitária por parte da comunidade, partindo do patrimônio local identificado no Atlas do Patrimônio Territorial e durante a pesquisa, e com o auxílio de diversos profissionais, o estabelecimento das proposições estatutárias realizadas no presente trabalho.

Para as futuras análises, é possível ampliar as relações metodológico-conceitual-representacional. Ao estender a pesquisa aos atores viventes do território, junto aos profissionais técnicos multidisciplinares e às organizações locais, existem várias camadas do patrimônio territorial a serem investigadas, analisadas e descobertas.

Em relação ao objeto de estudo, há diversas lacunas a serem preenchidas, as documentações e relatos históricos ainda são escassos, carecendo de pesquisas científicas sobre o município e seu contexto histórico, dos seus agentes formadores e dos atuais habitantes, assim sendo, esse trabalho configurou um avanço histórico acerca dos registros encontrados sobre os ciclos de territorialização de Aracruz.

Em suma, são diversos os desdobramentos possíveis para a continuidade da pesquisa aqui realizada, (i) reconhecendo as vertentes de descobrimento histórico do município, (ii) os processos teóricos e metodológicos apontados pela ETI, principalmente por Magnaghi e Poli, e não menos importante (iii) a elaboração de um cenário estratégico, dando prosseguimento ao esquema idealizado por Magnaghi (Figura 9), após a elaboração do Quadro do Patrimônio Territorial com as indicações projetuais para um Estatuto dos Lugares visando o desenvolvimento autossustentável local.

6. REFERÊNCIAS

- A GAZETA, **Caderno Especial**, Vitória/ES, 30 de outubro de 2003, p. 8. Disponível em:
http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160620_aj13204_potencialidades_20032.pdf. Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.
- A TRIBUNA, Vitória/ES, 29 de novembro de 1999, jornal impresso, suplemento especial, p. 5-6; 9; 12. Disponível em:
http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160815_aj07587_municipios_es_geral03.pdf. Acesso em: 18 de fevereiro de 2022.
- ALBERNAZ, João Teixeira. Capitania do Spirito Santo. In: ALBERNAZ, João Teixeira. **Estado do Brasil coligido das mais certas noticias que pode aivntar dõ leronimo de Ataide. Por João Teixeira Albernaz, cosmographo de Sua Magestade**. Anno: 1631. [S. l.: s. n.], 1631. Carta 14, 1 mapa ms. em bifólio, color., 44,5 x 67,5 cm. Escala aprox. 1:320.000. Pertence ao Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://historiacapixaba.com/documentos/capitania-do-spirito-santo-1631/>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- AMORIM, Mariana Pereira de. **Identidade territorial do descendente tirolês em Santa Leopoldina-E.S.** 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Vitória, 2020.
- ARACRUZ, Lei 4.317, de 05 de agosto de 2020. **Plano Diretor Municipal**. Disponível em:
http://www.aracruz.es.gov.br/arquivos/configuracoes_arquivos/Lei_n._4.317_de_05AG02020.pdf. Acesso em: 02 de fevereiro de 2022.
- ARACRUZ, Prefeitura Municipal de. **Lei nº 4.317/2020, Plano Diretor Municipal de Aracruz**. 2020. Disponível em: <http://www.pma.es.gov.br/pdm/>. Acesso em: 02 de junho de 2022.
- BAVIERA, Princesa Teresa da. **Viagem ao Espírito Santo (1888)**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.
- BERNARDO, Luciano Correia. **Territorialização e desenvolvimento local: um estudo das fazendas cafeeiras de Muqui/ES**. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória, 2020.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. 1937. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 19 de julho de 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL-ICMBIO-MMA (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade-Ministério do Meio Ambiente). **Área de Proteção Ambiental Costa das Algas e Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz**. Disponível em:
<https://www.icmbio.gov.br/apacostadasalgas/>. Acesso em: 14 de julho de 2022.

CARTA, Massimo. Patrimônio territorial, descrição estrutural, estatutos do território, cenários de transformação e projetos integrados: cinco pontos-chave para um enfoque territorialista ao projeto e ao governo dos novos paisagens. **Arquitectonics: Mind, Land & Society**, Barcelona, Março de 2010, núm. 19-20, p.101-124, 2010.

CARTA, Massimo. **La rappresentazione nel progetto di territorio**. Um livro ilustrado. Firenze: Firenze University Press, 2011.

CARVALHO, José Antônio. **O colégio e as residências dos Jesuítas no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

CASTIGLIONI, Aurelia H. **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora**. Vitória/ES: UFES, 1998.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: AnnaBlume, Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Unesp: Estação Liberdade, 2000.

CHOAY, Françoise. **As questões do patrimônio**: Antologia para um combate. Lisboa: Edições 70, 2011.

CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

CONDE, Bruno Santos. Espírito Santo. Secretaria da Cultura. **Escritos do patrimônio**. Casa de câmara e cadeira de Santa Cruz: Registros da Construção. Espírito Santo: 2015. Disponível em: <https://secult.es.gov.br/Media/Secult/patri/Escritos%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Casa%20de%20C%C3%A2mara%20e%20Cadeira.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2022.

CRUZ, Maurilen de Paula. **Faça-se Aracruz** (subsídios para estudos sobre o município) Edições Tempo Novo, Serra. 1997.

DATASUS (Departamento de informática do Sistema Único de Saúde). Tecnologia da Informação a Serviço do SUS. **População residente – Espírito Santo**. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?ibge/cnv/popos.def>. Acesso em: 01 de julho de 2022.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/bibliotecacatalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 13 de julho de 2022.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25490.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2022.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1905. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2022.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). **Brasil em relevo**: Espírito Santo [map]. 1:250.000. Disponível em: <https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/relevobr/download/es/es.htm>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). **Mapa de solos do Brasil**. Disponível em: http://geoinfo.cnps.embrapa.br/layers/geonode%3Abrasil_solos_5m_20201104. Acesso em: 20 de maio de 2022.

EMBRAPA. **Área de Preservação Permanente (APP)**. Código Florestal: Adequação ambiental da paisagem rural. S.d. c. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/entenda-o-codigo-florestal/area-de-preservacao-permanente>. Acesso em: 16 de julho de 2022.

EMBRAPA. **Área de Reserva Legal (ARL)**. Código Florestal: Adequação ambiental da paisagem rural. S.d. a. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl>. Acesso em: 16 de julho de 2022.

EMBRAPA. **Perguntas e respostas**. Código Florestal: Adequação ambiental da paisagem rural. S.d. b. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/entenda-o-codigo-florestal/perguntas-e-respostas>. Acesso em: 16 de julho de 2022.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Cultura. Conselho Estadual de Cultura. **Arquitetura: patrimônio cultural do Espírito Santo**. Vitória: SECULT, 2009.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2030**. Vitória, dezembro de 2013. Disponível em: <https://planejamento.es.gov.br/Media/sep/Plano%20ES%202030/ES2030.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2021.

ESPÍRITO SANTO. IJSN divulga PIB oficial dos municípios capixabas em 2019. **ES.GOV**, Governo do Estado do Espírito Santo, 2021. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/ijsn-divulga-pib-oficial-dos-municipios-capixabas-em-2019>. Acesso em: 16 de julho de 2022.

FANTINI, David. Rappresentare nel processo di piano. In: MAGNAGHI, Alberto. **Rappresentare i luoghi. Metodi e tecniche**. Firenze: Alinea Editrice, 2001.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento sim e não**: um modo de agir num mundo em permanente mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FLORÊNCIO, Carlos Manuel Diogo da Luz. **As Margens do Piraquê-Açu: etnogênese e território. Uma abordagem geográfica**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos E Conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

História capixaba, 1626. Mapa "**Demonstração da capitania do Espírito Santo (1626)**". Disponível em: <http://historiacapixaba.com/documentos/geographica-demostracao-da-capitania-do-espírito-santo-ate-a-ponta-da-barra-do-rio-doce-no-qual-parte-co-porto-seguro-ca-1627/>. Acesso em: 08 de abril de 2022.

História Capixaba, 1640. Mapa "**Do Porto do Espírito Santo à Ponta do Rio Doce (1640)**". Disponível em: <https://historiacapixaba.com/documentos/do-porto-do-espírito-santo-a-ponta-do-rio-doce-1640/>. Acesso em: 08 de abril de 2022.

História Capixaba, 1666. Mapa "**Demonstração do Espírito Santo (1666)**". Disponível em: <https://historiacapixaba.com/documentos/demostracao-do-sprito-santo-1666/>. Acesso em: 08 de abril de 2022.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Sinopse preliminar do Censo Demográfico: VIII recenseamento geral, 1970**. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral/IBGE-Departamento de Censos: Espírito Santo, 1970. Disponível em: cd_1970_sinopse_preliminar_es.pdf (ibge.gov.br). Acesso em: 01 de julho de 2022.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 1981. **Mapa Etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**, adaptado do mapa de Curt Nimuendaju, 1944, na Mapoteca. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_mapa.pdf. Acesso em: 08 de abril de 2022.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Cidades - Aracruz**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/es/aracruz.html>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática)**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 13 de julho de 2022.

IJSN (Instituto Jones dos Santos Neves). (1971). **Biblioteca digital: Aracruz/ES – Fotos aéreas. 1/25.000**. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Search/Results?page=4&filter%5B%5D=topic_facet%3A%22FOTO+A%C3%89REA%22&lookfor=%22ARACRUZ-ES%22&type=Subject. Acesso em: 26 de julho de 2022.

IJSN (Instituto Jones dos Santos Neves). (2014). **Bacias e Sub - Bacias Hidrográficas do Estado do Espírito Santo** [map]. 1:400.000. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>. Acesso em: 15 de março de 2022.

IJSN (Instituto Jones dos Santos Neves). (2015). **Aracruz** [map]. 1:400.000. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>. Acesso em: 02 de junho de 2022.

IJSN (Instituto Jones dos Santos Neves). (2020). **Divisão Regional do Espírito Santo: Microrregiões de planejamento** [map]. 1:400.000. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/mapas/>. Acesso em: 15 de abril de 2020.

IJSN/SEPLAN (Instituto Jones dos Santos Neves/Secretaria de Estado do Planejamento). **Zonas Naturais do Espírito Santo: uma regionalização do Estado, das microrregiões e dos municípios**. SEPLAN, Governo do estado do Espírito Santo: Vitória/ES, 1999.

INCAPER (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural). Governo do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Agricultura, Abastecimento,

Aquicultura e Pesca. **Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural, PROATER 2020-2023**. 2020. Disponível em: <https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Aracruz.pdf>. Acesso em: 28 de abril de 2022.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio mundial cultural e natural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>. Acesso em: 30 de julho de 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Recomendação de Paris - Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**, 16 de novembro de 1972. Paris, 1972. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201972.pdf>. Acesso em: 30 julho 2020.

LUCCHESI, Fabio. **La rappresentazione del patrimonio territoriale di lunga durata: costruzione di Sistemi Informativi e produzione di cartografia digitale**. Firenze. 2000. p. 4 – 15.

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale: Verso la coscienza di luogo**. Firenze: Bollati Boringhieri, 2000. 256 p.

MAGNAGHI, Alberto. **Rappresentare i luoghi**. Metodi e tecniche. Firenze: Alinea Editrice, 2001.

MAGNAGHI, Alberto (org.). **La rappresentazione identitaria del território**. Il ritorno dei luoghi nel progetto. Firenze: Alinea Editrice, 2005, 426 p.

MAGNAGHI, Alberto. La storia del território nell'approccio territorialista all'urbanistica e ala pianificazione. **Scienze del território**, Firenze, 2017, nº 5, p. 32-41, 2017.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 217-228.

MOURÃO, Beatriz Barcelos. **Representação patrimonial para o planejamento territorialista: narrativas histórico-estrutural e morfotológica para um conhecer territorial profundo**. Ensaio metodológico em Anchieta/Es. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória, 2021.

MUNIZ, Maria Izabel Perini. **Cultura e arquitetura: a casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo**. Vitória/ES: EDUFES, 1997.

NOSSA, Damiany Farina. **Riscos territoriais em projetos representacionais: investigação do patrimônio territorial de João Neiva – ES**. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes, Vitória, 2020.

Perfis Municipais. **A TRIBUNA**, Vitória/ES, 29 de novembro de 1999, Jornal impresso - Suplemento Especial, p. 5-12. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160815_aj07587_municipios_es_geral03.pdf. Acesso em: 18 de fevereiro de 2022.

POLI, Daniela. Processi storici e forme della rappresentazione identitaria del território. **Scienze del Territorio**, Firenze, 2017, nº 5, p. 42-53, 2017.

POLI, Daniela. Um projeto territorial integrado para o Biodistrito de Montalbano. In: **Áreas rurais em transição: Estratégias e oportunidades para o Biodistrito de Montalbano**. Itália, 2018.

PORTA, Paula. **Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 200/2010**. Brasília, DF: IPHAN/Monumenta, 2012.

POSENATO, Julio. **Arquitetura da imigração italiana no Espírito Santo**. Porto Alegre/RS: Posenato Arte & Cultura, 1997.

Potencialidades do ES. **A GAZETA**, Caderno Especial, Vitória/ES, 30 de outubro de 2003, p. 5-18. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160620_aj13204_potencialidades_20032.pdf. Acesso em: 22 de fevereiro de 2022.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 17-36.

RAFFESTIN, Claude. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RITTER, Carlos. Reflexões epistemológicas sobre os “Territórios de Identidade”. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 95-109, junho de 2011. ISSN: 1981-089X.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen; SAHR, Wolf-Dietrich. Territórios – faxinais – espaços. A problemática “espaço/território” na formação social brasileira. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos E Conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 143-174.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos E Conflitos**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SAQUET, Marcos Aurélio; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; ALVES, Adilson Francelino. Construindo uma concepção reticular e histórica para estudos territoriais. In: PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Org.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SCHNEIDER, Luiz Carlos; FIALHO, Daniela Marzola. Identidade, Território E Paisagem No Contexto Do Ordenamento Territorial. In: Seminário Internacional sobre Desenvolvimento regional, 7, 2015, Rio Grande do Sul. **Anais Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território**. Santa Cruz do Sul: Rio Grande do Sul, 2015.

SERRA, Geraldo Gomes. **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo, EDUSP & Mandarim Editora, 2006.

SILVA, Girlan Cândido da. Saquet, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. **Revista de Geografia (UFPE)**, Pernambuco, V. 27, n. 3, p. 205-208, 2010.

SILVA, Raquel Ribeiro de Souza. **A Paisagem Como Patrimônio E Recurso Ao Desenvolvimento Do Turismo**: Um Estudo No Conjunto Histórico E Paisagístico De Antonina, Paraná, Brasil. 2017. 207 F. TESE (Doutorado Em Geografia). Programa De Pós-Graduação Em Geografia. UFPR, Curitiba, 2017.

SOUZA, Matheus. Indígenas Tupiniquim de Aracruz (ES) são descendentes diretos de povo que viu chegada dos portugueses. **Jornal da USP**, São Paulo, 29 de janeiro de 2020. Seção de Ciências Biológicas. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=298042>. Acesso em: 27 de agosto de 2021.

UNESCO. **Patrimônio Mundial no Brasil**. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/world-heritage-brazil>. Acesso em 30 de julho de 2020.

VASCONCELOS, Marcela Correia de Araujo. As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira. **Revista CPC**, São Paulo, n.13, nov. 2011/abr.2012, p. 51-73. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/cpc/article/view/15689/17263>. Acesso em: 17 de novembro de 2020.

WIED-MAXIMILIAN, Prinz von. Tradução: MENDONÇA, Edgar Süssekind de; FIGUEIREDO, Flávio Poppe de. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.